

CONGRESSO INTERNACIONAL DE **DIREITOS HUMANOS** DA AMAZÔNIA – CIDHAMA

**DIREITOS HUMANOS,
JUSTIÇA CLIMÁTICA E
AUTODETERMINAÇÃO
DOS POVOS DA FLORESTA**



SECRETARIA DE
IGUALDADE RACIAL
E DIREITOS HUMANOS



GOVERNO DO
PARÁ

CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DA AMAZÔNIA – CIDHAMA

**DIREITOS HUMANOS,
JUSTIÇA CLIMÁTICA E
AUTODETERMINAÇÃO
DOS POVOS DA FLORESTA**



Belém-PA

2025

GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DO PARÁ

Hana Gassan

SECRETÁRIO DE ESTADO DE IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS

Jarbas Vasconcelos do Carmo

SECRETÁRIA ADJUNTA

Edilza Joana Oliveira Fontes

COORDENAÇÃO GERAL DO CONGRESSO E TEXTO

Eduardo Iori Miranda

EQUIPE TÉCNICA DO EVENTO

COMISSÃO ORGANIZADORA

Afonso Pinheiro Ferreira

Gabriela Sabino Assunção Barros

Isadora Octávia Ribeiro Godinho

Ivonete Pinheiro

Jéssica Pontes da Silva

Luciene Pontes Coelho

William Thiago Pina Castro

Thalya de Medeiros Gomes Treptow

APOIO

Aldenilson da Silva Abreu

Ariane Moutinho da Anunciação

Aruan Duarte Guerra Fonteles de Lima

Bárbara Caroline Martins Oliveira

Bianca Cristina dos Santos Brito

Bianca Rendeiro Cejas Montenegro

Bruno Tadeu Ferreira de Sousa Costa

Charlinny Francês Pinheiro

Christian Nascimento da Silva Ferreira

Cristiane de Nazaré Rodrigues Bessa Martins

Elaine Cristina Nunes de Aragão

Elck Day Costa de Oliveira

Fernanda Carolina Matos Ferreira

Francimere dos Santos Galiza

Gabriela Brito Ferreira

Gabriela Nascimento Borja Ewerton

Georgiane Abreu da Costa

Gilsiclé Ramos Souto

Izabel Magalhães Porpino Cunha

Jair Eduardo Pereira dos Santos

José Cristiano Martins Nunes Junior

Joyce Raphaelly Modesto da Costa

Jozanileia Carvalho Moreira

Kalel de Matos Ventura

Marcelle Né do Nascimento

Maria do Socorro Rocha Silva

Marília de Jesus da Silva Sousa

Mayara Amaral Magalhães

Mirleni Ferreira Carvalho

Mônica Ewans Muniz da Costa

Nair Cristina d'Oliveira

Newton Carlos Amora da Cruz

Paulo Sérgio da Costa Soares

Paulo Victor Neri Cardeal

Rozeana Maria Sousa Oliveira

Samara Tirza Dias Siqueira

Sandra Maria Aguiar Rezende Mota

Sílvia Cristina da Cunha Assunção

Sílvia Santos Chagas França

Simara Roberta Esmael de Albuquerque

Valdinei Gomes e Gomes

Vera Lúcia Marques Tavares

Verena Fadul dos Santos Arruda

LOGÍSTICA

Alexandre Costa de Aguiar Franco

Carlos Eduardo Coelho Vicente

Claristony Araújo Pinheiro

Felipe Araújo da Costa

Ivan Alves Couto

Josiel Nunes Ribeiro

Juliano Silva Monteiro

Lidiane do Socorro Corrêa Medeiros Vilhena

Santi-Clair Alves Gonçalves Junior

Wagner Carrera dos Santos

FOTOS

Ruam Lima Siqueira

EQUIPE EDITORIAL

Organizador: Eduardo Iori Miranda

Coordenação do Projeto: Ernesto Padovani Netto e Eder Monteiro

Revisão de normas técnicas (ABNT): Elizier Junior Araujo dos Santos

Diagramação: Pablo Madeira - Diagramação Editorial

Capa: HD - Serviços Editoriais

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução de parte ou totalidade da obra sem a autorização prévia da organização e editora. Os textos presentes neste livro são antigos e mantiveram a escrita da época em que foram produzidos.

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

C749

Congresso Internacional de Direitos Humanos da Amazônia - CIDHAMA: direitos humanos, justiça climática e autodeterminação dos povos da floresta / Organização de Eduardo Iori Miranda; Apresentação de Jarbas Vasconcelos do Carmo. – Ananindeua-PA: Cabana, 2025.

40 p., il.; 12,5 X 19 cm

ISBN 978-65-85733-79-3

1. Direitos humanos - Amazônia. I. Miranda, Eduardo Iori (Organizador). II. Carmo, Jarbas Vasconcelos do (Apresentação). III. Título.

CDD 323.01

Índice para catálogo sistemático

I. Direitos humanos - Amazônia

Autores: Lucas Cunha Imbiriba, Pollyana Esteves Soares, Eliana Bogéa, Carlos Siqueira, Marcello Aponte, João Vitor Cavalcante Reis, Luiz Carlos Figueiredo da Silva, Ana Luisa Araújo Pantoja, Julia de Noronha Fleury, Bruna Melo da Silva, Desirée Melo, Flávia da Cunha Cordeiro, Thamiris Dias Arraes, Joanna Helena Resende Ferreira Patello, Vitória Cristina Lacerda do Nascimento Serrano, Murilo Amaral Feitosa, Gabriel Mavignier Alves, Bruno Barros Anchieta, Alexandre Bueno, Marcelle de Fátima Cruz Pedatella, Stephany Samantha Nascimento da Silva, Ingrid Mayara Amorim Silva, Brenda

Karolyne Lima de Sousa, Jerusa Aguiar Lopes, Adelson Silva Soares, Bianca Victoria Silva Miranda, Giovanna Cabral Felipe Bandeira, Glenda do Rosário Tavares, Izabelly Medeiros dos Santos, Manoela Helena de Almeida Quadros, Luiz Celson da Silva Ramos, Leandro Cruz do Rosário, Rita Denize de Oliveira, Mauricio Furtado Campos, Hemelyn Soares das Chagas, Roberto Scorsatto Sartori, Jamile dos Santos Correa, Martha Vieira Brito, Rubens Ferreira, Jaqueline Brito da Silva Sanches, Marciane Quaresma Pureza, Tiago Nazareno Coutinho Nogueira, Conceição Chagas Pessoa, Iedo Souza Santos, Andréa do Socorro Aguiar do Nascimento, Carmem Lúcia Santos, Manuella Gabrielly Oliveira de Oliveira, Roberta Carolina Araújo dos Reis, Ana Luisa Santos Rocha, Rodrigo Souza Soares, Aletéia Patricia Vilhena de Souza, Clever Cley Corrêa Bulhões, Denis Conrado, Lanna Peixoto, Kamila Leão, Keyla Tamires de Araújo Souza, Messias Furtado da Silva, Neuziane Carvalho da Silva, Matheus Silva Azevedo, Luiz de Jesus Dias da Silva, Pedro Henrique Santos Dias, Deric Matheus Abdon Ribeiro, Franciney Carvalho da Ponte & Letícia dos Reis Araújo, Maria Tereza Rodrigues Paes, Luziane Mesquita da Luz, Andrea do Socorro Aguiar do Nascimento, Crystiane Amaral Coutinho, Emilly Priscilla Costa Menezes, Ana Patrícia Moreira Noletto, José Edilson Cardoso Rodrigues, Liliam Clisrana Alves das Neves, Alan Nunes Araújo, Cristina do Socorro Fernandes de Senna, Wendel Soares Ferreira, Lucas Macedo de Jesus, Alan Nunes Araújo, Erick da Cruz Olivier, Emmanuel Luiz Craveiro de Souza, Rita Denize de Oliveira, Viviane Miranda, Aline Cavalcante, José Emanuel Mineiro, Edson Rogério Nascimento Cruz, João Victor Soares Braga, Marina Cância Cunha, Monique Thayane Rodrigues Arnoud, Edilene Santos Portilho, Nayane Soares de Menezes, Calebe Pedro de Oliveira.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Jarbas Vasconcelos do Carmo (Secretário de Estado).....16

PARTE 1: ASPECTOS GERAIS DO CIDHAMA.....19

PARTE 2: TRABALHOS APRESENTADOS NOS GTS:

GT1: ECONOMIA SOLIDÁRIA NA AMAZÔNIA:

DIREITOS HUMANOS E SUSTENTABILIDADE

CAPITALISMO E DESENVOLVIMENTO (IN)

SUSTENTÁVEL: A IDEOLOGIA COLONIAL

COMO EMPECILHO À EXISTÊNCIA DOS POVOS

TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA

Lucas Cunha Imbiriba.....29

REGULAMENTAÇÃO DO MERCADO DE CRÉDITO DE

CARBONO NA AMAZÔNIA: O TRABALHO ESCRAVO

COMO CRITÉRIO PARA UM DESENVOLVIMENTO

SUSTENTÁVEL

Pollyana Esteves Soares.....35

SISTEMA ANDORINHAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

COMO DIREITO HUMANO AMAZÔNICO

Eliana Bogéa, Carlos Siqueira & Marcello Aponte.....43

A QUESTÃO DA CULTURA ALIMENTAR DO AÇAÍ E A

IMPORTÂNCIA DE SEU CONSUMO PARA A SAÚDE

João Vitor Cavalcante Reis.....48

**OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO
CONTEXTO DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE
INFRAESTRUTURA DA FERROVIA FERROGRÃO NO
CORREDOR DA SOJA, NA BR-163, NO DISTRITO DE
MIRITITUBA, ITAITUBA-PA**

Luiz Carlos Figueiredo da Silva.....54

**GT2: MECANISMOS INTERNACIONAIS DE
DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS: AVANÇOS,
RETROCESSOS E PERSPECTIVAS; EMERGÊNCIA
CLIMÁTICA E A REDE DE APOIO À POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE BELÉM, PARÁ**

Ana Luisa Araújo Pantoja & Julia de Noronha Fleury.....65

**A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA (DES)INFORMAÇÃO
SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A MERCANTILIZAÇÃO
DA NATUREZA E O AQUECIMENTO GLOBAL**

Bruna Melo da Silva.....71

**DINÂMICAS DE GRUPO PARA ALUNOS DO
PROGRAMA EJA (EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS): UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA
CIDADE DE BELÉM-PA**

Desirée Melo.....77

**CRIME E LOUCURA: UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL
SOBRE A MEDIDA DE SEGURANÇA E O ESTIGMA DA
PERICULOSIDADE**

Flávia da Cunha Cordeiro & Thamiris Dias Arraes.....82

**VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E O ATERRO
SANITÁRIO DE MARITUBA: OS FUNDAMENTOS
PARA O ENVIO AO SIDH**

Joanna Helena Resende Ferreira Patello, Vitória Cristina
Lacerda do Nascimento Serrano & Murilo Amaral Feitosa.....89

**POLÍTICAS PÚBLICAS, SAÚDE E BEM-ESTAR NA
AMAZÔNIA: RELATO DE UMA INSTITUIÇÃO
DE ENSINO SUPERIOR NA CONTRIBUIÇÃO AOS
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Gabriel Mavignier Alves, Bruno Barros Anchieta
& Alexandre Bueno.....96

**NECROPOLÍTICA PENITENCIÁRIA NO ESTADO DO
PARÁ E AS INFRAÇÕES À REGRA DE MANDELA:
ESTUDO DE CASO DO MASSACRE DE ALTAMIRA**

Marcelle de Fátima Cruz Pedatella & Stephany Samantha
Nascimento da Silva.....102

**O IMPACTO DOS MECANISMOS INTERNACIONAIS
NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES E
CRIANÇAS NA AMAZÔNIA: AVANÇOS E DESAFIOS**

Ingrid Mayara Amorim Silva & Brenda Karolyne
Lima de Sousa.....109

**DESAFIOS DA ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL DE
DEFENSORES E DEFENSORAS DE DIREITOS
HUMANOS INCLUÍDOS NO PROGRAMA DE
PROTEÇÃO DE DEFENSORES DE DIREITOS
HUMANOS NO ESTADO DO PARÁ**

Jerusa Aguiar Lopes.....114

**GT3: COMUNIDADES TRADICIONAIS E RACISMO
AMBIENTAL: RACISMO AMBIENTAL E EXCLUSÃO
EPISTÊMICA NOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO
AMBIENTAL NO BRASIL**

Adelson Silva Soares.....121

**JUSTIÇA CLIMÁTICA E RACISMO AMBIENTAL:
QUAIS POPULAÇÕES SÃO MAIS VULNERÁVEIS ÀS
MUDANÇAS CLIMÁTICAS?**

Bianca Victoria Silva Miranda & Giovanna Cabral
Felipe Bandeira.....130

**PROTAGONISMO DOS SABERES TRADICIONAIS
NAS POLÍTICAS CLIMÁTICAS DO PARÁ: REFLEXÕES
FUNDAMENTAIS**

Glenda do Rosário Tavares.....138

**VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA LEI
PNRS: O ATERRO SANITÁRIO DE MARITUBA E O
CASO DE RACISMO AMBIENTAL NA COMUNIDADE
DO ABACATAL**

Izabelly Medeiros Dos Santos & Manoela Helena
De Almeida Quadros.....146

**A DEGRADAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS ATRAVÉS
DO RACISMO AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO
DE COMUNIDADES TRADICIONAIS AFETADAS NO
MUNICÍPIO DO ACARÁ-PA**

Luiz Celson da Silva Ramos, Leandro Cruz do Rosário
& Rita Denize de Oliveira.....155

**FORTALECIMENTO TERRITORIAL E DIREITOS DAS
COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO PARÁ: DESAFIOS
E APRENDIZADOS DO PROJETO TERRITÓRIOS PARA
O FUTURO DA EARTHWORM FOUNDATION**

Mauricio Furtado Campos, Hemelyn Soares das Chagas
& Roberto Scorsatto Sartori.....166

**O IMPACTO DO LIXO EM COMUNIDADES DE
PESCADORES ARTESANAIS DE SALINÓPOLIS (PARÁ,
BRASIL): UM OLHAR PELA FOTOGRAFIA**

Jamile dos Santos Correa, Martha Vieira Brito
& Rubens Ferreira..... 173

**RESISTÊNCIA E VULNERABILIDADE: RACISMO
AMBIENTAL E OS DESAFIOS DE SOBREVIVÊNCIA NA
RESERVA EXTRATIVISTA RIO MAPUÁ (BREVES/MARAJÓ)**

Jaqueline Brito da Silva Sanches & Marciane
Quaresma Pureza..... 182

**DISCENTE-ENFERMEIRO DO PROGRAMA
EM TECNOLOGIA, RECURSOS NATURAIS E
SUSTENTABILIDADE DA AMAZÔNIA EM UMA
COMUNIDADE QUILOMBOLA: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Tiago Nazareno Coutinho Nogueira, Conceição Chagas
Pessoa & Iedo Souza Santos..... 189

**RACISMOS E O PROGRAMA DE PROTEÇÃO A
CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE
MORTE NA AMAZÔNIA PARAENSE: UMA ANÁLISE CRÍTICA**

Andréa do Socorro Aguiar do Nascimento
& Carmem Lúcia Santos..... 194

**RACISMO AMBIENTAL E INJUSTIÇA
CLIMÁTICA: UMA ANÁLISE DAS COMUNIDADES
VULNERABILIZADAS DIANTE DAS MUDANÇAS
CLIMÁTICAS NA BACIA DO UNA, EM BELÉM DO PARÁ**

Manuella Gabrielly Oliveira de Oliveira, Roberta Carolina
Araújo dos Reis & Ana Luisa Santos Rocha..... 203

**PROJETO DE ASSENTAMENTO PAULO FONTELES NA
ILHA DE MOSQUEIRO/PA: UM ESTUDO HISTÓRICO-
GEOESPACIAL E INTERPOSIÇÃO SOCIOAMBIENTAL
COM USO DAS GEOTECNOLOGIAS**

Rodrigo Souza Soares, Aletéia Patricia Vilhena de Souza
& Clever Cley Corrêa Bulhões..... 211

**GT4: POVOS DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS - DAS
RELAÇÕES SUSTENTÁVEIS COM A NATUREZA À
AMEAÇA DE DESAPARECIMENTO: RESILIÊNCIA
CLIMÁTICA E SABERES TRADICIONAIS:
ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO DA AGRICULTURA
FAMILIAR NO MARAJÓ**

Denis Conrado, Lanna Peixoto & Kamila Leão..... 224

**EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO
MUNICÍPIO DE MOJU**

Keyla Tamires de Araújo Souza, Messias Furtado da Silva
& Neuziane Carvalho da Silva..... 234

**COMUNIDADES TRADICIONAIS EXTRATIVISTAS:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS DIANTE DAS
MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Matheus Silva Azevedo & Luiz de Jesus Dias da Silva..... 241

**INTERSECCIONALIDADES ENTRE A POPULAÇÃO
LGBTQIA+ E OS POVOS DAS ÁGUAS E DAS
FLORESTAS: SUSTENTABILIDADE, RESISTÊNCIA E
AMEAÇA DE DESAPARECIMENTO**

Pedro Henrique Santos Dias..... 250

**IMPACTOS HIDROELÉTRICOS NA REGIÃO
HIDROGRÁFICA DO TAPAJÓS**

Deric Matheus Abdon Ribeiro..... 257

**DINÂMICA SOCIOESPACIAL E A FRAGMENTAÇÃO
AMBIENTAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO
GUAMÁ, ESTADO DO PARÁ**

Franciney Carvalho da Ponte & Letícia dos Reis Araújo..... 263

**RISCOS SOCIOAMBIENTAIS NA BACIA DO
MURUCUTU/BELÉM-PA**

Maria Tereza Rodrigues Paes & Luziane Mesquita da Luz272

**MAIS UM EPISÓDIO DE VIOLÊNCIA CONTRA
POVOS INDÍGENAS, RIBEIRINHOS E QUILOMBOLAS
NA AMAZÔNIA PARAENSE E A RESISTÊNCIA DO
MOVIMENTO SOCIAL IRQ**

Andrea do Socorro Aguiar do Nascimento
& Crystiane Amaral Coutinho..... 279

**ANÁLISE DO RISCO TECNOLÓGICO INDUSTRIAL
NA BACIA HIDROGRÁFICA URBANA DO
MARACACUERA, NO DISTRITO DE ICOARACI**

Emilly Priscilla Costa Menezes, Ana Patrícia Moreira Noleto
& José Edilson Cardoso Rodrigues.....288

**DINÂMICAS TERRITORIAIS E NATURAIS NO SETOR
FLÚVIO-MARÍTIMO PARAENSE: IMPACTOS E
DESAFIOS PARA AS COMUNIDADES TRADICIONAIS**

Liliam Clisrana Alves das Neves, Alan Nunes Araújo
& Cristina do Socorro Fernandes de Senna..... 295

**IMPACTOS E TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS
NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MADEIRA, AMAZÔNIA**

Wendel Soares Ferreira, Lucas Macedo de Jesus
& Alan Nunes Araújo.....302

OS LAGOS DO PARQUE ESTADUAL DO UTINGA, BELÉM, PARÁ: UMA ANÁLISE DE UM ANO DE EL NINÕ Erick da Cruz Olivier, Emmanuel Luiz Craveiro de Souza & Rita Denize de Oliveira.....	309
RISCO HIDROLÓGICO E SOCIOAMBIENTAL NA SUB-BACIA DO RIO JURUÁ Viviane Miranda, Aline Cavalcante & José Emanuel Mineiro.....	316
ETNOGÊNESE QUILOMBOLA, LUTA POR RECONHECIMENTO E DIREITOS SOCIOTERRITORIAIS NO MARAJÓ - PA Edson Rogério Nascimento Cruz.....	323
A PIRACEMA E A IMPLEMENTAÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS NO RIO MADEIRA: IMPACTOS NA ANCESTRALIDADE DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PELA LÓGICA DE CAPITAL João Victor Soares Braga, Marina Câncio Cunha & Monique Thayane Rodrigues Arnoud.....	331
POVOS TRADICIONAIS E SUAS LUTAS HISTÓRICAS POR RECONHECIMENTO E DIREITOS EDUCACIONAIS Edilene Santos Portilho, Nayane Soares de Menezes & Calebe Pedro de Oliveira.....	338
CADERNO DE FOTOS.....	349



APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos – Seirdh foi criada pela Lei n.º 9.888, de 5 de abril de 2023, com a missão de

planejar, coordenar, articular a execução de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos, e desenvolver projetos voltados à promoção e proteção do idoso, da juventude, dos direitos das etnias, das pessoas com deficiência, da população LGBTQIA+ e à prevenção e erradicação da tortura e do trabalho escravo, no âmbito do Estado do Pará (PARÁ, 2023).

Sendo um órgão da administração direta e vinculado ao Governador do Estado, a Seirdh visa desempenhar suas ações em prol da melhoria da qualidade de vida da população paraense, por meio de políticas públicas afirmativas, considerando a diversidade de seu público alvo. Com uma estrutura organizacional inicial composta por funcionários comissionados ou em regime de contrato, por meio do primeiro processo seletivo simplificado com cotas para quilombolas no estado do Pará, o órgão possui uma estrutura organizacional em diferentes setores ligados ao Gabinete do Secretário e distribuídos em três principais diretorias: Diretoria de Direitos Humanos, Diretoria de Igualdade Racial e Diretoria de Administração e Finanças. Além disso, ele conta com nove conselhos instituídos em regime paritário, garantindo-se a representatividade da sociedade civil, que, por meio

de suas entidades, propõe e delibera sobre políticas públicas de direitos humanos e igualdade racial na Amazônia paraense.

Entre tantas atividades desenvolvidas, destacamos a ação do Plano Plurianual de Governo, voltada ao programa de Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, com destaque para a formação em direitos humanos e letramento racial, que tem acompanhado a incipiente, porém consolidada trajetória da Seirdh. Temas relacionados à Memória e à Verdade, por exemplo, vêm sendo tratados de maneira recorrente e profunda, restabelecendo um novo olhar sobre o lugar dos indivíduos em nossa história, a exemplo das discussões sobre a Tragédia do Brigue Palhaço, da Adesão do Pará à Independência do Brasil, do mês da Consciência Negra e da revisão do Regime Militar na Amazônia.

Essa frente de formação, educação e conscientização — reforçada pelo projeto Direitos Humanos nas Escolas, da Diretoria de Direitos Humanos, bem como pelas ações de Letramento Racial, sob a coordenação da Diretoria de Igualdade Racial, realizadas em escolas, autarquias e outras instituições públicas — define uma identidade para o órgão, com suas devidas idiossincrasias, em consonância com os veículos internacionais de direitos humanos, sobretudo os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas e o Decreto n.º 7.037/2009, que aprovou o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNH-3).

Importante ressaltar que a publicização de dados, pautada no princípio administrativo da transparência, também se tornou outro objetivo da Seirdh junto à sociedade. Deste modo, está em processo de consolidação o Observatório de Direitos Humanos do Estado do Pará, um equipamento virtual para auxiliar a todos os interessados, com as principais atualizações de dados sociogeográficos. Sendo assim, o Observatório permitirá duas frentes principais: auxiliar as entidades da sociedade civil em suas reivindicações e contribuir para a definição de políticas públicas mais eficazes, a partir da consolidação de informações importantes e comprovadas por renomadas

instituições de pesquisas, referentes às condições socioeconômicas da população paraense.

Visando ampliar as discussões sobre direitos humanos, a Seirdh definiu, como um de seus projetos para o exercício de 2024, a realização de um congresso que agregasse diferentes setores da sociedade (pesquisadores, professores, estudantes, gestores, juristas, ONGs e movimentos sociais), para que, juntos, pudessem dialogar sobre questões que se encontram na ordem do dia, tais como as relacionadas à justiça climática e ao empoderamento da população afro-amazônica, sendo uma entrega do órgão enquanto preparação para a COP 30. Assim nasceu o **Congresso Internacional de Direitos Humanos da Amazônia – Cidhama**, com o tema “Direitos Humanos, Justiça Climática e Autodeterminação dos Povos da Floresta”, realizado nos dias 16 e 17 de janeiro de 2025, no Teatro Maria Sylvia Nunes, em Belém do Pará.

Antecipamos nossos agradecimentos a todos que colaboraram para a realização do evento, desde a equipe da Seirdh até os órgãos parceiros do Governo do Estado, bem como aos professores e professoras que enriqueceram as discussões com o amplo conhecimento do tema, dentro de suas respectivas áreas de atuação.

Honradamente e com o sentimento de dever cumprido, apresentamos os principais resultados alcançados com o **Cidhama** e tornamos públicos os trabalhos defendidos por estudantes e egressos acadêmicos nos Grupos de Trabalho do evento. Esses trabalhos comprovam a amplitude da formação em direitos humanos de forma democrática e plural, a partir da integração de valores e saberes essenciais à efetivação de políticas públicas eficientes para a construção de uma Amazônia mais inclusiva.

Jarbas Vasconcelos do Carmo
Secretário de Estado

PARTE 1: ASPECTOS GERAIS DO CIDHAMA

1. UM CONGRESSO CONECTADO COM OS PRINCÍPIOS DA JUSTIÇA CLIMÁTICA

A ideia do **Congresso Internacional de Direitos Humanos da Amazônia – Cidhama** surgiu com a intenção de estabelecer diálogos profícuos entre governo, sociedade civil organizada e academia sobre temáticas imprescindíveis às sociedades atuais: os direitos humanos e o meio ambiente. Isto porque as relações intrínsecas entre homem e natureza, tantas vezes tratadas como categorias distintas, exigem o repensar de posturas individuais e coletivas sobre nosso lugar no mundo, a fim de que possamos contribuir para a continuidade de nossa espécie, sobretudo diante das intensas mudanças climáticas, sem, contudo, reforçarmos o racismo ambiental, seja contra os povos das florestas, seja contra as grandes massas de empobrecidos urbanos.

Por essa razão, o tema escolhido para a primeira edição do **Cidhama** foi “**Direitos Humanos, Justiça Climática e Autodeterminação dos Povos da Floresta**”, com o propósito de compartilhar conhecimentos e ampliar discussões sobre como homens e mulheres das matas, dos rios e dos mares de diferentes lugares, em especial da Amazônia, têm enfrentado a violação aos direitos humanos, bem

como sobre os impactos da crise climática na garantia desses direitos. Diante de um cenário de diásporas climáticas que se somam àquelas historicamente conhecidas – imigrações forçadas por guerras, governos autoritários, condições socioeconômicas subumanas e negação de direitos individuais, por exemplo –, têm deixado mais vulneráveis numerosas camadas sociais invisibilizadas em seus próprios direitos, a exemplo de comunidades tradicionais quilombolas, indígenas e ribeirinhas, tornando-se os principais alvos da degradação ambiental e, em médio ou longo prazo, de possíveis extinções diante de catástrofes naturais anunciadas. Para quem vive nos trópicos, esse “racismo ambiental” é reforçado pelo fato de as florestas serem campos de disputa devido às riquezas extrativistas e minerais, fazendo daqueles que as usam de forma sustentável alvos de criminosos que exploram a terra ilegal e compulsoriamente. Portanto, não se pode falar em justiça climática sem retomar a necessária discussão da autodeterminação dos povos.

Diante deste cenário, é preciso lembrar, também, que há homens e mulheres que dedicam suas vidas a defender comunidades inteiras e, por consequência, a própria natureza. Ao lado deles, nas grandes cidades, as lutas diferem na forma, mas não em essência: são imigrantes, jovens, mulheres, LGBTQIA+ e tantos outros que buscam diuturnamente o direito à vida, à liberdade, à moradia, à alimentação, isto é, o direito à própria existência. O **Cidhama**, neste sentido, também foi projetado para servir de palco para as múltiplas vozes que fazem da Amazônia um espaço de defesa do patrimônio sócio-humano do mundo e para o mundo. Nesse sentido, escolheram-se duas figuras emblemáticas da Amazônia paraense como os principais homenageados desta primeira edição: Gabriel Sales Pimenta, patrono do evento, lembrado *in memoriam*, e o deputado estadual Carlos Bordalo, presidente da Comissão de Direitos Humanos e do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

A partir dessa conjuntura, aliada à preparação do governo em diálogo com as vozes da sociedade para a COP 30, a se realizar

em Belém do Pará, no mês de novembro de 2025, a Seirdh ampliou as discussões do **Cidhama** para o cenário internacional, entendendo que trazer discussões que envolvam temas cerceados pelos conceitos de justiça climática e direitos humanos, incluídas as políticas antirracistas, é fundamental para o arcabouço das discussões prévias do maior evento sobre o clima do mundo, que terá, pela primeira vez, a Amazônia como sede. Nesta perspectiva, o envolvimento de diferentes setores da gestão pública, da academia, do mundo jurídico e da sociedade civil organizada possibilitou relevantes debates sobre direitos humanos, justiça climática, racismo ambiental e igualdade racial, a fim de contribuir para o desenvolvimento de uma consciência bio-histórica que permita pensar a existência, a resistência e a sobrevivência da espécie humana concomitantemente à necessidade de preservação dos biomas da Terra.

2. OS OBJETIVOS DO CIDHAMA

Como citado anteriormente, o **Congresso Internacional de Direitos Humanos da Amazônia** se enquadrou no programa de Cidadania, Justiça e Direitos Humanos do Plano Plurianual do Governo do Estado, especificamente na ação que visa “promover a igualdade racial e os direitos humanos”. Deste modo, o evento esteve alinhado à Agenda 2030, da ONU, dentro dos seguintes Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): Educação de Qualidade; Igualdade de Gênero e Redução das Desigualdades.

Feitas estas considerações, o objetivo geral do evento, avaliado pela comissão organizadora como atingido a contento, foi promover a formação em direitos humanos na Amazônia a partir das discussões ambientais pertinentes ao tempo presente, envolvendo a sociedade civil organizada, a academia, os representantes de governos e demais entidades interessadas, tendo como eixos norteadores os conceitos de justiça climática e direitos humanos.

3. UMA PROGRAMAÇÃO, VÁRIOS SABERES

O **Cidhama** propôs uma programação que valorizasse o saber acadêmico e o saber empírico, sempre buscando promover diálogos entre professores, pesquisadores e juristas com representantes da sociedade civil. Deste modo, possibilitou-se o confronto de visões de mundo em aspectos divergentes e convergentes, ampliando os horizontes sobre direitos humanos e justiça climática na Amazônia. Tais discussões se deram em diferentes formatos: conferências, mesas redondas e grupos de trabalho.

As conferências e mesas redondas ocorreram no Teatro Maria Sylvia Nunes, foram conduzidas por pessoas renomadas e contaram com homenagens a defensores de direitos humanos que, em vida, lutaram por liberdade e dignidade para aqueles que vivem na floresta. Os debatedores e conferencistas foram escolhidos pela relevância de seus trabalhos na área dos direitos humanos, seja acadêmica ou juridicamente, o que permitiu a representação de grandes instituições e entidades, com a devida valorização de nomes da Amazônia.

Os grupos de trabalho, realizados em uma sala especialmente montada para este fim, abordaram quatro grandes temas e totalizaram 44 inscrições, número superior ao previsto. As discussões perpassaram por áreas como geografia, antropologia, racismo ambiental, sustentabilidade, economia solidária e direitos humanos, e foram avaliadas por professores das principais instituições de ensino superior sediadas em Belém.

Diferentes atividades foram realizadas na área externa ao teatro, com destaque para o lançamento de livros; a feira de mulheres negras empreendedoras; a apresentação de trabalhos de manejo sustentável; a exposição fotográfica; e a oficina de grafismo indígena. Algumas dessas ações foram propostas pelos próprios expositores, que procuraram a organização do evento solicitando participação.

A seguir, apresenta-se a programação completa com os temas abordados em cada dia do evento:

PROGRAMAÇÃO CIDHAMA 2025

1º DIA – 16 DE JANEIRO (QUINTA-FEIRA)

08h às 14h – Credenciamento

9h às 11h15 – GT1: Economia solidária na Amazônia: direitos humanos e sustentabilidade.

Avaliação: Prof. Dr. João Cláudio Tupinambá Arroyo e Prof. Dr. Alberto Papaléo (Unama/Belém).

09h às 10h30 – MESA-REDONDA 1: Desafios urbanos e justiça climática na Amazônia.

Convidados: Dep. Est. Carlos Bordalo (Comissão de Direitos Humanos/ALEPA); Dra. Maria Páscoa Sarmento (Quilombo Bairro Alto/Salvaterra-PA); Nilma Bentes (CEDENPA/Belém-PA); Samara Ranieri da Silva (COP das Baixadas).

Presidência: Thamyres Costa (ONG Laboratório da Cidade).

Homenageado: José Carlos Castro.

11h15 às 12h30 – GT4: Povos das águas e das florestas: das relações sustentáveis com a natureza à ameaça de desaparecimento. (Parte 1)

Avaliação: Profa. Dra. Luziane Mesquita da Luz e Profa. Dra. Rita Denise Oliveira (UFPA/Belém-PA).

10h30 às 12h – MESA-REDONDA 2: Religiões de matriz africana: saberes tradicionais e enfrentamento ao racismo ambiental.

Convidados: Profa. Dra. Maria Malcher (CEDENPA/Belém-PA); Mãe Jucilene de Oyá (Sacerdotisa do Terreiro de Umbanda Casa de Mãe Herondina/Belém-PA). Presidência: Profa. Dra. Joana Machado (SEDUC-PA).

Homenageada: Mãe Cris Leite.

14h às 16h – GT2: Mecanismos internacionais de defesa dos direitos humanos: avanços, retrocessos e perspectivas.

Avaliação: Prof. Dr. Marcelo Cunha Holanda (IFPA/Belém-PA).

14h às 15h – MESA-REDONDA 3: População LGBTQIA+: desafios diante das mudanças climáticas.

Convidados: Erleyvaldo Bispo (Instituto Águas Resilientes/Rio de Janeiro-RJ); Prof. Me. Pedro Mota (COJOVEM/Doutorando UFPR/Belém-PA); Xan Marçall (Casa CURA Ananindeua-PA/PPGA-UFBA).
Presidência: Regina Alice de Souza Franco (Grupo de Resistência de Travestis e Transexuais da Amazônia - GRETTA).

Homenageada: Darlah Farias.

15h às 16h15 – Roda de Conversa: Diálogos Jurídico-Institucionais de Ações de Direitos Humanos na Amazônia Oriental.

Convidados: Dr. Bruno Renato Nascimento Teixeira (MDHC/Brasília-DF); Dra. Roberta de Oliveira Santos (TRT8/Presidente da AMATRA); Dr. Líbio Moura (Presidente da AMEPA); Dra. Mônica Palheta Furtado (Defensora Pública Geral do Pará); Dra. Ana Cláudia Pinho (Promotora de Justiça MPPA/FUNTRAD).

Presidência: Dra. Herena Corrêa de Melo (Conselheira COETRAE).

Homenageada: Iza Cunha.

17h às 18h – Cerimônia de abertura.

18h às 19h30 – CONFERÊNCIA DE ABERTURA: Direitos humanos na contemporaneidade: entre discursos e práticas.

Conferencista: Profa. Dra. Maria Esther Martínez Quinteiro (Universidade de Salamanca/Espanha).

Convidados especiais: Dra. Betânia Fidalgo (Reitora da Unama) e Dr. Sávio Barreto (Presidente da OAB-PA).

Presidência: Dra. Eulina Maia (Unama).

Homenageado: Chico Mendes.

2º DIA – 17 DE JANEIRO (SEXTA-FEIRA)

09h às 11h – GT3: Comunidades tradicionais e racismo ambiental.

Avaliação: Prof. Me. Heráclito Santa Brígida. Profa. Daniele Bendelac Pinheiro (UFPA/Belém-PA).

09h às 11h – MESA-REDONDA 4: Direitos humanos e meio ambiente: conexões para a autodeterminação dos povos das águas e florestas.

Convidados: Dra. Ione Nakamura (Promotora Agrária/MPPA); Dra. Lilian Regina Furtado Braga (Promotora de Justiça de Meio Ambiente/MPPA/Santarém-PA); Dr. Felipe de Moura Palha e Silva (Procurador-Chefe do MPF/PA); Dra. Juliene Pereira dos Santos Antropóloga/Quilombola de Cachoeira Porteira/Oriximiná-PA). Presidência: Dr. Ibraim Rocha (PGE).

Homenageada: Dorothy Stang.

11h às 12h – MESA-REDONDA 5: Estudos sobre o colapso da Amazônia até 2050.

Convidados: Profa. Dra. Nathália Nascimento (USP/São Paulo-SP); Profa. Dra. Luziane Mesquita da Luz (UFPA/Faculdade de Geografia). Presidência: Prof. Dr. Hilton Pereira (UnB/Brasília-DF).

Homenageados: José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo.

14h às 16h – GT4: Povos das águas e das florestas: das relações sustentáveis com a natureza à ameaça de desaparecimento (Parte 2).

Avaliação: Profa. Dra. Luziane Mesquita da Luz e Profa. Dra. Rita Denise Oliveira (UFPA/Belém-PA).

14h às 16h – MESA-REDONDA 6: Do DHESC ao DHESCA: a progressividade do ambiente da Corte ao Comitê Interamericano de Direitos Humanos e apresentação do Observatório dos Direitos Humanos do Pará.

Convidados: Dr. Paulo de Tarso Vannuchi (São Paulo); Dr. Roberto de Figueiredo Caldas (Brasília); Prof. Dr. João Cláudio Tupinambá Arroyo (Unama/Belém). Presidência: Dra. Vera Tavares (Ouvidora SEIRDH/Belém-PA).

Homenageado: Egídio Sales Filho.

16h15 às 17h15 – CONFERÊNCIA: Mulheres negras: estratégias contra o racismo e o sexismo.

Conferencista: Dra. Karoline Bezerra Maia (MPPA/Brasil Novo-PA);

Presidência: Sandra Lurine Guimarães (UFPA/ICJ/Belém-PA).

Homenageada: Socorro do Burajuba.

17h45 às 18h45 – CONFERÊNCIA: Direitos Humanos, Memória e Verdade.

Conferencista: Dr. Rafael Sales Pimenta (Presidente do Instituto Gabriel Sales Pimenta de Defesa dos Defensores dos Direitos Humanos/Juiz de Fora-MG).

Presidência: Profa. Dra. Edilza Fontes (Seirdh).

Convidada de Honra: Sandra Batista (Conselho Estadual de Direitos Humanos).

Homenageado: Gabriel Sales Pimenta.

18h45 às 19h45 – CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO: Direitos humanos e justiça climática.

Conferencista: Profa. Dra. Zélia Amador de Deus (CEDENPA/Belém-PA). Presidência: Dr. Jarbas Vasconcelos (Seirdh).

Homenageado: Pe. Josimo Tavares.

PROGRAMAÇÃO PARALELA:

ATRAÇÕES CULTURAIS:

- Alba Mariah;
- Coral Madrigal;
- Grupo Carimbó Selvagem.

EXPOSIÇÕES E FEIRAS:

- Raízes: exposição fotográfica e oficina de grafismo (Roulien Boechat, Rio de Janeiro);
- Feira de Mulheres Empreendedoras Negras;
- Agricultura Familiar: práticas ambientais de manejo do solo (Estudantes da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA);
- Defensores de Direitos Humanos e da Floresta (Exposição digital, Seirdh);
- História, Memória e Verdade (Exposição digital de grandes acontecimentos históricos e suas relações com os direitos humanos na Amazônia paraense, Seirdh);
- Ações Institucionais da Seirdh: 2023-2024 (Exposição digital das principais atividades realizadas pelo órgão).
- Estande da Livraria Ifá com acervo especializado em direitos humanos e igualdade racial;
- Lançamento de Livros:
 - - *Dos cercamentos contemporâneos à necropolítica dos territórios*, de Herena Corrêa de Melo.
 - - *Colonialidade da Sexualidade*, de Cláudia Macedo.

4. METAS DE PARTICIPAÇÃO

O evento registrou uma marca de 844 inscritos, sendo 413 efetivos e mais 431 reservas, distribuídos em 8 (oito) categorias de participantes ouvintes, além dos convidados oficiais. Considerando somente os efetivos, atingimos 82% de público presente, ou seja, 340 pessoas que realizaram check-in, tendo direito à certificação. No entanto, a presença pode ter sido ainda maior, haja vista as atividades realizadas no Boulevard das Feiras, na área externa ao teatro, que possibilitaram o livre trânsito de interessados. Um telão transmitia as mesas-redondas e conferências, permitindo a participação daqueles que, mesmo não credenciados e em respeito à lotação do local, ainda assim puderam acompanhar o evento.

Figura 1 – Canais de inscrições: Sympla e Even3

INSCRIÇÕES EFETIVAS OFICIAIS	Qtd. Prevista	Qtd. Realizada
PROFESSOR (A) PESQUISADOR (A)	50	49
PROFESSOR (A) DE EDUCAÇÃO BÁSICA	50	48
ESTUDANTES	80	76
MOVIMENTOS SOCIAIS	80	74
CONVITE ESPECIAIS (Órgãos Gov.Pa.) e Parceiro	40	90
Membro de GTs: 1, 2, 3 e 4, aprovados	40	36
Convite Especial à Parceria de Apoio/Suporte	10	4
REABERTURA AO PÚBLICO EM GERAL	40	36
TOTAL	390	413

Fonte: Banco de dados de inscrições do SYMPLA e EVEN3, até 15/01/2025

Com a alta adesão do público e o andamento de toda a programação com os convidados para palestras, conferências e avaliação de trabalhos acadêmicos, compreendemos que o **Cidhama** cumpriu as metas previstas, tornando-se um evento singular em temáticas sobre direitos humanos na Amazônia.

PARTE 2: TRABALHOS APRESENTADOS NOS GTS

GT1: ECONOMIA SOLIDÁRIA NA AMAZÔNIA: DIREITOS HUMANOS E SUSTENTABILIDADE

**Capitalismo e desenvolvimento
(in)sustentável: a ideologia colonial
como empecilho à existência dos
povos tradicionais na amazônia**

Lucas Cunha Imbiriba¹

Palavras-chave: Capitalismo; Desenvolvimento sustentável; Exploração.

1. INTRODUÇÃO

Com o avanço do agronegócio e do garimpo sobre as terras indígenas e os modos de vida de outras populações tradicionais, é necessário observar esta exploração sob o seu caráter colonizatório. A perspectiva exploratória é típica da ideologia colonial deixada pelos invasores europeus, que continuam a exportar ideais de progresso aparentemente amenos, como o do “desenvolvimento sustentável”. O objetivo deste trabalho é demonstrar a contradição desses ideais em

¹ Aluno do curso de Direito pela Faculdade de Estudos Avançados do Pará – FEAPA. Membro do grupo de pesquisa Crítica do Direito e Subjetividade Jurídica – Universidade de São Paulo (USP). E-mail: lucascunhaimbiriba@gmail.com

relação ao modo de vida das populações tradicionais na Amazônia, sob a lógica da ordem econômica capitalista.

2. METODOLOGIA

O método utilizado é o materialista-dialético. Para a análise da relação entre exceção e direitos humanos, inspira-se na obra de Evgeni Pachukanis, sem prejuízo da utilização de autores decoloniais, como Ailton Krenak.

3. RESULTADOS

A ocupação e a colonização da região amazônica pela Coroa portuguesa se deram em uma dinâmica alternativa à do Estado do Brasil. Enquanto a economia do Brasil Colonial tinha como base o emprego da mão de obra escrava para o trabalho no regime de *plantation*, é difícil falar de algum tráfico de escravos para o estado do Grão-Pará no período anterior a 1690 (Bezerra Neto, 2012). Portanto, a colonização da região se deu com prevalência do extrativismo sobre a agricultura (Salles, 2004), sendo a atividade extrativista “realizada essencialmente pela mão-de-obra indígena destribalizada e aldeada sob a direção e cuidados das ordens religiosas” (Souza Júnior *apud* Armando *et al.*, 2001, p. 23).

Como a mão de obra indígena era extensamente empregada, a colonização do Norte passa a utilizar da ideologia como ferramenta para o domínio da terra (Alves Filho *apud* Armando *et al.*, 2001). No entanto, foi somente a partir de 1750, com Pombal, que a Amazônia foi “objeto de uma política colonial propriamente dita” (Chambouleyron, 2010, p. 81), que consistia em transformar o indígena em colono, reproduzindo a imagem do índio-cidadão a serviço da Coroa (Souza Júnior *apud* Armando *et al.*, 2001). Assim, é possível notar que a ideologia colonial espalhada na região amazônica consiste na transformação das perspectivas de mundo a serviço do colonizador.

Para transformar o indígena, mentalmente, de colonizado a colono, foi necessário reconhecer a ele uma série de direitos naturais aparentemente inerentes a todos os seres humanos (Souza Júnior *apud* Armando *et al.*, 2001). Nesse sentido, Ailton Krenak (2022, p. 49) comenta que, “se o colonialismo nos causou um dano quase irreparável, foi o de afirmar que somos todos iguais”. Esse processo reflete séculos de estímulo à competitividade entre os indivíduos em uma lógica econômico-capitalista que não admite outra propriedade que não a privada (Krenak, 2022).

Com a expansão da fronteira agrícola pela Amazônia e o aumento da criação de gado, um modelo de exploração da terra proveniente das outras regiões do país ganha mais força na região, o do latifúndio. Trata-se do colonialismo de submissão, no qual os colonialistas regionais estão submissos aos de outra região do país, que, por sua vez, são submissos aos colonialistas do Norte (Santos, 2023). À expansão efetiva das atividades predatórias sobre a planície amazônica, segue uma correspondente ideologia jurídica de caráter colonial marcada pela prevalência da propriedade privada, reconhecida como direito humano, e pela exceção.

A exceção, ou o “espaço anômico onde o que está em jogo é uma força de lei sem lei” (Agamben, 2004, p. 61), faz parte do cálculo da legalidade capitalista (Mascaro, 2018, p. 97). Nota-se, com o avanço do capital sobre as terras indígenas e quilombolas, bem como com a poluição dos rios por metais pesados, o que prejudica o modo de vida ribeirinho, um ataque à igualdade formal perpetrada pela ideologia jurídica na forma dos direitos humanos e das garantias essenciais. Todavia, esta igualdade formal “é o espelho de um mundo feito um grande mercado” (Mascaro, 2019, p. 25), uma reflexão da lógica de circulação mercantil universal capitalista.

Sob essa perspectiva, a obra de Evgeni Pachukanis é importante, pois apreende a natureza do fenômeno jurídico no cerne da circulação mercantil capitalista (Naves, 2000). A reprodução do capitalismo ocorre por meio de formas sociais – estruturas ou moldes

que podem ser preenchidos por conteúdos variados – das quais o Direito é um grande expoente (De Souza, 2017). O Direito, tal como hoje o conhecemos, é necessariamente capitalista. Consequentemente, a ideologia exploratória imposta à região amazônica desde o período colonial mescla-se ao capital e ao direito, na forma das suas garantias gerais e abstratas, para desestabilizar o modo de vida das populações tradicionais.

Para Krenak (2020b, p. 16), ideias como as de “desenvolvimento sustentável” não passam de um mito “inventado pelas corporações para justificar o assalto que fazem à nossa ideia de natureza”. A ideia de desenvolvimento, mesmo que sustentável, não se dissocia da de progresso, “a ideia prospectiva de que estamos indo para algum lugar”, seguindo a lógica pela qual o homem tem devastado tudo ao seu redor (Krenak, 2020a, p. 9-10). Sob a ideia do progresso sustentável, ainda se encontra uma lógica mercantil colonial de abastecimento dos centros econômicos do capital, por meio do extrativismo, por exemplo, que exporta cacau para as grandes indústrias europeias e americanas, enquanto as regiões que extraem o cacau seguem com dados sociais alarmantes.

Portanto, a degradação dos modos de vida das populações tradicionais não apenas é herdada do período colonial, como cooptada pelo capital. Estas pessoas do campo e das águas são forçadas a mudar as suas perspectivas de uso da terra e de trocas com a natureza, sendo levadas às cidades, nas quais são forçadas a viver em favelas e periferias, vendendo a sua mão de obra (Krenak, 2020b). A grilagem de terras, a invasão de territórios indígenas, a contaminação dos rios por mercúrio, entre outras atividades predatórias, embora violem os direitos humanos e as garantias fundamentais dos povos tradicionais, são práticas sustentadas pelo cálculo da reprodução capitalista.

Dessa maneira, a “solução” apresentada como alternativa ao caos vivido por essas pessoas é a de abraçar a ideologia exploratória do colonizador: a ideologia da igualdade formal, da mão de obra assalariada e da mercadoria — concepções adversas aos modos de vida tradicionais. A transformação de mundo a serviço do colonizador,

portanto, impõe-se de forma forçada às populações vistas como empecilho ao desenvolvimento — mesmo que aparentemente sustentável — do capitalismo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que tanto as ideias mais corriqueiras de desenvolvimento quanto aquelas relacionadas ao desenvolvimento sustentável seguem uma lógica econômica voltada à exploração. A ideologia exerce, na Amazônia, um papel tão essencial hoje quanto na época da colonização, promovendo a alteração dos modos de vida tradicionais. Todavia, essa alteração forçada, por mais que aparentemente contrarie a ordem jurídica, encontra-se abarcada pelo cálculo da legalidade da forma do direito, correlata à forma da mercadoria e ao desenvolvimento do capitalismo.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ARMANDO, A. F. *et al.* **Pontos de História da Amazônia**. 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2001.
- BEZERRA NETO, J. M. **Escravidão negra no Pará (séculos XVII-XIX)**. 2. ed. Belém: Paka-Tatu, 2012.
- CHAMBOULEYRON, R. **Ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. Belém: Ed. Açai/Programa de pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.
- DE SOUZA, N. K. C. P. **A questão da superveniência do direito no Marxismo jurídico brasileiro**. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) – Instituto de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
- KRENAK, A. **A vida não é útil**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.
- KRENAK, A. **Futuro Ancestral**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.

- MASCARO, A. L. **Crítica da Legalidade e do Direito brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2019.
- MASCARO, A. L. **Crise e Golpe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- NAVES, M. B. **Marxismo e Direito**: um estudo sobre Pachukanis. São Paulo: Boitempo, 2000.
- SALLES, V. **O negro na formação da sociedade paraense**. Textos reunidos. Belém: Paka-Tatu, 2004.
- SANTOS, A. B. **A terra dá, a terra quer**. 1. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

REGULAMENTAÇÃO DO MERCADO DE CRÉDITO DE CARBONO NA AMAZÔNIA

O trabalho escravo como critério para um desenvolvimento sustentável

Pollyana Esteves Soares²

Palavras-chave: escravidão contemporânea; justiça climática; REED+.

1. INTRODUÇÃO

A proteção do meio ambiente vem sendo a demanda central de políticas públicas ao redor do globo, incentivando a criação de ferramentas, dispositivos e mercados que se fundamentam em uma “racionalidade verde”, pautada na sustentabilidade e solidariedade entre países. Diante disso, a defesa da Amazônia encontra centralidade nas novas formas de pensar o mundo, que continuamente se desenvolvem em face da urgente demanda pela preservação da natureza e equilíbrio entre aspectos econômicos e sociais que acompanham a discussão.

No entanto, o que se observa é que, ainda que o meio ambiente seja motivação supra para se refletir as demandas do presente e do futuro, por vezes, as relações de trabalho inseridas nas zonas de conflito ambiental permanecem como aquelas mais negligenciadas

² Mestra em Direito pela UFPA. Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela PUC/RS. Pós-graduanda em Direito Agroambiental pelo CESUPA. Advogada. Integrante da Comissão de Combate ao Trabalho Forçado da OAB/PA.

por essa nova ótica de mundo. Em meio a isso, o protagonismo da Amazônia passa a ser marcado por uma relação conflituosa entre a preservação ambiental e do trabalhador, motivada pelo afastamento entre a proteção da dignidade humana e a preservação da natureza.

Estas premissas se revelam de forma mais evidente ao analisar a expansão do mercado de crédito de carbono na Amazônia, visto que, ainda que fundamentada na busca pela sustentabilidade, a inclusão de desafios sociais, como a persistência do trabalho escravo, ainda não é agregada no processo de discussão sobre o marco regulamentário deste mercado.

Nesse sentido, observada a necessidade de relacionar a sustentabilidade a aspectos socioeconômicos, o alinhamento dessas problemáticas ampara-se na urgência para que o Brasil e a Amazônia ocupem local de vanguarda, propondo alternativas de regulamentação que sejam resolutivas para problemáticas estruturantes da região, como a ampliação das fronteiras de desmatamento e a exploração humana, sem, contudo, manter assimetrias históricas no processo de enfrentamento da emergência climática. Isso porque,

enquanto grandes potências assumem uma agenda verde e ecológica dentro de seus países, ou mesmo financiam políticas nacionais para se adaptar a um clima mais quente, outros países sofrem, em geral ao Sul, com impactos socioambientais decorrentes das mudanças climáticas (Isaguirre-Torres; Maso, 2023, p. 461).

Assim, o problema de pesquisa suscitado neste trabalho é questionar em que medida a escravidão contemporânea pode ser adotada como critério para a regulamentação do mercado de crédito de carbono no Brasil. Com isso, o objetivo geral desta pesquisa é analisar de que forma o trabalho escravo contemporâneo persiste nas novas dinâmicas de preservação do meio ambiente, como no caso da ascensão do mercado de carbono.

De modo específico, busca-se compreender o que é mercado de crédito de carbono, bem como a necessidade e os impactos da

adoção de premissas sociais, como o combate ao trabalho escravo, para sua regulamentação.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa utiliza o método dedutivo, aliado à abordagem exploratória. Para tanto, adota-se o procedimento metodológico baseado na revisão bibliográfica de obras e artigos, livros, documentos e trabalhos acadêmicos que abordam os temas do Direito Ambiental e do Direito do Trabalho, com enfoque no mercado de crédito, condições análogas à escravidão e sustentabilidade.

3. RESULTADOS

A necessidade de mitigar as mudanças climáticas assume a centralidade da agenda mundial a partir do diálogo internacional para o controle e estabilização dos gases de efeito estufa (GEE), visando ao alcance de um desenvolvimento sustentável que ganha força na década de 1990, sob um prisma de solidariedade global (Isaguirre-Torres; Maso, 2023). Dessa forma, a Convenção Quadro de Mudanças do Clima (CQMC), de 1992, o Protocolo de Kyoto, de 1997, e o posterior Acordo de Paris, em 2015, tornaram-se marcos responsáveis por definir diretrizes e metas para o alcance deste objetivo (Isaguirre-Torres; Maso, 2023).

Com isso, licenças para emissões e reduções de gases de efeito estufa (GEEs) tornam-se moeda de troca no mercado mundial, sendo os órgãos reguladores e os projetos voltados para a causa agentes centrais para o controle de qualidade dessas negociações (Duarte; Tupiassu; Nobre, 2020). Isso porque, quando um país acaba por emitir menos CO₂ do que sua meta previamente estipulada, o montante não utilizado é passível de flexibilização, podendo ser comprado como créditos por aqueles que excederam a quantidade de GEEs previstos.

Estabelecido isso, o Brasil insere-se nessa dinâmica, demonstrando grande potencial de desempenho e arrecadação de lucro, uma vez que estudos apontam para a possibilidade de o mercado de crédito de carbono no país gerar cerca de 100 bilhões de dólares até 2020 (SEBRAE, 2023). Diante disso, a meta de contribuição atual do país para a redução de GEE consiste na redução em 50% de suas emissões até 2030 e em alcançar a neutralidade climática até 2050 (Isaguirre-Torres; Maso, 2023).

Para tanto, o ordenamento pátrio já dispõe de um arcabouço que se debruça sobre a temática e as metas para a redução de GEE, com destaque para a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei n.º 12.187/2009 ao integralizar a Convenção Quadro no ordenamento interno (Duarte; Tupiassu; Nobre, 2020). Contudo, ainda não apresenta avanços na regulamentação do mercado de crédito de carbono em âmbito nacional³ e/ou estadual, com ênfase no Estado do Pará.

Nesse contexto, o mercado de créditos de carbono e a necessidade de redução dos GEE passam a ser amparados por noções de bioeconomia, aplicadas à Amazônia com vistas a uma maior sustentabilidade, mas que ainda precisam resistir às violações à dignidade humana. Tal cenário se deve ao fato de que, embora se trate de um mercado em expansão, a inconsistência quanto aos critérios socioambientais ainda configura o panorama preponderante.

Perante essa realidade, a preocupação recai sobre a manutenção de formas de exploração do trabalho que, ainda que inseridas em dinâmicas consideradas “verdes”, operam sob a permanência do trabalho escravo. Um exemplo emblemático é o Projeto Maísa REDD+, implementado em fazendas situadas no município de Mojú/PA, de alcance internacional e voltado para o mercado de crédito de carbono,

³ Atualmente, seguem no Congresso Nacional o PL 182/2024 e o PL 528/2021, os quais visam estabelecer regras para os mercados voluntários e regulados.

com execução na Amazônia, financiado por grandes empresas como Audi, Uber, Nike, iFood e Giorgio Armani (Repórter Brasil, 2024).

Apesar de ser certificado pela Verra, uma das mais renomadas certificadoras do setor, e de ter recebido o selo *Verified Carbon Standard* (VCS), que conferia credibilidade e qualidade aos créditos de carbono gerados, além de ter sido submetido a diversas auditorias realizadas por outras empresas, o projeto tornou-se um caso paradigmático ao evidenciar a relação entre trabalho escravo e o mercado de carbono (Repórter Brasil, 2024). Esses trabalhadores eram responsáveis por realizar o desmate das áreas, o qual era autorizado pelos órgãos ambientais e previstos no plano da propriedade para se estender por 477 hectares, a fim de explorar a pecuária extensiva (Repórter Brasil, 2024).

Por sua vez, de acordo com a fiscalização, as condições de trabalho em que os trabalhadores se encontravam eram notoriamente degradantes, visto que não possuíam carteira assinada, os alojamentos eram quentes e sem ventilação, de modo que preferiam dormir em redes no exterior da construção, não tinham roupas de cama ou acesso à água nos banheiros (Repórter Brasil, 2024). Ademais, tomavam banho de mangueira, faziam suas necessidades fisiológicas no mato (Repórter Brasil, 2024). Diante disso, a única mulher que integrava o grupo de resgatados, ocupando a função de cozinheira, precisou improvisar um banheiro dentro do seu quarto de madeira para ter condições mínimas de privacidade (Repórter Brasil, 2024).

A situação se agravava ao considerar que, apesar de ter sido inativado após esses fatos, a reincidência em casos de trabalho escravo marca o Projeto Maísa REED+. Isso porque, em 2010, dois anos antes do início oficial do projeto, a Fazenda Maísa, componente do projeto, foi alvo de resgate de 11 trabalhadores, levando à tramitação de um processo contra o seu proprietário, o qual segue em julgamento (Repórter Brasil, 2024).

Simultaneamente, a demora na implementação de um marco regulatório interno se soma ao abandono de investimentos internacionais, como o ocorrido em 2021 pelo Banco Mundial, resultando na

perda de apoio técnico e financeiro necessário à regulamentação desse mercado. Paradoxalmente, essa situação perpetua a inconsistência e a fragilidade do mercado nacional, afastando-o de uma concepção socioambiental das transações de crédito de carbono.

Desse modo, constata-se que a crise climática reflete a perpetuação de um padrão global de poder colonial, caracterizado pela desigualdade na distribuição dos impactos do desenvolvimento entre as nações (Isaguirre-Torres; Maso, 2023). Essa lógica hierarquiza saberes e centraliza o poder de decisão no Norte Global, o qual mantém-se ditando a sua forma de desenvolvimento, enfraquecendo a luta por problemas regionais, como a escravidão contemporânea.

À vista disso, torna-se essencial adotar uma abordagem integrada, conectando a luta por justiça social ao respeito à biodiversidade a partir do socioambientalismo (Santilli, 2012). Nesse sentido, a construção de uma noção de justiça climática para se pensar o mercado de créditos de carbono demanda uma transformação radical do modelo de desenvolvimento hegemônico, evidenciando a necessidade de criação legislativa para a regulamentação desses mercados.

Assim, observa-se como imprescindível a criação de um marco regulatório robusto para o mercado de carbono, tanto em âmbito nacional quanto estadual, que incorpore o combate ao trabalho escravo como um critério essencial de verificação e legalização. Essa medida garantiria não apenas a transparência e a credibilidade do mercado, mas também a promoção de práticas socioambientais alinhadas aos direitos humanos e uma noção de desenvolvimento sustentável que englobe problemáticas reais e estruturais do Brasil e, em suma, da Amazônia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões acima suscitadas, compreende-se que não é apenas possível relacionar meio ambiente com relações econômicas e sociais, mas necessário para o alcance de um desenvolvimento de fato

sustentável, pensado por e para brasileiros e amazônidas. Para além disso, a problemática trazida por esse cenário retoma o debate muito bem representado por Loureiro (2002), sinalizando que, em meio a inovações e à busca pelo desenvolvimento “verde”, a Amazônia é ferramenta de manutenção do equilíbrio ecológico no cenário internacional, sem, contudo, manter a sua submissão e a de seus sujeitos à exploração.

Isso implica em compreender que, ainda que, como estabelecido por Loureiro (2002), a preservação do potencial natural da Amazônia não seja mais um inimigo ao desenvolvimento, a proteção do sujeito que nessas terras laboram se mantém pauta invisibilizada e negligenciada pelas promessas do crescente mercado de crédito de carbono. Assim, sendo fundamental o incentivo à regulamentação à nível nacional e estadual deste mercado e a inserção de aspectos socioambientais, como o combate ao trabalho análogo ao de escravo, para a sua elaboração.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda à Constituição n.º 84, de 2019**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2270639&fichaAmigavel=nao>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/12187.htm. Acesso em: 15 nov. 2024.
- BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei n.º 5.820, de 2019**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/161961>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- DUARTE, B. B.; TUPIASSU, L.; NOBRE, S. O mercado de carbono na política de mitigação das mudanças climáticas. **Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo**, v.6, n.2, p.93-108, 2020. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/d0ad/c1e96ef9cc1276bc3076b28f8b20c84b191b.pdf>. Acesso em: 02 set. 2024.

- ISAGUIRRE-TORRES, K. R.; MASO, T. F. As lutas por justiça socioambiental diante da emergência climática. **Revista Direito e Práxis**, v. 14, n. 1, p. 458-485, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2023/73122>. Acesso em: 23 nov. 2023.
- LOUREIRO, V. R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, p. 107-121, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200008>. Acesso em: 02 set. 2024.
- REPÓRTER BRASIL. **Respostas sobre trabalho escravo em projeto de créditos de carbono**. 19 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2024/02/respostas-de-empresas-e-certificadoras-sobretrabalho-escravo-em-projeto-de-creditos-de-carbono/>. Acesso em: 02 set. 2024.
- SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade** biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2012.
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Como funciona a comercialização de crédito de carbono?** 17 de abril de 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/como-funciona-a-comercializacao-de-credito-de-carbono,88dbbc6d15757810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 02 set. 2024.

SISTEMA ANDORINHAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO DIREITO HUMANO AMAZÔNICO

Eliana Bogéa⁴

Carlos Siqueira⁵

Marcello Aponte⁶

Palavras-chave: Economia Solidária; Sistema Andorinhas de Economia Solidária; Direito Humano Amazônico.

Direitos Humanos e Economia Solidária estão intimamente relacionados ao promoverem a dignidade humana e a justiça social. Essa integração deve contribuir significativamente para reduzir desigualdades econômicas e sociais, viabilizar o desenvolvimento socioambiental, fortalecer comunidades locais e empoderar famílias, indivíduos e grupos vulnerabilizados, através da colaboração, cooperação, inovação, associação e do trabalho em redes de solidariedade.

Não à toa, juntamente com os Direitos Humanos,

a economia solidária é um fenômeno social mundial que traduz sua importância por gerar várias estratégias e táticas de combate à

⁴ Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: eliana.bogea@gmail.com.

⁵ Doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Membro do Grupo de Reflexão G-20 no Brasil, do Instituto de Relações Internacionais da UnB. Email: edu13siqueira@gmail.com.

⁶ Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade FACULESTE. Email: marcello.aponte@gmail.com.

desigualdade social, à dominação e à exclusão de vidas humanas. Ela nasce quando a vida social se debate em complexidades violentas da concorrência humana que obriga os indivíduos a procurar um modo ético de ganhar a vida, no momento em que as razões humanas entram em diálogos procurando saídas efetivas para os excluídos (os que perdem na concorrência) ou quando se procura encaminhar a vida coletiva para alternativas mais duradouras para vivências convivências pacíficas (Da Silva, 2020, p. 11).

O direito ao trabalho digno, à saúde, à educação, à participação política, à igualdade de gênero e ao meio ambiente saudável conecta esses dois campos, cujas necessidades e urgências são igualmente universais, indivisíveis e inalienáveis, em uma arena global que ainda prescinde de respostas à altura dos desafios que enfrentamos, sobremaneira, na Amazônia. Para fazermos esses enfrentamentos, compreendemos ser importante pensarmos e discutirmos mais do que a Amazônia no centro do mundo: nós, amazônidas, nossa diversidade, nossas carências, nossas violações, nossas necessidades, nossos territórios, nossas construções, nossas escutas, nossas decisões nas mesas de negociações ao redor do mundo.

Por isso, a Conferência Mundial sobre as Mudanças Climáticas, a COP 30, que acontecerá em Belém (PA) no ano de 2025, deve fazer sentido para os povos do campo e das cidades amazônicas que vivenciam violações de Direitos Humanos cotidianamente. Não à toa, precisamos enfrentar, na capital paraense, mas igualmente na Região Metropolitana de Belém (RMB), questões como resíduos sólidos, (in)segurança alimentar, mobilidade humana e, portanto, desafios relacionados à Economia Solidária.

Nessa chave, Arroyo (2007) nos orienta que a Economia Solidária é uma teia de fazeres sociais, econômicos e políticos, a partir de práticas solidárias que se aperfeiçoam como processo histórico. Com efeito, ao longo do tempo, essa cultura se aprofunda cientificamente, mas também entre empreendedores que escolhem a Economia Solidária como modo de vida. É nessa perspectiva que apresentamos o

Sistema Andorinhas de Economia Solidária como Direito Humano Amazônico no âmbito deste trabalho.

O Sistema Andorinhas de Economia Solidária é uma iniciativa precursora que articula produção, consumo consciente e autogestão em territórios organizados, promovendo práticas sustentáveis e solidárias no estado do Pará. Surgido em 2015 como projeto de extensão da Universidade da Amazônia (UNAMA), o sistema conecta empreendedores populares, estudantes e a comunidade para desenvolver ações práticas aliadas à formação técnica e gerencial.

Ao longo de sua trajetória, consolidou-se como um Sistema de Economia Solidária e enfrentou diversos desafios, especialmente nos processos de gestão, mas também acumulou importantes avanços. Desde a abertura de sua primeira loja, em 2016, até o fortalecimento das atuais frentes de atuação em artesanato, agroecologia, gastronomia, moda sustentável, mobilidade e reciclagem, o Sistema Andorinhas de Economia Solidária demonstrou sua capacidade em articular identidade cultural, sustentabilidade ambiental e impacto social. Experiências como a introdução da Moeda Social Andorinha, as feiras culturais e o envolvimento em eventos institucionais ampliaram sua visibilidade e alcance.

Nesses quase dez anos de existência, o ano de 2024 representa um marco decisivo para o Sistema Andorinhas de Economia Solidária, com o aquecimento das atividades organizativas e comerciais e a retomada das relações institucionais, que culminaram em um consenso sobre nossa formalização institucional como cooperativa. O diagnóstico da carência de formação lançou foco na autogestão, com o objetivo de compatibilizarmos horizontalidade e transparência no controle de estoque, controle de caixa e estratégias de marketing, ou seja, equilibrarmos os desafios teórico, operacional e metodológico, e articularmos, em nosso cotidiano, os quatro eixos apontados na III Plenária Nacional de Economia Solidária: Produção Cooperada, Consumo Consciente, Comércio Justo e Finanças Solidárias.

Ao percebermos a centralidade do Consumo Consciente para a adoção da Economia Solidária como valor diferenciador — ainda que seja a frente menos debatida e com menor experiência no cenário nacional da Economia Solidária —, amadurecemos o Consumo Consciente como o principal ponto comum entre os próprios produtores e todas as demais pessoas da comunidade, adotando-o como vértice entre as nossas diversas frentes de negócios. Não à toa, do ponto de vista institucional, o Consumo Consciente também ganhou expressão como a principal atribuição da cooperativa, cuja formalização foi protocolada junto à JUCEPA, em novembro do ano em curso.

Dentre os avanços, destacamos a instituição da Reunião Semanal de Gestão em todas as frentes de atuação, a qual proporciona um caixa unificado e transparente. Pela primeira vez, atraímos integrantes com formação acadêmica, ocupados em elaborar projetos e captar recursos, o que demonstra um amadurecimento da segurança, da autonomia e da autogestão do Sistema Andorinhas de Economia Solidária. Às vésperas de seus 10 anos de trajetória, chegou o momento de buscarmos aceleradores de qualificação econômica dos empreendimentos, para incluirmos acesso, desenvolvimento e aquisições tecnológicas que coloquem a Economia Solidária em condições de dialogar com a sociedade e suas novas formas de sociabilidade.

Hoje, o Sistema Andorinhas de Economia Solidária se formalizou como cooperativa e se consolidou por meio de uma governança baseada em horizontalidade, transparência e protagonismo coletivo, com foco no Consumo Consciente como eixo unificador. Nosso Sistema busca superar desafios de cooperação e expandir suas práticas, ao mesmo tempo em que valoriza a educação continuada e a inovação tecnológica, por meio de parcerias institucionais e da participação em eventos. O Sistema Andorinhas de Economia Solidária reafirma seu compromisso com a construção de uma economia inclusiva, sustentável e transformadora, ao demonstrar que a solidariedade é um modelo viável de desenvolvimento econômico e social — é um Direito Humano Amazônico.

Direito Humano Amazônico porque compreendemos que o Sistema Andorinhas de Economia Solidária nos exige cooperação entre economia e política para superarmos nossa condição histórica de região periférica — inclusive na dimensão de nossa psicologia social, que atravessa classes de renda e escolaridade —, mas também para reconhecermos nossa identidade social comum enquanto povo. Direito Humano Amazônico cuja solidariedade é uma identidade que nos orienta na raiz de nossa cultura, na origem de nossas comunidades, enraizada em nossos modos de vida e nos diálogos das construções científicas que empreendemos (Arroyo, 2024).

O Sistema Andorinhas de Economia Solidária, como Direito Humano Amazônico, é o espaço e o tempo de vivências coletivas, de subjetividades complementares, de vulnerabilidades da comunidade, de experimentações acadêmicas, de experiências como sociedade civil organizada, de frustrações, de emancipações, da busca inconformada pela dignidade humana e pela justiça social. É um organismo vivo, alimentado pela razão prática do trabalho criativo, democrático e solidário. É o território que nos permite viver a solidariedade da vida humana e pensar a solidariedade do planeta.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, J. C. T. **A inserção de empreendimentos da economia popular e solidária no emergente aglomerado da moda em Belém do Pará.** 2007. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Mestrado em Economia, Universidade da Amazônia, Belém-PA, 2007.
- ARROYO, J. C. T. **Sociedade Inteligente:** Democrática, Sustentável e Solidária. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Conhecimentos para o Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade da Amazônia, 2024.
- DA SILVA, E. W. Direitos Humanos e Democracia Econômica: A Essência da Economia Solidária. **Revista de Direito**, v. 12, n. 01, p. 1-20, 2020. Disponível em: doi.org/10.32361/202012016304. Acesso em: 02 set. 2024.

A QUESTÃO DA CULTURA ALIMENTAR DO AÇAÍ E A IMPORTÂNCIA DE SEU CONSUMO PARA A SAÚDE

João Vitor Cavalcante Reis⁷

Palavras-chave: Açaí; Cultura alimentar; Saúde; Oxidantes.

1. INTRODUÇÃO

O açaí é um fruto da região amazônica, conhecido por seu sabor único e suas grandes propriedades nutricionais. O fruto cresce em uma palmeira chamada *Euterpe oleracea* e pode ser consumido de diferentes formas: na forma da polpa congelada, em sucos, energéticos ou em uma tigela acompanhada dos mais variados tipos de comidas, do jeito tradicional da nossa região. Fazendo um pequeno apanhado sobre o fruto, segundo Souza e Bahia (2010), além de seu contexto histórico e socioeconômico, o açaí está ganhando destaque em setores nutricionais por ser uma fonte significativa de várias vitaminas, incluindo vitamina E e B1, além de ferro, lipídios, fibras, fósforo, minerais e antioxidantes, classificando o açaí, assim, como altamente nutritivo.

Velasque e Lobo (2017) tratam o açaí como um dos alimentos mais promissores da atualidade, apresentando um grande potencial fitoterápico, tendo em sua composição elementos como cristais de

⁷ Discente da Universidade Federal do Pará. E-mail: jvreis180@gmail.com.

insulinas, fibras, tanino e amidos de alta densidade. Tradicionalmente associado à região Norte, especialmente ao estado do Pará, o açaí começou a ganhar popularidade em outras partes do país, impulsionado por sua imagem como superalimento e por suas propriedades nutricionais.

Neste sentido, o objetivo do presente trabalho é mostrar os aspectos culturais do açaí e também discutir os benefícios do consumo do açaí para a população.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para atingir o objetivo do estudo, foi realizada uma revisão sistemática, focando em artigos publicados relacionados às propriedades nutricionais do açaí. O estudo utilizou a técnica de revisão bibliográfica narrativa e empregou uma técnica de revisão bibliográfica para analisar a literatura existente sobre o tema em questão. A pesquisa foi realizada em diversas bases de dados, incluindo MEDLINE, LILACS e SCIELO, permitindo o acesso a uma ampla gama de artigos científicos e publicações relevantes. Após a coleta das informações, os dados foram organizados e detalhados de forma qualitativa, possibilitando uma síntese das evidências disponíveis na literatura sobre as propriedades nutricionais e os impactos do consumo de açaí na saúde humana, além de informações provenientes de revistas e noticiários online. Os descritores utilizados foram: alimento funcional, açaí, propriedades nutricionais, antioxidantes, hipertensão arterial e controle do colesterol.

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

O açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) faz parte da dieta alimentar de grande parcela da população paraense, em especial dos povos ribeirinhos, que ainda o exploram na forma de coleta extrativista (Silva; Santana; Reis, 2006). O açaí tem sido parte da dieta das populações indígenas e ribeirinhas por séculos; ele não só fornece

nutrientes essenciais, mas também é um elemento central em celebrações e práticas sociais.

A colheita do açaí é muitas vezes uma atividade comunitária, envolvendo famílias e amigos. Esse aspecto social fortalece os laços comunitários e a cultura local. Por ser um fruto nativo da região amazônica, muitos afirmam que o jeito certo de consumir açaí é apenas o modo tradicional amazônico, sendo ele consumido na forma de um “mingau espesso” em uma tigela ou prato. Contudo, a verdade é que essa não é a única forma de consumo do açaí, que está presente de várias outras maneiras em diferentes espaços no Brasil. A polpa do açaí também é comercializada em outras formas nas grandes capitais brasileiras, sendo considerada um alimento energético, acompanhada de outras frutas e cereais, bebidas energéticas, geleias etc. (Paula, 2007), sendo assim um alimento associado à melhoria da saúde.

Segundo Sousa (2011), o açaí tornou-se popular a partir da década de 1990, impulsionado pelas crescentes pressões internacionais por medidas de preservação da Amazônia e pela redução de queimadas e desmatamento. Nesse cenário, os produtos florestais não madeireiros, especialmente frutas regionais como cupuaçu, bacuri e açaí, vieram a se destacar. A partir de então, houve um incentivo à abertura de agroindústrias processadoras de frutas, abrindo a possibilidade de transporte desses produtos para outros estados e também para a exportação a outros países.

O açaí, reconhecido por suas propriedades nutricionais e funcionais positivas, ganhou destaque no mercado nacional e internacional nas últimas duas décadas, impulsionado pela melhoria na logística de distribuição do produto. Isso o tornou um dos produtos amazônicos de origem extrativa que mais cresceram nesse período.

A cultura alimentar do açaí é rica, multifacetada e oferece uma variedade de qualidades e benefícios à saúde. Ele é famoso por seu alto teor de antioxidantes, compostos que ajudam a combater inflamações no corpo, contribuindo para a saúde celular, refletindo

a importância dessa fruta na dieta e na economia das comunidades amazônicas e da população brasileira.

Estudos realizados ressaltam que o açaí (*Euterpe oleracea*) é um fruto comestível que possui forma arredondada, coloração roxa, cerca de 1 polegada (25 mm) de diâmetro e apenas uma semente grande. O fruto vem sendo reconhecido por suas características nutricionais e antioxidantes, ganhando, cada vez mais, importância entre os consumidores como um alimento funcional (Velasque; Lobo, 2017).

Cruz (2008) destaca que o aumento do interesse dos consumidores por opções alimentares mais saudáveis, como frutas e vegetais, é respaldado por diversos estudos científicos. Esses estudos indicam que o consumo elevado desses alimentos pode trazer benefícios à saúde, incluindo a prevenção de doenças crônicas que têm o estresse oxidativo como uma de suas principais causas. Entre essas doenças estão as neurodegenerativas.

O açaí é uma fruta abundante em fibras, o que contribui para um trânsito intestinal saudável. As fibras desempenham um papel importante na promoção de um sistema digestivo eficiente. Acredita-se que uma dieta com baixo teor de fibras esteja associada ao aumento da incidência de câncer e doenças cardíacas. As fibras solúveis podem ajudar a diminuir os níveis de colesterol no sangue, enquanto as fibras insolúveis podem reduzir o risco de desenvolver certos tipos de doenças, como o câncer, entre outras (Oliveira; Costa; Rocha, 2015).

Com base na sua solubilidade, as fibras provenientes da dieta podem ser classificadas em fibras solúveis e insolúveis. As fibras solúveis incluem as pectinas, gomas, mucilagens (como o *psyllium*, um polissacarídeo viscoso) e polissacarídeos de armazenagem (Mello; Laaksonen, 2009), dependendo de sua capacidade de se dissolverem em água. As fibras solúveis se dissolvem, enquanto as insolúveis não. As fibras insolúveis ajudam a melhorar o trânsito intestinal, enquanto as solúveis retardam o esvaziamento do estômago e desempenham um papel crucial na redução dos níveis de glicemia e colesterol.

De acordo com Velasque e Lobo (2017), uma característica significativa do açaí na prevenção de doenças é seu efeito antioxidante. O fruto é notável por ser rico em proteínas, fibras, minerais e flavonoides, como polifenóis, taninos e pigmentos. Essas substâncias são reconhecidas por suas propriedades antioxidantes e anticancerígenas.

Os antioxidantes são substâncias que ajudam a bloquear ou reduzir os efeitos dos radicais livres e dos compostos oxidantes. Eles são essenciais, pois ajudam a combater os processos oxidativos, minimizando, assim, os danos ao DNA e às macromoléculas. Isso, por sua vez, diminui os danos acumulados que podem levar ao desenvolvimento de doenças como câncer, doenças cardíacas e catarata (Oliveira; Costa; Rocha, 2015).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste sentido, o presente trabalho se desenvolve na perspectiva de mostrar que a cultura alimentar do açaí no Brasil é um exemplo notável de identidade, conectando tradição, saúde e regionalidade. Sua popularização nas últimas décadas, tanto em comunidades locais quanto em contextos urbanos, destaca não apenas suas propriedades nutricionais, mas também sua importância cultural. O açaí representa uma rica herança que reflete a biodiversidade brasileira e a relação das pessoas com seu meio ambiente.

O consumo de açaí é altamente benéfico para a saúde, graças ao seu rico perfil nutricional e às suas propriedades antioxidantes. Além de contribuir para a prevenção de doenças, como as cardiovasculares e alguns tipos de câncer, o açaí fornece fibras, vitaminas e minerais essenciais que ajudam a melhorar a digestão e a regular os níveis de colesterol e glicemia. Incorporar o açaí na alimentação diária pode ser uma excelente maneira de promover o bem-estar.

O uso desse fruto nativo revela não apenas a relação do povo com a terra, mas também a busca por práticas alimentares saudáveis. À medida que a globalização avança, é crucial valorizar e preservar essas tradições alimentares, integrando-as às necessidades contemporâneas

de saúde e nutrição. Assim, a cultura alimentar brasileira não apenas enriquece a gastronomia, mas também contribui para a promoção de um estilo de vida mais igualitário e amplamente saudável.

Nesse pretexto, à medida que cresce a demanda por alimentos saudáveis, a promoção do açaí pode contribuir para a valorização da cultura alimentar brasileira, ao mesmo tempo em que incentiva práticas sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- CRUZ, A. P. G. **Avaliação do efeito da extração e da micro filtração do açaí sobre sua composição e atividade antioxidante**. Rio de Janeiro: UFRJ/IQ, 2008.
- DE MOURA ROCHA, S. M. B. Benefícios funcionais do açaí na prevenção de doenças cardiovasculares. **Revista de Ciências da Saúde na Amazônia**, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2015.
- MELLO, V. D. de; LAAKSONEN, D. E. Fibras na dieta: tendências atuais e benefícios à saúde na síndrome metabólica e no diabetes melito tipo 2. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, v. 53, p. 509-518, 2009.
- NOGUEIRA, A. K. M.; SANTANA, A. C. de. Benefícios socioeconômicos da adoção de novas tecnologias no cultivo do açaí no Estado do Pará. **Revista Ceres**, v. 63, p. 1-7, 2016.
- PAULA, G. A. de. **Caracterização físico-química e estudo do escurecimento enzimático em produtos derivados de açaí** (Euterpe oleracea Mart.). 2007. 89 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia de Alimentos) – Departamento de Tecnologia de Alimentos, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.
- SOUZA, J. E. O. de; BAHIA, P. Q. Gestão logística da cadeia de suprimentos do açaí em Belém do Pará: uma análise das práticas utilizadas na empresa Point do Açaí. In: VII SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA – SEGeT, 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2010. p. 1-15.
- VELASQUE, L. F. L.; LOBO, A. C. M. Revisão de literatura sobre os efeitos terapêuticos do açaí e sua importância na alimentação. **Biosaúde**, v. 18, n. 2, p. 97-106, 2016.

OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO CONTEXTO DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE INFRAESTRUTURA DA FERROVIA FERROGRÃO NO CORREDOR DA SOJA, NA BR-163, NO DISTRITO DE MIRITITUBA, ITAITUBA-PA

Luiz Carlos Figueiredo da Silva⁸

RESUMO

O interesse pelo tema surgiu a partir da vivência no trabalho desenvolvido na Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda. Nas atividades de apoio técnico aos municípios e na participação no processo das conferências municipais de assistência social na região do Tapajós, foi possível observar os conflitos socioambientais gerados a partir da implantação do Projeto da Ferrovia Ferrogrão. A problemática direcionou-se para compreender que os conflitos sociais permeiam a implantação da Ferrovia Ferrogrão no distrito de Miritituba, que se transformou em um polo de distribuição de soja. Em seu entorno, estão as mazelas sociais cada vez mais

⁸ Cientista Social. Pós-Graduando em Gestão do Conhecimento/EGPA. Articulista. Conselheiro Estadual dos Povos Indígenas do Pará. Técnico de Gestão do SUAS.

afloradas, e os agravos ao meio ambiente já aparecem na transformação da paisagem às margens do rio Tapajós, com o aumento do transporte de barcas, que impactou a atividade pesqueira dos pescadores artesanais. Amenizar esses impactos socioambientais diante da nova estratégia de desenvolvimento econômico na Amazônia, a partir da expansão do agronegócio, será um desafio. Os resultados da pesquisa foram frutos da metodologia de campo, com enfoque na abordagem qualitativa, e apontam que as mudanças impostas pelo modelo de desenvolvimento do capital agrário e sua expansão na Amazônia criaram um bolsão de pobreza e agravos socioambientais irreversíveis, aumento dos conflitos sociais entre os agentes sociais, e a nova dinâmica da divisão social do trabalho no distrito de Miritituba, local do entreposto da mercadoria da soja.

Palavras-chave: Ferrogrão; Capital agrário; Soja; Conflitos socioambientais; Amazônia.

ABSTRACT

The interest in the theme came from the experience in the work developed at the State Secretariat of Social Assistance, Labor, Employment and Income. In the technical support activities to the municipalities and in the participation in the process of municipal social assistance conferences in the Tapajós region, it was possible to observe the socio-environmental conflicts generated from the implementation of the Ferrogrão Railroad Project. The problem was directed to understand that social conflicts permeate the implementation of the ferrogrão railroad in the District of Miritituba, which became a soybean distribution hub. In its surroundings are the social ills that are increasingly emerging and the harm to the environment is already appearing in the transformation of the landscape on the banks of the Tapajós River with the increase in the transport of barges that has impacted the fishing activity of artisanal fishermen. Mitigating

these socio-environmental impacts in the face of the new economic development strategy in the Amazon based on the expansion of agribusiness will be a challenge. The results of the research were the result of the field methodology, focusing on the qualitative approach and point out that the changes imposed by the model of development of agrarian capital and its expansion in the Amazon, created a pocket of poverty and irreversible socio-environmental problems, increased social conflicts between social agents; and the new dynamics of the social division of labor in the District of Miritituba, where the soybean merchandise was stored.

Keywords: Ferrogrão; Agrarian capital; Soy; Socio-environmental conflicts; Amazon.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta como tema “os conflitos socioambientais no contexto da implantação do projeto de infraestrutura da Ferrovia Ferrogrão no corredor da soja, na BR-163, no distrito de Miritituba, em Itaituba-PA”.

A construção da Transamazônica (BR-230), da Cuiabá-Santarém (BR-163) e da Belém-Brasília (BR-010) foi o início de um processo de desenvolvimento econômico que mais trouxe prejuízos para o território do que efeitos positivos. Mas a fronteira foi aberta e não tem mais volta. Agora, é preciso mitigar a entrada de tecnologias nocivas ao imenso bioma da Pan-Amazônia, que ora está ameaçado pelo capitalismo da “pós-modernidade”.

As rodovias na Amazônia foram construídas não apenas para o trânsito livre das populações locais, mas para produzir e escoar mercadorias, com o grande objetivo de expandir o capital. Não há limites para a dinâmica do capitalismo, e a Amazônia passou a ser a última fronteira a ser explorada e expropriada. Novas formas de circulação da mercadoria são efetivadas por meio do uso dos modais de transporte como hidrovias,

eclusas e, mais recentemente, ferrovias — sejam para levar minérios ou grãos, como a soja, com destino à China e a países europeus.

Há dois momentos distintos na Amazônia paraense: o antes e o depois da construção das rodovias BR-163, BR-230 e BR-010. O primeiro momento trouxe a ilusão de que o Brasil estava vivenciando uma era de crescimento econômico que permaneceria por longos períodos — o que não aconteceu. O governo se endividou com a implantação de seu Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e criou organismos regionais de financiamento, como a SUDAM, a SUDENE e, posteriormente, o BNDE.

Durante a construção da BR-230, houve intenso movimento migratório para o estado do Pará. A grande maioria dos trabalhadores veio de estados como Goiás, Maranhão, Piauí, Ceará, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O contingente de trabalhadores desses estados iniciou o processo da agricultura familiar, recebendo títulos e glebas para o cultivo de produtos como cacau, mandioca, açaí, além da pecuária.

A Pan-Amazônia possui infinitas diversidades, sejam elas de povos, culturas, biodiversidade ou florestas densas e alteradas. É nesse contexto socioambiental que o estudo se aprofunda para analisar os conflitos gerados pela implantação da ferrovia Ferrogrão, cujo principal produto a ser transportado será a soja.

Os projetos de infraestrutura inseridos na Amazônia paraense alteraram a paisagem: novos territórios foram criados, como as cidades-empresas; florestas desapareceram; e os rios foram contaminados com mercúrio, o que causou um dos maiores danos ambientais já vistos nas últimas décadas.

2. O ESTADO DA ARTE DA IMPLANTAÇÃO DA FERROVIA FERROGRÃO NA REGIÃO DO TAPAJÓS

O artigo tem a proposta de investigar as mudanças impostas pelo modelo de desenvolvimento do capital agrário e sua expansão

na Amazônia. Esse processo pode gerar agravos sociais irreversíveis, além de intensificar os conflitos socioambientais entre os atores diretamente envolvidos na construção da Ferrogrão e aqueles que defendem a preservação da floresta, das unidades de conservação e dos parques florestais.

A relevância do estudo reside na importância do tema para a coletividade científica, uma vez que a questão ambiental repercute diretamente na saúde, na qualidade de vida das populações e no equilíbrio dos ecossistemas. A manutenção desses ecossistemas é essencial para o desenvolvimento sustentável da região.

Quando organizações internacionais que concentram grande capital financeiro agravam a degradação dos ecossistemas, essa lógica contribui para a exclusão social e o aumento da pobreza. A degradação ambiental, nesse contexto, piora as condições de vida dos excluídos do processo produtivo, limitando o acesso à renda e aos bens materiais necessários para a sobrevivência.

A intensificação da degradação no território amazônico, imposta por um modelo de desenvolvimento predatório, aprofunda os agravos sociais e compromete a vida dos mais pobres, que dependem diretamente dos recursos da floresta. Esse cenário gera um ciclo contínuo de exploração dos recursos naturais e de prejuízos socioambientais (Sachs, 1986).

Segundo Homma (2005), a Amazônia abriga um terço das florestas tropicais e mais de 20% das espécies vegetais e animais do mundo. É a região mais rica em biodiversidade do planeta, mas, aos poucos, vem modificando seu território com a implantação de grandes projetos de energia, mineração, infraestrutura logística, portuária e ferroviária.

O contexto atual na Amazônia é dialético, marcado por profundas mudanças na realidade local de cidades e distritos industriais, como Itaituba/Miritituba (PA) e Sinop (MT). Nesses locais, os detentores dos meios de produção assumem o controle do capital agrícola para exportar soja e milho por meio da rodovia BR-163 até o

porto de Miritituba. Em seguida, utilizam a hidrovia para realizar o transbordo nos portos de Barcarena e Macapá, de onde a mercadoria segue para a Europa e a Ásia.

A construção da ferrovia da soja, conhecida como Ferrogrão, tem como principais apoiadores os detentores dos meios de produção e os grandes conglomerados de empresas multinacionais, que se beneficiarão diretamente do comércio dessas mercadorias. Por outro lado, grupos ambientalistas se posicionam contra a efetivação da Ferrogrão, devido aos potenciais danos ambientais que ela pode causar às Unidades de Conservação e terras indígenas.

Dessa forma, instaura-se um ambiente de conflitos entre as forças produtivas, os trabalhadores, os movimentos sociais ambientalistas, os povos indígenas e o próprio governo, que busca conciliar os interesses envolvidos nas relações de produção.

A Ferrogrão irá percorrer todo o trajeto da BR-163 em sua lateralidade, de Sinop (MT) até o distrito de Miritituba, no município de Itaituba (PA). A ferrovia passará por dentro de sítios arqueológicos indígenas, além de provocar a derrubada de árvores em parte da Floresta Nacional do Jamanxim, no município de Novo Progresso.

Há que se ter um projeto de manejo florestal para a retirada das árvores da Flona Jamanxim, de forma a evitar prejuízos à fauna e manter um planejamento racional, ordenado e comprometido com o equilíbrio da floresta. Todavia, qualquer alteração no cenário da Flona coloca em risco sua biodiversidade. Os movimentos sociais ambientalistas e os povos indígenas afetados, por sua vez, são contrários ao projeto da Ferrogrão.

O risco da Ferrogrão é fomentar um novo ciclo de desenvolvimento econômico na Amazônia, como já ocorreu com o ciclo da borracha, o ciclo madeireiro, o ciclo da pecuária, o ciclo mineral e, mais recentemente, o ciclo da soja entre os estados do Mato Grosso e do Pará. Por anos, o padrão de exploração da floresta tem obedecido a um ciclo de três fases: na primeira, os madeireiros abrem caminhos na floresta para a retirada ilegal de madeira; no segundo

momento, após a extração das madeiras nobres, a área é desmatada para dar lugar a pastagens; e, na última fase, a soja avança sobre as áreas de pastagem, empurrando os pecuaristas para novas áreas. E o ciclo continua, como ocorreu nos estados de Mato Grosso, Pará, Rondônia, Tocantins e Maranhão. É o movimento vivo das forças produtivas e das relações de produção (Santos, 1984).

A construção da Ferrogrão é parte do modelo atual de “desenvolvimento sustentável” defendido pela classe detentora dos meios de produção. Trata-se, portanto, de um desafio sustentável. Todavia, é preciso compreender o conceito de sustentabilidade como regulador das atividades humanas, capaz de construir o equilíbrio econômico, social e ambiental do planeta.

Eis, então, que surgem os conflitos entre dois polos: de um lado, o polo ecológico, que defende o desenvolvimento sustentado; de outro, o polo do desenvolvimento sustentável.

[...] O desenvolvimento é “sustentado” se existem condições econômicas, sociais e políticas que o suporte. O desenvolvimento é “sustentável” se pressupõe a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais da região e de suas populações, garantindo, simultaneamente, às gerações futuras, as condições necessárias ao seu próprio desenvolvimento sustentável (Freitas, 2003).

O ponto chave é que, na economia capitalista, quanto maior o lucro, melhor será para os detentores dos meios de produção, e pouco vale o conceito de “sustentabilidade”. Vale ressaltar que “a pobreza é uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais do mundo” (Freitas, 2003).

Como falar de desenvolvimento sustentável se o sistema capitalista não atende às necessidades básicas das comunidades tradicionais, ribeirinhas, quilombolas e indígenas que vivem na floresta e nas Unidades de Conservação? Essas áreas, que abrigam uma heterogeneidade de biomas, estão ameaçadas de destruição por um projeto de ferrovia voltado para o escoamento de mercadorias com destino à Europa e à Ásia.

A Ferrogrão irá escoar milhões de toneladas de soja e milho — mercadorias que valem centenas de milhões de dólares. A ferrovia passará por toda a extensão da BR-163, cruzando bolsões de pobreza em cidades como Novo Progresso, Trairão, Itaituba e no distrito de Miritituba.

Nesse processo, os opressores — detentores dos meios de produção — atuam sobre os oprimidos: trabalhadores sem terra, pequenos agricultores, indígenas sem território demarcado e desempregados.

3. RESULTADOS E MÉTODOS

Adotou-se a abordagem qualitativa descritiva (Gil, 2019), por meio da qual foi possível conhecer a dinâmica das atividades desenvolvidas no distrito de Miritituba pelos trabalhadores do complexo logístico da soja, bem como pelas lideranças indígenas dos povos Apiaká e Munduruku — em Itaituba e Novo Progresso, respectivamente. A pesquisa se baseou nas experiências cotidianas do trabalho de campo, na participação nas Conferências Municipais de Assistência Social e no acompanhamento das reuniões de consulta livre, prévia e informada das comunidades indígenas, realizadas em Santarém e Itaituba.

A realização da pesquisa de campo permitiu analisar as atividades desenvolvidas durante as visitas ao distrito de Miritituba, local previsto para a construção da Ferrogrão. Também possibilitou a escuta das lideranças indígenas que serão diretamente afetadas pelo projeto de infraestrutura logística da soja, considerando que há comunidades que dependem dos recursos naturais da Floresta Nacional do Jamanxim — parte da qual será suprimida para beneficiar o trajeto da ferrovia.

As entrevistas foram devidamente agendadas, permitindo a obtenção de informações que subsidiaram a pesquisa. O instrumento utilizado foi um questionário, com roteiro composto por perguntas abertas e fechadas, contendo dez (10) questões. As perguntas abordaram a importância do empreendimento para a região, os impactos

socioambientais e os agravos sociais que podem se intensificar nos bolsões de pobreza dos municípios de Itaituba, Trairão e Novo Progresso.

A coleta de dados foi realizada em horários previamente combinados com os participantes, de modo a respeitar sua disponibilidade. Os informantes foram codificados a fim de garantir o anonimato. O consentimento para uso das informações foi obtido verbalmente, seguido da assinatura do termo de concordância quanto aos objetivos do estudo e à finalidade dos resultados.

Atualmente, no distrito de Miritituba, circulam mais de 400 (quatrocentos) caminhões transportando cargas de soja, milho e outros grãos. Para dar suporte aos caminhoneiros, foram construídos mais de 20 terminais de carga ao longo da BR-163, além da implantação de cancelas de pedágio na rodovia federal que liga Sinop (MT) a Miritituba (PA).

Há diversas empresas atuando com grãos em Miritituba. No entanto, a que apresenta maior volume de carga de soja é a Cargill — um conglomerado multinacional presente em 67 (sessenta e sete) países, com sede no estado de Minnesota, nos Estados Unidos.

Atualmente, a soja é transportada de Sinop (MT) até o distrito de Miritituba por meio de caminhões bi-trem, com duas conexões de carga sólida, pela rodovia federal BR-163 (Cuiabá–Santarém). Esse trecho integra o Eixo Norte da soja, entre os estados do Pará e do Mato Grosso.

Além do uso da rodovia BR-163, são utilizados os portos do Arco Norte. Em especial, no Pará, a soja é descarregada na Estação de Transbordo de Cargas (ETC) da Cargill em Miritituba (MTB), que existe desde 2017. Por ano, são movimentadas mais de 4 milhões de toneladas de grãos de soja e milho. As barcas são abastecidas na ETC e seguem pela hidrovia do Tapajós até o porto de Santarém. As etapas seguintes são a distribuição da carga para outros portos, como os de Macapá e Barcarena, que embarcam o produto para países da Europa e América do Norte.

Os impactos ambientais no rio Tapajós, decorrentes do transporte da soja pelas empresas, são visíveis em suas margens, onde a

pesca artesanal foi prejudicada pelo grande volume náutico de barcas e empurradores, que causam vazamento de óleo e impactam o desaparecimento de espécies de crustáceos e peixes, que fazem parte da cadeia alimentar das populações ribeirinhas.

Embora seja um grande complexo graneleiro a céu aberto, que vai da origem em Sinop (MT), passando por Miritituba, Santarém, Macapá e Barcarena, o uso de mão de obra é considerado baixo diante da complexidade operacional da soja, o que gerou uma nova dinâmica da divisão social do trabalho. Operam-se máquinas com elevado padrão tecnológico, inserindo-se a computação em todas as fases do processo, além da inteligência artificial.

Entre os agravos sociais causados no complexo produtivo da soja, ainda são registrados casos de trabalho infantil e exploração sexual contra crianças e adolescentes, seja nos terminais de cargas na rodovia, postos de combustíveis ou nas margens do rio Tapajós, devido ao grande fluxo de barcos e barcas.

Portanto, a Amazônia passa a incorporar o grande conglomerado do capital agrário internacional, tornando-se a última fronteira de exploração do capitalismo, descaracterizando os territórios e os cenários de florestas e rios. O bioma amazônico está sob risco de desaparecimento, e as mudanças climáticas do presente são respostas ao modelo de desenvolvimento econômico pensado para a Amazônia pelos detentores do capital.

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, E. B. *et al.* (Orgs.). **O Fator Amazônico e a interface com o Sistema Único de Assistência Social**. 1. ed. Belém: ICSA/UFPA, 2013.
- FERREIRA, B. J. P.; SANTANA, J. V. A dialética conhecimento/transformação do mundo no legado marxista. **Argumentum**, Vitória, v. 10, p. 70-83, 2018.
- HAURADOU, G. R.; AMARAL, M. V. B. Mineração na Amazônia Brasileira: aspectos da presença e avanço do capital na região. **Revista de Políticas Públicas da UFMAN**, v. 23, p. 402-420, 2009.

- HAZEU, M. T.; COSTA, S. M. G. da; FIALHO NASCIMENTO, N. S. Comunidades Tradicionais e Sindicatos em conflito com Estado e capital em Barcarena (PA). **Argumentum**, Vitória, v. 11, p. 173-187, 2019.
- HOMMA, A. Política agrícola e ambiental para resolver os problemas da Amazônia. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 99-105, 2010.
- KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- MARX, K. **Capítulo VI inédito de O capital: resultados do processo de produção imediata**. São Paulo: Centauro, 2004.
- MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: Editora N-1 Edições, 2018.
- MELLO, A. F. de. **Modo de Produção Mundial e Processo Civilizatório: os horizontes históricos do capitalismo em Marx**. Belém: Paka-Tatu, 2001.
- SANTOS, T. dos. **Forças Produtivas e Relações de Produção: ensaio introdutório**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SOARES, A. Desenvolvimento sustentável: o planeta em crise. **O Liberal**, Belém, Caderno Amazônia Sustentável, 2015.
- SILVA, L. C. F. da *et al.* Trabalho Social com Famílias Indígenas: experiências municipais no território do Centro de Referência de Assistência Social. *In*: FARIAS-LEMOINE, M. S. *et al.* **Povos da Amazônia e sua ciência para o equilíbrio da água e da biodiversidade planetária**. Curitiba: CRV, 2023.

GT2: MECANISMOS INTERNACIONAIS DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS: AVANÇOS, RETROCESSOS E PERSPECTIVAS

Emergência climática e a rede de
apoio à população em situação de
rua no município de Belém, Pará

Ana Luisa Araújo Pantoja⁹

Julia de Noronha Fleury¹⁰

Palavras-chave: Mudanças climáticas; Direitos Humanos; Pessoas em situação de rua.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo investiga os impactos das mudanças climáticas na população em situação de rua do município de Belém, Pará, enfatizando a vulnerabilidade dessa parcela populacional diante do aumento das temperaturas e dos eventos climáticos extremos. A pesquisa baseia-se na

⁹ Discente de Direito do Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA). E-mail: analuisaraujo2018@gmail.com.

¹⁰ Discente de Direito do Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA). E-mail: fleury1402@gmail.com.

premissa de que as mudanças climáticas intensificam a desigualdade e a marginalização social, destacando a necessidade de iniciativas abrangentes nos âmbitos legislativo, judiciário e executivo, a fim de garantir a dignidade e os direitos fundamentais das pessoas em situação de rua.

2. OBJETIVO

Este estudo tem como objetivo geral a afirmação dos direitos da população em situação de desabrigo e, em especial, dos direitos relacionados à sua existência digna. Nesse sentido, tem como objetivos específicos: a) analisar a resiliência e o equilíbrio climático como direito humano; b) analisar o impacto da crise climática nas condições ambientais da população em situação de rua nos espaços urbanos; e c) analisar as medidas de resiliência climática adotadas para atender à população em situação de desabrigo em Belém, no Pará.

3. METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem dedutiva e foi realizada por meio de análise bibliográfica e documental, abordando estudos sobre direitos humanos e mudanças climáticas, bem como políticas públicas nacionais e municipais. Documentos internacionais e locais foram verificados, e empregou-se o diálogo direto com as instituições municipais responsáveis pela gestão da Política de Assistência Social do município, a fim de compreender a adequação das iniciativas governamentais no enfrentamento das adversidades climáticas, com atenção às especificidades da população em situação de rua em Belém.

4. CONTEÚDO DISCUTIDO

O estudo aborda a correlação entre as mudanças climáticas e os direitos humanos, destacando a crescente vulnerabilidade da população em situação de rua frente ao agravamento dos eventos

climáticos extremos, como ondas de calor, enchentes e tempestades. Diante desses fatores, a pesquisa aponta que a ausência de políticas públicas adaptativas e de mitigação direcionadas agrava as condições de vida desse grupo marginalizado, expondo-o a riscos climáticos e à constante falta de acesso a direitos básicos.

Em uma análise teórica, explora-se a evolução do conceito de “justiça climática” a partir da “justiça ambiental” e sua importância na defesa de populações menos favorecidas. Destarte, são discutidas resoluções internacionais, como a Resolução 3/2021 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que reforçam a necessidade de proteger os direitos humanos no contexto das mudanças climáticas, especialmente para grupos socialmente vulneráveis.

Ademais, o texto apresenta uma análise jurídica sobre a proteção dos direitos da população em situação de rua no Brasil e no Estado do Pará, analisando a quantidade de políticas públicas direcionadas a essa parcela populacional. Ressalta-se, neste caso, a criação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, no âmbito federal, e, no plano estadual, a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará. Por fim, no cenário municipal, analisa-se o Plano Municipal de Acompanhamento para Pessoas em Situação de Rua em Belém.

Ao explorar as ações realizadas em Belém para mitigar os efeitos climáticos na população de rua, vislumbram-se dois aspectos: a falta de implementação e estudo acerca do desenvolvimento sustentável, que atenda às necessidades sociais e ambientais da cidade, e a apresentação de iniciativas locais de execução de longo prazo, como o projeto *Nature-Based Cities: biodiversity and climate resilience on urban development*¹¹ e o Fórum Municipal de Mudanças Climáticas, criado em 2023.

Assim, destaca-se a necessidade urgente de implementação de políticas mais robustas, específicas e de curto prazo para garantir a

¹¹ Em português: “Cidades baseadas na natureza: biodiversidade e resiliência climática no desenvolvimento urbano”.

segurança e dignidade dos moradores de rua em face da crise climática, especialmente considerando a previsão de temperaturas extremas na região até 2050¹². Experiências de outras cidades brasileiras, como São Paulo, que implantou a “Operação Altas Temperaturas” para apoiar a população vulnerável durante ondas de calor, oferecem alternativas que poderiam ser adaptadas ao contexto local de Belém.

5. RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados indicam que as políticas atuais em Belém são, a curto prazo, insuficientes para atender as necessidades da população em situação de rua no contexto da crise climática. Dados coletados pela Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), órgão responsável pela gestão da Assistência Social do município, mostram que a maioria dos atendimentos realizados ocorre por procura espontânea, e que poucos recursos são destinados à proteção dessa população contra as mudanças climáticas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o município de Belém, localizado no epicentro da maior floresta tropical do mundo, possui grande potencial para a implementação de medidas de adaptação climática voltadas à parcela de rua marginalizada, porém carece de ações de curto prazo que possam responder celeremente à atual situação emergencial, de maneira eficiente e com baixo custo ao erário público. Diante disso, recomenda-se a criação de programas de resiliência climática, tendo como ponto de partida a investigação quantitativa da população de rua do município de Belém, Pará, investigando suas necessidades mais prementes, bem como o fortalecimento de políticas públicas locais para a diminuição

¹² Reportagem publicada em 5 de agosto de 2023, no site do jornal norte-americano *The Washington Post*, em colaboração com estudos realizados pela ONG *Carbon Plan*.

dos impactos da crise sobre essa população, como pontos de hidratação e abrigo para dias de calor extremo, além de estratégias de arborização e planejamento urbano para mitigar as ilhas de calor.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Decreto n.º 7.053, de 23 de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 5 out. 2023.
- COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS – CIDH. **Resolución n.º 3/2021:** Emergencia Climática: Alcance y obligaciones interamericanas de derechos humanos. CIDH/REDESCA, 31 de diciembre de 2021. Disponível em: https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/2021/Resolucion_3-21_SPA.pdf. Acesso em: 13 set. 2023.
- FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XIII – FUNPAPA. NUSVISA – Vigilância Socioassistencial. **Boletim.** Relatórios Mensais de Atividades Centros POP (2022). Belém, 2023.
- PARÁ. Decreto n.º 104.353, de 25 de março de 2022. Institui o Comitê Gestor Municipal Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento das Políticas Públicas para a População Adulta em Situação de Rua, no Município de Belém, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Pará:** Belém, Pará, 2022.
- PARÁ. Decreto n.º 3.760, de 11 de março de 2024. Institui o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua. **Diário Oficial do Estado do Pará:** Belém, Pará, 2024.
- PARÁ. **Lei n.º 9.048, de 29 de abril de 2020.** Institui a Política Estadual sobre Mudança Climáticas do Pará (PEMC/PA), e dá outras providências. Belém, PA: Governo do Estado do Pará, 2020. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/4093.pdf>. Acesso em: 02 out. 2023.
- PARÁ. **Lei Ordinária n.º 9.306, de 8 de setembro de 2021.** Institui a política estadual para a população em situação de rua. Belém, PA: Governo do Estado do Pará, 2020. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pa/lei-ordinaria-n-9306-2021-para->. Acesso em: out. 14 de out. de 2023.
- PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Prefeitura cria Operação Altas Temperaturas para amenizar impacto do calor nas pessoas em situação de vulnerabilidade.**

SECOM, 19 set. 2023. Disponível em: <https://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-cria-operacao-altas-temperaturaspara-amenizar-impacto-do-calor-nas-pessoas-em-situacao-de-vulnerabilidade-l>. Acesso em: 25 out 2023.

THE WASHINGTON POST. WHERE DANGEROUS HEAT IS SURGING. [2023]. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/climateenvironment/interactive/2023/extreme-heat-wet-bulb-globe-temperature/>. Acesso em: 29 out. 2023.

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA (DES)INFORMAÇÃO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A MERCANTILIZAÇÃO DA NATUREZA E O AQUECIMENTO GLOBAL

Bruna Melo da Silva¹³

Palavras-chave: Mídia; Mercantilização da natureza; Aquecimento global; (Des)informação; Sustentabilidade.

1. INTRODUÇÃO

A questão ambiental tem ganhado destaque nas discussões políticas e econômicas, impulsionada por conferências internacionais e pelo reconhecimento crescente da finitude dos recursos naturais no contexto do capitalismo. Essa preocupação abrange desde críticas ao modelo produtivo até a mercantilização da natureza, destacando o papel da mídia na construção de narrativas que ora promovem a justiça ambiental, ora reforçam a acumulação capitalista sob o pretexto da sustentabilidade.

¹³ Mestranda em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (PPGD/UFPA). Integrante dos Grupos de Pesquisa (CNPq) “Financiamento da Política Urbana nas Cidades da Amazônia” e “Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais”. Advogada. E-mail: bruna-melo.silva02@gmail.com.

Nesse cenário, surge uma problemática central: como a mídia influencia na construção da relação entre mercantilização da natureza e aquecimento global, especialmente no que se refere à (des)informação? O objetivo geral deste estudo é analisar a influência da mídia na construção dessa relação, com foco na produção e disseminação de (des)informação. Especificamente, procura-se: (a) identificar os principais discursos midiáticos sobre o tema; (b) analisar como a mídia contribui para a (des)informação nesse contexto; e (c) discutir as implicações dessas características para a formulação de políticas públicas efetivas.

A crescente “ambientalização” dos discursos econômicos, que incorpora justificativas ambientais para legitimar práticas institucionais e mercadológicas, consolidou uma lógica que vincula o valor da natureza ao mercado, institucionalizando os movimentos ambientalistas. Esse processo, frequentemente impulsionado pelo marketing ecológico, reforça a ideia contraditória de que o capitalismo é tanto a causa quanto a solução para os problemas ambientais.

A mídia desempenha um papel central nesse contexto, globalizando a percepção de responsabilidade, padronizando soluções e moldando o imaginário público sobre a sustentabilidade. No entanto, uma análise crítica da cobertura midiática revela que, muitas vezes, essa narrativa pode gerar (des)informações, dificultando a compreensão dos riscos e das soluções possíveis para os desafios ambientais globais.

2. METODOLOGIA

Este estudo utilizou a análise de conteúdo de 807 matérias jornalísticas dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, e 95 matérias das revistas *Veja* e *Época*, publicadas entre 2000 e 2008. Foram avaliados textos, elementos gráficos, fontes de informação e principais conceitos sobre mudanças climáticas globais. A análise combinou abordagens quantitativa, para identificar padrões na

cobertura midiática, e qualitativa, para interpretar os significados e implicações dos discursos, com foco na mercantilização da natureza e no aquecimento global.

3. RESULTADOS

Os meios de comunicação de massa são cruciais na percepção de riscos ambientais e na construção de uma “cultura ambiental”, disseminando informações científicas e transformando temas como mudanças climáticas e buraco na camada de ozônio em questões amplamente consumidas pela sociedade. Este estudo analisou 807 matérias de jornais (*Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*) e 95 de revistas (*Veja* e *Época*) entre 2000 e 2008, explorando fontes, conteúdos e conceitos. A análise destacou estratégias como *agenda-setting*, *Cultivation-Analyses* e abordagens construcionistas e interacionistas, que mostram como a mídia legitima agendas políticas e amplifica riscos com base em eventos agendados, como conferências climáticas, exemplificados por relatórios do IPCC e pelo filme *Uma Verdade Inconveniente*.

A cobertura dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de São Paulo* sobre mudanças climáticas aumenta durante as COPs e nos anos de divulgação de relatórios do IPCC, como em 2001 e 2007, mas diminui nos meses seguintes, retornando em eventos relevantes (Zangalli Jr., 2014). A mídia, ao priorizar impactos e simplificar conceitos científicos, como na definição de mudança climática na COP 11, legitima agendas ambientais e amplifica a percepção pública de risco, embora sem invalidar o debate científico. Segundo Hannigan (1995), estratégias como vincular questões ao paradigma social, dramatizar eventos e alinhá-los a agendas políticas e científicas são frequentemente usadas para construir problemas ambientais, explorando fatores como magnitude e frequência de eventos climáticos (Whyte, 1985; Souza; Zanella, 2009).

A mídia associa problemas ambientais a imagens de fácil compreensão, reforçando simbolismos sem questionar o sistema

socioeconômico subjacente. Ao inserir questões ambientais nas agendas políticas e científicas, ela confere legitimidade aos problemas, embora o “consenso” muitas vezes seja politizado, como evidenciado em uma matéria da *Folha de S. Paulo*, de 2001, sobre o consenso climático. Além disso, a dramatização social é uma estratégia central, transformando eventos extremos em narrativas emocionais que aumentam a visibilidade dos problemas ambientais (Zangalli Jr., 2013).

Além disso, como aponta Hannigan (1995), a associação dos problemas ambientais ao presente aumenta a percepção de risco imediato e legitima as mudanças climáticas como um dos maiores desafios ambientais, inserindo a questão na lógica da globalização econômica. Nessa visão, o capitalismo é visto tanto como a causa quanto como a solução, impulsionando a mercantilização da natureza (Leff *apud* Oliveira, 2012).

Existem duas abordagens sobre a ambientalização: a da modernização ecológica, que foca na lógica produtiva e na precificação da natureza, reforçando desigualdades, e a da justiça ambiental, que critica o modelo de produção e mostra como os mais pobres sofrem mais com os danos ambientais (Acsehrad, 2010).

No entanto, a economia verde tem favorecido a modernização ecológica, em detrimento da justiça ambiental, com a mídia contribuindo para essa visão ao moldar a percepção pública dos problemas ambientais. Para mudar essa tendência, é necessário promover uma relação mais equilibrada com a natureza, garantindo acesso igualitário aos recursos e protegendo os grupos vulneráveis dos riscos ambientais. Isso exige uma luta social e ambiental que transforme as questões ambientais em questões de justiça, não apenas de interesses econômicos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões ambientais refletem diferentes concepções. O movimento ambientalista combativo busca uma visão que transcenda a técnica, valorizando razões socioculturais e reconhecendo que a

natureza possui significados variados conforme cada sociedade. Em contraste, a lógica de mercado impulsiona a mercantilização da natureza, atribuindo valor ao que não tem preço, reforçando a propriedade privada e ampliando a desigualdade na exposição aos riscos ambientais.

As mudanças climáticas estão afetando significativamente o planeta, com o aquecimento global elevando a temperatura média em 0,6 graus nos últimos cem anos, impactando tanto a vida humana quanto o meio ambiente. Regiões como a Flórida enfrentam doenças tropicais e furacões mais intensos, enquanto o derretimento das geleiras provoca enchentes e o aumento do nível do mar, como em Santos, causando danos econômicos e ao ambiente. O degelo acelerado no Ártico, com a redução de 40% da espessura do gelo nas últimas três décadas, afeta infraestruturas na Rússia e aumenta a vulnerabilidade local. Além disso, o aquecimento dos oceanos tem intensificado furacões, com um aumento na frequência de ciclones mais fortes, incluindo eventos inéditos, como furacões no Atlântico Sul, que têm causado severos prejuízos no Brasil.

A Floresta Amazônica enfrenta sérias vulnerabilidades, com um aumento médio de 0,56 grau na temperatura nos últimos 20 anos, resultando em secas mais frequentes e na transformação de áreas em paisagens semelhantes ao cerrado, como ilustrado pelos baixos níveis de água no Rio Solimões. Esses fenômenos evidenciam a urgência de ações para mitigar os impactos ambientais e sociais das mudanças climáticas. A mídia, ao dar visibilidade aos problemas ambientais, como as mudanças climáticas, utiliza estratégias que aumentam a percepção de risco e conectam o problema ao presente, mas, muitas vezes, prioriza discursos que favorecem a mercantilização da natureza, em vez de promover uma abordagem que valorize a justiça ambiental.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

- BECK, U. **Risk society**: Towards a new modernity. Londres: Sage Publications, 1992.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- COSTA, S. S. **Seguro ambiental**: garantia de recursos para a reparação de danos causados ao meio ambiente. 2011. 246 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- GUIVANT, J. S. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 16. p. 95-112, 2001.
- HANNIGAN, J. **Sociologia Ambiental**: a formação de uma sociologia ambiental. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- LIPOVETSKY, G. **A felicidade paradoxal**: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MONTIBELLER, G., SOUZA, G. C., BÔLLA, K. D. S. Economia ecológica e sustentabilidade sócio ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, n. 23, p. 25-35, 2012.
- OLIVEIRA, L. D. Da Eco 92 à Rio+20: uma breve avaliação de duas décadas. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 479-499, 2012.
- SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SCHMIDT, L. Comunicar a ciência: o papel dos media e os problemas científico-ambientais. In: SCHMIDT, L.; CABRAL, J. P. (Orgs.). **Ciência e Cidadania** – Homenagem a Bento de Jesus Caraça. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008. p. 85-112.
- SOUZA, L. B.; ZANELLA, M. E. **Percepção de Riscos Ambientais**: teoria e aplicações. Fortaleza: Edições UFC, 2009.
- VEYRET, Y. **Os Riscos**: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2007.
- WHYTE, A. V. T. Perception. In: KATES, R. W.; AUSUBEL, J. H.; BERBERIAN, M. **Climate Impact Assessment**: Studies of the interaction of climate and society. SCOPE 27. Chichester: John Wiley & Sons. p. 403-436.
- ZANGALLI JR., P. C. **Entre a ciência, a mídia e a sala de aula**: contribuições da geografia para o discurso das mudanças climáticas globais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.
- ZANGALLI JR., P. C. Sustentabilidade Urbana e as certificações ambientais na construção civil. **Revista Sociedade e Natureza**, v. 25, n. 2. p. 291-302, 2013.

DINÂMICAS DE GRUPO PARA ALUNOS DO PROGRAMA EJA (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS)

Um relato de experiência na
cidade de Belém-PA

Desirée Melo¹⁴

Palavras-chave: Dinâmicas de grupo; EJA; Educação de Jovens e Adultos; Processos grupais; Programa EJA.

1. INTRODUÇÃO

No cotidiano escolar, os estudantes que fazem parte do programa EJA se deparam com uma série de obstáculos enquanto buscam uma educação de excelência. Isso implica enfrentar a diversidade cultural, lidar com as disparidades etárias que desafiam a criação de vínculos, vencer a falta de habilidades digitais, a fadiga, a necessidade de formação profissional específica para esse tipo de ensino, a escassez de tempo para o estudo, além de metodologias frequentemente inapropriadas que prejudicam o processo de aprendizado.

Conforme mencionado por Freire (2000), a aprendizagem desempenha um papel fundamental ao fornecer oportunidades

¹⁴ Faculdade Estácio de Belém. E-mail: desireecmelo05@icloud.com.

expressivas e individuais, integrando-se a um projeto mais amplo e com diversas possibilidades. Nesse sentido, ao garantir a continuidade desse projeto de aprendizagem, a escola precisa atuar visando a um objetivo estruturado na realidade vivenciada pelo aluno e trabalhar com conteúdos significativos, baseados em temas relacionados à realidade social, como desemprego, saúde, economia, trabalho e política.

Um desafio adicional a ser pensado são as matérias abordadas no formato da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que frequentemente se concentram apenas em leitura e escrita, operações matemáticas e afins. A mudança desse cenário reside no trabalho do professor com termos comuns do dia a dia, o que impulsiona o avanço na alfabetização e o estímulo à consciência crítica (Freire, 1979). Contudo, o estudante traz consigo um passado muitas vezes marcado por obstáculos decorrentes da falta de instrução e, por isso, se volta para a escola em busca de melhorias, visando suprir suas carências por meio do aprendizado.

O ambiente escolar da EJA é caracterizado pela presença de indivíduos com vivências diversas, muitos dos quais estão ativos no mercado de trabalho, com diferentes estruturas familiares e responsabilidades que limitam seu tempo de estudo. Nesse sentido, a presença do psicólogo escolar, dentro das instituições de ensino, proporciona a criação de oportunidades para que esses alunos possam desenvolver suas habilidades, adquirir conhecimentos e se tornar mais conscientes de seus direitos e deveres como cidadãos no futuro.

2. METODOLOGIA

A experiência de crescimento do grupo oferece aos seus membros a oportunidade de se desenvolverem e evoluírem pessoalmente. Estar em um grupo envolve a troca de ideias, crenças, informações, perspectivas e sentimentos, além de aprender a assumir diferentes papéis, como o de filho, estudante, profissional etc.

Dessa forma, a elaboração deste trabalho se deu por meio do relato de experiência no projeto de extensão realizado na disciplina

de Psicologia, Ética e Direitos Humanos, por meio da promoção de dinâmicas de grupo com uma turma do Programa EJA, em uma escola localizada na cidade de Belém-PA, com o intuito de promover o protagonismo desses alunos e valorizar seus relatos e vivências nesse processo educacional.

3. RESULTADOS

Freire (2000) destaca que a educação é um processo social contínuo que socializa o indivíduo ao longo de toda a sua trajetória. Dessa forma, o Programa EJA é visto como um promotor desse processo de inclusão social, no qual o indivíduo se vê como protagonista nesse caminho e integrado à construção de sua identidade.

O EJA atua orientando o indivíduo a compreender sua realidade e, a partir disso, desenvolver a habilidade de transformar seu ambiente, levando em consideração suas necessidades e desafios. Quando os participantes do EJA reconhecem a importância da leitura e da escrita para alcançar seus objetivos, a inclusão social se materializa. A educação é capaz de impulsionar a autoestima, abrindo portas para inúmeras oportunidades individuais.

Além de simplesmente ensinar a ler e escrever, a Educação de Jovens e Adultos atua como formadora de cidadãos conscientes e críticos em diversos âmbitos da sociedade, como política, economia, cultura, crenças e justiça, entre outros. Essas são condições fundamentais para que cada pessoa esteja preparada para lidar com as demandas do mundo contemporâneo, que impactam diretamente suas vidas diárias.

O objetivo da Educação de Jovens e Adultos é oferecer oportunidades, promover inclusão, transformar e expandir o conhecimento dos alunos, capacitando-os para integrarem uma sociedade democrática e igualitária. Assim, eles terão acesso a uma variedade de informações que os ajudarão a tomar decisões de forma consciente e a participar ativamente de questões que afetam a todos.

Assim, os projetos de extensão oferecidos pelas corporações de ensino superior no Brasil têm como base os princípios freirianos, que objetivam aproximar a comunidade acadêmica da população leiga, buscando romper os entraves da aprendizagem por meio da disseminação de conteúdos adquiridos em sala de aula para as pessoas presentes nas ações, visando melhorar aquele indivíduo em sua vivência mais sustentável com o outro, consigo próprio e com o meio à sua volta (Chesani *et al.*, 2017).

Dessa forma, as ações promovidas pela disciplina de Psicologia, Ética e Direitos Humanos tiveram como proposta a criação de um projeto de extensão com um determinado grupo de pessoas, a partir da escolha de um campo específico da psicologia. O projeto desenvolvido procurou atender a demandas relacionadas à psicologia escolar.

O primeiro momento consistiu no processo de logística e transporte das ferramentas necessárias à atividade, bem como na locomoção da monitora e da aluna e na organização do espaço. A segunda etapa consistiu na realização de dinâmicas com os alunos, com o objetivo de envolver o nosso público-alvo e iniciar as discussões. As dinâmicas também foram divididas em partes: a primeira tratou de entender como foi o processo deles até retornarem às salas de aula. Para isso, distribuímos pedaços de massinha, com os quais eles deveriam representar, por meio de formas, essa trajetória.

Em seguida, propusemos uma atividade em grupo, para que a turma, em conjunto, pudesse desenvolver representações do que almejam para o futuro. Com cartolinas, tesouras, jornais, tintas etc., os alunos puderam elaborar uma forma de expressar essas expectativas. Após a atividade, abrimos um espaço para que compartilhassem suas reflexões.

Durante esse momento, foi possível escutar vários relatos dos alunos, como, por exemplo, o fato de que, após um dia cansativo de trabalho, ainda precisavam ir às aulas — o que demandava ainda mais esforço em sua formação. Também foi possível ouvir sobre o longo tempo que muitos deles haviam passado longe da escola e sobre a gratidão por poderem estar de volta.

Quando pedimos que falassem sobre as produções feitas com a massinha e os demais materiais, muitos relataram lembranças da infância, histórias do passado ou mencionaram pessoas que fizeram parte do processo de afastamento e retorno à escola. Alguns trouxeram uma fala de cunho espiritual, destacando como Deus foi importante nessa caminhada; outros adotaram um discurso voltado à igualdade, ressaltando que, apesar das dificuldades, todos são iguais nesse processo de formação acadêmica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dito isto, foi possível considerar que todas essas experiências foram extremamente edificadoras, tanto para a estudante participante do projeto quanto para os alunos do EJA que dele participaram, constituindo um ambiente de aprendizado mútuo. Evidenciou-se ainda o quanto o grupo é um importante potencializador de relatos, devido à identificação que ocorre durante os processos grupais — fator relevante para os alunos do EJA, considerando as muitas demandas expostas durante as dinâmicas. Ademais, para a acadêmica, também foi possível desenvolver habilidades e competências para a promoção da saúde mental, além de possibilitar o contato com a sociedade, conforme previsto no projeto de extensão.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, M. Breve descrição sobre processos grupais. **Comum**, v. 7, n. 19, p. 209-19, 2002.
- CHESANI, F. H. *et al.* A indissociabilidade entre a extensão, o ensino e a pesquisa: o tripé da universidade. **Revista Conexão UEPG**, v. 13, n. 3, p. 452-461, 2017.
- FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CRIME E LOUCURA

Uma análise psicossocial sobre a medida de segurança e o estigma da periculosidade

Flávia da Cunha Cordeiro¹⁵

Thamiris Dias Arraes¹⁶

Palavras-chave: Crime; Loucura; Medida de segurança; Estigma.

1. INTRODUÇÃO

O crime e a loucura, durante sua construção histórica e social, foram associados como adjetivos um do outro, o que impactou tanto o desenvolvimento de pessoas portadoras de transtornos mentais, no que tange às suas possibilidades de ressocialização, como também em relação ao tratamento adequado desses sujeitos, uma vez que o termo “loucura” foi disseminado pela psiquiatria e pela justiça como algo que incita o perigo.

Diante dessa realidade, o louco ocupa um lugar de exclusão e higienização social, a partir da báscula da insanidade e do perigo, sendo esquecido dentro dos hospitais de custódia dos estados sob a premissa do cuidado, da reintegração e da justiça — o que mascara a exclusão, o abandono e a desumanidade a céu aberto.

¹⁵ Acadêmica de Psicologia. Bolsista de Iniciação Científica (FACI). E-mail: flavia-dacunha.c@outlook.com.

¹⁶ Psicóloga clínica, docente do curso de Psicologia (FACI) e mestre em Antropologia Social (PPGA/UFGA). E-mail: arraesthamiris@gmail.com.

Roudinesco (1997), ao descrever a punição dos criminosos do século XIX, discorre que o criminoso era marcado com ferro e brasa com a origem do seu crime, demarcando nele um rótulo visível a olho nu. Foucault (1975), ao relatar sobre os suplícios, demonstra o seu caráter social, de punição e deflagração do ser humano sob a ótica social: uma vez perpetrado seu crime, seu caráter subjetivo, humano e social era definitivamente substituído pela desumanização do criminoso.

A construção histórica da loucura foi descrita por Foucault (1961), em sua obra *História da loucura*, como sendo da ordem do estranhamento social — uma espécie de deformidade e imoralidade que deveria ser excluída e afastada dos ditos “normais”. Ao relatar sobre as naus dos loucos, ou navios dos insanos, ele retrata a hegemonia do caráter social em abandonar, ao mar aberto, aqueles que, por seu sofrimento mental, nunca souberam para onde estavam indo.

Na atualidade, as embarcações deram lugar aos hospitais de custódia, e a loucura incorporou o estigma do perigo e do mal, ocasionando seu encarceramento e exclusão social. A relação entre crime e loucura, analisada por Foucault (1961), mostra como o poder médico-psiquiátrico e as instituições de controle social criaram uma narrativa de periculosidade mental, perpetuando estigmas, exclusão e desigualdades sociais — especialmente entre grupos marginalizados. É necessário desafiar essas estruturas para promover a inclusão social e a justiça.

2. OBJETIVO

Explorar a relação entre o estigma da periculosidade mental e o controle social histórico no Brasil, discutindo como a vulnerabilidade social e os processos de dominação e exclusão foram historicamente articulados. A discussão foi fundamentada na perspectiva foucaultiana, destacando o impacto histórico da associação entre loucura e crime, que ainda persiste como uma marca de estigmatização e exclusão

social. Sendo assim, o objetivo geral é construir um pensamento crítico sobre a associação entre loucura e crime, presente na história brasileira e que perpetua um estigma que reforça o controle social e exclui indivíduos vulneráveis.

3. MÉTODO

A metodologia adotada neste trabalho consiste em uma revisão da literatura, com a análise de sete livros e cinco artigos que abordam as concepções de loucura, estigma e exclusão social.

4. RESULTADOS

A partir do estudo da literatura, nota-se, principalmente, que a perspectiva de “anormalidade” como construto da característica da pessoa em conflito com a lei dispõe de dois pontos relevantes: o normal e as normas. O primeiro se refere às questões clínicas a respeito do que é patológico. Dentro da compreensão médica, entende-se que “o patológico implica *pathos*, sentimento direto e concreto de sofrimento e de impotência, sentimento de vida contrariada” (Canguilhem, 1974, p. 44).

Entretanto, as normas estão imbuídas de preceitos morais, culturais e históricos de cada população, visto que é o próprio indivíduo quem vai sistematizar as normas que regem o funcionamento da cultura, bem como o que é crime, de acordo com seus interesses pessoais e ideológicos. Não deveria, porém, “é verdade que é a sociedade que define, em função de seus interesses próprios, o que deve ser considerado como crime: este, portanto, não é natural” (Foucault, 1975, p. 124).

Dessa forma, a problematização a respeito do louco infrator é uma exortação acerca das medidas de intervenção e de cuidado que se mantêm até os dias atuais, marcadas pela patologização de condutas consideradas anormais ou imorais, pautadas unicamente no preconceito. Sentenciados a tratamentos desumanos e, até mesmo, injustos, esses sujeitos carregam uma dupla culpa: o crime e a condição de seu ser — em outras palavras.

[...] a incorporação da periculosidade social nas legislações penais acabou funcionando como uma espécie de válvula de escape à restrição da liberdade dos cidadãos inconvenientes (os “estranhos”) ao poder” (Lebre, 2013, p. 277).

Esse mal-estar, instalado sob o pressuposto da desordem e da encarnação do mal, contribui para a restrição e separação, inclusive dentro do sistema carcerário, o que remete à indagação: qual seria, então, o lugar ao qual o louco infrator deve pertencer? Infere-se que, ao estar sob a tutela do Estado, cabe a este garantir os seus direitos — o que não acontece na prática, como exemplifica o autor:

[...] o que ocorre é uma forma de assepsia social, desrespeitando as conquistas históricas no campo dos direitos humanos, impondo um sistema de justiça criminal meramente simbólico, que por seu turno visa enclausurar o louco infrator, submetendo-o a um “tratamento” desumano [...] (Pereira, 2012, p. 319).

Esse cenário demonstra o retrocesso que se tem acerca do tratamento da saúde mental, visto que, uma vez considerados inimputáveis — ou seja, não podendo receber uma pena ou sanção pelo seu crime —, estes são lançados nos hospitais de custódia para cumprir medidas de segurança, que acabam por se tornar sua pior sentença.

A legislação penal vigente pressupõe que o louco infrator é considerado inimputável, não passível de pena. Diante do entendimento de que a loucura exclui a penalidade, o Código Penal de 1940 destina ao louco infrator a medida de segurança, cumprida com internação em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Para a suspensão da medida de segurança é necessário laudo médico atestando a extinção da periculosidade, por meio do Exame de Cessação de Periculosidade (Cunha, 2016, p. 443).

Entretanto, como extinguir uma periculosidade inexistente diante das condições impossíveis de reintegração do sujeito, visto que o alojamento do louco no hospital de custódia se apresenta como

uma forma velada dos manicômios, com as mesmas intenções que outrora tiveram: a exclusão e o abandono. Nesse contexto, Santos (2015, p. 1217) ressalta que há

[...] a fragilidade da manutenção institucional a partir dos seus efeitos, segundo os quais o algoz torna-se vítima do sistema penal, gerando, assim, essa multidão de excluídos abandonados a sua própria sorte nos HCTP existentes no Brasil.

Na atualidade, os hospitais que deveriam ser instrumentos de saúde desempenham o papel de coação e servem como centros de concentração legalizados pela forma da lei. Diante disso, salienta-se em que ordem o louco infrator deve sua existência, qual periculosidade deve provar e a que lugar deve pertencer.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que a pessoa que comete um crime tem seu lugar junto aos marginalizados da civilização contemporânea, reduzida ao seu crime, perdendo a possibilidade de exercer sua função social, tendo como resultado a privação da sua liberdade. Para o “louco”, seu espaço recai sobre a ordem da disfuncionalidade social, do diferente, do anormal, e tem como consequência o isolamento, o abandono e o medo no olhar da população que se recusa a buscar compreender o quanto normal pode ser o diferente. Entretanto, para o louco infrator, sobra o vazio deixado no cuidado que não existe, nos direitos que são infringidos, no abandono da família e do Estado que veste a fantasia da justiça. Do vazio, vem o sofrimento dos maus-tratos físicos e psicológicos que punem um crime que, pela sua própria sanção, declara a impossibilidade de culpar o sujeito pelo seu delito, visto seu direito à inimizabilidade. Deste modo, o único fator que surge como argumento da privação de liberdade de portadores de doença mental é uma suposta periculosidade que não se justifica em seu fim, uma

vez que ela não reflete o indivíduo em seu contexto de sofrimento, mas se sustenta sobre as bases do preconceito e da estigmatização.

Embora atualmente se considere as medidas de segurança como sendo decorrentes da prevenção da reincidência ao delito, é notório que elas mascaram um tratamento que não funciona, que não gera a saúde integral do indivíduo, mas que age em seu oposto, retirando essas pessoas do convívio social e impedindo-as de exercer seus direitos previstos por lei. Infere-se, então, que as medidas de segurança, ao longo de muitos anos, ainda não alcançaram seu objetivo de curar e prevenir, pois sua construção está vinculada ao retrocesso em termos de saúde e evidencia que a justiça só avançará se caminhar em concordância com a luta antimanicomial.

Por fim, essa relação entre crime e loucura, analisada pela perspectiva foucaultiana, revela como o poder médico-psiquiátrico e as instituições de controle social criaram uma narrativa de periculosidade mental. Fatores históricos contribuíram para essa construção, como a colonização e a escravidão, que manipularam a “loucura” como ferramenta de controle social. A psiquiatria, emergente no século XIX, foi utilizada para medicalizar e controlar comportamentos considerados desviantes. Instituições totalitárias, como hospícios, asilos e prisões, serviram como locais de confinamento e controle.

O impacto social dessa relação é profundo. O estigma e a exclusão gerados pela associação entre loucura e periculosidade afetam principalmente grupos marginalizados, como pobres, mulheres, negros e LGBTQIA+. Esses processos históricos de dominação reforçam desigualdades sociais. A perspectiva foucaultiana destaca a relação entre poder e conhecimento, onde narrativas de periculosidade mental são utilizadas como ferramentas de controle. A resistência e a emancipação requerem a desconstrução do estigma e a luta por direitos humanos. Consequências atuais incluem desigualdade no acesso à saúde mental, criminalização da pobreza e estigma. Destarte, é essencial reconhecer e desafiar essas estruturas para promover inclusão e justiça social.

REFERÊNCIAS

- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. [S. l.]: Forense Universitária, 2011.
- CUNHA, C. C.; BOARINI, M. L. A medicina com o voto de minerva: o louco infrator. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 442-452, 2016.
- DE DEUS PEREIRA, S. C. Reforma psiquiátrica versus sistema de justiça criminal: A luta pela efetividade dos direitos humanos ao louco infrator. **Revista de Estudos Jurídicos da UNESP**, v. 16, n. 23, 2012.
- FASSIN, D. **A sombra do mundo: uma antropologia da condição carcerária**. Tradução de Rosemary C. Abílio. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalheite. Petrópolis: Vozes, 1987. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault_vigiar_punir.pdf. Acesso em: 19 dez. 2023.
- FOUCAULT, M. Verdade e poder. In: MACHADO, R. (Org.). Tradução de Roberto Machado. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018. p. 35-54.
- FOUCAULT, M. **História da loucura: na Idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2012. Disponível em: <https://www.uel.br/projetos/foucaultianos/pages/arquivos/Obras/HISTORIA%20DA%20LOUCURA.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2023.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 24. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007. Disponível em: https://www.portalentretextos.com.br/files/online_books/foucault_michel_microfisica_do_poder.pdf. Acesso em: 19 dez. 2023.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 1.ed. [Reimpr.]. Rio de Janeiro: LTC, 2015. Disponível em: <https://bloglinguagenseeducacao.files.wordpress.com/2014/10/a-interpretac3a7c3a3o-das-culturas-clifford-geertz1.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2023.
- LEBRE, M. Medidas de segurança e periculosidade criminal: medo de quem. **Responsabilidades**, v. 2, n. 2, p. 273-282, 2013.
- ROUDINESCO, E.; PLON, M. Dicionário de psicanálise. [S. l.]: Zahar, 1998.
- SANTOS, A. L. G. dos; FARIAS, F. R. de; PINTO, D. de S. Por uma sociedade sem hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 22, n. 4, p. 1215-1230, 2015.

VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E O ATERRO SANITÁRIO DE MARITUBA

Os fundamentos para o envio ao SIDH

Joanna Helena Resende Ferreira Patello¹⁷

Vitória Cristina Lacerda do Nascimento Serrano

Murilo Amaral Feitosa

Palavras-chave: Direitos humanos; Meio ambiente; Aterro Sanitário de Marituba; Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH).

1. INTRODUÇÃO

O presente resumo expandido aborda os impactos ambientais e sociais do Aterro Sanitário de Marituba, destacando as violações de direitos humanos que vão de encontro ao que se estabelece na Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), especialmente no que se refere ao desrespeito ao direito ao meio ambiente sadio, garantido pelo Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH). Essas violações evidenciam a urgência de um olhar mais atento sobre as condições de vida de populações vulneráveis afetadas por empreendimentos desse tipo.

¹⁷ Centro Universitário do Pará, CESUPA. Discentes de Direito: Joanna Helena Resende Ferreira Patello, Vitória Cristina Lacerda do Nascimento Serrano, Murilo Amaral Feitosa. Docente supervisor: Natália Simões Bentes. Email: joanna23060302@aluno.cesupa.br.

Aborda-se detalhadamente o que tange ao caso concreto, com o objetivo de elucidar os fundamentos que justificam a necessidade do envio do caso ao SIDH. Para isso, utiliza-se uma metodologia qualitativa e explicativa, com base no método indutivo, a fim de explorar o potencial do tema. A análise foi realizada por meio de documentos e entrevistas, utilizados como instrumentos para a coleta dos dados.

Os resultados evidenciam a indispensabilidade de o assunto ser tratado em nível internacional, especialmente no que diz respeito à proteção do meio ambiente, à garantia da vida digna e aos direitos sociais de uma comunidade exposta à vulnerabilidade ambiental e institucional.

2. O DIREITO AO MEIO AMBIENTE SADIO PERANTE O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS (SIDH)

O direito ao meio ambiente saudável, elevado à categoria de Direito Humano, é previsto no Protocolo Adicional à Convenção Americana de Direitos Humanos, quando esta trata de direitos econômicos, sociais e culturais, conhecido como Protocolo de San Salvador, de 1988, em seu artigo 11.1, estabelecendo que “toda pessoa tem direito a viver em um meio ambiente sadio [...]” (OEA, 1988).

A Corte Interamericana de Direitos Humanos, em sua Opinião Consultiva OC-23/2017, reforçou a relação entre direitos humanos e proteção ambiental. No documento, destacou-se que danos ao meio ambiente afetam diretamente direitos como a vida, a saúde, a moradia e o acesso à água.

No parágrafo 56 da OC-23/2017, a Corte IDH ratifica o reconhecimento expresso do direito humano ao meio ambiente sadio no âmbito interamericano. Em seguida, é afirmado que a proteção conferida pelo artigo 26 da CADH, relativo aos direitos econômicos, sociais e culturais, deve ser aplicada também ao direito humano ao meio ambiente (Corte Interamericana de Derechos Humanos. Opinión Consultiva OC-23/2017).

De maneira geral, ao se violar o direito humano ao meio ambiente — e aqui incluem-se questões ligadas aos aterros sanitários, como no caso do empreendimento privado denominado Central de Processamento e Tratamento de Resíduos Sólidos no Município de Marituba (CPTRM) —, violam-se vários artigos da CADH, destacando-se: Artigo 1. Obrigação de respeitar os direitos; Artigo 4. Direito à vida; Artigo 5. Direito à integridade pessoal; Artigo 8. Garantias judiciais; Artigo 10. Direito à indenização; Artigo 11. Proteção da honra e da dignidade; Artigo 17. Proteção da família; Artigo 19. Direitos das crianças; Artigo 21. Direito à propriedade privada; Artigo 22. Direito de circulação e de residência; Artigo 24. Igualdade perante a lei; Artigo 25. Proteção judicial, entre outros.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), no caso *Marcelino Díaz Sanchez e outros vs. México*, de abril de 2019¹⁸, analisou situação bastante semelhante ao caso aqui apresentado, envolvendo o CPTRM. Na ocasião, ao avaliar a concessão de medida cautelar diante da alegada contaminação atribuída a um aterro sanitário gerenciado por uma empresa privada, consideraram-se os riscos de violação aos direitos à vida, à integridade e à saúde de moradores de um povoado mexicano. Dessa forma, a CIDH pontuou que os Estados têm o dever de gerar, coletar, avaliar e atualizar informações coerentes; comunicar, de maneira eficaz, as comunidades afetadas por aterros sanitários; facilitar o direito de participação dos titulares de direitos nas tomadas de decisões nesses cenários; e implementar ações para que as empresas envolvidas com o manuseio de poluentes possam realizar diligências no tratamento de substâncias emitidas por aterros sanitários que causam

18 COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos**. OEA/Ser.L/V/II. Revisão atualizada (modificado em seu 116º período ordinário de sessões, realizado de 7 a 25 de outubro de 2002). Washington, DC: Organização dos Estados Americanos (OEA), 2002.

degradação ao meio ambiente e afetam diretamente a fruição e o gozo de Direitos Humanos (REDESCA, 2019).

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CASO DO ATERRO DE MARITUBA

O Aterro Sanitário de Marituba, inaugurado em 2015, foi projetado para atender às exigências da PNRS, com o objetivo de recuperar áreas degradadas e garantir a gestão adequada dos resíduos sólidos, promovendo o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental. É responsável pelo tratamento do lixo proveniente das cidades de Belém, Ananindeua e Marituba. No entanto, a despeito da norma que estipula uma distância mínima de 500 metros entre aterros e comunidades, o empreendimento foi instalado a menos de 2 km da Reserva da Vida Silvestre da Metrópole da Amazônia (REVIS), da comunidade quilombola de Abacatal e de outras comunidades que já residiam na região há décadas, já afetadas pela falta de infraestrutura urbana, violando o direito de consulta livre, prévia e informada (Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho). Essa situação expõe uma parcela da sociedade que, em sua maioria, menos contribui para as toneladas de lixo produzidas e, no entanto, teve seu *solo*, seus *rios*, seu *ar* e seu *corpo* afetados pelo convívio com os resíduos tóxicos.

A Central de Tratamento de Resíduos não possui Certidão de Uso e Ocupação do Solo e despeja chorume bruto no meio ambiente, emitindo gases de efeito estufa sem tratamento. As reclamações da população sobre odores fortes e agravos à saúde aumentaram ao longo do tempo, visto que se acentuou o número de casos de moradores próximos ao aterro com danos no sistema nervoso cerebral, problemas respiratórios, desmaios e sensação de asfixia. No entanto, verificou-se que o sistema de drenagem não foi autorizado pelo órgão licenciador. Essas incorreções demonstram que a Central de Processamento e Tratamento de Resíduos Sólidos de Marituba operou sem

a capacidade necessária para tratar os efluentes gerados, afrontando licenças ambientais e gerando riscos de impactos ambientais com a abertura de lagoas adicionais para reservar chorume. Ademais, é válido ressaltar que a CPTRM opera de modo irregular desde sua inauguração, quanto a equipamentos básicos necessários para a manutenção adequada do aterro.

O aterro, autorizado pelo Estado do Pará, acumula infrações ambientais não corrigidas, conforme relatórios da SEMAS entre 2015 e 2016. Autos lavrados de infração e notificações para correção de irregularidades ficaram sem resposta. Neutralizadores de odores foram instalados na expectativa de mitigar o difícil convívio com o chorume bruto, os impactos no solo e corpos hídricos e os relatos de problemas de saúde, mas o cheiro e as intoxicações pouco cessaram. Desse modo, prorroga-se o sofrimento da população de Marituba e a grave crise de gestão de resíduos sólidos da Região Metropolitana de Belém. Por fim, em outubro de 2024, o STF permitiu a operação de aterros em Áreas de Preservação Permanente (APPs) até o fim de sua vida útil, autorizando que o aterro de Marituba funcione até 28 de fevereiro de 2025, sem as devidas correções.

4. ESGOTAMENTO DE RECURSOS INTERNOS E ENVIO AO SIDH

De acordo com o Artigo 31 do regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos¹⁹, para a admissibilidade de casos é necessário o prévio esgotamento de recursos internos, tendo por objetivo possibilitar a oportunidade do próprio Estado resolver seus conflitos de acordo com seu próprio sistema judicial, à luz do Artigo

¹⁹ COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos**. OEA/Ser.L/V/II. Revisão atualizada (modificado em seu 116º período ordinário de sessões, realizado de 7 a 25 de outubro de 2002). Washington, DC: Organização dos Estados Americanos (OEA), 2002.

25 da Convenção, que vincula os Estados Partes a comprometer-se a garantir acesso à justiça e a recursos de modo eficaz, bem como fortalecer a soberania e autonomia do Estado no trato de violações de direitos em seu território. É necessário que tenha sido exaurida toda e qualquer tentativa legal de obter uma resposta do Estado para recorrer à CIDH.

No caso exposto do Aterro Sanitário de Marituba, a tentativa de esgotar os recursos internos se deu por meio de diversas ações legais, incluindo ações civis públicas, notificações e pedidos administrativos, mas foi marcada por obstáculos processuais que impediram as vítimas de terem acesso adequado à proteção estatal e judicial. As tentativas enfrentaram lentidão marcante, devido à troca constante de juízes para o caso, suspensão de decisões em prol das comunidades afetadas, como a de proferir assistência médica a pessoas com a saúde claramente afetada, prorrogação do tempo de funcionamento do aterro e a concentração de jurisdição em uma pessoa específica, limitando as opções jurídicas de acesso à disponibilidade, à celeridade processual e a um julgamento justo e imparcial. Por fim, o arquivamento do IDC (Incidente de Deslocamento de Competência) para a PGR do Ministério Público, somado à posição do STF em 24 de outubro de 2024 a respeito de manter em funcionamento aterros sanitários já instalados, mantém o Aterro de Marituba funcionando sem as devidas correções.

Portanto, evidencia-se o esgotamento de recursos internos, uma vez que seu meio está completamente comprometido, formando um cenário de esvaziamento de instrumentos para vislumbrar qualquer mudança em um quadro insustentável. A pertinência do envio à SIDH faz-se, portanto, não somente por este motivo, mas também a partir da CIDH, que reafirma a relação vinculativa entre direitos humanos, desenvolvimento sustentável e meio ambiente (OEA, CIDH/REDESCA/INF.1/19, 2019), incluindo empresas, que devem zelar e assegurar as normas e princípios internacionais de respeito ao meio ambiente, com implementação de *due diligence* sobre os impactos ambientais nos direitos humanos. O direito a garantias judiciais a fim de obter respostas às ações civis públicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos fatos, argumentos e fundamentos abordados, torna-se evidente, como resultados deste estudo, a visualização da estreita relação que a SIDH estabelece entre o dever do Estado e das empresas de zelar por um meio ambiente sadio vinculado ao direito à vida, assim como a profunda problemática vivida pelos cidadãos afetados pela destinação inadequada do lixo de um grande contingente urbano, e os obstáculos legais que tornaram a pertinência do envio do caso para a SIDH uma demanda legítima. Conclui-se a necessidade de questionar as políticas públicas (ou a ausência delas) para viabilizar, por fim, o acesso à justiça, à cidadania e o combate a essa realidade desumana.

REFERÊNCIAS

- CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Opinión consultiva OC-23, de 15 de noviembre de 2017**. Solicitada por la República de Colômbia. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_23_esp.pdf. Acesso em: 09 nov. 2024.
- INTER-AMERICAN COURT OF HUMAN RIGHTS, **Opinión Consultiva OC-24, 2017**. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/carpio_se_14.pdf. Acesso em: 09 nov. 2024.
- DOS SANTOS, J. de R. N.; DINIZ, M. B. Aterro sanitário de Marituba/PA e suas implicações na qualidade de vida da população local. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 26, n. 3, dez. 2023. ISSN 2179-7536. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/14806/10621>. Acesso em: 09 nov. 2024.
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS – OEA. **Protocolo de San Salvador**. 1988.
- REDESCA. **Relatório Empresas e Direitos Humanos: Padrões Interamericanos**. Washington: CIDH/OEA. Disponível em: https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/2021/Resolucion_-21_SPA.pdf. Acesso em: 09 nov. 2024.

POLÍTICAS PÚBLICAS, SAÚDE E BEM-ESTAR NA AMAZÔNIA

Relato de uma instituição de ensino superior na contribuição aos objetivos de desenvolvimento sustentável

Gabriel Mavignier Alves²⁰

Bruno Barros Anchieta²¹

Alexandre Bueno²²

Palavras-chave: Saúde mental; Amazônia; Direitos humanos; Psicologia.

1. INTRODUÇÃO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos em 2015 durante a Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova Iorque, representam uma das agendas mais ambiciosas da história da diplomacia internacional. Reunindo 193 Estados membros da

²⁰ Discente de Psicologia na Faculdade dos Carajás. E-mail: gmalves114@gmail.com.

²¹ Bacharel em Saúde Coletiva. Membro do Grupo de Estudos em Saberes Docentes e Práticas de Ensino (GESPEN/ Faculdade Carajás). Técnico-Administrativo, Faculdade dos Carajás. E-mail: bruno.anchieta@carajasedu.com.br.

²² Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Marabá – PA; Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Formação Docente e Práticas Educativas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Imperatriz – MA; Graduado em Administração pela Universidade de Vila Velha (UVV); Docente da Faculdade dos Carajás, Marabá/PA. E-mail: abuenno.mab@gmail.com.

Organização das Nações Unidas (ONU), os ODS são compostos por 17 objetivos interconectados, concebidos como um plano de ação global para erradicar a pobreza extrema, garantir a educação de qualidade, proteger o meio ambiente e promover sociedades consolidadas e inclusivas. Entre esses objetivos, destaca-se o ODS 3, que busca garantir saúde e bem-estar para todos, um componente essencial para a promoção dos direitos humanos.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 196, estabelece a saúde como um direito de todos e dever do Estado, que deve garantir políticas sociais e econômicas externas para a redução de riscos de doenças e o acesso universal e igualitário a serviços de saúde. Nesse contexto, a Lei n.º 8.080/1990 regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS), detalhando seus princípios de universalidade, integralidade e equidade. Apesar desses avanços normativos, até o início dos anos 2000, o tratamento de pessoas com transtornos mentais no Brasil era majoritariamente centrado em hospitais psiquiátricos, muitas vezes marcado por condições precárias e descaso à dignidade humana (Paim, 2009; Brasil, 1990).

A promulgação da Lei n.º 10.216/2001 trouxe mudanças significativas ao estabelecer como responsabilidade do Estado o desenvolvimento de políticas públicas para a saúde mental, promovendo ações integradas e inclusivas, com a participação ativa da sociedade e das famílias. No entanto, os desafios persistem, especialmente em regiões como a Amazônia, onde as desigualdades no acesso aos serviços de saúde mental são agravadas por fatores geográficos, econômicos e sociais.

Neste cenário, este trabalho tem como objetivo analisar como as Instituições de Ensino Superior (IES), por meio das práticas e ações desenvolvidas nos cursos de Psicologia, podem contribuir para a promoção dos direitos humanos e para o cumprimento do ODS 3 – Saúde e Bem-Estar. O trabalho, do tipo estudo de caso, foca em uma IES localizada no Sudeste Paraense, explorando como suas iniciativas podem atuar na melhoria da saúde mental e no fortalecimento das políticas públicas na região amazônica.

2. METODOLOGIA

O percurso metodológico deste resumo constitui-se como pesquisa qualitativa, com contribuições da pesquisa quantitativa para caracterizar a atuação do curso de graduação de Psicologia para a comunidade em que está inserido. Minayo (2016, p. 21) registra que a pesquisa qualitativa confere ao trabalho um universo de significados diversificados, em que “[...] esse conjunto de fenômenos humanos é entendido como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas também por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir de uma realidade vivida e compartilhada”.

Quanto à estratégia dimensionada pelo objeto, para conhecermos as relações entre o curso de Psicologia, suas práticas e contribuições para a promoção dos direitos humanos na cidade e região à qual a instituição está inserida, foi necessária a investigação do tipo estudo de caso, como estratégia de pesquisa que contribui para os fenômenos sociais da sociedade (Yan, 2010). Em consonância com os autores, Ludke e André (2020, p. 20) corroboram ao evidenciar que o caso deve ser bem limitado, “seus contornos são claramente definidos no desenrolar do estudo”, podendo “ser similar a outros, mas, ao mesmo tempo, distinto por ter um interesse próprio, singular”. No entanto, uma questão relevante no estudo de caso é o que se aprende ao estudar o caso. Dessa forma, o conhecimento gerado pelo estudo é mais concreto, contextualizado e voltado para a interpretação do leitor, permitindo-lhe compreender as generalizações para a sua população de referência (André, 2008).

3. RESULTADOS

O novo relatório global *World Mental Health Day 2024*, realizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), traz percepções e desafios relacionados aos sistemas de saúde do mundo. No ano de

2024, os entrevistados brasileiros destacaram a saúde mental como um dos principais problemas de saúde do país. Em 2018, apenas 18% dos entrevistados citavam a saúde mental como principal problema. O salto aconteceu durante a pandemia de Covid-19: em 2021, o tema foi citado por 40% dos participantes; em 2022, por 49%; em 2023, por 52%; já em 2024, 54% dos participantes destacaram a saúde mental como um dos principais problemas de saúde da nação (IPSOS, 2024).

A Faculdade dos Carajás, localizada em Marabá-PA, desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, oferecendo cinco cursos de graduação credenciados pelo MEC. O curso de Psicologia disponibiliza atendimentos à comunidade através do Serviço Escola de Psicologia (SEPSI), onde alunos, sob supervisão de professores psicólogos, aplicam abordagens como Terapia Cognitivo-Comportamental, Fenomenologia Existencial/Humanista e Psicanálise. Os atendimentos são agendados previamente, o que é o passo inicial para que se iniciem os atendimentos, que, por sua vez, são avaliados inicialmente na triagem e, em seguida, encaminhados para determinados serviços conforme a necessidade do usuário. O psicodiagnóstico utiliza entrevistas e testes para orientar encaminhamentos adequados. A psicoterapia é oferecida individualmente ou em grupo para diferentes faixas etárias, com frequência ajustada às particularidades de cada paciente. Além disso, é realizado o plantão psicológico, que atende emergências, oferecendo acolhimento em crises. Grupos terapêuticos focais também são conduzidos, abordando temas específicos conforme a demanda dos participantes.

Na tabela 1, pode-se observar o quantitativo de atendimentos realizados durante o primeiro semestre de 2024, o qual demonstra uma capacidade de atender a uma demanda significativa por serviços de saúde mental da região amazônica, contribuindo diretamente para a ampliação do acesso à psicoterapia e apoio psicológico.

Tabela 1 – Quantitativo de atendimentos psicológicos realizados no primeiro semestre do SEPS, Faculdade dos Carajás, 2024

MÊS	NÚMERO DE ATENDIMENTOS	PERCENTUAL
Fevereiro	116	15,8%
Março	160	21,8%
Abril	129	17,6%
Maio	226	30,8%
Junho	103	14,0%
Total	734	100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação dos futuros psicólogos, especialmente no contexto da região amazônica, oferece aos alunos uma experiência prática que vai além do aprendizado teórico, permitindo-lhes lidar diretamente com as demandas da comunidade local. O envolvimento dos estagiários nas atividades do SEPSI na Faculdade dos Carajás reflete-se em uma formação holística e contribui para o fortalecimento das políticas públicas de saúde mental na região.

Em uma área com desafios específicos, como a falta de infraestrutura, a diversidade cultural e as desigualdades sociais, o SEPSI desempenha um papel crucial ao fornecer suporte psicológico acessível, além de auxiliar na implementação de políticas públicas voltadas à saúde mental e aos direitos humanos. Dessa forma, a prática dos futuros psicólogos contribui não só para a formação destes, mas também para o avanço das políticas públicas de saúde na Amazônia, buscando equidade no acesso aos cuidados psicológicos e promovendo a saúde mental como um direito fundamental para todas as populações da região, bem como o ODS 3.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. 3. ed. Brasília: Liber, 2008.
- BATISTA, M. Q.; ZANELLO, V. Saúde mental em contextos indígenas: Escassez de pesquisas brasileiras, invisibilidade das diferenças. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 21, n. 4, p. 403-414, out./dez. 2016.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 19 set. 1990.
- BRASIL. Lei n.º 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial de saúde mental. **Diário Oficial da União**: seção 1; Brasília, DF, 9 de abr. 2001.
- IPSOS. **Health Service Report 2024**: percepções e desafios relacionados aos sistemas de saúde no mundo. IPSOS, 2024. Disponível em: <https://www.ipsos.com/pt-br>. Acesso em: 9 nov. 2024.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro. E. P. U., 2020.
- MINAYO, M. C. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.
- PAIM, J. S. **O que é o SUS?** Rio de Janeiro: Editora FioCruz, 2009.
- ROCHA, N. F.; MOREIRA, M. R. Participação, representação e deliberação no processo decisório do conselho Municipal de Saúde de Marabá-PA (2018-2020). **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. especial 4, p. 26-43, nov. 2022.
- YAN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 4. d. Porto Alegre: Bookman, 2010.

NECROPOLÍTICA PENITENCIÁRIA NO ESTADO DO PARÁ E AS INFRAÇÕES À REGRA DE MANDELA

Estudo de caso do
massacre de Altamira²³

Marcelle de Fátima Cruz Pedatella²⁴

Stephany Samantha Nascimento da Silva²⁵

Palavras-chave: Necropolítica; Direitos humanos; Massacre; Cárcere; Amazônia.

1. INTRODUÇÃO

Evidências recentes vêm demonstrando o agravamento da crise do sistema penal brasileiro, seja pelo aumento da população

²³ Resumo apresentado ao CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DA AMAZÔNIA – CIDHAMA – GT2: Mecanismos Internacionais de Defesa dos Direitos Humanos: avanços, retrocessos e perspectivas

²⁴ Bacharel em Direito pela Universidade da Amazônia, Advogada, Pós-Graduada em Direito do Trabalho e Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará. E-mail: mpedatella.adv@gmail.com.

²⁵ Bacharel em Direito pela Universidade da Amazônia, Advogada, Pós-Graduada em Direito Penal e Criminologia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS); Pós-Graduada em Segurança Pública e Direitos Humanos pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. E-mail: stephnnascimento1@gmail.com

carcerária, pela superlotação nas casas penais ou mesmo pelas rebeliões e massacres ali cometidos.

Diante dessas evidências, e voltando os olhos para a região Norte, é possível observar um histórico de violações aos direitos humanos no cárcere, que seguem banalizadas, apesar da adesão do Brasil a tratados internacionais, entre os quais se destacam as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos e o Pacto de San José da Costa Rica.

O termo necropolítica é um conceito utilizado para fazer referência ao uso do poder político e social do Estado para decidir quem pode viver e quem pode morrer, podendo ser observado principalmente em situações de rebeliões e massacres dentro do sistema penal. Os crescentes casos de violência em penitenciárias vêm sendo gerados pela disputa de poder entre organizações criminosas, as quais tiveram seu nascedouro dentro do cárcere, em decorrência da inércia do Estado em prover condições mínimas de sobrevivência para os apenados.

O estudo de caso deste trabalho é um exemplo claro da necropolítica: o massacre de Altamira, ocorrido em 29 de julho de 2019, no Centro de Recuperação Regional de Altamira, no estado do Pará.

A partir disso, busca-se analisar as violações de direitos humanos no sistema prisional paraense, demonstrar como e por quais motivos tais infrações acontecem sistematicamente e, com base nas teorias e conceitos do racismo ambiental e da necropolítica, discutir a responsabilidade do Estado brasileiro, assim como encontrar mecanismos de mudança e proteção aos direitos humanos.

Como marco teórico inicial para a compreensão do Estado biopatriarcalista e sua forma de reger a população, faz-se necessária a análise da percepção de biopolítica de Michel Foucault (1999). No contexto histórico de sua produção acadêmica — qual seja, o de ascensão e expansão do capitalismo —, Foucault (1999) se propôs a compreendê-la como um conjunto de técnicas e estratégias de governança para construção de um poder que orienta e controla os

corpos, promovendo a produção de vida e de subjetividade adequadas à forma social capitalista, denominado biopoder (Hilário, 2016).

É nesse contexto que se configura o Estado biopatriarcalista, enquanto forma de organização dos estados coloniais modernos, que se efetiva por meio de articulações funcionais entre capitalismo e patriarcado (Nielsson; Wermuth, 2020). Com efeito, visando ao domínio da totalidade da sociedade para atingir o fim último do lucro do neoliberalismo, o Estado já não age dentro das tradicionais fronteiras típicas da modernidade. Em verdade, utiliza-se do controle e da gestão dos corpos, sobretudo femininos (Nielsson; Wermuth, 2020).

Essa lógica é chamada de necropolítica, que permite compreender a continuidade da colonialidade no bojo da democracia neoliberal, a partir da destruição massiva de indivíduos específicos (Benício *et al.*, 2018). O conceito foi desenvolvido por Achille Mbembe, que, partindo das noções de biopolítica e biopoder desenvolvidas por Michel Foucault, buscou compreender a realidade de países constituídos sob a égide do colonialismo (Nielsson; Wermuth, 2020). Todavia, embora o trabalho de Mbembe esteja focado geograficamente no continente africano pós-colonial, nada obsta a utilização de sua concepção de necropolítica à “periferia do capitalismo” (Hilário, 2016, p. 204).

Achille Mbembe (2018), leitor de Foucault, preceitua que o conceito de biopoder não é suficiente para exaurir a política da morte imposta aos corpos “matáveis”. Por outro lado, o italiano Domenico Losurdo chama atenção para o fato de Foucault ter deixado de analisar como se dá, em terras coloniais, a prática do biopoder. Dessa forma, a necropolítica de Mbembe (2018) vai enfatizar os genocídios não europeus, que continuam até os dias atuais com o mesmo padrão de táticas que ele denomina de tardo-coloniais.

As condições do sistema penitenciário na Região Norte do Brasil, como em outras regiões do país, são marcadas por uma série de desafios, incluindo superlotação, falta de recursos, infraestrutura precária e dificuldades no processo de ressocialização dos detentos. A Região Norte, que abrange os estados do Amazonas, Acre, Rondônia,

Roraima, Pará, Amapá, Tocantins e Maranhão, tem características particulares que agravam essas condições. Os principais problemas enfrentados são: superlotação, infraestrutura precária, falta de recursos financeiros e humanos, violência e facções criminosas, ausência de programas de ressocialização e problemas de saúde.

Assim, as condições acima apresentadas nos levam às violações das Regras de Mandela, que se referem ao desrespeito aos padrões e direitos estabelecidos pelas Regras Mínimas para o Tratamento de Prisioneiros, também conhecidas como Regras de Mandela. Essas normas foram adotadas pela Assembleia Geral da ONU em 2015, em homenagem a Nelson Mandela, e visam garantir que as condições de detenção e o tratamento de prisioneiros sejam humanitários, dignos e respeitem os direitos humanos.

As violações dessas regras podem envolver: superlotação, falta de acesso à saúde, tratamento cruel, desumano ou degradante, ausência de acesso à educação ou à reabilitação, privação de comunicação, conduta abusiva por parte dos guardas ou autoridades prisionais, entre outras. Essas violações têm sérias implicações para os direitos humanos e o bem-estar dos detentos, além de comprometerem a eficácia do sistema de justiça criminal em promover a reabilitação. O respeito às Regras de Mandela é essencial para garantir que os direitos dos prisioneiros sejam preservados, mesmo enquanto cumprem suas penas.

2. METODOLOGIA

Com relação a abordagem do problema, este estudo terá análise qualitativa, uma vez que serão estudados dados não mensuráveis sobre conceitos relacionados à necropolítica, criminologia racial, racismo e racismo ambiental, e todas essas realidades tratadas mais especificamente ao longo do trabalho.

Com relação ao procedimento técnico esse estudo terá abordagem bibliográfica, uma vez que serão utilizados materiais como

livros, artigos científicos, dissertações, teses, legislações e trabalhos acadêmicos relacionando temáticas que envolvam a necropolítica, necropolítica penitenciária, racismo e racismo ambiental para a construção da pesquisa. Além disso, o procedimento técnico desse estudo também se dará por meio de estudo de caso, uma vez que será explorado de maneira profunda e exaustiva a realidade do Massacre de Altamira. No que se refere à utilização de resultados, essa pesquisa terá análise pura também considerada básica ou teórica, visto que o trabalho não implicará em ações interventivas.

O presente trabalho tem natureza descritiva, devido envolver levantamento bibliográfico aprofundado e detalhado, visando exaurir no estudo tudo que envolver o Massacre de Altamira juntamente com o viés biopolítico e necropolítico, visando também compreender as práticas de violações de Direitos Humanos.

3. RESULTADOS

Acredita-se que a criminologia crítica racial trata de questionar os objetivos predominantes, operantes e que alicerçam a criminologia tradicional, preconizando que o estudo da criminologia deva levar em consideração marcadores sociais relacionados à raça, em que, mais precisamente, dentro do cárcere brasileiro, observa-se preponderantemente a presença da população jovem e negra (INFOPEN, 2018). Por outro lado, a necropolítica está relacionada com a questão dos sujeitos “matáveis”, aqueles que não são prioridade para o Estado, como é o caso dos apenados do sistema.

Sabe-se que o cárcere é um espaço de constantes violações de direitos, como no Centro de Recuperação Regional de Altamira, local onde ocorreu o massacre de 29/07/2020. O próprio CNJ já havia recomendado, pouco tempo antes do fatídico dia, que o Centro de Recuperação fosse desocupado por não apresentar condições dignas aos detentos. Contudo, nada foi feito, e somente após a morte de 62 custodiados os demais detentos foram transferidos para outras casas penais.

Ao entender como age a necropolítica, é mais fácil perceber como atua o racismo e como ele se expressa em populações vulneráveis, que são expostas a todos os tipos de mazelas sociais, direcionando especificamente para o ocorrido em Altamira.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necropolítica no estado do Pará reflete um conjunto de políticas e práticas que, muitas vezes, resultam na marginalização, criminalização e exterminação de populações vulneráveis, especialmente jovens, negros e indígenas. Dentro desse cenário, as infrações às Regras de Mandela (ou Regras Mínimas para o Tratamento de Prisioneiros, adotadas pela ONU) no sistema prisional do Pará são um reflexo claro da necropolítica em ação.

Essa violação das Regras de Mandela no Pará, em especial, tem raízes em um sistema de justiça penal que, ao invés de reabilitar, marginaliza ainda mais os detentos, tornando-os alvos fáceis de violência, seja de outros presos ou do próprio Estado. A necropolítica aqui não se limita ao ato de matar diretamente, mas envolve a manutenção de um sistema que extermina as possibilidades de vida digna para uma parte significativa da população, seja pela violência policial, pela precariedade do sistema prisional ou pela falta de políticas públicas efetivas de inclusão social.

Portanto, a análise da necropolítica no Pará, em consonância com as infrações às Regras de Mandela, revela a necessidade urgente de uma reconfiguração das políticas públicas voltadas à segurança, ao sistema penal e, principalmente, ao respeito aos direitos humanos, com foco na redução da violência e na promoção da justiça social e da dignidade para todos.

REFERÊNCIAS

BENÍCIO, L. F. de S. *et al.* Necropolítica e Pesquisa-Intervenção sobre Homicídios de Adolescentes e Jovens em Fortaleza, CE. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília,

- v. 18, n. 2, p. 192-207, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/FKRDcYDHRmgZGWPjvPfFzd/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- FOUCAULT, M.. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- HILÁRIO, L. C. Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. **SapereAude**, v. 7, n. 12, p. 194-210, 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/P.21776342.2016v7n13p194>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- NIELSSON, J. G.; WERMUTH, M. A. D. Necrobiopolítica de gênero no Brasil contemporâneo: o feminicídio em tempos de fascismo social . **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 10, n. 2, p. 29-48, 2020. Disponível em: <https://www.jus.uniceub.br/RBPP/article/view/6544>. Acesso em: 10 nov. 2024.

O IMPACTO DOS MECANISMOS INTERNACIONAIS NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES E CRIANÇAS NA AMAZÔNIA

Avanços e desafios

Ingrid Mayara Amorim Silva²⁶

Brenda Karolyne Lima de Sousa²⁷

Palavras-chave: Amazônia; Mulheres; Crianças; Avanços; Desafios.

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia é uma região extremamente rica em biodiversidade e cultura, mas também enfrenta diversos desafios. A questão dos direitos das mulheres e das crianças nessa região é um tema complexo e urgente, pois, na mesma proporção em que lidamos com a desigualdade social, também há questões sob uma perspectiva estrutural, como o pouco acesso a serviços essenciais, a violência doméstica e o trabalho infantil, especialmente nas comunidades ribeirinhas mais afastadas das cidades-polo.

Diante disso, observa-se que o impacto desses mecanismos está diretamente ligado aos direitos humanos, que buscam assegurar a

²⁶ Estudante do curso de Direito. E-mail: ingridpedd@gmail.com

²⁷ Estudante do curso de Direito. E-mail: sousabrenda039@gmail.com

dignidade, a igualdade e a proteção contra abusos. No cenário atual, tratados como os da ONU e de outras organizações têm se mostrado fundamentais para a implementação de políticas públicas que protegem esses direitos mencionados.

Com isso, este estudo terá como objetivo analisar de que forma essas normativas internacionais têm influenciado a proteção desses direitos, tanto das mulheres quanto das crianças na Amazônia, destacando os avanços alcançados e os obstáculos que ainda persistem e precisam ser superados, buscando compreender a eficácia dessas políticas públicas e sociais, que, segundo Pereira, visam:

Atender necessidades sociais cuja resolução requer deliberada decisão coletiva regida por princípios de justiça social que, por sua vez, devem ser amparadas por leis impessoais e objetivas, garantidoras de direitos (Pereira, 2016, p. 171).

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi construída sob o viés de uma abordagem qualitativa, utilizando, assim, revisões bibliográficas e análises documentais. A partir dessa metodologia, foram observados e examinados relatórios de entidades internacionais, como a ONU Mulheres, o UNICEF e a OIT, além de dados fornecidos por ONGs e organismos governamentais com foco na Amazônia.

A pesquisa dividiu-se em três etapas: (1) levantamento e análise das convenções e tratados internacionais que protegem os direitos das mulheres e das crianças; (2) estudo das políticas públicas voltadas para a proteção da Amazônia; e, por último, (3) análise dos desafios para que ocorra a efetiva implementação dessas políticas e ideias.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos mecanismos internacionais e nacionais que buscam a proteção dos direitos das mulheres e das crianças, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), revela que esses tratados são de extrema importância para a implementação de políticas que buscam garantir a aplicabilidade dos direitos fundamentais, como educação, saúde e proteção contra diversos tipos de abusos.

Nesse viés, temos ainda a Lei Maria da Penha, que é uma das leis mais importantes para a proteção das mulheres contra a violência doméstica e familiar. Entretanto, em relação à aplicabilidade das medidas, além dos obstáculos decorrentes do isolamento geográfico, há também a resistência cultural das comunidades que ali vivem, o que contribui diretamente para a persistência da violência contra mulheres e crianças nesses locais, dificultando, assim, a transformação desse cenário, pois

situações de violência sexual e de exposição a situações de risco relacionadas ao trabalho precoce não são adequadamente reconhecidas pelas próprias vítimas, responsáveis ou profissionais, diante da complexidade desses fenômenos (Oliveira; Lombardi; Rabelo, 2022, p. 5).

Além disso, é importante destacar a atuação de organizações internacionais, como o UNICEF, que têm promovido avanços significativos na promoção dos direitos das crianças. No entanto, mesmo com os esforços, o que se nota é que também há dificuldades na sua implementação, visto que os resultados ainda são limitados, especialmente em áreas de difícil acesso.

Pesquisas evidenciam que a região apresenta taxas preocupantes de trabalho infantil e desigualdade na educação, dado que o acesso

das comunidades remotas, indígenas e ribeirinhas é escasso, contribuindo para que as crianças não tenham acesso à educação básica.

Esse estudo mostra que os mecanismos internacionais, como a CEDAW e a CDC, exercem um papel importantíssimo na conscientização sobre os direitos das mulheres e das crianças, influenciando a criação de políticas voltadas para a proteção dessas populações. Todavia, é visível que, na Amazônia, a implementação dessas políticas ainda encontra diversas barreiras, principalmente quando se trata do acesso das populações a esses direitos. Trata-se de um conjunto de dificuldades — sejam elas geográficas, culturais ou sociais — que, por sua vez, evidenciam a necessidade de mudanças para uma aplicação mais eficaz desses programas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho infantil, a violência doméstica e a exclusão educacional são realidades que ainda afetam mulheres e crianças na Amazônia. Diante disso, é necessário que, para que as políticas públicas sejam eficazes, haja uma maior consolidação das políticas de inclusão social, promovendo um acesso ampliado da população aos serviços básicos, seja de saúde, educação ou segurança.

Por fim, ao analisar o cenário atual, percebemos que é essencial que haja, com maior eficácia, a adaptação das políticas públicas às comunidades da Amazônia. Isto é, é preciso ouvir os moradores locais — como os indígenas e os representantes das comunidades ribeirinhas —, criando caminhos para a mudança. Falar em proteção dos direitos das mulheres e das crianças na Amazônia é uma questão que envolve a implementação e a criação de leis, mas também, e principalmente, a construção de redes de apoio na educação, saúde e segurança, respeitando as diversidades locais em consonância com os direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, F. H. **Decreto n.º 4.377, de 13 de setembro de 2002**. Dispõe sobre a convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Brasília: Presidência da República, 2002.
- COLLOR, F. **Decreto n.º 9.710, de 21 de novembro de 1990**. Dispõe sobre a convenção sobre os direitos da criança. Brasília: Presidência da República, 2002.
- OLIVEIRA, N. F.; SÁ, E. V. H. C.; LOMBARDI, T.; RABELO, R. da S. Trabalho infantil no estado do Amazonas: a invisibilidade do sistema de notificação. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 25, p. 1-08, 2022.
- PEREIRA, P. **Política social: temas e questões**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

DESAFIOS DA ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL DE DEFENSORES E DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS INCLUÍDOS NO PROGRAMA DE PROTEÇÃO DE DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS NO ESTADO DO PARÁ

Jerusa Aguiar Lopes²⁸

Palavras-chave: Saúde mental; Direitos humanos; Violência no campo.

1. INTRODUÇÃO

O estado do Pará é amplamente reconhecido internacionalmente por crimes emblemáticos cometidos contra Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (DDH). Entre os casos mais notórios, estão o massacre de Eldorado do Carajás, ocorrido em 1996, o assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, em 2005, e o assassinato de José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo, em 2011, bem como o de Fernando Araújo dos Santos, em Pau D'Arco, em 2021.

²⁸ Psicóloga (CRP10/09164), Especialista em Ações Terapêuticas para Situações de Luto (PUCSP), com formação em Tanatologia (Escutha). Atualmente, é psicóloga no PPDDH/PA. E-mail: jerusa.aguiar01@gmail.com

Seguindo as diretrizes da Política Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, o estado do Pará criou, por meio da Lei n.º 8.444, de 6 de dezembro de 2016, o Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH/PA) e instituiu o Conselho Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (CEPDDH), sob a gestão da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH). A partir de 2023, por meio da Lei n.º 10.286, de 15 de dezembro de 2023, o PPDDH/PA passa a ser gerido pela Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH) (Pará, 2016).

Considerando as especificidades do território e a diversidade dos povos que compõem a Amazônia Paraense, a equipe técnica do PPDDH/PA é composta por profissionais de diferentes áreas, como psicologia, antropologia, direito, assistência social, pedagogia e segurança. A equipe multidisciplinar desempenha um papel crucial no PPDDH, pois sua atuação integrada possibilita uma abordagem abrangente para garantir a proteção e o bem-viver dos defensores ameaçados. Para lidar com as múltiplas necessidades dos DDH incluídos no PPDDH, a equipe técnica trabalha de forma articulada com diferentes esferas do governo e instituições, como a polícia, o Ministério Público e organizações sociais, facilitando o encaminhamento adequado das denúncias e a adoção de medidas preventivas (Santos, 2020).

Diante do exposto, o objetivo do presente estudo é caracterizar demandas psicológicas emergentes e discutir implicações para a prática de cuidado à saúde mental de defensores de direitos humanos no Pará.

2. METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental de caráter qualitativo. Para isso, foram realizadas buscas nas bases de dados *Google Scholar* e Portal de Periódicos da CAPES, com os descritores “saúde mental”, “violência no campo”

e “direitos humanos”, bem como em publicações de organizações ligadas à área de Direitos Humanos, Violência no Campo e à Psicologia, no Brasil e no mundo, em busca dos desenvolvimentos mais recentes sobre os processos de cuidado em saúde mental no contexto de violação de Direitos Humanos.

3. RESULTADOS

O incêndio de casas, o espargimento de agrotóxicos sobre comunidades inteiras — que ali chamam de “guerra química” —, a violação da privacidade por drones invasores, as razias efetuadas por bandos armados, as perseguições e os atentados contra a integridade física são exemplos das violências às quais Defensores de Direitos Humanos estão frequentemente expostos.

A exposição contínua a ameaças diretas ou veladas tem impactos significativos sobre a saúde mental dos DDH, resultando em altos níveis de estresse, ansiedade e outras condições psicológicas graves, como Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) e Burnout, além de impactos sobre a vida familiar, já que muitos defensores temem pela segurança de seus familiares, visto que os agressores frequentemente usam intimidações contra a família como forma de pressão (Santos, 2020).

Ao profissional de Psicologia integrante da equipe técnica do PPDDH/PA é vedada a prestação de assistência psicológica de natureza clínica. Em outras palavras, o(a) psicólogo(a) do Programa não realiza intervenções psicoterapêuticas com os(as) usuários(as).

É responsabilidade do psicólogo realizar uma avaliação do funcionamento psíquico do potencial usuário e emitir uma opinião quanto à sua admissão no Programa, caso seja identificado que o indivíduo possui condições de compreender e cumprir as exigências estabelecidas pelo PPDDH. Alternativamente, o profissional pode recomendar o não ingresso, caso conclua que a pessoa apresenta uma personalidade ou conduta incompatível com as restrições

impostas pelo Programa. Cabe, ainda, ao psicólogo articular a rede de atendimento em saúde e encaminhar os usuários do PPDDH aos serviços de saúde disponíveis no território de origem ou nos municípios adjacentes (Brasil, 2007).

Para a Psicologia, a questão da saúde mental dos indivíduos que ingressam no programa de proteção é central. Não se trata de uma proposta voltada para a promoção da saúde mental por meio de ações preventivas, mas sim de pensar a saúde mental no contexto específico do PPDDH, colaborando para que o indivíduo enfrente a nova realidade de vida no programa, nos limites e nas restrições estabelecidos.

A dificuldade de acessar suporte psicológico é uma realidade lamentável enfrentada por essa população. Muitos defensores de direitos humanos atuam em áreas rurais ou remotas, onde o acesso a serviços de saúde mental é limitado. Mesmo nos centros urbanos, o estigma relacionado aos movimentos sociais e aos direitos humanos pode dificultar o acesso a tratamento (Gomes de Jesus, 2013).

Convém pontuar que a atuação da Psicologia no âmbito do Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos (PPDDH) adota a interdisciplinaridade como um de seus principais eixos metodológicos. Nesse sentido, tanto a concepção contemporânea de direitos humanos quanto a interdisciplinaridade configuram-se como diretrizes centrais de natureza ético-política no desenvolvimento do Programa. Sobre interdisciplinaridade:

No caso da interdisciplinaridade, observamos uma tentativa, às vezes bem sucedida, de construção de um outro objeto, implicando, todavia, uma outra disciplina, um outro especialismo. A lógica mantém-se – a cada novo objeto, uma nova disciplina, um novo especialismo (Benevides, 1998, p. 47).

Moreira (2013) destaca que o atendimento psicológico aos DDHs deve levar em consideração o contexto no qual o indivíduo se encontra, a partir da dinâmica de proteção a que está submetido e das condições que o tornam vulnerável. Isso permite a realização de análises mais

precisas sobre determinada realidade. O relato de um DDH deve ser compreendido como um enunciado sociopolítico, produzido em um contexto específico, e não meramente como um processo individual que reflete o sistema pessoal de valores de um sujeito.

No que se refere ao atendimento em saúde mental na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), os serviços de saúde podem, muitas vezes, focar exclusivamente no problema patogênico e nas tecnologias disponíveis para diagnóstico e intervenção, desconsiderando a história e a situação social dos pacientes sob seus cuidados — uma prática ainda bastante comum. Em contrapartida, o cuidado se expande quando a equipe de saúde assume a responsabilidade integral sobre os usuários, buscando compreender a complexidade de suas condições de vida e propondo intervenções fundamentadas no princípio da integralidade. A prática da clínica ampliada se fundamenta no compromisso ético com a produção tanto de saúde quanto de sujeitos protagonistas de suas próprias vidas (Cardoso; Felipe; Vital Brasil, 2015).

Dessa forma, propõem-se três pilares fundamentais de cuidado: o cuidado individual, o cuidado coletivo e o cuidado do Estado. Embora o enfrentamento às desigualdades, violências e opressões seja necessário, é importante considerar o contexto, respeitar os limites pessoais do DDH e incentivá-lo a prestar cuidado a si mesmo como forma de qualificar sua participação no coletivo. O cuidado coletivo está intimamente relacionado ao cuidado individual, com a criação de acordos flexíveis e igualitários, nos quais a responsabilidade pelo cuidado recai sobre todas as pessoas da comunidade à qual o DDH pertence. O cuidado do Estado constitui o terceiro nível, sendo essencial que a articulação entre as políticas públicas de proteção seja eficaz para os defensores de direitos humanos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PPDDH é fundamental para garantir a proteção dos direitos fundamentais no Brasil, pois protege aqueles que atuam em causas

essenciais para a justiça social, os direitos territoriais e a preservação ambiental. O trabalho dos defensores de direitos humanos, muitas vezes, denuncia violações de direitos cometidas por grupos poderosos, o que os coloca em posição de vulnerabilidade.

Ao proporcionar segurança para que essas pessoas continuem a atuar, o Programa cumpre um papel central na defesa da democracia e no fortalecimento do Estado de Direito, pois busca garantir que os direitos humanos possam ser promovidos sem medo de represálias ou violência.

O cuidado em saúde mental para defensores de direitos humanos no Pará requer uma abordagem integrada, que vá além do tratamento clínico, abrangendo também suporte psicológico contínuo, fortalecimento das Redes de Atenção Psicossocial (RAPS) e uma estrutura de proteção estatal mais robusta e eficaz. O enfrentamento desses desafios passa por uma reestruturação dos serviços de saúde mental, por políticas públicas de proteção mais abrangentes e pela criação de um ambiente que promova segurança e dignidade para esses defensores, que estão na linha de frente das lutas por justiça social e ambiental.

REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, R. Garantir Saúde Mental é Assegurar Direitos. **Revista Direitos Humanos Gajop**, p. 45-50, fev./98.
- BRASIL. **Decreto n.º 6.044, de 12 de fevereiro de 2007**. Aprova a Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos – PNPDDH, define prazo para a elaboração do Plano Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007010/2007/decreto/d6044.html. Acesso em: 30 out. 2024
- CARDOSO, C.; FELIPPE, M.; VITAL BRASIL, V. **Uma perspectiva clínico-política na reparação simbólica**: Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Rio de Janeiro: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015
- GOMES DE JESUS, J. Psicologia social e movimentos sociais: uma revisão contextualizada/Social psychology and social movements: a contextualized

review. **Psicologia e Saber Social**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 163-186, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/psi-sabersocial/article/view/4897>. Acesso em: 01 nov. 2024.

MOREIRA, Marcelo Moraes. **Uma análise das práticas realizadas no Programa de Proteção às Testemunhas Ameaçadas no Pará – PROVITA/PA**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

PARÁ. Lei n.º 8.444, de 6 de dezembro de 2016. Institui o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do Estado do Pará e cria o Conselho Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. **Diário Oficial do Estado do Pará**, n.º 33.264, 5 dez. 2016. Disponível em: http://bancodeleis.alepa.pa.gov.br:8080/lei8444_2016_49251.pdf. Acesso em: 29 out. 2024.

SANTOS, J. C. B. de M. dos. **Estudo sobre o modelo do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos desenvolvido na Amazônia paraense**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

GT3: COMUNIDADES TRADICIONAIS E RACISMO AMBIENTAL

Racismo ambiental e exclusão epistêmica nos processos de licenciamento ambiental no Brasil

Adelson Silva Soares²⁹

Palavras-chave: Racismo ambiental; Colonialidade do saber; Licenciamento ambiental; Saberes tradicionais; Justiça climática.

1. INTRODUÇÃO

O racismo ambiental, enquanto prática estrutural, tem impactado desproporcionalmente comunidades tradicionais no Brasil, especialmente indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Esse fenômeno se manifesta em projetos de grande impacto ambiental, como hidrelétricas, mineração e desmatamento, que degradam o meio ambiente e comprometem os modos de vida dessas populações. No cerne dessa problemática, está a colonialidade do saber, entendida como a imposição de uma racionalidade técnico-científica que marginaliza epistemologias locais, perpetuando desigualdades históricas e estruturais.

²⁹ Mestrando em Direito, com concentração em Direitos Humanos, pelo PPGD da Universidade Federal do Pará. E-mail: adm.adelsonsoares@gmail.com

Os processos de licenciamento ambiental no Brasil refletem essa lógica excludente, priorizando conhecimentos técnicos em detrimento dos saberes tradicionais. Essa exclusão epistêmica agrava os impactos climáticos e sociais, ao ignorar as práticas sustentáveis das comunidades locais. Essas populações, que pouco contribuem para a crise climática global, sofrem as consequências mais severas das decisões que privilegiam interesses econômicos de curto prazo, em detrimento da justiça ambiental.

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar as dinâmicas do racismo ambiental a partir da colonialidade do saber, evidenciando os impactos sobre as comunidades tradicionais e discutindo a necessidade de integrar os saberes locais nos processos decisórios. A pesquisa busca explorar como a valorização das epistemologias tradicionais pode contribuir para a promoção da justiça climática, oferecendo soluções mais sustentáveis e respeitando os direitos das populações afetadas. Essa abordagem visa não apenas compreender as desigualdades existentes, mas também propor reflexões que apontem caminhos para uma reconfiguração das práticas de licenciamento ambiental no Brasil, com vistas à construção de um modelo mais inclusivo e equitativo.

2. METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na revisão bibliográfica crítica e na análise de casos emblemáticos relacionados ao racismo ambiental e à exclusão epistêmica nos processos de licenciamento ambiental no Brasil. A escolha dessa abordagem permite compreender como a colonialidade do saber perpetua desigualdades ambientais e sociais, com especial atenção às populações tradicionais da Amazônia, incluindo indígenas, quilombolas e ribeirinhos.

A revisão bibliográfica será conduzida com base em obras-chave de autores que discutem a colonialidade do saber, como Aníbal

Quijano (2005) e Walter Mignolo (2011), além de estudos específicos sobre racismo ambiental, como os de Carlos Walter Porto-Gonçalves (2001) e Henri Acselrad, Cecilia Mello e Gustavo Bezerra (2009). Também serão utilizadas contribuições de pensadores indígenas e afrodescendentes, como Ailton Krenak (2019) e outros, que fornecem uma perspectiva decolonial crucial para o tema. Essa etapa visa contextualizar teoricamente as relações de poder e exclusão epistêmica que caracterizam o racismo ambiental no Brasil.

A análise de casos será baseada em documentações e estudos prévios sobre projetos de grande impacto ambiental na Amazônia, como a construção de hidrelétricas e atividades de mineração. Esses casos serão utilizados para ilustrar como os processos de licenciamento ambiental desconsideram os saberes locais, impondo um modelo técnico-científico que perpetua a marginalização das comunidades tradicionais.

Como material complementar, serão analisados documentos institucionais, relatórios de impacto ambiental e artigos acadêmicos, buscando identificar padrões de exclusão e silenciamento das comunidades afetadas. Essa análise documental permitirá estabelecer relações entre a colonialidade do saber e os impactos ambientais e sociais resultantes das práticas excludentes no licenciamento ambiental. Com essa abordagem, o trabalho pretende oferecer uma perspectiva crítica sobre o tema, evidenciando a necessidade de valorizar as epistemologias tradicionais e integrá-las de forma efetiva nos processos decisórios. Ao adotar essa metodologia, espera-se contribuir para o debate sobre a justiça climática e socioambiental, propondo reflexões fundamentadas para superar as desigualdades epistêmicas e ambientais no Brasil.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 RACISMO AMBIENTAL E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA

O racismo ambiental é uma forma de injustiça social e ambiental que se manifesta por meio de políticas e práticas que impactam desproporcionalmente populações vulneráveis, especialmente comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas na Amazônia. Essa desigualdade estrutural está ligada à forma como esses grupos são historicamente marginalizados nas decisões que envolvem a gestão ambiental e o uso de seus territórios. Conforme Acselrad, Mello e Bezerra (2009, p. 34), “o racismo ambiental configura-se quando os custos do desenvolvimento econômico recaem desproporcionalmente sobre populações que menos se beneficiam dele”.

Na Amazônia, a situação é agravada pela sobreposição de interesses econômicos ao bem-estar das comunidades tradicionais. Grandes projetos de infraestrutura, como hidrelétricas e mineração, frequentemente desconsideram as necessidades e os direitos desses povos, transformando seus territórios em zonas de sacrifício ambiental. Segundo Porto-Gonçalves (2006, p. 54), “o território, para essas comunidades, é mais que um espaço físico; é a base de suas práticas culturais e de sobrevivência”. Assim, quando essas áreas são degradadas, há impactos profundos não apenas sobre o meio ambiente, mas também sobre a identidade e a organização social dessas populações.

Os danos causados por essas práticas incluem desmatamento, contaminação de rios e solos e deslocamento forçado de comunidades. Esses impactos refletem uma lógica colonial, em que os saberes e os modos de vida das populações locais são deslegitimados em favor de um modelo de desenvolvimento centrado no lucro e na exploração. Além disso, a ausência de representatividade nos processos decisórios

perpetua essas desigualdades, configurando o racismo ambiental como uma expressão da colonialidade do poder.

3.2 LICENCIAMENTO AMBIENTAL E COLONIALIDADE DO SABER

Os processos de licenciamento ambiental no Brasil são um reflexo direto da colonialidade do saber, que privilegia a racionalidade técnico-científica em detrimento das epistemologias tradicionais. Essa exclusão epistêmica é uma forma de perpetuar hierarquias coloniais, nas quais os conhecimentos indígenas e quilombolas são vistos como inválidos ou insuficientes para embasar decisões relacionadas ao meio ambiente. Segundo Quijano (2005, p. 129), “a colonialidade do saber é a imposição de uma lógica eurocêntrica como universal, ignorando a pluralidade de epistemologias existentes”.

Nos licenciamentos, essa lógica se manifesta na forma como os Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) são conduzidos. Esses documentos, fundamentais para a aprovação de projetos, são elaborados quase exclusivamente por especialistas técnicos, sem a devida consulta às comunidades afetadas. Isso resulta em avaliações que ignoram os conhecimentos locais sobre a biodiversidade e as dinâmicas ecológicas dos territórios. Por exemplo, em projetos como Belo Monte, ficou evidente que as contribuições das comunidades indígenas foram minimizadas ou desconsideradas, resultando em impactos ambientais catastróficos.

Além disso, a colonialidade do saber está presente nas audiências públicas, que muitas vezes são realizadas em horários e locais que dificultam a participação das populações locais. Essa prática não só exclui essas comunidades, mas também reforça a percepção de que seus saberes e vivências são irrelevantes no processo. Para Krenak (2019, p. 34), “ignorar os conhecimentos ancestrais é negar a interdependência entre os seres humanos e a natureza, perpetuando práticas insustentáveis que comprometem a sobrevivência de todos”.

3.3 DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A JUSTIÇA CLIMÁTICA

A busca por justiça climática na Amazônia exige uma reconfiguração dos processos de licenciamento ambiental, incorporando as epistemologias tradicionais como parte essencial das decisões. As comunidades indígenas e quilombolas possuem um profundo conhecimento sobre os ciclos naturais e as dinâmicas dos ecossistemas, acumulado ao longo de gerações. Essas práticas oferecem alternativas valiosas para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

A integração de saberes científicos e tradicionais é um desafio que demanda uma abordagem decolonial. De acordo com Mignolo (2011, p. 93), “as ecologias de saberes propõem um diálogo entre diferentes epistemologias, promovendo uma interação que valoriza a complementaridade e a pluralidade”. Esse modelo é especialmente relevante para a Amazônia, onde a complexidade ecológica e social exige soluções adaptadas às realidades locais.

No entanto, para que essa integração seja efetiva, é necessário superar barreiras estruturais, como a falta de reconhecimento legal dos direitos territoriais e culturais das comunidades. Além disso, é crucial fortalecer a representatividade dessas populações nos fóruns de decisão, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas. Como aponta Porto-Gonçalves (2001, p. 78), “a justiça climática só será alcançada quando as comunidades afetadas deixarem de ser vistas como vítimas e passarem a ser agentes centrais na construção de soluções”.

Assim, ao incorporar as epistemologias tradicionais e valorizar a participação das comunidades, é possível construir processos mais justos e inclusivos, que promovam a sustentabilidade ambiental e a justiça climática na Amazônia e além.

4. RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados desta análise evidenciam como a colonialidade do saber perpetua o racismo ambiental ao desconsiderar as epistemologias tradicionais nos processos de licenciamento ambiental no Brasil. Esse fenômeno, identificado em projetos como hidrelétricas e mineração na Amazônia, resulta em impactos desproporcionais sobre comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas. A exclusão epistêmica, que deriva da primazia da racionalidade técnico-científica ocidental, marginaliza os saberes locais, negando a contribuição dessas populações para soluções sustentáveis e adaptadas às realidades territoriais.

Essa exclusão também é notória nas audiências públicas realizadas durante o licenciamento, em que as populações afetadas enfrentam barreiras de acesso e pouca abertura para que seus saberes sejam considerados. Esses eventos, muitas vezes marcados por uma linguagem técnica inacessível e pela ausência de representatividade efetiva, refletem um modelo que reproduz desigualdades e reforça hierarquias coloniais no processo decisório. Além disso, foi observado que a deslegitimação dos saberes locais impacta diretamente a preservação ambiental, uma vez que essas comunidades possuem um conhecimento profundo das dinâmicas ecológicas, que é frequentemente ignorado.

Os dados analisados indicam que os maiores desafios para a justiça climática residem na integração de saberes, na superação das barreiras institucionais e na valorização da participação ativa das comunidades tradicionais. A ausência dessa valorização resulta em decisões que privilegiam interesses econômicos de curto prazo, comprometendo a sustentabilidade de ecossistemas únicos, como os da Amazônia. Assim, os resultados reforçam a urgência de repensar os processos de licenciamento ambiental à luz de uma perspectiva decolonial e inclusiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada neste trabalho permite concluir que o racismo ambiental, como expressão da colonialidade do saber, continua a impactar severamente as comunidades tradicionais na Amazônia. A exclusão epistêmica evidenciada nos processos de licenciamento ambiental reflete uma lógica de poder que desconsidera os saberes locais, perpetuando desigualdades históricas e agravando os danos ambientais e sociais. Ao privilegiar a racionalidade técnico-científica ocidental, as políticas ambientais não apenas marginalizam populações que possuem um papel fundamental na conservação dos ecossistemas, mas também falham em construir soluções sustentáveis e adaptadas às especificidades territoriais.

Para enfrentar essa realidade, é imprescindível adotar abordagens que valorizem as epistemologias tradicionais e promovam o diálogo entre diferentes formas de conhecimento. As ecologias de saberes, como proposta teórica, oferecem um caminho promissor para integrar os saberes locais aos processos decisórios, contribuindo para a justiça climática e ambiental. Contudo, essa transformação requer mudanças profundas nas práticas institucionais e jurídicas, bem como o fortalecimento da representatividade das comunidades afetadas.

Portanto, este trabalho reforça a necessidade de superar a colonialidade do saber e de construir um modelo de licenciamento ambiental que seja inclusivo e justo. Reconhecer as contribuições das comunidades tradicionais e garantir sua participação ativa são passos essenciais para mitigar os impactos do racismo ambiental e avançar na promoção de uma sustentabilidade verdadeiramente equitativa.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. do A.; BEZERRA, G. das N. **O que é justiça ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

- KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MIGNOLO, W. **The darker side of Western modernity**: global futures, decolonial options. Durham: Duke University Press, 2011.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Geo-grafias**: movimentos sociais, novas territorialidades e sustentabilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

JUSTIÇA CLIMÁTICA E RACISMO AMBIENTAL

Quais populações são mais
vulneráveis às mudanças climáticas?

Bianca Victoria Silva Miranda³⁰

Giovanna Cabral Felipe Bandeira³¹

Palavras-chave: Racismo ambiental; Mudanças climáticas; Comunidades tradicionais; Vulnerabilidade climática; Justiça climática.

1. INTRODUÇÃO

O estado de emergência climática, comumente considerado o maior desafio da humanidade deste século, tem como consequências as alterações de precipitação e da circulação atmosférica, o aumento do nível do mar, a erosão em áreas costeiras e o aumento da frequência e da intensidade de eventos climáticos extremos, como enchentes,

³⁰ Discente do curso de Direito do Centro Universitário do Estado do Pará – CESUPA. Bolsista do programa federal Universidade para Todos – ProUni. Membro da Clínica de Direitos Humanos do CESUPA e da Liga Acadêmica de Direito Agroambiental e Climático do Estado do Pará – LADAC. Concluiu o programa de Ciências Sociais *Fighting Inequalities and Social Risks in the 21st Century*, do Instituto de Estudos Políticos de Paris (*Sciences Po*), como bolsista do Programa Diálogos Transatlânticos, vinculado à iniciativa *Pour le Brésil*. Foi coordenadora-geral da Liga Acadêmica Jurídica do Pará – LAJUPA em 2023 e do Projeto Ilhas Legais em 2022. E-mail: bianca_vsm@outlook.com.

³¹ Mestranda em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará, bolsista CAPES e advogada. E-mail: giovannacabral.fb@gmail.com.

ondas de calor, estiagens, secas, incêndios florestais e deslizamentos de terra (Artaxo, 2020).

Embora essas mudanças estejam acontecendo no mundo inteiro, as populações não sofrem seus efeitos de maneira uniforme. Nesse cenário, para entender de que diferentes formas esses impactos são suportados pelas comunidades tradicionais — indígenas, ribeirinhas e quilombolas da Amazônia —, é necessário ter em consideração o conceito de risco climático, definido pelo sexto relatório do Painel Intergovernamental para a Mudança do Clima (IPCC, da sigla em inglês), em 2023, como o potencial de consequências adversas sobre vidas, meios de subsistência, saúde, bem-estar e serviços sociais, culturais, infraestruturais e ambientais para sistemas humanos e ecológicos.

Assim, o risco resulta da interação dinâmica entre três componentes: perigo, exposição e vulnerabilidade, sendo essa última relacionada à sensibilidade ou suscetibilidade a danos climáticos e à falta de resiliência climática e de capacidade adaptativa das populações vulnerabilizadas.

Tendo em conta que a avaliação da vulnerabilidade a eventos climáticos extremos é essencial para informar a implementação de estratégias adequadas de prevenção, adaptação e mitigação às mudanças do clima (Fakhruddin, 2020), o objetivo do presente trabalho é identificar quais populações sofrem com maiores índices de vulnerabilidade climática e, em seguida, analisar os dados obtidos à luz do conceito de racismo ambiental, definido como o racismo sistêmico que impõe às “populações negras tradicionais do campo, da floresta e das águas, como quilombolas, caçaras, marisqueiras, pescadores, extrativistas, quebradeiras de coco, ribeirinhos e seringueiros”, e às populações urbanas de favelas, periferias e baixadas — majoritariamente preta e parda, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Censo de 2022, o qual apontou que 72,9% das pessoas que vivem em favelas são negras (Lacerda, 2024) — a vivência em condições socioambientais precarizadas, a falta de participação em processos decisórios e a dificuldade no acesso à saneamento básico e moradia digna (Jesus, 2020, p. 6).

2. METODOLOGIA

O procedimento metodológico escolhido para a realização do presente trabalho é o método hipotético-dedutivo, com uma abordagem quantitativa e técnica de revisão bibliográfica e documental, para responder ao questionamento sobre a importância da justiça climática para as populações mais vulneráveis perante as mudanças climáticas, em conjunto com a análise de dados disponíveis sobre a temática.

3. RESULTADOS

Um dos elementos do risco climático, a vulnerabilidade refere-se à propensão dos indivíduos ou comunidades a sofrer efeitos adversos sobre suas vidas e meios de subsistência em decorrência da exposição a eventos de risco.

Tratando-se de clima, é evidente a importância dada pelas populações indígenas aos recursos naturais, não só para o atendimento de suas necessidades básicas de segurança alimentar, mas também para sua cultura, religiosidade e bem viver. Nesse sentido, os efeitos das mudanças climáticas têm sido sentidos há anos pelos povos originários, os quais subitamente viram a transformação e o caos de suas tecnologias ancestrais e seus sistemas organizadores de caça e pesca.

Um exemplo é o relato coletado por Scaramuzzi *et al.* (2023, p. 23) dos efeitos drásticos causados na organização alimentar da aldeia Aruatu, no Oiapoque, pela mudança da regularidade pluviométrica na região:

O início do inverno, antes que a chuva caia, os peixes são o indicador da chuva. Todos os peixes sabem que vai chover. As nuvens começam a se movimentar, os peixes começam a ter ovos, principalmente o peixe piranha. No ano passado, 2020, a chuva não caiu no início do inverno, muitas pessoas esperavam a chuva, mas caiu bem pouco e o campo não foi alagado em janeiro ou fevereiro e deu muita dificuldade para as pessoas

que têm roças mais distantes fazerem seus plantios. Os peixes começaram a ficar magros e pretos por causa da água parada. Muitos indicadores marcavam o sinal da chuva, mas o tempo enganou todos os indicadores. (Registro do caderno de campo do pesquisador indígena Sidelvan Monteiro, Aldeia Aruatu).

Além desse, outros condicionantes também resultam em maior vulnerabilidade não só dos povos da floresta, mas também das populações urbanas pretas, pardas e indígenas. Essa suscetibilidade não é construída ao acaso e está diretamente relacionada a fatores como a pobreza, a falta de acesso a recursos e ao apoio governamental. Sendo assim, os grupos mais vulneráveis não incorrem em maior risco apenas pela sua mera exposição ao perigo — definido como a ocorrência potencial de um evento físico, natural ou antropogênico, que pode causar danos e perdas à vida, propriedade, infraestrutura e meios de subsistência (Calvin *et al.*, 2023) —, mas também em razão dos contextos históricos, culturais, sociais, políticos e econômicos que resultaram em sua marginalização (Cardona, 2012).

Tal dinâmica é demonstrada pelo status das dimensões de desigualdade expressas por classe social, gênero, raça e etnia como fatores condicionantes da vulnerabilidade à exposição ao risco, bem como pela relação direta entre o aumento do estresse climático em comunidades em que o acesso à moradia, saneamento básico e serviços de saúde é precário, o que atesta o fato de que as populações mais vulneráveis socioeconomicamente são também as mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas (Perez *et al.*, 2020). Ocorre que, no Brasil, há relação direta entre raça, vulnerabilidade socioeconômica e acesso a condições sanitárias básicas de sobrevivência.

Em uma pesquisa sobre acesso a saneamento básico em domicílios com crianças menores de cinco anos no país, Raupp *et al.* (2019) identificaram que os domicílios categorizados como “indígenas” foram aqueles com as menores prevalências de serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, e que a Região Norte também é a que menos tem acesso a essas estruturas de saneamento

básico. Ademais, os autores concluíram que os domicílios com as melhores condições sanitárias foram majoritariamente aqueles com crianças de cor branca. Conclui-se, assim, que na ocorrência de extremos climáticos, como enchentes e inundações, as populações que mais sofrerão com a falta de estrutura adequada para lidar com esses eventos, de modo a evitar mortes, danos à saúde e à moradia, serão as racializadas.

Outro dado alarmante é que a maioria das pessoas que têm acesso precário aos serviços de saúde, no Brasil, é preta e parda (Dantas, 2021). Isso significa que, na ocorrência de emergências médicas — como insolação, golpe de calor, queimaduras, exaustão térmica, desidratação severa, dificuldade de respiração e agravamento de doenças crônicas, principalmente as cardiovasculares e as renais — associadas aos eventos de onda de calor (Ministério da Saúde, 2023), o recorte demográfico mais propenso a ter complicações e dificuldade de acesso a tratamento eficaz e imediato também está profundamente associado à raça. Toda essa construção de precariedade e “subvivência” foi tecida durante séculos por uma construção histórica, política e social racista, manifestada, nesse contexto, especificamente pelo racismo ambiental.

Segundo o CEE FIOCRUZ (2023), o racismo ambiental ocorre quando as injustiças sociais e ambientais recaem de forma implacável sobre grupos étnicos vulnerabilizados e outras comunidades, discriminadas por sua raça, origem ou cor, tornando-se uma forma de desigualdade socioambiental. Essas comunidades enfrentam os efeitos prejudiciais da degradação ambiental e da falta de acesso a recursos naturais e serviços ecossistêmicos, enquanto grupos mais favorecidos desfrutam de maior proteção ambiental e melhores padrões de vida.

É importante entendermos como o racismo ambiental afeta especificamente a região amazônica, onde comunidades indígenas foram expulsas de suas terras para dar lugar a grandes projetos de mineração e agropecuária, e populações ribeirinhas correm risco iminente da perda de suas terras ancestrais, da destruição de habitats naturais e da contaminação de suas águas e solos.

O racismo ambiental destaca a desproporcionalidade dos impactos ambientais enfrentados por comunidades racializadas, onde as vulnerabilidades sociais também se convertem em vulnerabilidades ambientais, pois facilitam a política de morte, denominada necropolítica (Mbembe, 2018), já instaurada nas periferias do nosso país. Há, portanto, a continuidade de uma construção estruturante racista na maneira como as populações tradicionais — ribeirinhas, quilombolas, indígenas, pretas e pardas da Amazônia — possuem maior vulnerabilidade ao risco climático iminente neste século.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das vulnerabilidades climáticas revela uma interseção complexa entre os impactos ambientais e as desigualdades sociais que permeiam a realidade amazônica brasileira. De acordo com o exposto, compreende-se que o estudo da vulnerabilidade climática nos mostra que os impactos das mudanças ambientais são sentidos de maneira desigual, exacerbando as disparidades sociais, econômicas e raciais.

As populações indígenas e as comunidades marginalizadas são as mais afetadas pelos eventos climáticos extremos, não apenas pela exposição a esses riscos, mas também pela precariedade das condições de vida a que estão submetidas. A interseção entre raça, classe social e acesso a recursos básicos como saúde, moradia e saneamento coloca essas populações em uma posição de extrema vulnerabilidade diante dos efeitos das mudanças climáticas, evidenciando o conceito de racismo ambiental.

Nesse contexto, a degradação ambiental e a falta de acesso a serviços essenciais agravam ainda mais as desigualdades estruturais e ampliam o sofrimento dessas comunidades. Dessa forma, é urgente que políticas públicas direcionadas ao enfrentamento das mudanças climáticas sejam criadas e levem em consideração as especificidades dessas populações, promovendo justiça socioambiental e climática, garantindo a inclusão dos mais vulneráveis na construção de soluções

para um futuro resiliente e sustentável, mitigando tanto os impactos imediatos das mudanças climáticas quanto as desigualdades estruturais enraizadas em nossa sociedade.

Para combater a desigualdade socioambiental, é preciso garantir o acesso igualitário a recursos naturais e serviços ambientais, bem como investir em infraestrutura de saneamento básico e água potável em comunidades marginalizadas. Somente por meio de uma abordagem coletiva e inclusiva será possível enfrentar efetivamente o racismo ambiental e a necropolítica, construindo um futuro mais justo e sustentável para todos.

REFERÊNCIAS

- ARTAXO, P. As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 100, p. 53-66, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000300053&tlng=pt. Acesso em: 13 nov. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota Técnica n.º 18/2023-SVSA/MS**. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, 2023.
- CALVIN, K. *et al.* **IPCC, 2023: Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change** [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. Geneva: Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>. Acesso em: 13 nov. 2024.
- CARDONA, O. D. *et al.* Determinants of risk: exposure and vulnerability. *In: Managing the Risks of Extreme Events and Disasters to Advance Climate Change Adaptation*. A Special Report of Working Groups I and II of the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 65-108.
- DANTAS, M. N. P. *et al.* Fatores associados ao acesso precário aos serviços de saúde no Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 24, p. e210004, 2021. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2021000100401&tlng=pt. Acesso em: 15 nov. 2024.

- FAKHRUDDIN, B. *et al.* Assessing vulnerability and risk of climate change. In: **Climate Extremes and Their Implications for Impact and Risk Assessment**. [S. l.]: Elsevier, 2020. p. 217-241. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/B9780128148952000124>. Acesso em: 13 nov. 2024.
- FIORCRUZ. **Racismo ambiental**: as consequências da desigualdade socioambiental para as comunidades marginalizadas. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz, 2023. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=racismo-ambiental-as-consequencias-da-desigualdade-socioambiental-para-as-comunidades-marginalizadas>. Acesso em: 14 nov. 2024.
- JESUS, V. de. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. **Saúde e Sociedade**, v. 29, n. 2, p. e180519, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902020000200305&tlng=pt. Acesso em: 15 nov. 2024.
- LACERDA, N. Brasil tem 16 milhões de pessoas vivendo em favelas; 72,9% são negras. **Brasil de Fato**, 08 nov. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/11/08/brasil-tem-16-milhoes-de-pessoas-vivendo-em-favelas-72-9-sao-negros>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- PEREZ, L. P. *et al.* Mudanças climáticas e desastres: análise das desigualdades regionais no Brasil. **Sustainability in Debate**, v. 11, n. 3, p. 278-296, 2020.
- RAUPP, L. *et al.* Saneamento básico e desigualdades de cor/raça em domicílios urbanos com a presença de crianças menores de 5 anos, com foco na população indígena. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. suppl 3, p. e00058518, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019001505006&tlng=pt. Acesso em: 15 nov. 2024.
- SCARAMUZZI, I. A. B. *et al.* Percepções locais sobre transformações ambientais na região do Oiapoque: reflexões a partir da experiência de formação de pesquisadores indígenas. **Horizontes Antropológicos**, v. 29, n. 66, p. e660413, 2023. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832023000200412&tlng=pt. Acesso em: 15 nov. 2024.

PROTAGONISMO DOS SABERES TRADICIONAIS NAS POLÍTICAS CLIMÁTICAS DO PARÁ

Reflexões fundamentais

Glenda do Rosário Tavares³²

Palavras-chave: Comunidades Tradicionais; Racismo Ambiental; Justiça Ambiental; Amazônia; COP 30.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as políticas de mudanças climáticas do Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA) (Pará, 2020) e avaliar como elas dialogam com os saberes ancestrais dos povos tradicionais amazônidas, especialmente diante da realização da Conferência das Partes (COP 30), que ocorrerá em 2025, em Belém, capital do estado do Pará. O evento visa debater as ações que os Estados e as sociedades civis adotarão frente à atual crise climática (Brasil, 2023), o que traz à tona questões de equidade e direitos humanos no contexto amazônico.

Os povos tradicionais — compostos por indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas — possuem uma relação ancestral, cultural e respeitosa com a floresta. No entanto, devido à exclusão histórica que os atravessa desde o período colonial, essas populações são afetadas

³² Graduanda em Serviço Social, Universidade Federal do Pará. E-mail: Glendas2tavares@gmail.com.

de forma desproporcional pelas políticas de desenvolvimento, o que configura o racismo ambiental (Acselrad, 2010).

Dessa maneira, o conceito de justiça ambiental emerge como uma resposta necessária, ao buscar a distribuição equitativa dos benefícios e riscos ambientais. Além disso, propõe garantir o protagonismo das populações que tradicionalmente preservam a floresta nos processos de tomada de decisão.

2. METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A metodologia utilizada consistiu em uma revisão bibliográfica e análise documental qualitativa, a partir do materialismo histórico-dialético de Karl Marx acerca dos povos tradicionais. Na revisão bibliográfica, foi explorada a interdisciplinaridade sobre conceitos como justiça ambiental, justiça climática e racismo ambiental, além de artigos sobre políticas públicas socioambientais e saberes tradicionais amazônidas, nas áreas do serviço social, geopolítica, sociologia política e economia.

Para a análise documental, foram examinados documentos oficiais, incluindo o próprio PEAA, relatórios governamentais, dados e notícias sobre os impactos das políticas ambientais na Amazônia. Esse método possibilitou a identificação de possíveis limitações e implicações nas políticas do PEAA para a autonomia e os direitos das comunidades locais do estado do Pará.

3. RESULTADOS

Primeiramente, de acordo com a revisão bibliográfica, pôde-se compreender que, segundo o Decreto n.º 6.040/2007 (Brasil, 2007), são assegurados os direitos de grupos tradicionais como quilombolas, indígenas, pequenos agricultores e ribeirinhos. O documento reforça a relevância desses povos para a sustentabilidade ao classificá-los por garantirem suas reproduções culturais, sociais, econômicas, filosóficas,

folclóricas e espirituais de forma harmoniosa com o meio ambiente, priorizando a subsistência coletiva e a preservação dos ecossistemas por meio da tradição.

Nesse ínterim, o geógrafo crítico Milton Santos, com seu enfoque nas dinâmicas globais e capitalistas sobre o território amazônico, é referenciado para destacar como as práticas e as demandas do mercado financeiro global, quando implantadas na região amazônica, tendem a marginalizar as tradições locais (Trindade Jr., 2017), devido às diferenças de cosmovisões acerca do uso da terra. Para os povos tradicionais, o território é um espaço de vida, enquanto, para os donos dos grandes empreendimentos estrangeiros, o território é apenas um recurso para o capital (Trindade Jr., 2017).

Enquanto isso, as assistentes sociais Nádia Nascimento e Patrícia Belo (2012) associam a organização social desses povos a um modelo de “comunismo primitivo”, no qual a terra é um bem coletivo e essencial, o que contrasta com a lógica da acumulação capitalista e sustenta a crítica às tentativas de mercantilização do território. Com base nas ideias de Karl Marx (1986; 2013), elas exploram o conceito de “fetichismo da mercadoria” para entender a alienação dos povos tradicionais diante do avanço de grandes empreendimentos neoliberais em seus territórios, pois essa dinâmica tende a desestruturar a relação sustentável dessas comunidades com a terra (Nascimento; Belo, 2012). Assim, as autoras observam a inversão de valores na Amazônia, onde as práticas tradicionais são frequentemente ameaçadas pela hegemonia capitalista imposta (Nascimento; Belo, 2012).

Outro conceito central para a compreensão dessa questão social é o de racismo ambiental, termo introduzido por Benjamin Chavis na década de 1980, durante as manifestações do Movimento Negro por direitos civis nos Estados Unidos, e ampliado academicamente pelo sociólogo Robert Bullard (*National Geographic*, 2021), que denuncia a exploração e marginalização das populações étnicas/racializadas nas políticas ambientais, algo considerado uma herança do colonialismo. Dessa forma, o racismo ambiental pode ser entendido como

uma expressão do racismo em si e da desumanização desses grupos pela negação aos seus direitos à terra (Strattner, 2023).

Sob essa ótica, Michel Foucault (2008), com sua teoria da biopolítica, descreve o controle que o Estado exerce sobre a vida de comunidades marginalizadas ao excluí-las do protagonismo nas tomadas de decisões. Achille Mbembe (2018) expande essa crítica com o conceito de necropolítica, destacando como certas políticas tratam essas populações como descartáveis e têm como base as desigualdades históricas supracitadas. Novamente, Beatriz Strattnner (2023) reforça essa perspectiva ao abordar como o racismo ambiental perpetua a privação de direitos das comunidades tradicionais.

No sentido oposto a essas dinâmicas, Henri Acselrad (2010), sociólogo que discute a temática da justiça ambiental no contexto brasileiro desde a década de 1990, afirma que a justiça ambiental e climática dizem respeito à distribuição equitativa dos riscos e benefícios ambientais, bem como à participação nas tomadas de decisões acerca de um território e de políticas socioambientais — componentes fundamentais para a transformação social. Segundo Acselrad (2010), a sustentabilidade e as políticas frente às mudanças climáticas devem incorporar os princípios da justiça ambiental para que esta não se limite a uma mera modernização ecológica guiada pelo capitalismo verde — terminologia negativamente criticada por ativistas ambientais indígenas e quilombolas, como Ailton Krenak (2019), por se tratar de uma sustentabilidade desvinculada de realidades locais e de uma perspectiva de justiça social. Essa abordagem é essencial para assegurar o protagonismo das populações tradicionais nas políticas ambientais.

Em segundo lugar, a análise documental do PEAA (Pará, 2020) revelou que, embora o plano incluía políticas inovadoras para a preservação, como a bioeconomia, Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) e o Cadastro Ambiental Rural (CAR), ele pode

enfrentar desafios significativos para garantir a inclusão dos saberes tradicionais das comunidades amazônicas.

Nesse âmbito, uma das principais iniciativas do PEAA (Pará, 2020) é o fortalecimento da bioeconomia, que busca promover o uso sustentável dos recursos da floresta, como óleos essenciais, castanhas e sementes, para gerar emprego e renda. Embora esse modelo proponha uma alternativa ao desmatamento, ele pode agravar a questão do racismo ambiental sobre os povos tradicionais. A lógica de mercado inclusa nessas cadeias produtivas pode impor uma pressão excessiva por produtividade, ameaçando a sustentabilidade de práticas ancestrais. Conforme apontado por Acsegrad (2010), a introdução de um modelo de produção mercantilista no manejo dos recursos naturais pode comprometer os saberes tradicionais e colocar em risco o equilíbrio entre o uso da terra e a preservação da biodiversidade.

Outro ponto relevante do PEAA (Pará, 2020) é o pagamento por serviços ambientais (PSA), que recompensa financeiramente aqueles que mantêm suas áreas florestais preservadas. O objetivo é incentivar a conservação ambiental, garantindo uma fonte de renda para as comunidades envolvidas. No entanto, ao vincular a preservação da floresta a uma compensação financeira, o PSA pode criar uma dependência econômica que fragiliza a autonomia dessas populações. Como já explicitado por Milton Santos, as comunidades podem ser levadas a adaptar suas práticas tradicionais para se adequar às exigências de mercados internacionais de créditos de carbono, subordinando suas decisões ao interesse de investidores externos (Trindade Jr., 2017).

Ademais, outro instrumento central do PEAA (Pará, 2020) é a implementação do REDD+, cujo propósito é captar recursos para o financiamento da conservação, no qual 1 tonelada de carbono retirada da atmosfera terrestre equivale a uma moeda de carbono, que pode ser convertida em benefícios financeiros (Brasil, 1998). Ao mesmo tempo em que incentiva o aumento dos estoques de carbono por meio do reflorestamento e da preservação florestal, o mecanismo

visa a mitigação dos impactos climáticos. Porém, também pode submeter os territórios das comunidades tradicionais ao controle de agentes externos, comprometendo a autonomia das decisões sobre o uso de seus próprios recursos naturais (Trindade Jr., 2017; Acselrad, 2010). Assim, é necessário que os recursos captados pelo REDD+ sejam utilizados de forma transparente e beneficiem diretamente as populações locais, em vez de favorecer grandes investidores ou proprietários de terras e perpetuar a lógica de comercialização das terras pertencentes a estes povos.

O PEAA (Pará, 2020) também busca resolver questões históricas na Amazônia, como a regularização fundiária, com a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) coletivo. A regularização garante a segurança jurídica das comunidades quilombolas, ribeirinhas e extrativistas, oferecendo proteção contra o avanço do agronegócio e a grilagem. Entretanto, essa política pode falhar em áreas de intenso conflito fundiário, onde há pressão de grandes latifundiários, haja vista que, segundo a Comissão Pastoral da Terra (GP, 2024), o estado do Pará ainda possui o maior índice de conflitos agrários do Brasil. Logo, se mal implementada, a regularização pode acabar favorecendo interesses econômicos maiores, em detrimento das necessidades e direitos dos povos tradicionais.

Sendo assim, essas questões mostram que a lógica mercadológica, inclusa nas políticas do PEAA, pode limitar o potencial de justiça climática e ambiental. Sem regulamentações claras e inclusão efetiva das comunidades, o PEAA corre o risco de reforçar desigualdades e ampliar a pressão econômica sobre essas populações.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo depreende que o PEAA representa um avanço nas políticas ambientais do Pará, mas necessita evoluir e se reformular para garantir o protagonismo e a autonomia das comunidades tradicionais. Somente com o respeito aos conhecimentos ancestrais e

com políticas que reconheçam essas comunidades como guardiãs naturais da floresta será possível alcançar uma justiça ambiental verdadeira. Nesse contexto, a COP 30 representa uma oportunidade para inserir essas demandas no debate global, evidenciando que a preservação da Amazônia é uma responsabilidade compartilhada e que o sucesso dessas políticas depende da inclusão e do respeito aos modos de vida amazônidas.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 68, 2010.
- BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Protocolo de Quioto**: a convenção sobre mudança do clima: O Brasil e a convenção – quadro das nações unidas. Brasília: MCT, [200-]. Apoio do Ministério das Relações Exteriores, 1998.
- BRASIL. Planalto. **Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Brasília, 07 fev. 2007.
- BRASIL. **ONU confirma Belém (PA) como sede da COP-30, a conferência para o clima**. 26 maio 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanheoplanalto/noticias/2023/05/onu-confirma-belem-pa-como-sede-da-cop-30-conferencia-para-o-clima>. Acesso em: 15 out. 2024.
- FOUCAULT, M. **A biopolítica e a governamentalidade**. 1. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2008.
- G1. **Brasil bate recorde de conflitos no campo em 2023, mas tem o menor número de assassinatos desde 2020, aponta relatório**. AGRO, Rio de Janeiro, 22 abr. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2024/04/22/brasil-bate-recorde-de-conflito-s-no-campo-em-2023-mas-tem-o-menor-numero-de-assassinatos-desde-2020-apontarelatorio.ghtml>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Tradução de Eric Hobsbawm. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. 1. ed. São Paulo: Editora PUC-SP, 2018.
- NACIONAL GEOGRAPHIC. **As origens da justiça ambiental – e por que só agora ela recebe a atenção devida**. Mar. 2021. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2021/03/as-origens-da-justica-ambiental-por-que-so-agora-recebendo-atencao>. Acesso em: 15 out. 2024.
- NASCIMENTO, N.; BELO, P. Acumulação de capital e sociedades de economia natural na Amazônia: Notas para o debate. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n. 2, p. 225-236, jul./dez 2012.
- PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Plano Estadual Amazônia Agora – elementos conceituais**. Belém, junho de 2020.
- PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Plano Estadual Amazônia Agora**. Belém, junho de 2020.
- STRATTNER, B. O conceito de racismo ambiental e as perspectivas dos que são mais afetados pelas mudanças climáticas devem integrar o debate e a luta ambiental por justiça climática. **Revista de Estudos Anarquistas e Decoloniais**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, maio 2023.
- TRINDADE JR., S. C. C. da. Uma leitura da Amazônia a partir da obra de Milton Santos: contribuições da Escola Uspiana de Geografia. **Paper do NAEA**, v. 26, n. 1, 2017.

VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA LEI PNRS

O aterro sanitário de Marituba e o caso de racismo ambiental na comunidade do Abacatal

Izabelly Medeiros Dos Santos³³

Manoela Helena De Almeida Quadros³⁴

Palavras-chave: Aterro sanitário; Marituba; Abacatal; Princípios e objetivos.

1. INTRODUÇÃO

A Lei n.º 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), é importante no que tange ao enfrentamento de problemas ambientais, sociais e econômicos ocasionados pelo manejo inadequado dos resíduos sólidos, pois propõe a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem, da reutilização dos resíduos sólidos e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos. Além de criar metas para a eliminação dos lixões, onde os resíduos são descartados a céu aberto, institui instrumentos de planejamento nos níveis

³³ Discente de Graduação em Direito na Universidade Federal do Pará (UFPA), atualmente no terceiro semestre. E-mail: izabelly.santos@icj.ufpa.br

³⁴ Discente de Graduação em Direito na Universidade Federal do Pará (UFPA), atualmente no terceiro semestre. E-mail: manoela.quadros@icj.ufpa.br

nacional, estadual, microrregional, intermunicipal, metropolitano e municipal (MMA, 2012).

No entanto, nem tudo o que está previsto na lei conseguiu ser implementado na realidade da Região Metropolitana de Belém, que engloba seis municípios paraenses (Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Izabel do Pará e Santa Bárbara do Pará). Um exemplo disso é a incapacidade de cumprir os pré-requisitos da política nacional, infringindo princípios e objetivos dispostos no Título II, Capítulo II da norma, o que impacta negativamente o meio ambiente e as comunidades próximas à localização do aterro.

Diante dessa perspectiva, um dos atuais motivos de preocupação do governo em relação à questão ambiental diz respeito ao destino e ao tratamento dos resíduos urbanos. O aterro sanitário de Marituba, localizado na Região Metropolitana de Belém (RMB), representa um exemplo de município em que os recursos ambientais podem ser perdidos por ausência de política pública, gestão, controle e de instalações adequadas para o recebimento e o processamento adequado dos resíduos produzidos (Vasconcelos Júnior; Corrêa, 2017).

Além disso, há também o fator social: as irregularidades estruturais e o descumprimento de princípios e objetivos basilares acarretam problemas socioambientais à população local, gerando forte preocupação pública. É válido salientar, ainda, que essa preocupação se intensifica diante do fato de que o prazo de atividade do aterro já expirou e ele apenas se mantém em funcionamento devido a decisões judiciais que o prorrogam. Sem propostas à vista para a criação de um novo aterro, resta à população apenas observar as crescentes consequências das falhas ocorridas desde a implementação do aterro, em 2015.

Portanto, este trabalho tem como objetivo analisar a violação de alguns dos objetivos e princípios previstos na PNRS, aqui limitados ao inciso IX do art. 6º e ao inciso I do art. 7º, Título II, Capítulo II da referida lei, que afetam diretamente a qualidade de vida das comunidades que habitam a área próxima ao Aterro Sanitário de Marituba, especialmente a comunidade quilombola do Abacatal.

2. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, a metodologia aplicada corresponde ao método qualitativo, que se baseia na utilização de pesquisa bibliográfica, matérias jornalísticas e documentos. Dessa maneira, após a análise de artigos acadêmicos sobre Direito Urbanístico, racismo ambiental e impacto socioambiental, assim como o acesso ao conteúdo jornalístico produzido pela imprensa, foi possível identificar os impactos causados às comunidades próximas e ao meio ambiente em decorrência de crimes ambientais.

3. RESULTADOS

O aterro sanitário de Marituba refere-se ao único aterro do Pará autorizado e licenciado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Semas), sendo o local responsável por receber os resíduos sólidos de Belém, Ananindeua e do próprio município de Marituba (G1, 2023). Sua instalação ocorreu em 2015, um ano após o prazo estabelecido pela PNRS, em decorrência do encerramento do “Lixão do Aurá”, localizado no município de Ananindeua, que recebeu resíduos sólidos por aproximadamente vinte e cinco anos sem tratamento adequado (Nogueira *et al.*, 2018).

Sendo assim, os argumentos utilizados para a sua implementação, com base nos estudos sobre o local do novo aterro, relacionam-se ao fato de a cidade estar situada em posição central na Região Metropolitana de Belém (RMB), próxima à Rodovia BR-316, o que facilitaria o deslocamento das caçambas coletoras de resíduos. Entretanto, desconsiderou-se o fato de Marituba ser uma área urbana em expansão (Pereira; Cunha Júnior, 2019), e que, para a implementação desse tipo de empreendimento, o licenciamento ambiental é um instrumento previsto na Política Nacional de Meio Ambiente, estabelecida pela Lei n.º 6.938/1981, cujo objetivo é a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida humana.

Desse modo, ao ignorar a expansão urbana da região, desconsiderou-se a problemática da localização do aterro, que fica a apenas 3 km de comunidades locais como o Quilombo do Abacatal — território com mais de 300 anos de história, regulamentado e titulado desde 1999 (O Liberal, 2021). Focando nesse problema, pode-se destacar o descontentamento da comunidade, frequentemente expresso por meio de protestos em vias importantes, com queixas sobre irregularidades na estrutura do aterro, fortes odores, problemas respiratórios e preocupações ambientais.

Assim, diante dessas denúncias e mobilizações populares, ganha força o movimento “Fórum Permanente Fora Lixão”, que luta pelo reconhecimento e visibilidade do sofrimento vivido pela comunidade do Abacatal (Peixoto *et al.*, 2020). O movimento reivindica, por meio de denúncias quanto ao não cumprimento dos padrões exigidos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a proteção de seu território ancestral, que carrega mais de três séculos de história e tradição. Tais apelos resultaram em investigação conduzida pelo Instituto Evandro Chagas, a qual comprovou alterações nos canais hídricos próximos ao aterro, fora dos parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (G1, 2023).

O descumprimento dos incisos vigentes no Título II, Capítulo II da lei, e a forma como a negligência desses princípios e objetivos impacta o cotidiano da comunidade quilombola são bastante evidentes. Nesse sentido, o princípio a ser abordado corresponde ao respeito à diversidade local e regional, previsto no inciso IX do art. 6º (PNRS, 2010), o qual deve ser interpretado não apenas em relação à diversidade ambiental, mas também às diversas comunidades que habitam os arredores.

Da mesma forma, o objetivo listado no inciso I do art. 7º trata das proteções à saúde pública e à qualidade ambiental — aspectos que serão discutidos posteriormente —, que vêm sendo descumpridas pelas prefeituras da Região Metropolitana de Belém (RMB), responsáveis iniciais pela implementação do aterro.

A partir do exposto, o desrespeito à Comunidade Abacatal foi o pontapé inicial para uma sequência de manifestações promovidas pelo Fórum Permanente Fora Lixão (FPFL). Assim, Peixoto *et al.* (2020, p. 19) expõem que:

A luta contra o lixão é uma luta pelo lugar. Os moradores de Marituba se engajam nas manifestações porque se sentem diretamente ofendidos no seu elementar direito de respirar, de beber uma água não contaminada e de comer alimentos que produzem nos seus sítios, posto que também contaminados.

Com tais motivações, a luta ganha força e visibilidade no decorrer dos anos e, diante de infinitas denúncias sobre a contaminação, percebe-se o desejo de serem ouvidos e incluídos nas discussões que dizem respeito à qualidade e à prosperidade de uma terra ocupada por eles há mais de três séculos. Nota-se, então, que, apesar de terem seus apelos ao menos ouvidos recentemente pelo MPPA, muitos foram os anos de silenciamento e apagamento dos anseios da comunidade. Nesse ponto, pela existência desse recorte social dos afetados, encontra-se o conceito de Racismo Ambiental, posto por Selene Herculano e Tania Pacheco (2006), em *Racismo Ambiental, o que é isso?*, que diz respeito às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas. Um exemplo explícito dessa prática de racismo é a contaminação dos recursos hídricos e os impactos à saúde das pessoas do quilombo, grupo minoritário dessa região.

Nessa perspectiva, a obra *A Justiça é uma mulher negra*, de Livia Sant'Anna Vaz e Chiara Ramos (2021), abarca a questão sobre a construção do sistema judiciário brasileiro, sendo evidenciado o fato de que o recorte racial, de classe e de gênero continua delimitando até que ponto o Direito é um instrumento utilizado apropriadamente, principalmente no que diz respeito à manutenção do status quo, já que inviabiliza com mais frequência as problemáticas enfrentadas por aqueles que não se encaixam — os grupos minoritários — no que

foi estabelecido desde os primórdios da construção do Brasil como nação, através da própria norma que prioriza o que é imposto pela elite em detrimento das demais requisições. Sendo assim, mesmo com os apelos emitidos pela população do município — especialmente a comunidade do Abacatal — e as provas acerca das violações cometidas pela implementação do Aterro Sanitário, conclui-se que a justiça paraense agiu com morosidade, condenando os crimes cometidos contra a população local afetada e a instalação irregular somente após anos das primeiras denúncias feitas.

Da mesma maneira, a violação do objetivo previsto no inciso I do art. 7º, “proteção da saúde pública e da qualidade ambiental”, da Política Nacional, está diretamente ligada ao desprezo perante a comunidade local. Uma vez que diversas são as reclamações sobre problemas respiratórios causados pelo forte odor, problemas de pele pela contaminação de canais hídricos, poluição do ar e náuseas, como identificam Siqueira *et al.* (2020), e que culminam em sequelas gravíssimas, principalmente nas crianças. Mesmo com a finalidade de proteger a saúde pública e o meio ambiente, é possível concluir que o fracasso das prefeituras da RMB é vivenciado pelas comunidades das redondezas do aterro diariamente e trouxe para estas consequências e alterações em seu modo de vida que são irreversíveis e a longo prazo, ferindo direitos fundamentais que são ditos como garantidos a todos, como ordena o sistema jurídico brasileiro no art. 5º da Constituição Federal de 1988.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi, de forma qualitativa, observar como a violação de preceitos redigidos na Lei pode impactar negativamente a vivência de uma comunidade com mais de 300 anos de história, firmada próxima à localidade do aterro de Marituba. A começar pelo desrespeito a todo o histórico e à ligação da comunidade quilombola do Abacatal com o espaço, o que reflete o

descumprimento do princípio previsto no inciso IX do art. 6º, que, após a implantação do aterro, viria a ser contaminado, seguido do silenciamento dos protestos e manifestações dos moradores locais — mas que, posteriormente, com a criação e fortalecimento do Fórum Permanente Fora Lixão, conseguem ser ouvidos e algumas de suas propostas de resolução implementadas.

Portanto, a infração ao objetivo presente no inciso I do art. 7º demonstra-se muito mais prejudicial por dizer respeito à saúde pública e à preservação da qualidade ambiental do que se esperava. A contaminação de canais hídricos pelo mau armazenamento de chorume e metais poluentes, como o mercúrio, acarreta intoxicações, problemas epiteliais e náuseas na população que habita o quilombo Abacatal (G1, 2023).

Diante do exposto ao longo do trabalho, surgem vários questionamentos acerca do quão nociva pode ser a violação de princípios e objetivos da PNRS ao equilíbrio pré-estabelecido tanto dentro de uma comunidade quanto no meio ambiente. Nesse sentido, visto o prazo de funcionamento expirado e o esgotamento infraestrutural do aterro — que continua ativo —, novos questionamentos emergem sobre quais meios os futuros governantes adotarão e se, na criação de um novo aterro sanitário para suprir a necessidade da RMB, refletirão sobre a importância de atender a todos os requisitos exigidos pela Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a fim de evitar problemáticas e contaminações que podem alterar para sempre a qualidade de vida das comunidades que cercam os aterros sanitários. De modo geral, o que se pode inferir é que a implementação de políticas públicas ainda é deficitária e que, sem o verdadeiro afincamento no modo de aplicar e monitorar o cumprimento das Leis, violências como essa continuarão ocorrendo em todo o território brasileiro, principalmente no que tange às comunidades menos favorecidas e historicamente oprimidas, como a do Abacatal.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 22 nov. 2024.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Antigo MMA Portal Gov. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuossolidos/politica-nacional-de-residuos-solidos>. Acesso em: 18 nov. 2024.
- HERCULANO, S.; PACHECO, T. **Racismo ambiental, o que é isso?** Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 2006.
- NOGUEIRA, L. da R. *et al.* Impactos socioambientais causados pelo aterro sanitário no município de Marituba-PA. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, 3., 2018, Paraíba. **Anais [...]**. Paraíba: Instituto Internacional Despertando Vocações, 2018. Disponível em: <https://cointer-pdvagro.com.br/wpcontent/uploads/2019/02/IMPACTOS-SOCIOAMBIENTAIS-CAUSADOS-PELOATERRO-SANIT%C3%81RIO-NO-MUNIC%C3%82PIO-DEMARITUBA-PA.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2024.
- OLIVEIRA, D. Há 311 anos, quilombo do Abacatal, em Ananindeua, faz valer a palavra resistência. **O Liberal**, 19 nov. 2021. Disponível em: <https://www.oliberal.com/anandindeua/minhacidade/ha-311-anos-quilombo-do-abacatal-em-anandindeua-faz-valer-a-palavra-resistencia-1.461997>. Acesso em: 18 nov. 2024.
- PASSUS, M.; MARTINS, V. Lixo na Grande Belém: entenda história e denúncias envolvendo o aterro sanitário de Marituba. **G1**. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/07/31/lixo-na-grande-belem-entenda-historia-e-denuncias-envolvendo-o-aterro-sanitario-de-marituba.ghtml>. Acesso em: 16 nov. 2024.
- PEIXOTO, R. C. D.; CONCEIÇÃO, S. R.; MORAES, F. T. Fórum Permanente Fora Lixão: ação coletiva no município de Marituba (PA). **Paper do Naea**, n. 2, v. 1, edição/série 481, 2020.
- PEREIRA, C. M. P.; CUNHA JÚNIOR, A. S. Grandes Intervenções Urbanas e Impactos Socioambientais: Reflexões Sobre o Caso do Aterro Sanitário de Marituba. **Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade**, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 25-43, jan./jun. 2019.

- SIQUEIRA, M. A. do S. L.; ALMEIDA JÚNIOR, J. C. de.; SIQUEIRA, G. W. Análise de crime ambiental praticado por pessoa jurídica no aterro sanitário de Marituba (RMB) e seus impactos socioambientais. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 4, e18712441191, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v12i4.41191>. Acesso em: 18 nov. 2024.
- VASCONCELOS JUNIOR, M. R.; CORRÊA, R. do S. da S. Resíduos sólidos urbanos e sustentabilidade: desafios da implantação do aterro sanitário de Marituba - PA. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1., 2017, Rio Grande do Norte. **Anais [...]**. Rio Grande do Norte: PLANTIDES, 2017.
- VAZ, L. S. A.; RAMOS, C. A **Justiça é uma mulher negra**. Belo Horizonte: Casa do Advogado, 2021.

A DEGRADAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS ATRAVÉS DO RACISMO AMBIENTAL

Um estudo de caso de
comunidades tradicionais afetadas
no município do Acará-PA

Luiz Celson da Silva Ramos³⁵

Leandro Cruz do Rosário³⁶

Rita Denize de Oliveira³⁷

Palavras-chave: Racismo Ambiental; Acará; Recursos; Comunidades; Sustentabilidade.

1. INTRODUÇÃO

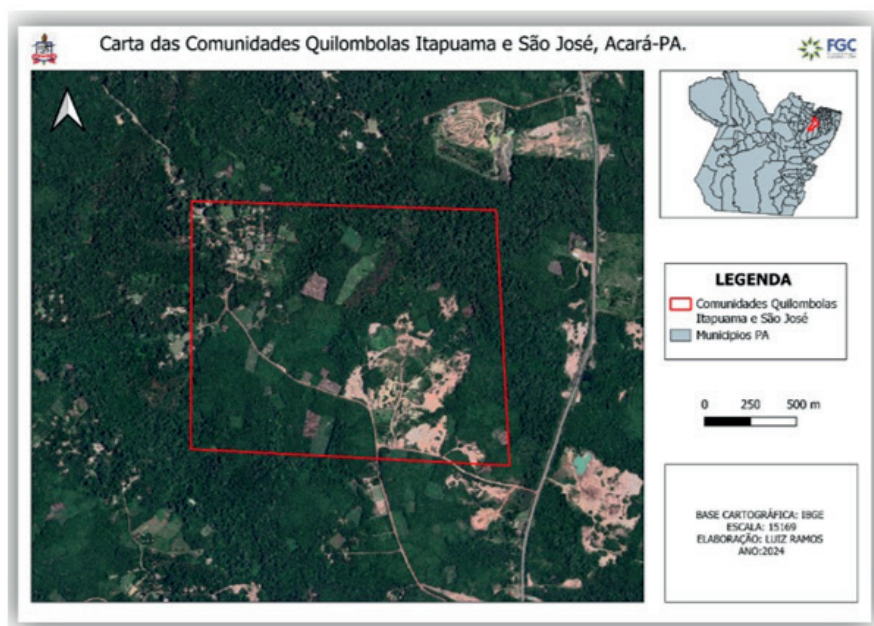
O trabalho foi desenvolvido nas comunidades quilombolas Itapuama e São José, ambas localizadas nas imediações do km 24 da PA-483 (Alça Viária), ramal Jacarequara, baixo Acará-PA (Figura 1).

³⁵ Graduando do curso de Geografia da Universidade Federal do Pará. E-mail: lui-zramos0701@gmail.com.

³⁶ Graduando do curso de Geografia da Universidade Federal do Pará. E-mail: leandro.rosario@ifch.ufpa.br.

³⁷ Professora do curso de Geografia da Universidade Federal do Pará. E-mail: denize40geoatm@gmail.com.

Figura 1 – Recorte da área de estudo



Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

Seu principal objetivo é mostrar as formas de racismo ambiental realizadas na área por grandes projetos, a ausência do Estado, a falta de informações sobre ações importantes que podem ser prejudiciais para o meio de subsistência das duas comunidades, haja vista que elas trabalham com a policultura familiar há gerações, cultivando vários plantios de alta procura no estado, trabalhando com a sazonalidade dos produtos cultivados e com recursos trazidos pela natureza. Esses produtos também servem para a própria alimentação no cotidiano, permitindo que a população da área sobreviva de forma sustentável e com o saber tradicional repassado pelos antigos.

A agricultura familiar é um espaço de resistência, no qual o trabalhador e sua família trabalham em conjunto em um pedaço de terra para garantir a sobrevivência. Esse espaço também é rico em conhecimento, contendo as experiências deixadas pelas antigas

linhagens e, com isso, cada espaço rural traz uma peculiaridade na sua forma de lidar com a terra, mostrando uma diversidade de tecnologias formadas pelos trabalhos coletivos (Morges *et al.*, 2020).

Conforme Souza (2018), que investigou o Quilombo do Abacatal, localizado na Região Metropolitana de Belém, a luta dos Povos Tradicionais está inserida em uma narrativa de desenvolvimento marcada pela construção de grandes rodovias, como a BR-316, na década de 1960, e a Alça Viária, iniciada em 2002, voltadas para o escoamento de mercadorias e matérias-primas. A autora enfatiza as ameaças enfrentadas por esses povos e as promessas ilusórias feitas por empresas, como a fabricante de pneus italiana Pirelli, que restringem práticas de agricultura, coleta e caça das comunidades tradicionais (Souza, 2018).

O estado do Pará se destaca pela concentração de capital, impulsionando a instalação de grandes corporações que, na maioria das vezes, desconsideram as legislações ambientais estabelecidas para garantir um certo equilíbrio. Essas práticas são tratadas como invisíveis tanto pelos órgãos fiscalizadores quanto pelas próprias empresas. Quando essas atividades prejudiciais são reveladas, a sociedade tem noção da magnitude da poluição gerada por essas companhias estrangeiras, evidenciando a contaminação dos rios (Hazeu; Da Costa; Nascimento, 2019).

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa, de âmbito exploratório e abordagem qualitativa, foi conduzida com levantamentos bibliográficos a partir da plataforma Google Acadêmico. Foram utilizados artigos científicos, tendo como principal critério a relação entre racismo ambiental, agricultura familiar e os desafios para a sustentabilidade dessas áreas, buscando uma visão mais abrangente sobre o tema. Além disso, foi realizada uma pesquisa de campo com a família Rosário, que trabalha com o plantio de mandioca e açaí em áreas alagadas.

Buscou-se entrevistar integrantes da família diretamente envolvidos nessas atividades, a fim de analisar quais eram os seus meios de conhecimento sobre a terra e os desafios enfrentados diante de agentes degradantes. As entrevistas foram realizadas com cinco integrantes da família: dois anfitriões — o senhor Nazareno e a senhora Odaléa —, os membros mais velhos e mais experientes no âmbito da agricultura, e os três filhos do casal — duas mulheres e um homem.

Durante as visitas, foi aplicado um questionário de formato aberto, com o intuito de identificar quais tecnologias sociais eram aplicadas nos plantios, incentivando os entrevistados a compartilharem com os pesquisadores suas experiências de vida relacionadas ao meio e os malefícios causados na área.

As perguntas elaboradas pelos pesquisadores, e apresentadas na reunião com as famílias, diziam respeito ao início de cada um no setor da agricultura, aos conhecimentos que lhes foram repassados e às dificuldades enfrentadas no cultivo, com o objetivo de compreender os impactos negativos existentes na região, abrindo espaço para subtópicos que foram desenvolvidos ao longo da conversa.

A outra parte da pesquisa de campo consistiu na ida ao local de trabalho da família Rosário, para observar as formas de cuidado adotadas no cotidiano dos agricultores e identificar pontos de ocorrência de crimes ambientais dentro da comunidade. Essa ação foi realizada em um plantio de mandioca, onde o material in natura é cultivado e colhido no tempo adequado, e em um plantio de açaí em área de várzea, com o objetivo de observar a dinâmica dos recursos hídricos no interior da plantação.

3. RESULTADOS

O que foi repassado aos discentes, como fator positivo, é a qualidade do produto que é cultivado e processado, reproduzindo os mesmos exercícios que foram ensinados pelos pais dos membros mais velhos da família. Nas entrevistas, foi apresentada a origem

desses conhecimentos na comunidade, trazidos pelos primeiros moradores da Área de Território Ancestral (ATA) da localidade. O que se sabe é por meio de histórias contadas por Marcos Ferreira e sua esposa, Adalvina Sérgio, que trabalharam em matas quando eram jovens.

O casal citado relata que, quando as pessoas ficavam enfermas, eram chamados pajés e curandeiros para preparar os remédios. Os únicos registros da comunidade indicam que esses fatos ocorreram há cerca de 50 anos.

A pesquisa identificou um tipo de poluição associado aos poços artesianos desativados pelos moradores. Após ficarem fora de uso, esses poços se transformam em locais de descarte irregular de resíduos domésticos. Esse hábito, que perdura há muitos anos na comunidade, é justificado pelos residentes pela ausência de coleta seletiva e pela necessidade de eliminar o lixo gerado.

Na comunidade de São José, essa prática foi apontada como uma das causas de contaminação da água subterrânea. Segundo os moradores entrevistados, quando os poços são utilizados para descarte, o lixo acumulado atinge a superfície e, posteriormente, o local é fechado com areia (Figura 2). Essa prática, comum na região, é atribuída à falta de comprometimento do poder público em estabelecer uma coleta seletiva eficiente.

Com o volume significativo de resíduos gerados, os moradores buscam alternativas práticas, ainda que prejudiciais ao meio ambiente e aos recursos indispensáveis para a comunidade. A Associação Quilombola dos Moradores e Amigos da Comunidade Itapuama (AQMCI) organizou uma mobilização envolvendo moradores de comunidades vizinhas para dialogar com a prefeitura do município de Acará, solicitando a implementação da coleta seletiva na região. Embora a ação tenha sido realizada, o compromisso assumido não foi concretizado, deixando as comunidades expostas ao risco ambiental e sem alternativas além do descarte irregular.

**Figura 2 – Contaminação do lençol freático
a partir de poços artesianos**



Fonte: Acervo dos autores (2023).

A senhora Odaléa do Rosário relatou sobre a extração de areia em uma área pertencente à comunidade de Itapuama. Ela explicou que o terreno é propriedade de um morador local, que o utiliza para fins comerciais. A presença da vegetação desempenha um papel essencial, contribuindo para um maior volume de água nos reservatórios subterrâneos e garantindo sua qualidade. Isso ocorre porque a vegetação atua como um filtro natural. Sem ela, o escoamento superficial da água aumenta, resultando na redução do fluxo para os aquíferos subterrâneos (Follmann; Foletto, 2013). Essa situação interrompe o ciclo natural de reabastecimento e provoca o acúmulo de água da chuva em grandes depressões, devido à falta de nivelamento uniforme do terreno (Figura 3).

Figura 3 – Acúmulo de água da chuva em valas



Fonte: Acervo dos autores (2023).

No mesmo local, os moradores relataram o descarte de resíduos de minério de bauxita provenientes da região de Barcarena. Nas proximidades do território quilombola, encontra-se um posto da Polícia Rodoviária Estadual (PRE), equipado com uma balança de cargas utilizada para monitorar a entrada e saída de mercadorias da capital. Muitos caminhões que transportam minério para a capital e, posteriormente, para outros destinos passam por esse posto. Durante as inspeções, frequentemente é constatado excesso de peso, o que obriga os veículos a retornarem para realizar o transbordo. No entanto, alguns motoristas desviam para áreas das comunidades a fim de se livrar do peso excedente.

Os rejeitos de minério de bauxita descartados nessas áreas representam um risco significativo, podendo contaminar o lençol freático, comprometendo o uso doméstico da água proveniente de poços artesianos e prejudicando a vida aquática, devido à presença desse metal pesado (Mané *et al.*, 2022).

A imagem abaixo, capturada às margens da estrada na entrada da área de extração de areia, mostra que, durante as chuvas, ocorre a lixiviação do minério para dentro das valas formadas pelas atividades comerciais locais. Isso resulta no transporte de substâncias tóxicas para os pontos de acumulação de água. A vegetação, que atua em conjunto com o solo, desempenha um papel crucial ao filtrar impurezas e impedir que estas alcancem o lençol freático no processo de recarga dos aquíferos (Figura 4). Com sua remoção, esse processo natural é interrompido, permitindo que poluentes cheguem aos recursos hídricos subterrâneos, contaminando um bem de grande importância (Mota, 1995).

Figura 4 – Minério de bauxita descartado irregularmente



Fonte: Acervo dos autores (2023).

Um ponto de grande relevância é a possível instalação de um aterro sanitário no município de Acará, uma vez que, caso implementado, ele receberá os resíduos sólidos gerados pela Região Metropolitana de Belém (RMB). Os moradores da área potencialmente afetada têm manifestado oposição constante, já que o Estado busca soluções rápidas para essa questão. Atualmente, o aterro sanitário está localizado em Marituba, onde tem gerado diversos problemas para a população vizinha, como mau cheiro, contaminação dos recursos hídricos e impacto negativo no turismo.

Figura 5 – Protesto contra a implantação do aterro sanitário no Município do Acará



Fonte: Acervo dos autores (2023).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A biodiversidade amazônica é fundamental para a região analisada, pois contribui diretamente tanto para as atividades domésticas quanto para a agricultura familiar. Contudo, os esforços para promover sua preservação são bastante limitados, principalmente devido à falta de informação sobre a importância desse tema. Isso faz com que os próprios moradores, muitas vezes, acabem prejudicando o meio que sustenta sua sobrevivência. Além disso, a poluição em larga escala gerada pelo setor industrial agrava a situação, degradando vastas áreas com pleno conhecimento de suas ações, priorizando interesses econômicos em detrimento da preservação ambiental.

Apesar dos progressos alcançados, como o aprimoramento do licenciamento ambiental e a obrigatoriedade de consulta prévia, livre e informada às comunidades tradicionais impactadas, essas práticas muitas vezes se mostram insuficientes ou são conduzidas de maneira inadequada. A carência de transparência nos processos de tomada de decisão, a ausência de fiscalização efetiva e o descumprimento das exigências estabelecidas pelo licenciamento evidenciam vulnerabilidades que comprometem a eficácia das políticas.

Adicionalmente, as comunidades tradicionais frequentemente enfrentam obstáculos para obter informações técnicas e jurídicas relacionadas aos seus direitos e aos impactos reais da atividade mineradora em suas terras. Essa situação intensifica as desigualdades no diálogo entre empresas mineradoras e as populações locais, frequentemente resultando em prejuízos irreversíveis ao meio ambiente e à preservação cultural dessas comunidades.

REFERÊNCIAS

- FOLLMANN, F. M.; FOLETO, E. M. Importância das áreas com vegetação na área de conservação natural do aquífero arenito basal Santa Maria, Santa Maria, RS. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 33, n. 1, p. 47-61, 2013.

- HAZEU, M. T.; DA COSTA, S. M. G.; NASCIMENTO, N. S. F. Comunidades tradicionais e sindicatos em conflito com estado e capital em Barcarena (PA). **Argumentum**, v. 11, n. 1, p. 173-187, 2019.
- MANÉ, I. *et al.* Impactos socioambientais relacionados à exploração da bauxita no município de Barcarena, Região Norte do Brasil. **Revista GeoAmazônia**, v. 10, n. 20, p. 1-19, 2022.
- MORGES, R. N. *et al.* **Experiências de tecnologia social e agricultura familiar:** no contexto do município de Tunas do Paraná (PR). 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2020.
- MOTA, S. **Preservação e conservação de recursos hídricos.** [S. l.]: ABES, 1995.
- SILVA, P. H.; OLIVEIRA, Y. R.; ABREU, M. C. Uma abordagem etnobotânica acerca das plantas úteis cultivadas em quintais em uma comunidade rural do semiárido piauiense, Nordeste do Brasil. **Journal of environmental Analysis and Progress**, p. 144-159, 2017.
- SOUSA, V. M. C. *et al.* **Terra de quilombo em região metropolitana:** impactos sociais na comunidade de Abacatal, Pará. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2018.

FORTALECIMENTO TERRITORIAL E DIREITOS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO PARÁ

Desafios e aprendizados do
projeto territórios para o futuro
da Earthworm Foundation

Mauricio Furtado Campos³⁸

Hemelyn Soares das Chagas³⁹

Roberto Scorsatto Sartori⁴⁰

Palavras-chave: Territórios; Comunidades tradicionais; Quilombolas; Direitos humanos; OIT 169.

1. INTRODUÇÃO

Quando há mudanças na posse e uso da terra para estabelecer novos empreendimentos agrícolas, florestais ou extrativistas, principalmente nos países em desenvolvimento, as comunidades locais podem experimentar benefícios significativos, como aumento da renda, melhoria

38 Graduado em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia. E-mail: m.campos@earthworm.org.

39 Mestra em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia. E-mail: h.soares@earthworm.org.

40 Doutor em Bioenergia pela Universidade de São Paulo. E-mail: r.sartori@earthworm.org.

da infraestrutura regional e maior acesso a serviços. No entanto, essas operações frequentemente geram ou intensificam tensões sociais devido às consequências indesejáveis para populações locais, tradicionais e rurais. Na Amazônia brasileira, por exemplo, esse processo reflete dinâmicas históricas de disputa entre comunidades tradicionais, como quilombolas, e grandes empreendimentos econômicos, colocando em risco suas práticas culturais, sociais e econômicas (Martins, 2021).

Em Tomé-Açu, no estado do Pará, comunidades quilombolas enfrentam desafios relacionados à regularização fundiária e à garantia de seus direitos territoriais, elementos fundamentais para a manutenção de sua identidade cultural (Instituto Socioambiental, 2024). Nesta região, a produção de dendê tem grande relevância econômica, com a geração de empregos, desenvolvimento de tecnologias, incentivo à formalização de fornecedores e prestadores de serviços, promovendo o cumprimento de obrigações legais, principalmente fiscais e trabalhistas. Por outro lado, esse alcance econômico e social não corresponde igualmente às populações tradicionais, sendo necessário que se torne mais inclusivo (Homma, 2021).

Diante desse cenário, faz-se primordial que o setor conte com profissionais capacitados para atuar em questões sociais, propiciando às empresas uma integração de impactos sociais positivos também nas populações tradicionais e contribuindo para reduzir conflitos e promover um desenvolvimento mais harmonioso. O relacionamento de empresas com as comunidades tradicionais deve ser pautado por acordos internacionais e também pela legislação brasileira, notadamente a Constituição de 1988 e pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que asseguram os direitos de populações tradicionais à Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI). Esse mecanismo permite às comunidades participarem ativamente das decisões que possam impactar seus territórios, fortalecendo seu protagonismo e protegendo suas demandas (Organização Internacional do Trabalho, 1989).

Nesse cenário, o Projeto Territórios para o Futuro, implementado pela Earthworm Foundation (EF), tem por objetivo fortalecer a

relação entre comunidades tradicionais e seus territórios e promover o engajamento das empresas de dendê na microrregião de Tomé-Açu, por meio de treinamentos oferecidos aos seus gestores. Uma das ferramentas aplicadas no projeto é o protocolo de CLPI, que é desenvolvido pelas próprias comunidades com o apoio técnico dos colaboradores da EF e dos membros do comitê de governança consultivo também estabelecido no âmbito do projeto. Trata-se de “um instrumento que organiza e formaliza o processo para acesso de organizações e empresas às comunidades, garantindo maior autonomia no diálogo para todas as partes” (Tartuce, 2018).

O projeto Territórios para o Futuro foi iniciado em 2023, com a seleção de cinco comunidades quilombolas: Arapiranga (Concórdia do Pará), Castelo e Santa Luzia do Poacê (Moju), e Itabocal Ponte e Tucumandeua (Tomé-Açu). Essa seleção foi realizada por meio de consultas a partes interessadas e diagnósticos participativos conduzidos entre agosto de 2023 e janeiro de 2024, visando identificar demandas prioritárias e potenciais de atuação em cada localidade. A metodologia adotada incluiu as seguintes etapas:

Diagnóstico Comunitário: foram realizadas visitas às comunidades para levantamento de informações socioeconômicas e culturais, utilizando ferramentas participativas: entrevista semiestruturada; caminhada transversal; mapa participativo; análise FOFA (SWOT). Essas atividades permitiram compreender as necessidades locais e alinhar o planejamento do projeto às especificidades de cada território.

Parcerias Técnicas: em março de 2024, duas parcerias técnicas foram firmadas para desenvolver materiais instrucionais. Esses materiais têm como objetivo orientar as famílias em campo sobre os processos de regularização fundiária e fortalecimento territorial, capacitando-as a tomar decisões informadas.

Formação do Comitê de Governança: foi estruturado um Comitê de Governança, formado por lideranças das comunidades beneficiárias, representantes de empresas privadas, representantes da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e

Ministério Público do Estado. Esse comitê tem como principal função deliberar sobre as diretrizes estratégicas do projeto, garantindo a participação efetiva das comunidades quilombolas e a aplicação eficiente dos recursos, sempre em consonância com suas demandas.

Treinamentos Temáticos: entre abril e julho de 2024, foram promovidos treinamentos em temas como: regularização fundiária e reconhecimento territorial; associativismo e fortalecimento das associações locais; elaboração e implementação do Protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI).

Elaboração Participativa do Protocolo CLPI: a construção do Protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada ocorreu por meio de reuniões, dinâmicas e assembleias comunitárias. O processo buscou respeitar as tradições, os costumes e as prioridades das comunidades, assegurando autonomia e protagonismo na condução do protocolo.

O objetivo deste trabalho é sumarizar e discutir as atividades do projeto, destacando os desafios e aprendizagens no primeiro ano de sua vigência.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada para relatar os avanços e discutir os desafios do projeto baseou-se em uma abordagem mista, integrando métodos quantitativos e qualitativos. Foram utilizados indicadores-chave de desempenho (KPIs), previamente definidos no plano do projeto, para mensurar avanços específicos, como o conhecimento sobre direitos à terra e de consulta prévia. Paralelamente, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com stakeholders, incluindo beneficiários, parceiros e equipe do projeto, para identificar percepções e aprendizados. Os dados coletados foram triangulados com registros internos e relatórios de campo para assegurar consistência e precisão na análise. A análise qualitativa seguiu uma abordagem temática, identificando padrões e insights relevantes, enquanto os resultados quantitativos foram comparados às metas estabelecidas no projeto.

3. RESULTADOS

Os resultados alcançados pelo Projeto Territórios para o Futuro refletem avanços significativos para as comunidades quilombolas, especialmente no fortalecimento da sua autonomia e na proteção de seus direitos territoriais e culturais. A formação do Comitê de Governança, composto por lideranças das comunidades beneficiárias, representantes de empresas privadas e órgãos públicos, foi um marco importante no processo de implementação. Este comitê tem garantido uma instância participativa e democrática para a tomada de decisões estratégicas, possibilitando que as comunidades quilombolas tenham uma voz ativa nas questões relacionadas ao projeto. A sua criação alinha-se aos princípios da Convenção n.º 169 da OIT, que assegura o direito das comunidades tradicionais à participação em processos que afetem seus territórios e modos de vida (Organização Internacional do Trabalho, 1989).

Outro importante resultado foi a elaboração dos Protocolos de Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) para cada uma das cinco comunidades atendidas — Arapiranga, Castelo, Santa Luzia do Poacê, Itabocal Ponte e Tucumandeuá. Esse processo foi conduzido de forma totalmente participativa, com reuniões realizadas entre novembro de 2023 e julho de 2024, garantindo que as comunidades tivessem o protagonismo necessário para elaborar e aprovar os protocolos de acordo com suas tradições e necessidades. A *Earthworm Foundation*, por meio do Projeto Territórios para o Futuro, apoiou e facilitou esse processo, oferecendo suporte técnico e metodológico. Os Protocolos de CLPI são instrumentos fundamentais para a proteção dos direitos das comunidades, pois definem os procedimentos para consultas sobre projetos ou ações que impactem seus territórios, conforme exige a Convenção n.º 169 da OIT (Tartuce, 2018).

Esses avanços demonstram a importância do apoio técnico e metodológico fornecido pela *Earthworm Foundation*, que contribuiu para a implementação de práticas que respeitam e valorizam as

tradições locais, ao mesmo tempo em que promovem o cumprimento dos direitos humanos fundamentais. O sucesso desses resultados reforça a necessidade de ações coordenadas entre as comunidades, o governo e a sociedade civil, visando a proteção dos territórios quilombolas e a promoção de um desenvolvimento sustentável, conforme os princípios da OIT e das leis nacionais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Territórios para o Futuro tem sido fundamental para o fortalecimento da autonomia e a proteção dos direitos das comunidades quilombolas no Pará. A criação do Comitê de Governança, composto por lideranças locais e representantes de diferentes setores, tem garantido uma gestão participativa e eficiente, essencial para o sucesso do projeto. A elaboração dos Protocolos de Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) e o mapeamento participativo das terras das comunidades foram marcos importantes. Esses processos asseguram que as comunidades tenham um papel central nas decisões que afetam seus territórios.

Esses avanços estão alinhados com os princípios da Convenção n.º 169 da OIT, que assegura os direitos dos povos tradicionais, e representam um passo significativo para a promoção da sustentabilidade e a defesa da cultura e dos territórios quilombolas. O apoio contínuo às comunidades e a adaptação do projeto às suas realidades serão fundamentais para consolidar os resultados e garantir benefícios duradouros para as comunidades atendidas.

REFERÊNCIAS

HOMMA, A. K. O. **Amazônia**: dinâmica agropecuária. Brasília: Embrapa, 2021.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Territórios quilombolas na Amazônia**: desafios e avanços. 2024. Disponível em: <https://www.socioambiental.org>. Acesso em: 27 nov. 2024.

- MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2021.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n.º 169 sobre povos indígenas e tribais**. Genebra, 1989. Disponível em: <https://www.ilo.org>. Acesso em: 27 nov. 2024.
- SANTOS, M. *et al.* **Espaço e sociedade no Brasil**: monoculturas e desigualdades. São Paulo: Boitempo, 2020.
- TARTUCE, P. S. **Consulta prévia no Brasil**: reflexões sobre a Convenção n.º 169 da OIT e as comunidades tradicionais. São Paulo: Saraiva, 2018.

O IMPACTO DO LIXO EM COMUNIDADES DE PESCADORES ARTESANAIS DE SALINÓPOLIS (PARÁ, BRASIL)

Um olhar pela fotografia

Jamile dos Santos Correa⁴¹

Martha Vieira Brito⁴²

Rubens Ferreira⁴³

Palavras-chave: Turismo de massa; Lixo; Impacto ambiental; Salinópolis; Pará - Brasil.

1. INTRODUÇÃO

As comunidades tradicionais que compõem o foco deste estudo, investigadas por meio da pesquisa bibliográfica, do trabalho de campo e da fotografia, estão localizadas nas áreas conhecidas como Porto Grande e Portinho, no município de Salinópolis (Pará, Brasil) (ver

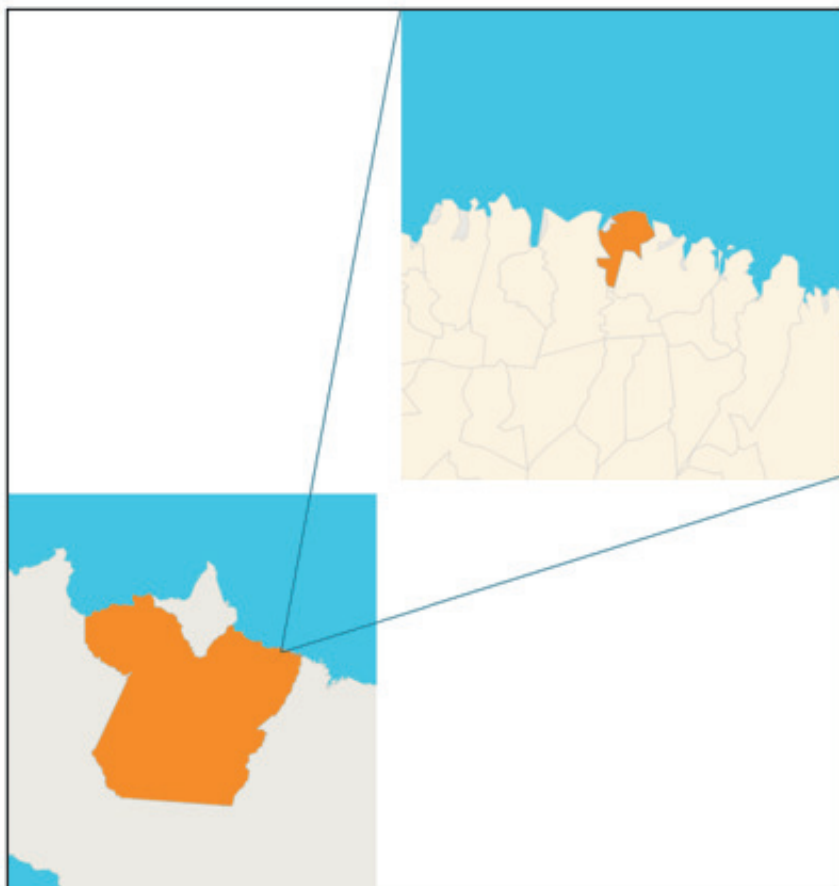
41 .Fotógrafa. Acadêmica do curso de Turismo na UFPA/Programa Forma Pará. E-mail: dossantoscorreaJamili@gmail.com.

42 Licenciada em Letras, Faculdades Integradas Ipiranga. Acadêmica do curso de História na UFPA/Programa Forma Pará. E-mail: marthavieirabrito@yahoo.com.br.

43 Doutor em Ciência da Informação (IBICT/UFRJ). Professor e pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAD) e na Faculdade de Turismo (FACTOR) da UFPA. E-mail: rubensf@ufpa.br.

Figura 1). Nessas comunidades, a vida dos moradores mais antigos é caracterizada pela simplicidade, pelo uso sustentável dos recursos naturais e pela prática da pesca artesanal.

Figura 1 – Indicação do município de Salinópolis, Pará



Fonte: IBGE, 2022. Adaptado pelos autores.

A cidade de Salinópolis, com seus 44.772 habitantes (IBGE, 2022), é conhecida por ser um dos principais destinos do turismo de sol e praia, atraindo turistas de todo o Brasil e do exterior (Gusmão;

Tourinho; Messias, 2022; Brasil, 2010). Entretanto, estudos recentes indicam problemas ambientais que comprometem as práticas tradicionais, destacando-se o grande volume de lixo (tecnicamente resíduos) descartado nas praias do município, especialmente na Praia do Atalaia, em função do intenso fluxo turístico durante a alta temporada e feriados prolongados (Braga *et al.*, 2024; D’Almeida, 2022; Almeida; El-Robrini, 2016).

Diante desse contexto, o presente estudo busca compreender como o lixo afeta a sustentabilidade da pesca artesanal e o modo de vida em Porto Grande e Portinho.

2. METODOLOGIA

O estudo de abordagem qualitativa foi realizado com base na pesquisa bibliográfica e no trabalho de campo, mobilizando o olhar, o fotografar, o ouvir e o escrever (Oliveira, 1996). A pesquisa bibliográfica, conduzida por meio da ferramenta Google Scholar, forneceu as bases para o entendimento teórico do estudo sobre a pesca artesanal e o problema do lixo em Salinópolis (Souza; Oliveira; Alves, 2021; Gil, 2002).

O trabalho de campo (Chizzotti, 2000), por sua vez, foi conduzido nas comunidades de Porto Grande e Portinho, entre junho de 2023 e novembro de 2024, durante a produção de fotografias para a montagem de exposições itinerantes sobre os pescadores artesanais. Esse material visual tem sido exibido nas comunidades para divulgar o modo de vida dos pescadores artesanais, os problemas que afetam as comunidades onde vivem e suas práticas tradicionais (ver Imagem 1).

Imagem 1 – Cartaz de divulgação da exposição
“Olhares do Mar”



Fonte: Jamile Correa (2024).

Além disso, as imagens produzidas em campo mostram aquilo que as comunidades veem e sentem, mas que o Poder Público ainda “não enxerga”, em uma espécie de “cegueira” conveniente para não investir em ações de enfrentamento ao problema do lixo.

3. RESULTADOS

A problemática do lixo em Salinópolis e nas comunidades de Porto Grande e Portinho conforma o cenário do que se define neste estudo como uma crise (in)visível. Esse entendimento reflete o paradoxo entre o avanço do capital sobre áreas que ainda preservam modos de vida tradicionais e a resistência desses valores diante das pressões externas. O lixo acumulado nas praias e nos manguezais de Salinópolis — e que se estende até municípios vizinhos, como Maracanã — evidencia essa contradição.

As ações do Poder Público têm sido insuficientes para mitigar um problema que parece “invisível” em face das promessas de um modelo de “progresso” que não quer enxergar as populações vulneráveis. É como se essa “cegueira”, também tomada como metáfora por José Saramago (2022), cumprisse uma função política: deixar de ver aqueles considerados “inadequados” para um modelo de desenvolvimento não sustentável, portanto, danoso para o meio ambiente e para os seres humanos.

Visitantes, turistas e residentes também “cegos” quanto ao impacto de suas próprias ações delegam ao Poder Público toda a responsabilidade pela limpeza e preservação das praias de Salinópolis. Além dos materiais plásticos abandonados na areia, que acabam sendo levados pela maré, contribuindo para a poluição oceânica, há garrafas de vidro descartadas de forma irresponsável. Quando esses materiais são esmagados pelos pneus dos veículos, eles oferecem risco aos pedestres e frequentadores das praias, sendo comum encontrar relatos sobre pessoas que sofreram cortes nos pés (Martha Brito, Praia do Atalaia, Salinópolis, nota de campo, 2024).

O problema ambiental é agravado pelos dejetos eliminados pelo esgoto no município. Estudo de Pereira (2020) evidencia que as praias do Atalaia e do Farol Velho concentram o maior número de despejos de esgoto, demandando a implementação urgente do plano municipal de saneamento e a fiscalização efetiva das construções nessas áreas.

Observações *in loco*, documentadas em fotografias, e diálogos com a comunidade indicam que os resíduos descartados não se limitam às praias de Salinópolis; eles são carregados pelos ventos e pelas marés até os manguezais, onde comprometem a pesca artesanal e a coleta de mariscos. Nem os currais de pesca escapam ao lixo deixado nas praias e levado pelas marés. O plástico, matéria de decomposição bastante lenta, que começa a ser encontrado no interior de peixes e mariscos consumidos pelos humanos, tem transformado a paisagem dos manguezais em um ambiente desolador.

Sobre esse problema, Martinelli Filho *et al.* (2019) e Kurtela e Antolović (2019) apontam que a quantidade de embalagens plásticas aumenta em volume nas praias por ocasião da alta temporada, impactando a biodiversidade marinha e estuarina e as comunidades locais.

Diante de um cenário “que não se quer ver”, a implementação de estratégias mais eficazes de coleta de resíduos durante a alta temporada e feriados prolongados, com o apoio da comunidade, aliada a uma ação educativa contínua de visitantes e turistas, em parceria com escolas e universidades, surgem como alternativas para enfrentar o problema.

Fotografia 1 – A desolação do mangue, em Portinho, Salinópolis, Pará. O plástico progressivamente domina e fantasmagoriza a natureza



Fonte: Jamile Correa (2024).

Por fim, importa dizer que o caso de Salinópolis não é algo isolado. Ele se conecta a um problema de proporção global. Assim, a crescente preocupação internacional com os impactos do lixo nos ecossistemas costeiros, marinhos e estuarinos reforça a urgência de ações sustentáveis para preservar a biodiversidade, os recursos naturais e o modo de vida das comunidades tradicionais nas diferentes partes do mundo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revela que o impacto do lixo em Salinópolis, intensificado pelo turismo de massa, reflete uma crise ambiental e social de alcance global. A fotografia, ao documentar a realidade observada,

tem potencial para sensibilizar as pessoas para os efeitos do “progresso”, que ameaça ecossistemas e modos de vida tradicionais. Nesse sentido, ao representar a realidade, as fotografias que compõem as exposições itinerantes em Salinópolis têm procurado cumprir um papel educativo junto ao público visitante, num esforço de conscientizar as pessoas pela arte, notadamente por meio da simplicidade informativa proporcionada pela fotografia.

O paradoxo entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental reforça a necessidade de políticas públicas que promovam a sustentabilidade, conciliando a proteção ambiental, beneficiando as comunidades e promovendo o turismo ético e responsável. A urgência de ações educativas e de mitigação mais robustas e sistemáticas, alinhadas às preocupações globais, é fundamental para garantir a continuidade das comunidades de Porto Grande e de Portinho em Salinópolis, assim como da biodiversidade costeira do município e de seus vizinhos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. L.; EL-ROBRINI, M. Condição Oceanográfica, uso e ocupação da Costa de Salinópolis (Setor Corvina – Atalaia), Nordeste do Pará, Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada: Journal of Integrated Coastal Zone Management**, v. 16, n. 2, p. 133-146, jun. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3883/388346765002.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2024.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de sol e praia: orientações básicas**. 2. ed. Brasília: 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-/publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-de-sol-e-praia-orientacoes-basicas.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2024.
- CHIZZOTTI, A. **A pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- D'ALMEIDA, D. Uma tonelada de lixo de Salinas vai parar em Maracanã. Parte da sujeira teve origem nas praias de Salinópolis e foi levada pela maré. **Diário do Pará On-line**, 20 jul. 2022. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/742577/uma-tonelada-de-lixo-de-salinas-vai-parar-em-maracana?d=1>. Acesso em: 5 nov. 2024.

- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUSMÃO, L. H. A.; TOURINHO, H. L. Z.; MESSIAS, C. G. Expansão urbana a partir dos processos de vilegiatura e do turismo de sol e mar na Ilha do Atalaia, Salinópolis/Pa, Brasil. **Geografia**, v. 47, n. 1, p. 1-28, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/16500>. Acesso em: 5 nov. 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Salinópolis**. 2022. Disponível em: <https://shre.ink/geUa>. Acesso: 8 nov. 2024.
- KURTELA, A.; ANTOLOVIĆ, N. The problem of plastic waste and microplastics in the seas and oceans: impact on marine organisms. **Croatian Journal of Fisheries**, v. 77, p. 51-56, 2019. Disponível em: <https://sciendo.com/article/10.2478/cjf-2019-0005>. Acesso em: 5 nov. 2024.
- MARTINELLI FILHO, J. E.; MONTEIRO, R. C. P. Widespread microplastics distribution at an Amazon macrotidal sandy beach. **Marine Pollution Bulletin**, v. 145, p. 219-223, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.marpolbul.2019.05.049>. Acesso em: 13 nov. 2024.
- OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13–37, 1996. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ra/article/view/111579>. Acesso em: 13 nov. 2024.
- PEREIRA, M. F. B. C. **Estudo do ambiente litorâneo de Salinópolis, Pará: bioindicação por zooplâncton, percepção ambiental e mapeamento das saídas de afluentes in natura**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. Disponível em: https://paginas.uepa.br/pcambientais/dissertacao_marcos_felipe_turma_2018.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.
- SARAMAGO, J. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- SOUZA, A. S. de; OLIVEIRA, G. de; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 5 nov. 2024

RESISTÊNCIA E VULNERABILIDADE

Racismo ambiental e os desafios de sobrevivência na reserva extrativista Rio Mapuá (breves/Marajó)

Jaqueline Brito da Silva Sanches⁴⁴

Marciane Quaresma Pureza⁴⁵

Palavras-chave: Racismo ambiental; Comunidades ribeirinhas; Reserva Extrativista Mapuá; Vulnerabilidade social; Políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo analisar como o direito à vida é impactado pelas violações de direitos em comunidades ribeirinhas, em um contexto de regressão das políticas públicas e intensificação da política neoliberal na Amazônia Marajoara. O debate gira em torno de como a falta de políticas públicas, acentuada pela crise climática, impacta desproporcionalmente a vida dos povos das águas, que residem nas florestas do estado do Pará. Trata-se de um reflexo do racismo ambiental, no qual, devido a práticas discriminatórias,

⁴⁴ Especialista em Direitos Humanos, Assistente Social, membro do Grupo de Estudo em Direitos Humanos, Infâncias e Diversidade na Amazônia (GEDHIDAM) e voluntária do Programa Redes de Comunidades Ribeirinhas (PRCR), ambos da UFPA/CUMB. E-mail: jaquelinebritosanches@gmail.com

⁴⁵ Bacharel em Serviço Social, atua como assistente social no Centro de Referência e Assistência Social, CRAS/ Jardim Tropical. E-mail: marciannypureza@gmail.com.

os povos ribeirinhos são expostos à vulnerabilidade de suas vidas, ressaltando a importância de compreender que essa realidade advém da interseção entre questões ambientais, sociais e raciais.

Essas populações enfrentam disparidades sociais, como a ausência de políticas públicas que considerem suas especificidades regionais. Cabe destacar que a Reserva Extrativista Mapuá, localizada no município de Breves, no Pará, é composta por uma população afroindígena, fruto dos entrecruzamentos da miscigenação entre indígenas e negros na região amazônica. A discussão sobre as vulnerabilidades enfrentadas no cotidiano dessas comunidades expõe desafios significativos de sobrevivência em um território tão desigual e empobrecido como o Marajó.

O direito à vida digna no território é a base de reflexão deste resumo. Existir é um direito de todos, inclusive daqueles que vivem nas florestas, rios e várzeas. Em regiões como a ilha do Marajó, os dados de extrema pobreza revelam que a desigualdade social e a concentração de renda têm sido vetores de destruição da humanidade. Diariamente, nessa região, milhares de pessoas sobrevivem com os valores recebidos por meio de programas sociais. Dessa forma, o estudo busca refletir sobre como a vida dos ribeirinhos é afetada pela crise ambiental e pelo racismo ambiental, bem como compreender as especificidades do verão amazônico nas comunidades ribeirinhas localizadas em áreas remotas da Amazônia.

2. METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O presente estudo se constitui como resultado de pesquisas realizadas pelo Grupo de Estudo em Direitos Humanos, Infâncias e Diversidade na Amazônia (GEDHIDAM), vinculado ao Programa Direitos Humanos, Infâncias e Diversidade no Arquipélago do Marajó (DHIDAM), da Faculdade de Serviço Social do Campus Universitário do Marajó/Breves (FACSS/CUMB) da Universidade Federal do Pará.

Nesse sentido, a pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas estruturadas com quatro mulheres da Reserva Extrativista do Rio Mapuá, no município de Breves. Destacamos que o estudo foi conduzido de julho a novembro de 2024, e que todos os participantes assinaram um termo de consentimento, garantindo o sigilo de suas identidades. Optou-se por identificar as entrevistadas utilizando nomes de rios.

Além disso, foi utilizado levantamento bibliográfico e documental. Conforme a proposta inicial, optou-se, neste projeto, por uma análise de caráter qualitativo. Para tanto, foi necessária a utilização de ferramentas de pesquisa disponibilizadas na rede mundial de computadores, a fim de aprofundar a compreensão sobre a realidade marajoara em um contexto de destruição da floresta amazônica.

A pesquisa contou com os apontamentos de moradores da RESEX, os quais permitiram compreender a realidade local e demonstraram como a ausência de políticas públicas se configura como uma grave violação de direitos humanos.

3. RESULTADOS

A região do Arquipélago do Marajó é marcada por uma geografia rica, onde rios como o Amazonas e o Oceano Atlântico moldam um território singular em sua natureza. Com uma população de mais de meio milhão de habitantes, distribuídos por 17 municípios, cada um apresenta suas particularidades, como ancestralidades, tradições e costumes que contribuem para a diversidade cultural dos marajoaras.

A Reserva Extrativista Mapuá é uma unidade de conservação brasileira de uso sustentável da natureza, localizada no estado do Pará, no município de Breves. A extensão territorial da RESEX faz fronteira com os municípios de Curralinho, Anajás e São Sebastião da Boa Vista, sendo dividida em Baixo Mapuá e Alto Mapuá, em razão de sua dimensão territorial. Apesar de sua rica biodiversidade, o território é marcado por intensa pobreza, decorrente da desigualdade

social, refletindo o racismo ambiental, uma vez que sua população advém do entrecruzamento entre indígenas e negros.

Vale destacar que essas questões discutidas impactam diretamente as relações com o racismo ambiental, enfrentadas de forma mais intensa pelas comunidades devido à sua condição de serem afro-indígenas. Essas populações, historicamente marginalizadas, enfrentam desafios agravados pela exclusão social e pela desigualdade no acesso aos recursos naturais e às políticas públicas. Para Almeida (2019, p. 25), o racismo é “uma forma sistemática de discriminação que se fundamenta na raça e que pode se manifestar tanto de forma consciente quanto inconsciente. Além disso, essa discriminação resulta em vantagens ou privilégios para alguns grupos, enquanto desfavorece outros, com base na posição racial que ocupam na sociedade”. O racismo é um fenômeno estrutural que se reproduz por meio de práticas sociais, culturais e institucionais.

Essa interseção de vulnerabilidades agrava a exposição dessas comunidades a impactos ambientais negativos, além de limitar suas oportunidades de acesso a recursos e direitos. A luta contra o racismo ambiental é, portanto, fundamental para garantir justiça social e equidade, permitindo que essas comunidades reivindiquem seus direitos e busquem condições de vida dignas.

Esses sujeitos de direitos sentem em seu cotidiano os impactos de forma mais intensa, como destacou a entrevistada: “no verão a água seca e as coisas ficam longe, não tem energia elétrica em casa nem água tratada” (Rio Tajapuru). A fala transmite a ideia de dificuldades e limitações vividas em um ambiente rural, onde o verão amazônico acentua problemas sociais e ambientais, como a ausência de uma política de saneamento básico. Essas populações enfrentam a insalubridade da água e a falta de infraestrutura essencial, como energia elétrica e abastecimento de água potável. Isso reflete um cenário dos efeitos devastadores da degradação ambiental sobre os modos de vida das comunidades, nas quais a natureza e a infraestrutura local impactam diretamente a qualidade de vida.

Essa dificuldade também é exposta pela moradora: “lá no meio do lago do Jacaré água dá no joelho da gente, não está tendo mais condições nem a gente tomar banho. Ele está só coí, a solução são os poços mas estão secando” (Rio Jaburu). Esse depoimento descreve a gravidade da seca e a escassez de água em uma comunidade, evidenciando dificuldades extremas no acesso a esse recurso essencial. Ademais, ilustra os efeitos de uma crise hídrica, como a seca, que não apenas afeta a agricultura e a economia, mas também compromete a saúde e a qualidade de vida das pessoas.

Figura 1 – Rio Mapuá, período de seca, outubro de 2024



Fonte: Vanda Paula (2024).

Desse modo, as condições de sobrevivência tornam-se cada vez mais latentes, e analisar o território em que isso ocorre é fundamental. Como destaca Junior (2023), “os territórios não são apenas lugares físicos, mas também construídos e transformados através das ações

e interações dos sujeitos sociais (indivíduos ou grupos) que habitam ou se relacionam com esses espaços”.

Diante do exposto, é possível inferir que o drama social enfrentado por essas comunidades silencia o território, que se torna um reflexo da pobreza, da fome e da insegurança, contribuindo para a perpetuação de ciclos transgeracionais de vulnerabilidade na Amazônia Marajoara.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos argumentos aqui apresentados, esta pesquisa revela a complexa intersecção entre direitos humanos, violações de direitos e os problemas enfrentados pelas comunidades ribeirinhas, especialmente na Reserva do Mapuá, localizada no município de Breves, Pará, no contexto do desenvolvimento neoliberal na Amazônia Marajoara.

Nesse contexto, as entrevistas realizadas na RESEX com moradores, juntamente com a pesquisa bibliográfica, permitiram compreender a profundidade da vulnerabilidade vivenciada por esses grupos: escassez de alimentos, falta de serviços básicos como saúde e saneamento, e a perpetuação do ciclo de pobreza. Além disso, os graves problemas sociais durante o verão amazônico acentuam a importância de políticas públicas mais específicas e adaptadas à realidade das comunidades isoladas e marginalizadas.

Dessa forma, a luta contra o racismo ambiental e o desenvolvimento de políticas e práticas públicas participativas são essenciais para o avanço da justiça social, proporcionando não apenas segurança, mas também dignidade à sociedade. A resolução das fragilidades e desafios identificados passa pela implementação de medidas que considerem as condições específicas da região e das populações ribeirinhas, de forma a reduzir as desigualdades e garantir o acesso a direitos básicos, como saúde, educação e higiene ambiental.

Portanto, este estudo destaca a necessidade de políticas públicas que respeitem o direito à vida e atendam às necessidades de

comunidades como a RESEX Mapuá, onde a convivência com a natureza e a proteção ambiental devem andar de mãos dadas. A análise revela que o racismo ambiental, como manifestação estrutural da desigualdade, agrava a vulnerabilidade dos afrodescendentes, limitando seu acesso aos recursos naturais, às políticas públicas e às condições de vida dignas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais/Coordenação de Djamila Ribeiro). Disponível em: https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf . Acesso em: 21 fev. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Dados do Censo 2024 sobre a população adolescente**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br> . Acesso em: 22 nov. 2024.
- JUNIOR, C. **Andanças na Beira do Rio**: desterritorilizando periferias, reterritorializando identidades, reterritorializando identidades. Periferias o Plural. Friedrich Ebert Stiftung, Brasil, 2023.

DISCENTE-ENFERMEIRO DO PROGRAMA EM TECNOLOGIA, RECURSOS NATURAIS E SUSTENTABILIDADE DA AMAZÔNIA EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA

Relato de experiência

Tiago Nazareno Coutinho Nogueira⁴⁶

Conceição Chagas Pessoa⁴⁷

Iedo Souza Santos⁴⁸

Palavras-chave: Sustentabilidade; Grupos Minoritários; Água.

1. INTRODUÇÃO

A Universidade, no contexto da interdisciplinaridade das ciências, é um espaço dialógico e de constante troca sociocultural da episteme dos saberes entre diversas áreas do conhecimento. Sendo assim, o

⁴⁶ Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Tecnologia, Recursos Naturais e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: Tiagoncnogueira@gmail.com.

⁴⁷ Especialista em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

⁴⁸ Doutor em Engenharia de Produção e Professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Recursos Naturais e Sustentabilidade na Amazônia (PPGTEC), da Universidade do Estado do Pará (UEPA), possui uma matriz curricular desenhada a partir do contexto interdisciplinar, oportunizando a construção de saberes coletivos com áreas intercaladas e diferentes. Entre os seus componentes curriculares, há a disciplina optativa Qualidade de Água dos Recursos Hídricos, como crédito da matriz curricular deste programa de mestrado.

Em um contexto da interdisciplinaridade das ciências, a universidade é essencial na promoção de um espaço de incentivo ao diálogo e à (re)construção do conhecimento. Ou seja, a universidade pode ser compreendida como uma instituição social, haja vista que suas ações interferem diretamente no contexto social (Noaves; Fonseca, 2020).

O PPGTEC/UEPA tem sua matriz curricular estruturada a partir do contexto da territorialidade amazônica, levando em conta a sociobiodiversidade da região, que possui um bioma peculiar — não somente em relação à fauna e à flora, compostas por um berçário de variabilidade genética de várias espécies — mas, sobretudo, em relação aos povos da floresta e das comunidades tradicionais, considerados os verdadeiros guardiões dessa sociobiodiversidade. Um dos escopos dessa estruturação curricular do programa de mestrado é o estudo mais profundo e dialógico, a partir de várias percepções do conhecimento, no que concerne à conservação de um recurso natural e finito extremamente importante para a existência de todo o tipo de vida no planeta: a água. Entende-se que este recurso é essencial à vida humana e à sustentação dos ecossistemas terrestres e aquáticos (Mendonça; Silva Filho; Mamed, 2023).

Entre os componentes curriculares, a ementa da disciplina Qualidade de Água dos Recursos Hídricos, em linhas gerais, propõe a compreensão de todo o ciclo hidrológico e seus desafios no paradigma da era do Antropoceno, bem como sua correlação com os povos da floresta e as comunidades tradicionais.

Logo, é pertinente relatar que a região Norte ocupa a 3ª posição com o maior número de pessoas quilombolas, dentro de um universo de 1.327.802 quilombolas que residem no território brasileiro, correspondendo a 0,65% da população brasileira, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Sendo assim, os povos e comunidades tradicionais são considerados guardiões da sociobiodiversidade planetária, dada a importância de sua relação com o meio ambiente. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), de 2007, instituída pelo Decreto n.º 6.040, busca, em linhas gerais, o desenvolvimento sustentável desses povos e comunidades.

Essas comunidades são historicamente marcadas por processos de discriminação e exclusão, agravados ao longo do tempo com a intensificação da antropização em seus territórios. Embora a Constituição Federal de 1988 reconheça a diversidade étnico-racial da população brasileira e estabeleça o dever do Estado de proteger seus modos de viver, fazer e criar, bem como os bens de natureza material e imaterial associados à identidade e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade (arts. 215 e 216), é necessário refletir: de que forma está ocorrendo a gestão dos recursos hídricos dentro dos quilombos diante da crise climática, considerando que esse recurso natural é um bem essencial à vida?

O objetivo deste relato foi descrever a experiência acadêmica das visitas realizadas a uma comunidade quilombola na região amazônica.

2. METODOLOGIA

O estudo é descritivo, na modalidade relato de experiência. As visitas aconteceram entre fevereiro e junho de 2024, em um quilombo localizado na região metropolitana de Belém. Foi um momento importante para conhecer o contexto sociocultural das famílias, o cotidiano e os seus ritmos, diferenciados dos demais grupos sociais. A observação foi fundamental nesse período de visitas, que, ao todo,

contabilizou-se em quatro (04) momentos junto a algumas famílias do quilombo. As visitas ocorreram no horário de 08h00 às 12h00, durante os sábados — momento em que havia maior número de pessoas no quilombo realizando suas atividades domésticas.

3. RESULTADOS

Identificou-se a correlação da água não somente com as áreas da Biologia, Química e Física, mas também com as demais áreas do conhecimento, como, por exemplo, na área da saúde única, interligando com as questões de saneamento básico. Evidenciou-se, assim, de forma mais clara, a relação parasita-hospedeiro, destacando-se a tríade epidemiológica (agente, hospedeiro e ambiente). Ampliaram-se as narrativas de reflexões sobre sustentabilidade, governança e políticas ambientais voltadas para os povos da floresta e das comunidades tradicionais, bem como os danos ambientais relacionados à conservação da água na comunidade.

O Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2022) ratifica que apenas 9,24% da população tem cobertura de esgotamento sanitário e 55,42% possuem atendimento total de água em todo o estado do Pará, que conta com uma população de 8.121.025 habitantes distribuídos entre 144 municípios. Destacaram-se, ainda, as doenças de veiculação hídrica. No caso do estado do Pará, a dengue continua bastante presente, principalmente nos “municípios com mais casos confirmados, [que] são Monte Alegre, Belém e Parauapebas” (Vilanova, 2024).

A questão da conservação da água dentro dos quilombos necessita ser dialogada no contexto da sociobiodiversidade, haja vista que, em um futuro próximo, esses territórios possam vir a sofrer os corolários da antropização, que tem ocorrido de forma irracional nesse aspecto ambiental. A educação ambiental, por meio de tecnologias educativas, deve promover a conservação desse recurso natural de forma sustentável — aspecto extremamente fulcral diante da crise

climática global e local, especialmente na Amazônia, que abriga a maior bacia de água doce do planeta.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os povos e as comunidades tradicionais são os guardiões da sociobiodiversidade. Entretanto, o poder público precisa fomentar mais pesquisas voltadas a uma gestão hídrica eficaz dentro desses territórios. A prática é fundamental na formação dos discentes em programas da área interdisciplinar, haja vista que propicia vivências em campo diferentes da sua formação de base. Conhecendo a realidade *in loco*, o discente poderá ampliar sua concepção profissional diante de situações-problema que demandam um olhar mais plural, abrangendo aspectos como cultura, linguagem, costumes, tradições, patrimônio cultural, territórios, recursos naturais, tecnologias ambientais, sociais e educativas, entre outros — todos importantes em sua formação interdisciplinar, uma vez que as áreas do conhecimento estão conectadas.

REFERÊNCIAS

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico de 2022: quilombolas: primeiros resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102016.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2024.
- SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO – SNIS. **Estruturas de Regionalização de Água e Esgoto – Pará**. [S. l.]: SNIS, 2024. Disponível em: <https://appsnis.mdr.gov.br/regionalizacao/web/mapa/index?id=28>. Acesso em: 02 nov. 2024.
- VILANOVA, R. Pará registra queda de 36,49% nos casos de dengue. **Sespa**, 05 fev. 2024. Disponível em: <http://www.saude.pa.gov.br/para-registra-queda-de-3649-nos-casos-de-dengue/>. Acesso em: 26 out. 2024.

RACISMOS E O PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE NA AMAZÔNIA PARAENSE

Uma análise crítica

Andréa do Socorro Aguiar do Nascimento⁴⁹

Carmem Lúcia Santos⁵⁰

Palavras-chave: Racismo multidimensional; PPCAAM-PA; Crianças e adolescentes; Povos Tradicionais.

1. OBJETIVO DO TRABALHO

Discutir ,os racismos multidimensionais identificados na assistência a um adolescente quilombola protegido no PPCAAM-PA.

⁴⁹ Advogada, especialista em Gestão da Qualidade, especialista em Sistemas de Garantias de Direitos de Crianças e Adolescentes e mestra em Gestão Pública – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – UFPA. E-mail: andrea.nascimento@icj.ufpa.br; asan.direito@gmail.com.

⁵⁰ Pedagoga, especialista em Gestão de Políticas Públicas Educacionais, mestra e doutora em Educação, professora supervisora do PIBID no Instituto Federal do Pará. E-mail: carmen0910@msn.com.

2. METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa social aplicada, cujo método é o relato de experiência. A experiência, segundo Mussi, Flores e Almeida (2021), é “ponto de partida para a aprendizagem, os manuscritos do tipo relato de experiência permitem a apresentação crítica de práticas e/ou intervenções científicas e/ou profissionais”. A experiência relatada refere-se ao acompanhamento profissional do caso de um adolescente quilombola assistido no PPCAAM-PA entre os anos de 2020 e 2022. Realizou-se pesquisa documental e bibliográfica para a análise das intervenções no caso.

3. O RACISMO MULTIDIMENSIONAL E A COLONIALIDADE DO PODER

Segundo Souza (2021), os racismos são diversos, é, portanto, multidimensional, pois destrói o núcleo moral do indivíduo, retirando condições mínimas de segurança existencial – autoestima, autoconfiança e autorrespeito – e dificultando interações sociais saudáveis tanto no âmbito privado e íntimo quanto nos âmbitos da vida pública, social, política e atividades produtivas, destruindo a capacidade de receber reconhecimento social, uma necessidade inerente ao desenvolvimento das capacidades e faculdades básicas do ser humano.

O racismo multidimensional apresentado por Jessé Souza (2021), na obra *Como o racismo criou o Brasil*, categoriza os racismos em três formas de controle social e político: o racismo global, o racismo de classe social e o racismo racial.

O racismo global é a dimensão mais ampla do racismo multidimensional; é o racismo imposto pelo Ocidente ao mundo desde a globalização, que, para dominar os territórios e populações, impôs justificativas simbólicas fenotípicas e biológicas para a legitimação do domínio e privilégio, imputando ao mundo o racismo global como doutrina (Souza, 2021).

O racismo de classe social, na contemporaneidade, produz três tipos de ser humano, ou *habitus*, específicos e socialmente definidos: *habitus* estético das classes do privilégio, *habitus* disciplinar das classes trabalhadoras e o *habitus* precário das classes marginalizadas (Souza, 2021). A produção social dessas classes cria mecanismos de solidariedade e preconceitos, de desigualdades e racismos sob a aparência da igualdade formal das leis (Souza, 2021).

O racismo racial tem ordenado a sociedade brasileira na contemporaneidade; é o racismo em mecanismos simbólicos da dominação social cotidiana, pautado na humilhação, na desumanização dos oprimidos e na dimensão animalizada dos corpos. Para Souza (2021, p. 218), “o racismo racial comanda a lógica da sociedade contemporânea e das classes sociais em luta. É ele quem esclarece tanto as alianças quanto as oposições e conflitos entre as classes [...] ele mantém a irracionalidade do ressentimento no comando da sociedade”.

Segundo Jessé Souza (2021), cabe falar em racismos, no plural, e, portanto, no racismo multidimensional, pois, no século XXI, o capitalismo financeiro global, o neoliberalismo, apropria-se dos debates sobre o racismo, isola a pauta, injeta a meritocracia e molda o discurso que adentra no culturalismo que esconde o pano de fundo, que é o capitalismo em benefício dos interesses elitistas (Souza, 2021).

A contribuição de Jessé Souza para o debate na atualidade é o resgate do modo de produção capitalista reconfigurado no capitalismo financeiro global, que produz a categorização das sociedades em classes sociais e a necessária análise crítica dos privilégios de uma elite que lucra com toda essa estratégia do capital: o racismo multidimensional. Ainda no século XIX, Marx e Engels (2014) apontaram a colonização das Américas pela burguesia europeia como uma estratégia capitalista de poder e lucros a todo custo, por meio da extensão da venda das mercadorias, a custo do aniquilamento dos povos locais e seus modos de vida.

Ao trazer para o debate racial a multidimensionalidade, é explicativo incluir na análise crítica o pensamento decolonial de Quijano (2011),

que aponta a colonialidade do poder como mecanismo de controle das forças produtivas que integram o capitalismo no mundo, racializando os povos, em raça e gênero, como vencedores/vencidos, dominadores/dominados, superiores/inferiores. A colonialidade do poder, como ideia de dominação e poder do capital, está imbricada nas estruturas dos Estados-nação latino-americanos. Ela é a dimensão mental do colonialismo que se estende para as subjetividades dos povos colonizados que atuam nas suas sociedades, cotidianamente, reproduzindo a mentalidade do colonizador, imposta pela violência da colonização à custa de etnocídios e genocídios nos territórios americanos.

Tanto para Quijano (2011) quanto para Souza (2021), o racismo tem múltiplas facetas sociais que implicam em justificativas simbólicas fenotípicas e de gênero para afirmar, legitimar a dominação das elites, na linguagem de Jessé Souza, ou da burguesia, na linguagem de Aníbal Quijano.

4. O PPCAAM NA AMAZÔNIA PARAENSE

O Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) é uma das estratégias de enfrentamento da letalidade infanto-juvenil, sendo executado na Amazônia paraense desde 2008, integrando o rol das políticas e programas de direitos humanos do governo do Estado e do governo federal. O programa é uma das engrenagens do sistema de garantias de direitos de crianças e adolescentes que tem enfrentado situações cotidianas de racismo multidimensional, as quais são mais aprofundadas quando se trata da assistência e sociabilidade de crianças e adolescentes quilombolas no âmbito da proteção no programa.

De acordo com Cerqueira (2021), quando se fala em vítimas de violência letal, só em 2019, de cada 100 jovens brasileiros mortos vítimas de homicídios, 39 estavam na faixa etária de 15 a 19 anos; ou seja, boa parte das vítimas eram adolescentes. No mesmo ano, dos 45.503 homicídios, 51,3% das vítimas eram jovens entre 15 e 29

anos. Isso representa 23.327 jovens assassinados só em 2019, em uma média de 64 jovens vítimas de homicídio por hora no Brasil.

Em 2022, no município de Belém, a população de adolescentes e jovens de 15 a 19 anos era de 93.564 (IBGE, 2022). No excerto, Cerqueira (2021) mostra que, em 10 anos, foram assassinados um quantitativo três vezes maior que a população atual de adolescentes e jovens do município de Belém. O risco à vida de adolescentes é iminente, e este dado demonstra que a violência letal infanto-juvenil continua sendo a principal causa de morte entre os adolescentes e jovens brasileiros.

Para ingresso e estada no PPCAAM-PA, há procedimentos burocráticos que incluem formalização do pedido de proteção exclusivamente pelos conselhos tutelares, Ministério Público, tribunais de justiça e defensoria pública. Esses órgãos do Estado identificam a situação de ameaça de morte e formalizam a solicitação do ingresso no programa. Há avaliação técnica da potencialidade da ameaça na letalidade infanto-juvenil por meio do nível de persecutoriedade do ameaçador, verifica-se com a pessoa ameaçada o interesse na proteção mediante voluntariedade – conforme art. 119 do Decreto 9.579/2018 – e seguem-se para as estratégias de proteção que incluem mudança de território.

Nessa mudança de território está o maior atravessamento de violência contra crianças e adolescentes quilombolas que incide neste relato de caso, pois entende-se que o território, para as crianças e adolescentes vítimas de ameaça de morte, apresenta a dualidade entre o risco à vida e o direito ao território, manifestada nas identidades das infâncias e adolescências tradicionais.

5. O RELATO DE CASO

O PPCAAM possui regras de segurança que exigem o sigilo dos casos para a proteção da vida dos beneficiários. Portanto, neste relato de experiência, serão apontadas apenas características gerais

que não identifiquem as crianças e adolescentes do programa, mas que caracterizem os procedimentos adotados, os quais incidem no objetivo deste trabalho: discutir os racismos multidimensionais identificados na assistência a um adolescente quilombola protegido no PPCAAM-PA, no período entre 2020 e 2022.

O caso consiste em um adolescente quilombola ameaçado de morte por facção criminosa, em decorrência de dívidas relacionadas à dependência de entorpecentes. Ingressou no programa juntamente com sua família, que incluía mais três crianças. Analisou-se a necessidade de mudança de território devido à persecutoriedade da ameaça. O PPCAAM-PA escolheu como moradia uma casa em um condomínio fechado, pequeno, localizado em uma região metropolitana. A estrutura da moradia era de qualidade, porém não havia espaço suficiente para que as crianças e o adolescente desenvolvessem suas brincadeiras habituais, como corridas, pega-pega, esconde-esconde, jogos de futebol, de pular, entre outros.

Houve conflitos com a vizinhança, que não aceitava os “barulhos” produzidos pelas crianças nos pequenos espaços. Em meio às brincadeiras, o adolescente e as crianças pularam na estrutura de água do condomínio, o que ocasionou a interrupção do abastecimento de água em todas as casas. Durante os atendimentos, o adolescente e as crianças sempre se referiam ao “sufocamento” do espaço, que não permitia a continuidade das brincadeiras, o que gerava conflitos e desgastes nas relações sociais com a vizinhança. Houve relatos dos protegidos de que se sentiam criminalizados pela comunidade local, sendo alvo de constantes reclamações.

Em um dos atendimentos do adolescente no Centro de Atenção Psicossocial do município de proteção, a família relatou ter sofrido violência institucional devido ao atraso para uma consulta, sendo exposta a humilhações pela equipe médica que realizava o atendimento no local.

Outro problema relacionado ao território foi a ausência de oportunidades de trabalho para os adultos da família. O genitor,

com baixa escolaridade, era pescador e realizava outros trabalhos relacionados ao campo. Embora a genitora tenha considerado como benefício da moradia na cidade a oportunidade de retomar os estudos e alcançar outras possibilidades, essa não era a percepção do genitor.

O adolescente passou a sair de casa para coletar “bitucas” de cigarros descartadas no chão das ruas para fumar, haja vista que, no programa, foi proibido de utilizar os recursos para a compra de cigarros. Em uma dessas saídas, o adolescente foi assistir a jogos de futebol em outro bairro, a convite de conhecidos, sem informar à família ou à equipe do programa, retornando para casa apenas no dia seguinte. Ele relatou que perdeu o ônibus em que estava e não soube como voltar para casa, tendo dormido no local sede do jogo de futebol até a chegada de um conhecido, no dia seguinte.

6. ANÁLISE CRÍTICA DOS PROCEDIMENTOS

A escolha de um território urbano para a família quilombola impactou negativamente na proteção. O hábito das crianças e do adolescente estava vinculado à terra, às águas e às matas, cujos espaços amplos e em conexão com a natureza seriam o ponto basilar para a inserção social segura tanto do adolescente quanto das crianças e de seus genitores. Seja por decisão de gestão ou por limitações de recursos financeiros, no caso em tela, o PPCAAM-PA imputou o racismo multidimensional à família quilombola, ao alojá-la em um território que não se configurava como meio para o desenvolvimento da sociabilidade necessária à inserção segura do adolescente ameaçado de morte.

O caso reflete o racismo global reproduzido nas tomadas de decisão do PPCAAM-PA, que desconsidera a importância do fator território para as famílias quilombolas, sendo necessário desnudar a imposição das regras do programa, sem considerar estratégias específicas voltadas aos povos tradicionais que necessitam dessa proteção emergencial.

Avelino (2024), no 24º Encontro Nacional do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, relatou que haverá o PPCAAM em Rondônia, que será um PPCAAM diferente, pois atenderá povos e comunidades indígenas e quilombolas. Esse posicionamento demonstra o cruel apagamento e o racismo global, o racismo de classe e o racismo racial contra as crianças e adolescentes quilombolas atendidos em todo o território amazônico. Declara-se, assim, a colonialidade do poder que decide sobre a existência desde sempre, ao se tratar do problema do extermínio de crianças e adolescentes nos territórios tradicionais, que têm sido vítimas do Estado e do capitalismo em toda a trajetória histórica.

O adolescente do caso é um exemplo de vítima do racismo multidimensional, praticado tanto pelo Estado – a exemplo do PPCAAM e dos órgãos de serviços públicos municipais – quanto pela sociedade – como a vizinhança –, que, ao ver crianças e adolescentes pretos no meio urbano, não escondem a indignação diante da existência desses corpos. Isso desnuda o racismo multidimensional e a colonialidade do poder, a mentalidade herdada da colonização, que os povos colonizados reproduzem no cotidiano.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado, por meio de seus órgãos e instituições, pratica diversas formas de violências próprias dos racismos global, de classe social e racial. Por isso, é importante falar em racismo multidimensional, para que possamos compreender as nuances do capitalismo financeiro global na apropriação das pautas raciais, que impactam nas tomadas de decisão dos órgãos públicos e privados.

O PPCAAM-PA possui pouca produção científica, com poucos ou nenhum dado público a respeito da transparência dos quantitativos de protegidos ou dos recursos públicos destinados pelos governos federal e estadual. Tem-se utilizado, como explicação para essa ausência de dados, o sigilo necessário à proteção.

No entanto, percebe-se que há um interesse na manutenção do racismo multidimensional do capitalismo na Amazônia paraense, que se apropria da pauta dos direitos humanos de pessoas ameaçadas de morte como pauta aparente, sendo que o objetivo não é a proteção integral de crianças e adolescentes nem a promoção da cidadania, mas o silenciamento das informações sobre os genocídios e etnocídios dos povos tradicionais.

REFERÊNCIAS

- AVELINO, D. A. de O. Panorama do PPCAAM em 2024. *In*: ENCONTRO NACIONAL DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE, 24., 2024, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 26 nov. 2024.
- CERQUEIRA, D. **Atlas da violência 2021**. Brasília: IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo do município de Belém 2022**. IBGE-Cidades, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belem/panorama>. Acesso em: 20 out. 2024.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Luciano Cavini Martorano, São Paulo: Martin Claret, 2014.
- MUSSI, R. F. de F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista Práxis Educacional**, v. 17, n. 48, Vitória da Conquista, p. 1-22, out./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010>. Acesso em: 29 nov. 2024.
- QUIJANO, A. Colonialidade del poder y clasificación social. **Contextualizaciones Latinoamericanas**, ano 3, n. 5, jul./dez. 2011.
- SOUZA, J. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

RACISMO AMBIENTAL E INJUSTIÇA CLIMÁTICA

Uma análise das comunidades
vulnerabilizadas diante das
mudanças climáticas na bacia
do una, em Belém do Pará

Manuella Gabrielly Oliveira de Oliveira⁵¹

Roberta Carolina Araújo dos Reis⁵²

Ana Luisa Santos Rocha⁵³

RESUMO

A pesquisa visa investigar como a falta de regularização fundiária urbana na região de Belém (PA) intensifica as desigualdades socioambientais e climáticas, contribuindo para a consolidação de um racismo ambiental nas comunidades do entorno da Bacia do Una. Assim, busca-se responder à seguinte pergunta: em que medida a ausência de regularização fundiária amplifica a injustiça climática nessas comunidades? Para responder a tal problemática, a pesquisa parte de objetivos específicos que são desenvolvidos em

51 Pós-graduanda em Direito Agroambiental pelo Centro Universitário do Pará – CESUPA. E-mail: manuellaoliveira@outlook.com.

52 Doutoranda em Direito pela Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: robertacarolinareis@gmail.com.

53 Doutora em Direito pela Universidade Federal do Pará. E-mail: analuisasrocha@gmail.com.

seções distintas, iniciando-se com o exame das dimensões político-sociais do problema, com ênfase em racismo ambiental, justiça climática e direito à moradia na cidade de Belém. Em seguida, apresentará uma análise histórico-cronológica quanto à evolução da ocupação ao longo dos canais do Una. Além disso, analisará os instrumentos de política urbana e os problemas socioambientais nas sub-bacias do Una. A metodologia utilizada envolveu o método dedutivo, abordagem qualitativa e técnica de pesquisa bibliográfica e documental. Os apontamentos da pesquisa demonstram a relevância e a urgência em implementar políticas públicas e Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S), com a finalidade de promover a inclusão social, a segurança jurídica e o desenvolvimento urbano sustentável, contribuindo para a redução dos impactos das mudanças climáticas.

Palavras-chave: Justiça climática; Racismo ambiental; Regularização fundiária urbana; Comunidades.

1. INTRODUÇÃO

O processo de urbanização na Amazônia tem contribuído para a intensificação dos impactos da crise climática, exigindo a adoção de medidas urgentes para garantir a sustentabilidade das cidades da região. Pesquisas realizadas pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente (Imazon, 2015) revelam que a cobertura vegetal de Belém diminuiu significativamente nas últimas décadas, com uma perda de aproximadamente 17% entre 2000 e 2015.

Ocorre que a qualidade de vida na cidade varia significativamente entre o centro e as periferias, onde os impactos ambientais e climáticos são mais intensos, evidenciando as desigualdades socioespaciais da cidade.

Caracterizada por altas temperaturas, um clima tropical úmido, com chuvas frequentes — especialmente no período da tarde —,

Belém apresenta um cenário climático peculiar. Tal particularidade intensifica as condições de vida nas periferias da cidade, onde a população mais vulnerável sofre com os impactos das inundações e alagamentos.

Não obstante, a cidade é composta por cerca de 14 bacias hidrográficas, das quais a Bacia do Una se destaca por ser a maior, com aproximadamente 3.644 hectares, correspondendo a cerca de 21% da área continental de Belém (Silva, 2004). No entanto, a Bacia do Una, antes composta por igarapés, sofreu uma intensa urbanização, resultando em uma população superior a 600 mil habitantes em 2004 (Silva, 2004). Nesse sentido, o processo de ocupação do território e a ausência de planejamento urbano adequado transformaram essa área em um dos maiores desafios socioambientais e urbanísticos de Belém, com problemas cada vez mais intensificados pelas mudanças climáticas.

Diante disso, o presente trabalho tem como questão principal analisar: de que forma a ausência de regularização fundiária urbana amplifica a injustiça climática nessas comunidades? Desse modo, a pesquisa visará estudar os avanços urbanísticos frente às mudanças climáticas e a atual realidade das comunidades vulnerabilizadas situadas ao longo da bacia, tendo optado pelo estudo de caso da Bacia do Una para a análise do problema de pesquisa.

2. METODOLOGIA

O processo metodológico de pesquisa envolveu o método indutivo, a abordagem qualitativa e as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que busca analisar um caso concreto e espacializado, relacionado às comunidades situadas ao longo da Bacia do Una, na cidade de Belém do Pará, para demonstrar a presença do agravamento da injustiça climática frente a um contexto de falta de regularização fundiária urbana.

3. RESULTADOS

As políticas públicas, enquanto mecanismos de governança, possuem um papel fundamental na garantia de direitos e na promoção da equidade social. Contudo, a participação de grupos historicamente marginalizados, como famílias negras e periféricas, é limitada por múltiplas barreiras, o que dificulta a construção de políticas públicas mais inclusivas e eficazes. Outrossim, as condições climáticas, combinadas com a ocupação irregular do solo, intensificam os problemas habitacionais.

Em Belém, a ausência de regularização fundiária acentua a desigualdade social e expõe a população a riscos à saúde e ao bem-estar, provocando o aumento do contato dessas comunidades com as consequências da crise climática. Diante disso, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) realizou pesquisa na qual aponta que cerca de 16% dos habitantes residem em áreas com saneamento básico inadequado, o que configura um grave problema de saúde pública. Nesse ínterim, o racismo ambiental se manifesta de forma clara nos impactos das mudanças climáticas, uma vez que as comunidades mais vulneráveis, compostas por pessoas negras, indígenas, ribeirinhas e quilombolas, são as mais expostas aos eventos climáticos extremos, como as fortes chuvas e os alagamentos, intensificados pela ação humana (Duarte, 2022).

A valorização econômica do centro de Belém, impulsionada pelo auge da borracha, resultou em uma profunda transformação urbana. Inspirada na estética da *Belle Époque* francesa, a cidade experimentou um processo de modernização que, embora tenha deixado marcas positivas na paisagem urbana, também contribuiu para a intensificação das desigualdades sociais e da segregação espacial (Gonçalves, 2022). As transformações urbanísticas resultaram na conversão de igarapés em canais de drenagem, alterando significativamente o sistema hídrico da cidade. Diante desse contexto, o “Projeto para Recuperação das Baixadas de Belém”, iniciado na

década de 1980, teve como objetivo principal a implementação de um sistema de macrodrenagem na Bacia do Una, visando solucionar os problemas de inundações e melhorar as condições de saneamento básico (Silva, 2004).

Em relação a tal aspecto, a Bacia do Una foi dividida em sete sub-bacias, cada uma com um nível distinto de alagamento, com base em critérios hidrogeomorfológicos e de suscetibilidade a inundações (Silva, 2004 *apud* PMB, 1993). Contudo, tais problemas não foram sanados, agravando ainda mais os impactos ambientais na cidade, especialmente nas áreas urbanas e periféricas de Belém, contribuindo para a intensificação dos problemas climáticos.

Nesse sentido, em inspeção aos canais da Bacia do Una, a 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente e Urbanismo do Ministério Público do Estado do Pará constatou graves problemas, incluindo o risco de obstrução das comportas, assoreamento, acúmulo de resíduos e ocupação irregular das margens, o que compromete a drenagem da região e aumenta o risco de inundações (MPPA, 2018).

Os procedimentos voltados à reurbanização, requalificação e sustentabilidade urbana devem estar em conformidade com as leis municipais, que conferem ao município a responsabilidade de promover o desenvolvimento urbano, a qualidade de vida da população e o planejamento territorial. Nesse ínterim, conforme o artigo 182 da Constituição Federal, a política urbana tem como objetivo principal garantir a qualidade de vida da população. Para isso, o Plano Diretor, previsto no §2º do artigo em comento, é o instrumento legal que define as regras para o uso do solo e a ocupação do território urbano, assegurando a função social da propriedade.

Diante disso, o Plano Diretor Municipal reconhece a importância de garantir a segurança e o bem-estar da população em áreas de risco, como aquelas sujeitas a inundações, estabelecendo diretrizes para a ocupação do solo que promovam o desenvolvimento urbano de forma sustentável e inclusiva.

Conforme analisado ao longo desta pesquisa, a expansão urbana acelerada e desordenada em áreas sem infraestrutura adequada, como sistemas de drenagem, aliada às mudanças climáticas — que intensificam as chuvas e provocam oscilações nos níveis dos rios —, agrava significativamente os problemas de alagamentos em Belém.

Nesse diapasão, a Regularização Fundiária Urbana (REURB), instituída pela Lei n.º 13.465/2017, configura-se como um instrumento essencial para a formalização da propriedade e o desenvolvimento urbano sustentável, haja vista que promove a inclusão social e a melhoria das condições de vida da população, além de contribuir para a conservação do meio ambiente e a adaptação às mudanças climáticas, ao regularizar núcleos urbanos informais e garantir a titulação dos ocupantes.

Em relação a tal aspecto, a Lei de Regularização Fundiária Urbana oferece um conjunto de ferramentas legais para formalizar assentamentos urbanos informais, garantindo o direito à propriedade dos moradores e promovendo o desenvolvimento social e urbano dessas áreas. Ao facilitar a alienação de imóveis da União e estabelecer critérios mínimos de infraestrutura, a REURB busca melhorar a qualidade de vida da população e a sustentabilidade ambiental das cidades.

Assim, a população da Bacia do Una, diretamente afetada pelos problemas ambientais e climáticos, vive em condições precárias. Nesse contexto, a implementação da REURB-S é fundamental para garantir o direito à moradia digna e promover a melhoria da qualidade de vida da população, além de assegurar a segurança e a revitalização da bacia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, as mudanças climáticas, impulsionadas por ações humanas, afetam desproporcionalmente populações vulneráveis em áreas periféricas com acesso precário a serviços básicos. Assim, o objetivo a que este trabalho se propôs foi compreender a importância

do direito à cidade, a partir de uma regularização fundiária urbana, no contexto dos impactos socioambientais e climáticos que afetam as comunidades vulnerabilizadas da Bacia do Una, em Belém.

Para tanto, utilizou-se, como procedimento metodológico, uma abordagem multidisciplinar, combinando elementos da análise política, social e ambiental. Foram analisados os processos de ocupação do Canal do Una, seus impactos e as relações com questões como racismo ambiental, justiça climática e direito à moradia. Além disso, foram propostas reflexões sobre políticas urbanas sustentáveis para a região.

A pesquisa pôde demonstrar que a urbanização periférica de Belém, resultado de um processo histórico complexo, tem levado à concentração de populações em áreas vulneráveis, sem infraestrutura adequada. Essa realidade, somada aos elevados índices pluviométricos, intensifica os problemas ambientais e sociais, comprometendo a qualidade de vida da população.

Nesse sentido, torna-se evidente que a erradicação do racismo ambiental passa pela garantia da justiça climática e do direito à cidade. Os dados da pesquisa demonstram a relevância da articulação entre políticas públicas e a regularização fundiária como mecanismo para promover a justiça socioespacial e a sustentabilidade ambiental nas comunidades da Bacia do Una, em um contexto de mudanças climáticas.

REFERÊNCIAS

- BELÉM SUSTENTÁVEL. **Instituto do Homem e Meio Ambiente na Amazônia (IMAZON)**. Belém-PA, 2015. Disponível em: <https://imazon.org.br/belem-sustentavel/>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Planalto, 1988.
- DUARTE, B. M.; DA SILVA, N. T. C.; DA SILVA LOPES, I. Interseccionalidade e mudanças climáticas: um estado da arte sobre o racismo ambiental no Brasil e seus outros. **Sêmata: Ciências Sociais e Humanidades**, n. 34, p. 1-13, 2022.

- GONÇALVES, A. M. O processo de urbanização na cidade de Belém do Pará durante a Belle Époque e seus impactos. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre (RS), v. 15, n. 1, p. 1-13, jan.-dez. 2022. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/oficinadohistoriador/article/view/37865>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belem/pesquisa/10102/122229>. Acesso em: 28 nov. 2024
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ – MPPA. **MPPA debate necessidade de manutenção da Bacia do Una para evitar prejuízo à população**. Belém, 2018. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/noticias/mppa-debate-necessidade-de-manutencao-da-bacia-do-una-para-evitar-prejuizos-a-populacao.htm>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- SILVA, K. R. M. **A implantação de obras civis e de saneamento na Bacia do Una, em Belém do Pará, e as condicionantes relacionadas às características geológicas e geotécnicas**. 2004. Tese (Mestrado em Engenharia Civil) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal do Pará (UFPA), Pará, Belém, 2004. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/1882>. Acesso em: 28 nov. 2024.

PROJETO DE ASSENTAMENTO PAULO FONTELES NA ILHA DE MOSQUEIRO/PA

Um estudo histórico-geoespacial
e interposição socioambiental
com uso das geotecnologias

Rodrigo Souza Soares⁵⁴

Aletéia Patricia Vilhena de Souza⁵⁵

Clever Cley Corrêa Bulhões⁵⁶

RESUMO

A presente pesquisa tem por finalidade evidenciar o “Assentamento Paulo Fonteles” na ilha de Mosqueiro, no estado do Pará, por meio da história e da luta dos povos amazônidas. Localizado na região metropolitana de Belém, possui quase vinte anos de existência. Em

⁵⁴ Autor: Licenciado pleno em Língua Portuguesa pela Universidade da Amazônia – UNAMA; especialista em Abordagem Textual pela Universidade Federal do Pará – UFPA; especialista no Ensino de Língua Portuguesa e Literatura em Sala de Aula pela Universidade Federal do Pará – UFPA; pós-graduando em Jornalismo de Dados, Inteligência Artificial e Pesquisa Netnográfica pela Universidade Federal do Pará – UFPA; graduando em Tecnologia em Geoprocessamento pela Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: rodrigao103@yahoo.com.br

⁵⁵ Coautora: graduanda em Tecnologia em Geoprocessamento pela Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: aleteia.souza@ananindeua.ufpa.br

⁵⁶ Coautor: graduando em Tecnologia em Geoprocessamento pela Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: bulhoesclever@gmail.com

meio aos conflitos por terra, questões políticas, ambientais, mortes e invasões fazem parte do histórico das pessoas que foram assentadas. Além disso, o estudo mostra que as pessoas que residem nesse espaço enfrentam diariamente diversas questões e implicações socioambientais. O estudo contemplou uma abordagem mista, com o levantamento de informações qualitativas e quantitativas por meio de pesquisa bibliográfica e *in loco*, utilizando o aplicativo de localização e de análise de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental (SEA). Usou-se como base o intervalo de cinco anos referente ao período de 2018 a 2023. Os resultados apontam a falta de recursos de ordem socioeconômica e ambiental, além da inexistência de investimentos e apoio por parte dos provedores de serviços (INCRA, Governo Federal e Agências de Fomento). Desse modo, a vulnerabilidade socioeconômica ambiental está no status “moderada” e, devido à organização e gestão comprometidas dos assentados, torna-se necessário o apoio e incentivo para manter os fatores de produção e ambientais ativos no Assentamento Paulo Fonteles.

Palavras-chave: Organização; Geoprocessamento; Vulnerabilidade socioeconômica.

1. INTRODUÇÃO

Com base nas pesquisas realizadas, a nomenclatura de assentamento, a exemplo do Assentamento Paulo Fonteles, é vista tanto por estudiosos da área quanto pelo próprio movimento social (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Federação de Trabalhadores/as da Agricultura no Estado do Pará – FETRAGRI e outros) como um movimento de luta diferente do acampamento. Para trazer essa definição, é necessário destacar a noção de “Acampamento”, uma vez que este é o ponto de partida e o intervalo composto por um longo processo de lutas e resistências para se chegar ao Assentamento.

Desse modo, o acampamento está relacionado a um importante instrumento de luta pela conquista da terra. Caracteriza-se como um momento de transição, durante o qual o acampado rompe com sua identidade/papel anterior, em que todas as instâncias do movimento, desde as comissões de base até as instâncias nacionais, são exercidas coletivamente, na forma de colegiado, sem distinção de poder, com o objetivo único de explicitar a luta, pressionar governantes e mobilizar a opinião pública sobre a questão da terra, até alcançar a situação de assentado. O acampamento é entendido pelo movimento social como um espaço privilegiado de formação dos futuros assentados. (Caldart *et al.*, 2004; Figueiredo; Pinto, 2014).

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o termo “assentamento” refere-se a um grupo de pessoas que trabalham em prol da agricultura, instaladas pelo próprio órgão em um imóvel rural, onde há também áreas de uso comunitário e espaços destinados à construção de estruturas coletivas, como igrejas, centros comunitários, agroindústrias, escolas, unidades de saúde, entre outros. Toda área de reforma agrária conta com locais de preservação ambiental, como Área de Reserva Legal (ARL) e Área de Proteção Permanente (APP) (Diretoria de Projetos de Assentamentos, 2020).

No geral, o assentamento de pessoas é um indicativo de que a terra já foi conquistada, advinda da resposta do Estado à pressão exercida pelos movimentos sociais durante o período de acampamento, constituindo-se como uma tentativa de intervenção e controle estatal sobre os conflitos sociais. É a partir daí que se começa a planificar uma nova comunidade, com novas relações sociais — relações estas construídas sobre valores de igualdade, justiça social, sem discriminação e livres do autoritarismo e da opressão (Caldart *et al.*, 2004; Figueiredo; Pinto, 2014).

O território, localizado em Mosqueiro-PA, é um exemplo marcante da luta pela reforma agrária no Pará e no Brasil. A história desse assentamento está intrinsecamente ligada às lutas e conquistas

dos trabalhadores rurais que buscavam uma vida digna no campo. Neste artigo, iremos explorar a história do Assentamento Paulo Fonteles, desde suas origens até os desafios enfrentados atualmente. As origens da luta e o nome do assentamento são uma homenagem a Paulo Fonteles, um dos líderes do MST (Movimento Sem Terra) no Pará, que foi assassinado em 1987 por denunciar a violência no campo na região. Sua luta e seus ideais foram fundamentais para a criação do assentamento, e seu nome simboliza a resistência da comunidade e a luta por uma sociedade mais justa.

A história do Assentamento Paulo Fonteles tem suas raízes nas décadas de 1970 e 1980, um período marcado por intensas mobilizações dos trabalhadores rurais em todo o país. Nesse contexto, a região da Ilha de Mosqueiro, em Belém – Pará, não foi exceção. Os trabalhadores rurais da região, inspirados pelos movimentos sociais e sindicais, começaram a se organizar em busca de terra para trabalhar e viver.

Em meados da década de 1990, um grupo de trabalhadores rurais decidiu ocupar um grande latifúndio na Ilha de Mosqueiro, dando início ao que viria a ser o Assentamento Paulo Fonteles. Essa ocupação foi uma resposta à falta de acesso à terra e à ausência de políticas públicas efetivas para a reforma agrária na região.

Após anos de luta e resistência, o Assentamento Paulo Fonteles conseguiu avançar no processo de regularização fundiária. A regularização fundiária é um processo complexo, que envolve a identificação e a demarcação das terras ocupadas, bem como a titulação definitiva para os assentados. No caso do assentamento, a regularização fundiária foi um marco importante na história. Por meio do programa de reforma agrária, as famílias que viviam no território tiveram seus lotes regularizados, o que garantiu a segurança jurídica e o direito de permanecer na terra.

Apesar das conquistas alcançadas, Paulo Fonteles ainda enfrenta uma série de desafios. Um dos principais é a falta de infraestrutura básica, como acesso à água potável, energia elétrica e estradas adequadas. Essa carência dificulta o desenvolvimento das atividades produtivas no assentamento.

Além disso, o assentamento também enfrenta problemas relacionados à comercialização da produção agrícola. A falta de canais de escoamento, de apoio técnico e financeiro limita a capacidade dos agricultores que residem nessa comunidade de comercializar seus produtos de forma eficiente e lucrativa.

Portanto, o objetivo deste artigo é obter uma análise exploratória com a finalidade de evidenciar o Assentamento Paulo Fonteles, localizado na Ilha de Mosqueiro, Belém – PA, por meio de sua história e das lutas empreendidas, para que haja visibilidade por parte dos governantes e uma nova ótica sobre essas pessoas, que, além de carregarem o estigma de “assentados”, ainda enfrentam situação de vulnerabilidade socioeconômica.

2. METODOLOGIA

Para a metodologia, foi utilizado o aplicativo de Análise de Vulnerabilidade Socioeconômica e Ambiental (SEA), tomando-se como base o intervalo de tempo de cinco anos, referente ao período de 2018 a 2023, considerando que esse é o período em que o assentamento foi consolidado. A construção do questionário semiestruturado para avaliação da autonomia do sistema agroecológico teve como objetivo recolher as seguintes informações: água, fertilidade do solo, soberania alimentar, trabalho (quantidade de mão de obra presente na área), conhecimento técnico-produtivo e preparo de área.

Para a coleta de informações referentes à Dimensão Socioeconômica e Ambiental, buscaram-se os seguintes dados: infraestrutura, acesso à água, moradia, trabalho agrícola, mobilidade, participação na renda, comercialização, acesso às políticas públicas, conhecimento técnico-produtivo, recursos naturais disponíveis, contaminação do solo e leis de acordos. Cada um dos atributos foi avaliado com base em um escore que seguiu a seguinte classificação: 01 – muito baixo; 02 – baixo; 03 – médio; 04 – alto; e 05 – muito alto.

Fez-se uma comparação entre os dois períodos analisados (Oliveira *et al.*, 2019). Durante o processo de levantamento de dados referentes à metodologia SEA no Paulo Fonteles, as informações inseridas nos questionários levaram em conta a percepção dos assentados, bem como a observação em campo, por parte da equipe, para cada um dos atributos estudados. Após a classificação com base na atribuição dos escores em cada uma das variáveis, utilizaram-se cálculos para mensurar o índice de progresso ou declínio de cada dimensão, com o objetivo de realizar a análise regressiva (Oliveira *et al.*, 2019).

Para o cálculo do índice da dimensão SEA, utilizou-se a metodologia de Oliveira et al. (2019), na qual foi realizado o somatório dos escores atribuídos a cada um dos atributos de cada dimensão analisada, dividindo-se pela soma total de escores possíveis (05 – muito alto). A fórmula pode ser representada da seguinte maneira:

$$I = (e1 + e2 + e3 + e4 + \dots + en) \times 1 / (a \times 5),$$

sendo:

I = Índice da dimensão SEA analisada para um determinado período;

e = Escore definido para o atributo analisado;

a = Quantidade de atributos definidos para a dimensão SEA.

Dessa forma, os índices obtidos podem variar de zero a um (0–1), sendo que, quanto mais próximo de um (1) for o índice, melhor será a avaliação da dimensão SEA; e quanto mais próximo de zero (0), pior será a avaliação (Oliveira *et al.*, 2019).

Os índices obtidos para os dois períodos avaliados forneceram resultados quantitativos que permitiram demonstrar se a área, objeto do estudo, apresentou desenvolvimento ou declínio para a dimensão avaliada ao longo do tempo. O georreferenciamento da área de estudo ocorreu por meio da marcação de pontos para a delimitação das

áreas que apresentaram sistemas agroecológicos, sendo utilizado um GPS modelo Garmin Etrex 10 para a coleta das coordenadas. Após a coleta em campo, os dados foram processados para a geração dos mapas temáticos por meio do software ArcGIS 10.5, no Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Federal do Pará – FTG.

Os problemas enfrentados pelos moradores do assentamento Paulo Fonteles são, basicamente, os mesmos enfrentados na maioria dos assentamentos: a falta de políticas públicas inclusivas, a ausência de saneamento básico, a inexistência de coleta e descarte adequados de resíduos sólidos, a precariedade da educação para as faixas etárias existentes no assentamento e a carência de políticas de incentivo à produção agrária (como o crédito rural), entre outros problemas que afetam a vida de mais de 50 famílias, que lutam pela sobrevivência, muitas vezes em situação insalubre.

Norder (1997) chama a atenção para os problemas metodológicos que se registram nas avaliações dos assentamentos rurais, principalmente no cálculo da renda, tais como:

1. A definição da abrangência do conceito de renda, a forma de mensuração do autoconsumo produtivo ou alimentar e demais formas de ingresso monetário, como o assalariamento externo e a previdência social;
2. A complexidade na formação dos custos de produção e a diversidade na comercialização da produção;
3. A valorização profissional da área pelo trabalho;
4. A utilização de relações informais familiares e comunitárias de trabalho, como o mutirão, a ajuda mútua e a troca de dias, reduzindo a necessidade de pagamento de trabalho adicional em dinheiro, alterando assim os custos de produção e, portanto, a renda;
5. A tênue articulação com outros indicadores sociais e econômicos. No assentamento em questão, os moradores são

independentes, possuem duas associações, porém não conseguem créditos para financiar suas produções. A grande maioria das famílias é composta por mulheres que recebem ajuda dos programas federais, como o Bolsa Família.

É com essa renda que muitas famílias sobrevivem com poucos recursos, utilizando suas produções para complementar a renda. Mesmo sem recurso pecuniário, essas famílias conseguem se ajudar de forma coletiva: fazem seus roçados, preparam seus terrenos e realizam seus plantios para comercializar no centro da Ilha de Mosqueiro.

As políticas públicas desempenham um papel fundamental na história do Paulo Fonteles, por meio de programas de reforma agrária e de apoio à agricultura familiar. O governo tem a responsabilidade de garantir condições adequadas de vida e trabalho no campo. No entanto, a implementação efetiva dessas políticas ainda é um desafio.

A falta de recursos, a burocracia e a ausência de articulação entre os diferentes órgãos governamentais são algumas das barreiras que dificultam a efetividade das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e a reforma agrária.

A importância da organização coletiva, ao longo da história do assentamento, foi fundamental para a conquista de direitos e para a superação de desafios. Por meio de associações e cooperativas, os assentados conseguiram se fortalecer e se organizar para enfrentar as dificuldades e buscar soluções coletivas.

A organização coletiva também foi importante para o desenvolvimento de atividades produtivas diversificadas no assentamento. Através da agroecologia e da produção agroecológica, as pessoas conseguiram diversificar a produção e garantir a segurança alimentar das famílias.

3. RESULTADOS

Apesar dos desafios enfrentados, o assentamento tem um futuro promissor: por meio da organização coletiva, da busca por alternativas sustentáveis de produção e do fortalecimento das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, pode se tornar um exemplo de desenvolvimento rural sustentável.

De acordo com a Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012, que trata da proteção da vegetação nativa, o assentamento deve ter uma ARL (Área de Reserva Legal) localizada no interior de cada propriedade ou posse rural.

O Assentamento Paulo Fonteles foi dividido em 60 lotes, com tamanhos que variam entre os assentados, os quais podem utilizar até 20% de suas áreas para plantio ou criação de animais. Em sua maioria, a terra é utilizada para o cultivo de açaí, abóbora, verduras e outros alimentos. De acordo com moradores do assentamento, o foco principal atualmente é a plantação de açaí, visando à produção em grande escala e ao fornecimento para estabelecimentos que trabalham diretamente com o fruto.

Além disso, há o sonho de desenvolver passeios ecoturísticos dentro da APP, o que evidencia o grande potencial para o desenvolvimento de trilhas ecológicas e para a prática de canoagem no rio Santana, que circunda o assentamento, apresentando áreas de matas ciliares praticamente todas preservadas.

Por outro lado, a falta de apoio das políticas públicas também tem impactado o desenvolvimento do Assentamento Paulo Fonteles de diferentes maneiras. De acordo com estudos bibliográficos e dados coletados em campo, foi identificada uma dimensão dupla denominada Socioeconômico e Ambiental e Empoderamento e Políticas Públicas, a qual corresponde à problemática geral do assentamento, conforme demonstram as Tabelas 1 e 2, com os respectivos atributos, escores, caracterização e o Índice da Dimensão/Autonomia.

Tabela 1 – Caracterização

Caracterização socio-econômico e ambiental	Ano referência	Ano Atual
	2018	2023
Infraestrutura (saúde, escola, estrada)	2	2
Acesso à água	2	4
Moradia	1	3
Trabalho agrícola	3	3
Mobilidade	2	3
Participação na renda e comercialização	4	4
Acesso à políticas públicas	2	3
Conhecimento técnico produtivo	2	3
RN disponível	5	5
Contaminação do solo	1	2
Leis, acordos e código florestal	4	3
Diversificação de cultivo	4	4
Índice de Autonomia (0-1)	1,07	1,30

Fonte: Elaborada pelos autores.

A respeito da preservação da mata nativa, as informações indicam que alguns lotes já avançaram com a roça, ultrapassando a ARL, o que tende a se intensificar devido à própria ausência do poder público. É importante frisar que toda expansão agrícola leva ao desmatamento e à degradação ambiental, afetando a biodiversidade e os recursos naturais.

Essas questões socioambientais podem comprometer a qualidade de vida dessas famílias e a sustentabilidade do assentamento. Observa-se, na Tabela 2, que os atributos avaliados para a dimensão Empoderamento e Políticas Públicas apresentaram variação ao longo do intervalo de tempo analisado. O índice passou de 0,40 em 2018 para 0,57 em 2023, o que representou um crescimento percentual de aproximadamente 40,6% no período considerado.

Tabela 2 – Dimensão 2: Empoderamento e Políticas Públicas

Dimensões - EMPODERAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS	Ano referência	Ano Atual
	2018	2023
Atuação do poder público local	1	1
Participação nas decisões de gestão dos RN e políticas locais	3	4
Participação na renda e comercialização	2	3
Capacidade de acesso á políticas públicas	1	1
Soberania alimentar	3	5
Conscientização (direitos, recursos, e oportunidades) sobre praticas de negocio	2	3
Índice de Autonomia (0-1)	0,40	0,57

Fonte: Elaborada pelos autores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

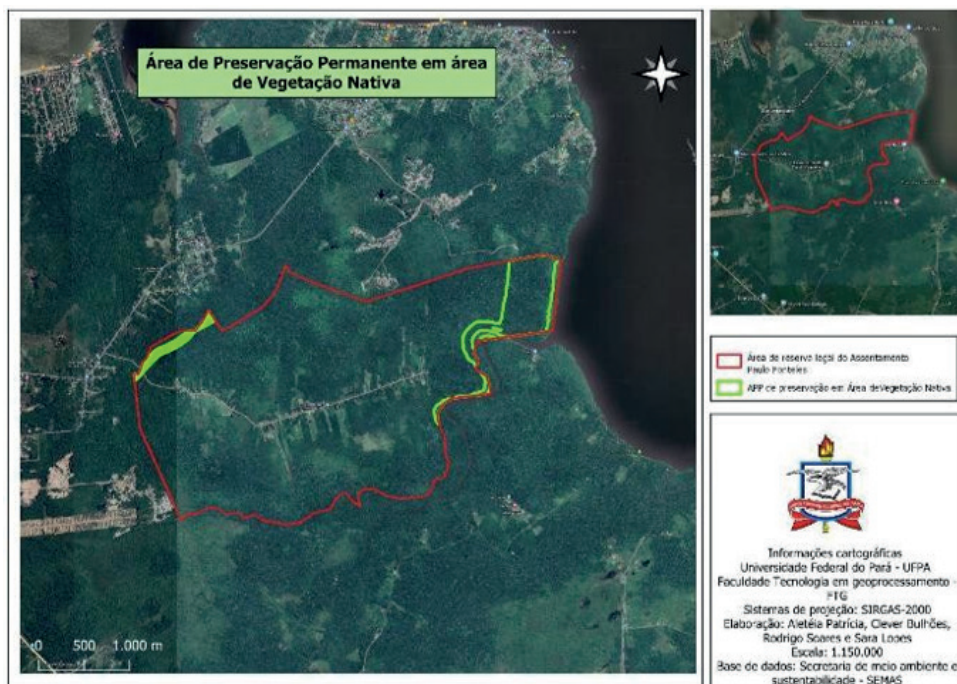
Desse modo, são fundamentais o apoio e o envolvimento de diferentes atores sociais, como os provedores de serviços: INCRA, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER), Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR), outras organizações não governamentais (MST) e a sociedade civil. A união e a solidariedade são essenciais para superar os desafios e construir um futuro melhor para os assentados do Paulo Fonteles — é uma história de luta, resistência e superação. Os assentados enfrentaram desafios e dificuldades, mas também conquistaram vitórias e transformaram suas vidas e suas comunidades.

No entanto, a história do Paulo Fonteles também é um lembrete da necessidade contínua de lutar pela reforma agrária e pelos direitos dos trabalhadores rurais. A luta pela terra e pela dignidade no campo é uma luta que ainda está longe de ser vencida, mas que deve ser continuamente travada em busca de uma sociedade mais justa e igualitária no que diz respeito à vivência na Amazônia brasileira.

As políticas públicas de inclusão precisam se fazer presentes para esse povo que luta para sobreviver e resiste na Amazônia.

Existem programas de inclusão, como a agricultura familiar, o Fome Zero, entre outros, que infelizmente passam longe das pessoas de assentamentos rurais.

Figura 1 – Legenda



Fonte:

REFERÊNCIAS

- ANGROSINO, M. V. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ARRUDA, J.; ARRAES, N. A. M. Análise do programa de hortas comunitárias em Campinas-SP. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, [S. l.], v. 9, n. 1, 2011. Disponível em: <https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/147>. Acesso em: 30 jul. 2024.

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Assentamentos**. INCRA, 28 jan. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso em: 29 jul. 2023.
- FIGUEIREDO, G. C.; PINTO, J. M. de R. campamento e assentamento: participação, experiência e vivência em dois momentos da luta pela terra. **Psicol. Soc.**, v. 26, n. 3, dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/ykySVmhYVqbS5xLY7TrtRmh/>. Acesso em: 29 jul. 2023.
- LEITE, S. P.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. Impactos econômicos dos assentamentos rurais no Brasil: análise das suas dimensões regionais. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, Minas Gerais, v. 22, n. 1, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/1574>. Acesso em: 30 jul. 2024.
- MELO, T. G. de; SCOPINHO, R. A. Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis. **Revista Sociedade e Estado**, v. 33, n.1, jan./abr. 2018.
- MIRALHA, W. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera**, n. 8, p. 151-172, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i8.1445>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- NORDER, L. A. C. **Assentamentos rurais: casa, comida e trabalho**. 1997. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- PANTOJA, R. C. P. **Assentamento Paulo Fonteles: entre o campo e a cidade**. In: Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Belém: Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, 2011. p. 83-94.

GT4: POVOS DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS – DAS RELAÇÕES SUSTENTÁVEIS COM A NATUREZA À AMEAÇA DE DESAPARECIMENTO

Resiliência climática e saberes tradicionais: estratégias de adaptação da agricultura familiar no Marajó

Denis Conrado⁵⁷

Lanna Peixoto⁵⁸

Kamila Leão⁵⁹

1. INTRODUÇÃO

No coração da Amazônia, berço da mais rica biodiversidade do planeta, comunidades tradicionais tecem uma complexa teia de relações que transcende a simples sobrevivência, configurando-se

⁵⁷ Engenheiro Florestal e Dr. em Ecologia / Coordenador de Monitoramento e Avaliação da Fundação Avina. E-mail: denis.conrado@avina.net.

⁵⁸ Cientista Social e Dra. em Antropologia/ Coordenadora de projeto da Fundação Avina. E-mail: lanna.peixoto@avina.net.

⁵⁹ Engenheira Agrônoma e Dra. em Ecologia/ Coordenadora Regional do Instituto Belterra. E-mail: kamila.leao@belterra.com.br.

como verdadeiras guardiãs da resiliência ecossistêmica. Segundo Noda (2006), a agricultura familiar amazônica se define por uma produção diversificada que não apenas garante segurança alimentar, mas também proporciona estabilidade aos sistemas produtivos, independentemente das oscilações do mercado.

A floresta, mais do que um mero recurso natural, constitui-se como um organismo vivo e dinâmico, no qual cada elemento está intrinsecamente conectado. Como destaca Peixoto (2020), “toda planta tem Alguém com ela”, revelando uma cosmologia que compreende a natureza não como um recurso a ser explorado, mas como um sistema de relações complexas e sagradas. Nesse contexto, a sustentabilidade emerge não como um conceito abstrato, mas como uma prática cotidiana de interação e cuidado.

O projeto Marajó Resiliente, coordenado pela Fundación Avina, mergulha nessa complexidade por meio de um diagnóstico participativo que revela estratégias adaptativas desenvolvidas por agricultores familiares nos municípios de Soure, Cachoeira do Arari e Salvaterra. Diaz (2018) argumenta que a resistência dessas comunidades não é apenas uma resposta às mudanças climáticas, mas uma forma de fazer crescer e preservar modos de vida tradicionais.

A resiliência climática, conforme Acosta (2019), vai além da mera adaptação técnica; representa uma oportunidade de reimaginar mundos possíveis, nos quais a relação ser humano-natureza seja de complementaridade, e não de dominação. No Marajó, essa visão se materializa em práticas como o manejo de quintais diversificados, sistemas agroflorestais e técnicas tradicionais de conservação de sementes. Homma (2007) destaca a importância econômica e ecológica dessas práticas, especialmente no manejo do açaizeiro, demonstrando como os conhecimentos tradicionais podem ser estratégicos para a conservação ambiental e a produção sustentável. As comunidades não apenas sobrevivem às mudanças climáticas, mas reinventam constantemente suas relações com o território.

Este estudo revela que a floresta amazônica não é apenas um patrimônio natural, mas um patrimônio cultural vivo, no qual cada planta, cada técnica de cultivo, cada estratégia de manejo representa um elo entre passado, presente e futuro. A sustentabilidade, nesse contexto, deixa de ser um conceito externo e se torna uma prática orgânica, nascida da observação, do respeito e da profunda conexão com os ciclos da natureza.

2. METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido como uma pesquisa qualitativa de caráter participativo, com abordagem metodológica inovadora, realizada na Ilha do Marajó, nos municípios de Soure, Cachoeira do Arari e Salvaterra, entre 30 de junho e 3 de setembro de 2024, totalizando 45 dias de atividades de campo.

A estratégia metodológica central fundamentou-se no Diagnóstico Rural Participativo (DRP), uma abordagem que valoriza os saberes locais e promove a participação ativa dos agricultores no processo de investigação. Foram realizadas 10 reuniões de DRP, envolvendo 231 participantes, sendo 60% mulheres e 40% homens, representando uma diversidade significativa de comunidades e sistemas produtivos.

A seleção dos participantes ocorreu de forma coletiva e participativa, priorizando agricultores reconhecidos como “especialistas” em suas comunidades. Esses especialistas foram identificados durante as reuniões de DRP, considerando sua expertise em adaptação produtiva e conhecimento tradicional. Ao final do processo, 50 agricultores foram entrevistados em profundidade, representando 30 comunidades distintas.

O instrumental de pesquisa foi estruturado por meio de um questionário abrangente, contemplando dimensões socioeconômicas, produtivas e de percepção climática. As entrevistas, com duração média de 1h30, foram realizadas mediante consentimento livre e esclarecido, com registro em áudio e acompanhadas de visitas às

áreas produtivas, para documentação fotográfica e observação direta das práticas adaptativas.

A metodologia de coleta de dados combinou técnicas qualitativas complementares: i) entrevistas semiestruturadas; ii) observação participante; iii) registro fotográfico; iv) e v) mapeamento das práticas produtivas. Essa abordagem múltipla permitiu uma compreensão complexa e multidimensional das estratégias de adaptação desenvolvidas pelos agricultores familiares. As categorias de análise foram construídas a partir dos próprios dados coletados, contemplando percepção climática, práticas adaptativas, sistemas produtivos, identidades socioculturais e estratégias de resiliência.

Um aspecto metodológico inovador foi o reconhecimento dos agricultores como protagonistas e produtores de conhecimento, superando perspectivas tradicionais de pesquisa que os tratam como meros objetos de estudo. Essa abordagem dialógica e horizontal permitiu uma compreensão mais rica e complexa das dinâmicas de adaptação climática. O referencial teórico-metodológico dialogou com abordagens como a etnografia, a pesquisa-ação e as epistemologias do Sul, buscando valorizar conhecimentos tradicionalmente marginalizados e promover uma compreensão mais horizontal e simétrica dos saberes locais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO: RESILIÊNCIA CLIMÁTICA NA AMAZÔNIA MARAJOARA

As transformações climáticas contemporâneas representam um desafio global complexo, especialmente para comunidades tradicionais amazônicas. No contexto do Marajó, a pesquisa revelou uma realidade alarmante: 92% dos agricultores familiares identificaram mudanças significativas no padrão climático, corroborando as projeções de Marengo e Espinoza (2016) sobre a intensificação de eventos extremos na Amazônia. A percepção local converge com modelos científicos que apontam para alterações crescentes nos regimes de

temperatura e precipitação, configurando um cenário de profunda instabilidade ecológica.

Os impactos observados transcendem a dimensão meramente produtiva, representando uma ameaça existencial aos modos de vida tradicionais. Noda (2006) já destacava a vulnerabilidade dos sistemas agrícolas familiares, e os dados coletados confirmam essa fragilidade: 88% dos agricultores relataram prejuízos diretos em suas produções. As espécies mais sensíveis — açaí, coco e cupuaçu — simbolizam não apenas perdas econômicas, mas a erosão de um patrimônio cultural e biológico profundamente interconectado.

As estratégias adaptativas desenvolvidas pelas comunidades marajoaras emergem como um complexo sistema de resiliência socioecológica. Segundo Acosta (2019), essas práticas representam mais do que meras técnicas de sobrevivência; configuram-se como verdadeiras epistemologias de resistência. O manejo de quintais diversificados, as técnicas de cobertura morta, o cultivo consorciado e métodos inovadores de irrigação demonstram uma sofisticada capacidade de reinvenção, alinhando-se ao conceito de “bem viver” proposto pelo autor.

A dimensão climática no Marajó revela-se multifacetada, com 73,5% dos agricultores identificando ondas de calor em períodos irregulares. Essa constatação dialoga diretamente com as projeções do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2022), que prevê a intensificação de eventos extremos em regiões tropicais. A pesquisa evidencia que tais transformações não são apenas fenômenos meteorológicos, mas processos que reconfiguram integralmente os sistemas socioambientais.

As práticas adaptativas documentadas representam um verdadeiro laboratório de inovação socioecológica. O uso de técnicas como gotejamento com garrafas PET, barreiras vivas contra ventos e cultivo de espécies resistentes demonstra uma capacidade de adaptação que vai além de estratégias convencionais. Homma (2007) já sinalizava a importância do conhecimento tradicional para a

resiliência amazônica, e os resultados confirmam essa perspectiva, revelando comunidades que não apenas respondem às mudanças, mas as antecipam e ressignificam.

A vulnerabilidade climática se expressa de forma complexa: 50% dos agricultores notaram transformações significativas nos últimos três anos, com impactos diretos em 30 diferentes espécies cultivadas. As chuvas intensas, secas prolongadas e ventos fortes não representam apenas desafios produtivos, mas ameaças à segurança alimentar e cultural dessas comunidades. Diaz (2018) defende que essa resiliência é uma forma de resistência política, em que cada prática adaptativa reafirma a existência e o direito à autodeterminação.

É fundamental compreender que essas estratégias não são improvisações, mas resultado de gerações de observação, experimentação e transmissão de conhecimentos. Peixoto (2020) ressalta que “toda planta tem Alguém com ela”, evidenciando uma visão de mundo em que a adaptação climática não é apenas uma técnica, mas uma relação profunda e espiritual com o território.

Os resultados desafiam narrativas convencionais de vulnerabilidade, apresentando comunidades amazônicas como protagonistas de sua própria transformação. A resiliência climática no Marajó configura-se como um processo dinâmico de reinvenção cultural, no qual conhecimento tradicional, inovação tecnológica e conexão ecológica se entrelaçam para garantir não apenas a sobrevivência, mas a continuidade de modos de vida fundamentalmente conectados com a natureza.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diagnóstico socioambiental realizado no arquipélago do Marajó representa um marco fundamental na compreensão das estratégias de resiliência climática desenvolvidas por agricultores familiares em um dos ecossistemas mais complexos e vulneráveis do planeta. Mais do que um estudo científico, a pesquisa revelou-se um processo de

reconhecimento e valorização dos saberes tradicionais que desafiam paradigmas convencionais de adaptação às mudanças climáticas.

As evidências coletadas demonstram que as comunidades marajoaras não são meras vítimas passivas das transformações ambientais, mas protagonistas ativas de um processo complexo de reinvenção socioecológica. A resiliência emerge não como um conceito abstrato, mas como uma prática cotidiana de resistência, criatividade e profunda conexão com o território. Os resultados convergem para uma compreensão multidimensional da adaptação climática, na qual estratégias produtivas, conhecimentos tradicionais e identidade cultural se entrelaçam de forma indissociável. Cada prática adaptativa — seja o manejo de quintais diversificados, as técnicas de irrigação inovadoras ou o cultivo consorciado — representa um ato de resistência que transcende a mera sobrevivência econômica.

**Figura 1 – Principais registros das práticas.
Diagnóstico Rápido Participativo (DRP)**



Fonte: Fundação Avina e Instituto Belterra.

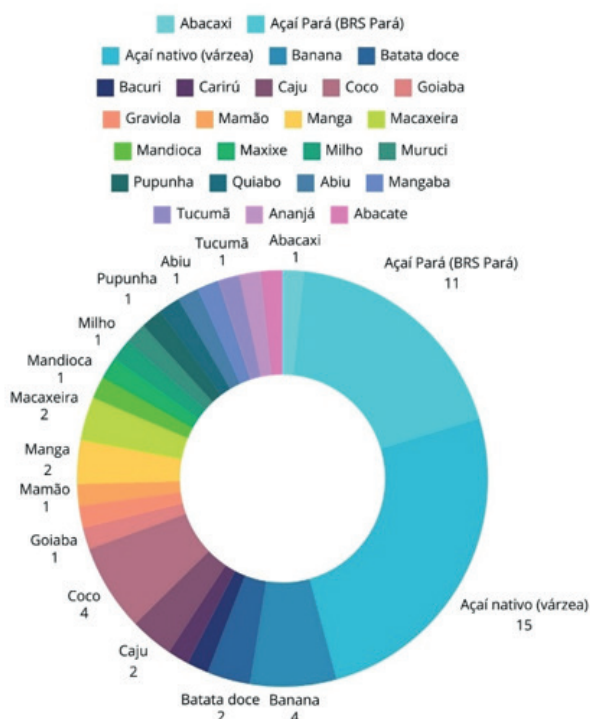
TABELA E GRÁFICOS

Tabela 1 – Arranjos de sistemas produtivos

Sistemas produtivos combinados	Menções
Quintal e horta	7
Quintal e roça mista	5
Quintais, roça mista e horta	5
Extrativismo, roça, horta e quintais	3

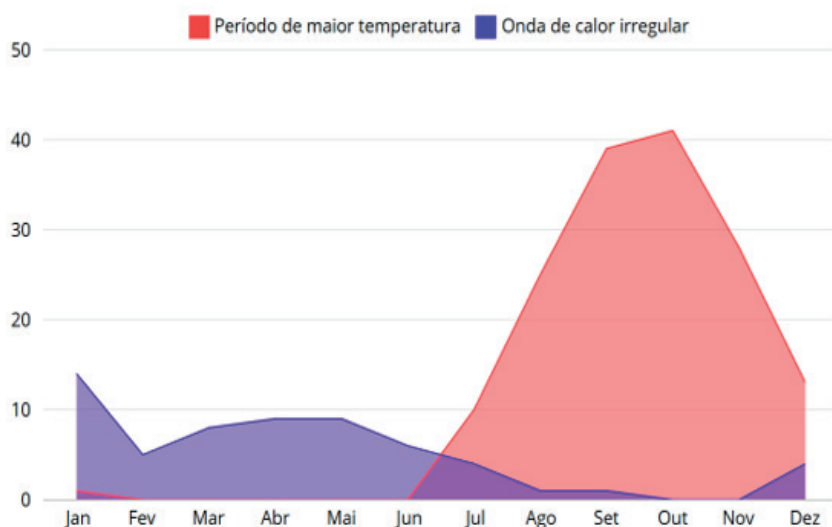
Fonte: Elaborada pelos autores.

Gráfico 1 – Espécies resistentes a eventos de chuvas intensas



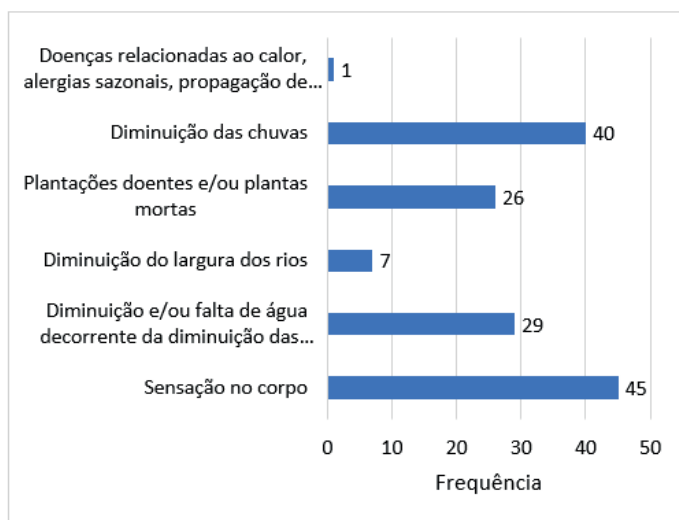
Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 2 – Períodos de temperaturas altas e irregulares



Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 3 – Consequências das altas temperaturas



Fonte: Elaborado pelos autores.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- DIAZ, R. P. de O. Resistência e resiliência: fazer crescer em um quilombo marajoara. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 31., 2018, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2018.
- HOMMA, A. K. O. *et al.* **Custo operacional de açazeiro irrigado no Nordeste Paraense**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2006.
- HOMMA, A. K. O. **Agricultura na Amazônia**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2007.
- MARENGO, J. A.; ESPINOZA, J. C. **Mudanças climáticas na Amazônia**. [S. l.: s. n.], 2016.
- NODA, H. **Agricultura familiar na Amazônia, segurança alimentar e agroecologia**. Manaus: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, 2006.
- PEIXOTO, L. B. L. **“Toda planta tem Alguém com ela”**: sobre mulheres, plantas e imagens nos quintais de mangueiras. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.
- PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – IPCC. **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report. Genebra: IPCC, 2022.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO MUNICÍPIO DE MOJU

Keyla Tamires de Araújo Souza⁶⁰

Messias Furtado da Silva⁶¹

Neuziane Carvalho da Silva⁶²

RESUMO

Este trabalho apresenta a experiência de discentes e docentes do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Pará, Campus Moju, no desenvolvimento do Projeto de Extensão “Educação em Direitos Humanos no Município de Moju”. O projeto teve como público-alvo estudantes do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública da periferia do município de Moju, com o objetivo de contribuir para a formação de uma geração de crianças e jovens defensores dos direitos humanos, ambiental e socialmente responsáveis. O projeto foi desenvolvido por meio de oficinas pedagógicas que aliaram direitos humanos, preservação ambiental e respeito às pessoas, com dinâmicas e atividades que pudessem prender a atenção das crianças. Apesar do retraimento inicial, no decorrer das atividades os alunos se sentiram

⁶⁰ Discente do curso de Pedagogia – Universidade do Estado do Pará – Campus Moju.
E-mail: keyla.souza@aluno.uepa.br.

⁶¹ Docente do curso de Pedagogia – Universidade do Estado do Pará – Campus Moju.
E-mail: messiasfurtado@uepa.br.

⁶² Discente do curso de Pedagogia – Universidade do Estado do Pará – Campus Moju.
E-mail: neuziane.silva@aluno.uepa.br.

mais confiantes, desenvolveram bem as propostas e alcançaram os resultados esperados.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Educação; Meio ambiente ecologicamente equilibrado.

1. INTRODUÇÃO

O Artigo 225 da Constituição Federal de 1988 descreve que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Vê-se, no dispositivo, que o direito de viver em um ambiente ecologicamente equilibrado é intergeracional, imputando à geração atual o dever de cuidar para que as gerações futuras possam usufruir desse direito fundamental. Aliada à questão ambiental, emerge no Brasil uma preocupação constante com a garantia de direitos fundamentais previstos na Carta Constitucional de 1988, especialmente no que se refere às populações do interior, cujo acesso a tais direitos é dificultado pela falta de conhecimento.

A história nos mostra que houve períodos em que os seres humanos não possuíam os mesmos direitos, como: as pessoas negras, que eram escravizadas e tratadas como propriedade por seus senhores; os judeus, que eram perseguidos e mortos; as mulheres, que recebiam bem menos que os homens; entre outras violações. No entanto, no ano de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estabelecia que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

No Brasil, com a promulgação da Constituição de 1988, popularizada como “Constituição Cidadã”, foi assegurado o Princípio da Isonomia a todos os brasileiros e estrangeiros residentes em território nacional. Segundo o Art. 5º da Constituição Federal de 1988,

“todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil, 1988).

Assim, a formação das gerações jovens dentro de um espírito de responsabilidade social e ambiental é fundamental. O Projeto de Extensão “Educação em Direitos Humanos no Município de Moju” se insere nesse esforço. Neste trabalho, apresentamos a experiência vivenciada por alunos da turma de Pedagogia 2023 da UEPA-Moju na formação em direitos humanos de estudantes das séries iniciais do ensino fundamental, na certeza de que a construção de uma sociedade justa e fraterna depende do esforço de cada um e de todos.

2. METODOLOGIA

Para a execução do projeto de extensão, foi escolhida a Escola Municipal Pedro Gomes Nery, localizada em um bairro periférico da cidade de Moju. A escolha dessa escola como campo de atuação teve como objetivo dissociar o estigma pejorativo de que escola pública em bairro periférico seja sinônimo de educação de má qualidade — percepção muitas vezes reproduzida pela população. Procurou-se também promover, junto às crianças, o conhecimento de seus direitos e deveres enquanto cidadãos.

O desenvolvimento do projeto obedeceu às seguintes fases:

01. Capacitação da Equipe Executora como agentes multiplicadores de conhecimentos sobre direitos humanos: desenvolvida por professores da Universidade do Estado do Pará, abrangeu o estudo do desenvolvimento dos direitos humanos no mundo, as gerações de direitos humanos, os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, os grupos especialmente vulneráveis que carecem de maior atenção quanto aos direitos humanos (indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência), o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e estratégias para trabalhar essas temáticas com crianças do 4º ao 5º ano.

02. Oficina de Direitos Humanos: realizadas com alunos do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental que participam do Programa Escola de Tempo Integral. Foram desenvolvidas no contraturno e abrangeram as seguintes temáticas:

- O que são Direitos Humanos;
- As gerações de Direitos Humanos;
- Os direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988;
- Direitos Humanos, meio ambiente ecologicamente equilibrado e responsabilidade intergeracional;
- Os Direitos Humanos e os grupos especialmente vulneráveis.

As oficinas foram realizadas em três etapas, com três horas de duração cada, ao longo de três semanas, nos turnos matutino e vespertino. Para a realização das atividades, foram utilizados slides, televisão, cartilhas, papel quarenta quilos, papel cartão, caixa de papelão decorada, caneta para quadro branco, lápis de cor e giz de cera.

3. OFICINAS DE DIREITOS HUMANOS

PRIMEIRO DIA:

No primeiro dia, nos apresentamos para as crianças e explicamos o motivo de estarmos ali. Em seguida, organizamos a sala em um semicírculo para que os alunos tivessem melhor visibilidade dos slides que seriam utilizados. Depois, pedimos para que as crianças se apresentassem, dizendo o nome, a idade e onde moravam. Na sequência, distribuímos revistas em quadrinhos *Os Direitos Humanos*, de Ziraldo.

Perguntamos às crianças o que elas entendiam por direitos humanos e algumas demonstraram ter um conhecimento prévio

sobre o assunto, dizendo que eram “direito de estudar”, “direito de comer”, “os três poderes”; outras, no entanto, desconheciam o tema. Após esse breve diálogo, apresentamos slides sobre os direitos humanos, procurando sempre interagir com as crianças para promover um aprendizado mais participativo.

Encerramos a atividade do dia com uma dinâmica voltada ao fortalecimento do espírito coletivo. Apresentamos às crianças a brincadeira da garrafa, que consistia em colocar uma garrafa no chão, amarrar barbantes em uma caneta e pedir que cada criança segurasse uma ponta do barbante, formando uma espécie de teia. No centro dessa teia havia uma caneta, e as crianças deveriam cooperar para colocá-la dentro da garrafa. Essa atividade foi proposta com o intuito de reforçar a comunicação entre os participantes e estimular o trabalho em equipe, uma vez que o sucesso dependia do equilíbrio de forças entre todos.

SEGUNDO DIA:

No segundo dia, tanto no período da manhã quanto no da tarde, foi exibido o filme *Bambi*, que conta a história de um cervo que vive em uma floresta com sua mãe e amigos, até que, um dia, caçadores matam sua mãe e ele precisa contar com a ajuda de seu pai para aprender a viver sozinho.

O filme foi utilizado para chamar a atenção das crianças sobre os prejuízos que a intervenção humana pode causar ao equilíbrio do meio ambiente e à preservação da natureza, fazendo relação com as diversas espécies ameaçadas de extinção na Amazônia pelo tráfico ilegal de animais, bem como com as ameaças do desmatamento, queimadas e da derrubada da floresta natural para o plantio de soja e outros produtos transgênicos.

Após o filme, foi realizada uma socialização com as crianças, na qual foram colocadas perguntas referentes ao filme dentro de uma caixa, fazendo relação com o assunto trabalhado anteriormente. A dinâmica funcionava da seguinte forma: a caixa ficava com uma

criança específica; quando começava a tocar a música, as crianças passavam a caixa de uma para outra; quando a música parava, quem estivesse segurando a caixa retirava uma pergunta e tentava respondê-la de acordo com o que havia aprendido, e assim sucessivamente.

Na exibição do filme, as crianças do período da manhã se mostraram agitadas em alguns momentos, porém, na dinâmica, apresentaram-se bastante proativas, com todos participando e interagindo. Alguns pediram até para retirar o papel mais de uma vez para responder às perguntas. Vale ressaltar que, embora apenas uma criança retirasse o papel em determinado momento, a pergunta era direcionada a todos, e cada um tinha que responder conforme seu entendimento.

No período da tarde, os alunos se mostraram mais retraídos; alguns não se sentiram à vontade para responder às perguntas feitas, mas tentamos incluí-los de alguma forma, pedindo que pelo menos retirassem o papel de dentro da caixa, com o intuito de induzi-los a responder algumas perguntas. Com alguns tivemos êxito, mas com outros não.

TERCEIRO DIA:

No terceiro e último dia, foi aplicada uma atividade que consistiu na construção coletiva de uma “Árvore dos Direitos Humanos”. Após montarmos a árvore, distribuímos círculos coloridos para que as crianças representassem os frutos. Neles, as crianças escreveram seus direitos e os colaram na árvore. Ao final, a árvore foi anexada na parede da sala, simbolizando o aprendizado do grupo.

No desenvolvimento dessa atividade, tanto as crianças do turno da manhã quanto as do turno da tarde se mostraram participativas e empolgadas com a realização do trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação diferenciada das gerações jovens para um olhar mais atento aos direitos humanos, ao meio ambiente equilibrado e

à não discriminação deve estar na pauta dos projetos educativos de escolas e universidades.

Apesar de termos uma Constituição Federal carinhosamente chamada de Constituição Cidadã, ainda são grandes as disparidades regionais, as desigualdades sociais e a discriminação social, o que eleva a responsabilidade dos entes educativos na formação para a cidadania e os direitos humanos das gerações jovens.

No entanto, tal formação precisa ser dinâmica, a ponto de alcançar os objetivos propostos. No Projeto Educação em Direitos Humanos em Moju, a dinâmica utilizada com as crianças proporcionou um aprendizado interativo, explorando o conhecimento prévio sobre o tema abordado e promovendo a reflexão sobre ele. A partir dessas dinâmicas, as crianças puderam compreender quais são os direitos fundamentais das pessoas, que foram sendo construídos ao longo do tempo e estabelecidos por meio de leis nacionais e tratados internacionais.

A interação das crianças, as respostas aos questionamentos e a participação ativa nas atividades propostas demonstraram o quanto o tema direitos humanos é palpável para qualquer faixa etária, desde que as atividades sejam bem planejadas e contem com educadores comprometidos com o desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988.
- FISCHMANN, R. Constituição brasileira, direitos humanos e educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 156-167, 2009.
- ZIRALDO. **Os Direitos Humanos**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH, 2008.

COMUNIDADES TRADICIONAIS EXTRATIVISTAS

Desafios e perspectivas diante das mudanças climáticas

Matheus Silva Azevedo⁶³

Luiz de Jesus Dias da Silva⁶⁴

Palavras-chave: Comunidade tradicional; Mudanças climáticas; Relação sustentável.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a vida em sociedade, já bastante conturbada, tem sido mais impactada em decorrência das mudanças climáticas. Segundo o relatório do clima publicado no site oficial das Nações Unidas, em 2022, foi registrado que a temperatura média global já estava 1,5 °C acima do período pré-industrial, momento da história que precede o início da emissão exacerbada de gases do efeito estufa na atmosfera, principalmente pela mecanização e expansão das indústrias.

Ao observar a realidade de comunidades tradicionais, percebe-se que esses impactos são substancialmente prejudiciais ao seu modo de vida, pois parte da subsistência dessas comunidades depende dos recursos da natureza. Logo, urge a necessidade de se debater tais impactos, que são claramente mais incidentes em populações que

63

64

vivem no campo e na periferia, tais quais foram conceituados pelo reverendo Benjamin Chavis como “racismo ambiental” para designar “a imposição desproporcional – intencional ou não – de rejeitos perigosos às comunidades de Cor” (Silva, 2012, p. 89). Inicialmente, levantou-se um debate voltado às questões raciais, em razão da concentração de pessoas pretas e negras, ditas por ele como pessoas “de cor”, nos espaços periurbanos das cidades; posteriormente, o termo expandiu-se para diversos espaços como um conceito social voltado a designar quaisquer populações e/ou grupos que habitem locais desprovidos ou com pouco atendimento de políticas públicas básicas, como, por exemplo, a deficiência nos serviços de saneamento básico, como ocorre nas comunidades ribeirinhas e quilombolas, e os maiores impactos sofridos por elas frente às mudanças do clima.

Desse modo, esta pesquisa buscou etnografar relatos de moradores da comunidade do Projeto de Assentamento Agroextrativista da reforma agrária, PAE São João Batista, localizado nas ilhas de Abaetetuba, nordeste paraense, quando foi possível perceber que as vivências ribeirinhas tradicionalmente constituídas ali também foram afetadas pelas mudanças climáticas, de modo que os moradores do local precisaram adaptar seu modo de viver para manter sua ligação com o território.

Um aspecto importante a ser abordado, que trará clareza à interpretação dos relatos comunitários acerca do tema, é entender como a comunidade percebe as mudanças climáticas. Sabe-se que temas como “crise climática” e “eventos extremos” são debatidos mundialmente; entretanto, somente uma pequena parcela da população local conhece esses conceitos ou até consegue descrevê-los. Faz-se necessário, para tanto, uma abordagem sobre o tema que abranja os aspectos locais. Em uma fala de Letícia Moraes, vice-presidente nacional do Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS, no encontro do Projeto Conexões Povos da Floresta, em Alter do Chão – Pará (2024), ela trouxe uma reflexão de extrema relevância ao relatar que, na maioria das comunidades, não se entende o

debate através do conceito de “crise climática”, o qual, segundo ela, foi imposto às populações tradicionais, mas que deve acontecer a partir das vivências da comunidade. Ou seja, em sua maioria, o entendimento local não está baseado nos dados científicos, mas sim nos impactos ao seu cotidiano: nas mudanças de hábito forçadas, no sumiço das espécies de peixe, na redução da produtividade das safras anteriores do açaí comparadas com as atuais, na diminuição da prática da tecelagem do matapi⁶⁵ e do parí⁶⁶, em decorrência da escassez do camarão, entre outros diversos processos de perda da cultura local, que ocorrem em função das grandes transformações do clima e que são experienciados e debatidos pelos atores sociais a partir de uma visão cotidiana.

2. METODOLOGIA

No que tange à ação metodológica, optou-se pela utilização do método etnográfico, fundamentando-se na perspectiva de Magnani (2009), que concebe a etnografia como uma abordagem singular. Nessa abordagem, o pesquisador não se limita a observar, mas se imerge no cotidiano do grupo em estudo. Esse envolvimento busca estabelecer conexões entre as teorias do pesquisador e as ideias compartilhadas pelo coletivo, possibilitando a descoberta de novas formas de compreensão.

Nesse contexto, foram adotadas abordagens de coleta de dados que integram a etnografia a uma análise sensível do ambiente. Para a interpretação dos dados, recorreu-se à metodologia da microetnografia, conforme delineado por Garcez, Bulla e Loder (2014). Essa combinação metodológica propiciará uma compreensão mais aprofundada

⁶⁵ Espécie de gaiola fabricada artesanalmente com a tala do jupatí para captura do camarão.

⁶⁶ Espécie de esteira tecida artesanalmente com a tala do jupatí e uma espécie de cipó, “titica”, para captura de peixe.

das dinâmicas sociais e culturais do local em questão, resultando em uma análise mais rica e contextualizada. Ademais, a integração dessas técnicas permitirá a captura de nuances e particularidades frequentemente ignoradas por métodos tradicionais, contribuindo para um entendimento mais holístico da realidade investigada. Essa abordagem não apenas enriquece o estudo, mas também oferece um panorama mais abrangente das interações sociais presentes no cenário da comunidade.

Além disso, buscou-se ainda utilizar entrevistas e conversas informais com os atores comunitários, buscando abstrair-se de uma visão “de perto e de dentro”, como versou Magnani (2009).

3. RESULTADOS

A partir do desenvolvimento da pesquisa, constatou-se que, das mudanças relatadas pelos moradores, uma das mais preocupantes é quanto aos impactos na relação da comunidade com o rio que os cerca, tendo em vista “que, no caso da região amazônica, é via para propiciar os transportes fluviais e, conseqüentemente, as ligações entre localidades, e uma das suas maiores fontes de subsistência, a pesca” (Azevedo; Silva, 2024), além de ser uma forma de lazer, como pode ser observado nos relatos: “Antigamente tomávamos muitos banhos no rio, eram momentos de diversão, também era possível saber as horas de enchente e vazante da maré sem um erro, hoje já não correspondem, como se a maré não seguisse mais o ciclo de antes” (Renata Ribeiro, 19 anos, resposta ao questionário *on-line*, fevereiro 2024).

Essa mudança, nos ciclos sazonais das marés, gera um impacto muito grande no dia a dia das famílias que dele dependem. O que Renata descreve tem relação direta com a existência e subsistência dessas comunidades; por exemplo, uma das fontes de alimento presentes ali é a captura do camarão e a pesca. Através de um conhecimento geracional, os ribeirinhos têm razoável domínio dos ciclos das marés e da influência delas sobre os cardumes de peixes de cada espécie

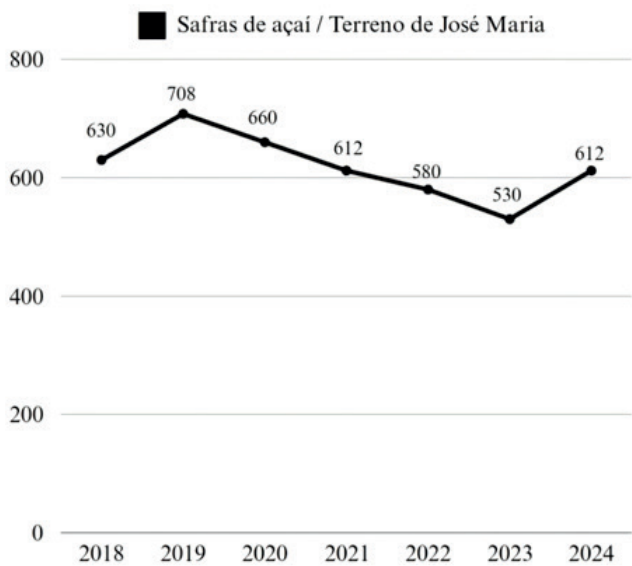
da região, assim como o local ideal para a captura de camarão. Em maré lançante, segundo os pescadores, é mais propício capturar o camarão nas baixas dos igarapés, e, na maré de quebra, o matapi é armado nas margens dos rios, assim como existe a incidência de maiores cardumes das espécies de mapará e pescada. Esse período, antes, durava cerca de 15 a 20 dias; hoje não se tem mais essa precisão (relato retirado de conversas com pescadores da região nos meses de janeiro e fevereiro de 2024).

Ademais, o banho no rio era um dos hábitos mais comuns entre os sujeitos entrevistados, momentos em que as famílias se reuniam para longos banhos, sendo um costume da região. Nos últimos anos, isso vem se perdendo, haja vista que, dentre tantos fatores relatados, como a poluição, também se destacam as altas temperaturas, que causam desconforto quando há exposição, dificultando que esses momentos aconteçam. A partir de relatos como o da jovem Renata Ribeiro, de 19 anos, e de tantos outros do PAE São João Batista, é possível perceber que a perda de costumes como este, que antes eram corriqueiros no cotidiano de comunidades habitantes de áreas insulares, representa impactos ao modo de vida tradicional.

Além dessa mudança, relatam-se também os impactos do aumento da temperatura no solo, que, conseqüentemente, prejudica as plantações. O PAE São João Batista é uma comunidade extrativista, o que significa que parte da sua subsistência se dá através do manejo florestal e da extração de frutos. No caso da região estudada, o fruto mais consumido é o açaí, o qual faz parte da alimentação diária das famílias e é incluído nas refeições principais, assim como é um produto de exportação. Entretanto, no decorrer dos anos, a safra do açaí tem diminuído significativamente, conforme informado por Helena Ribeiro (41 anos), pescadora e extrativista, e por seu José Maria (64 anos), respectivamente: “clima muito quente e menos chuva; maré alta constantemente, isto faz com que a produção agrícola diminua”; “creio que a safra este ano vai cair [...] O que se vê no açaizal é a falha no açaí, cacho miúdo, açaí secando antes de amadurecer, árvores que ainda não produziram”.

Segundo seu José Maria, para garantir uma safra mais proveitosa, é necessário muito cuidado com o solo do açaizal, realizando o manejo sustentável e a não prática da monocultura do açaí, fazendo plantações de diversas outras espécies nativas da região para que possam, segundo suas experiências, formar um substrato mais rico em nutrientes, proveniente das folhas e frutos que se decompõem no solo.

Gráfico 1 – Legenda



Fonte: Elaborado com base nos dados quantitativos fornecidos por José Maria Cardoso, em entrevista.

Ainda podem-se destacar: o aumento e a velocidade da erosão do solo, que afasta as moradias dos ribeirinhos das margens do rio; as grandes ventanias e tempestades, que podem causar danos físicos e materiais pela queda de árvores sobre as palafitas; os impactos ao conforto térmico dentro das casas, que estão cada vez mais quentes por serem desenvolvidas com estrutura simples, o que faz com que seja necessário adquirir eletrodomésticos, como ventilador e até mesmo

ar-condicionado, para manter-se minimamente confortável em suas moradias (informações retiradas de conversas com moradores da comunidade nos meses de janeiro e fevereiro de 2024).

A redução da safra do açaí, relatada por seu José Maria, assim como as falas da jovem Renata e de Helena, expõem uma realidade alarmante em que a comunidade é forçada a buscar outras formas de garantir seu sustento e subsistência, haja vista que não se tem mais segurança na proveniência abundante do pescado e do extrativismo. Além disso, precisam desenvolver alternativas para a adaptação aos processos, cada vez mais graduais, e às mudanças abruptas em seus hábitos e costumes, decorrentes das mudanças do clima, o que, conseqüentemente, afeta o viver tradicional das águas e das matas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depreende-se, portanto, que o modo de vida da comunidade do PAE São João Batista é rico em heranças, tradições e significados que perpassam gerações, e que refletem a vida dos demais povos das águas e das florestas, que resistem às influências externas porque têm raízes intrínsecas à memória e ao emocional do povo que ali habita.

Além disso, o estudo permitiu compreender alguns dos impactos que as transformações climáticas têm causado às pessoas que moram nessa região, haja vista que muitas de suas atividades cotidianas de subsistência dependem exclusivamente da proveniência e do tempo da natureza, assim como de conhecimentos sobre os ciclos, tanto das marés quanto do açaí, entre outros gêneros frutíferos, que, em decorrência dessas transformações, têm mudado abruptamente.

Logo, percebe-se a relevância desta pesquisa, que pode vir a se somar com tantas outras, a fim de estabelecer uma tentativa de documentar tantos viveres e saberes presentes em comunidades tradicionais como a do PAE São João Batista, no rio Campompema, na Amazônia Brasileira, assim como alertar a possibilidade do sumiço dessas tradições, às dificuldades enfrentadas pela comunidade e à

importância de se buscar entender - ou pelo menos refletir - sua relação sustentável com o meio ambiente e aplicá-la como base de estratégias ambientais, podendo ser um dos vieses pelos quais é possível mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

REFERÊNCIAS

- AUGOYARD, J.-F. Vers uma estética das Ambiances. *In*: AMPHOUX, P.; THIBAUD, J.-P.; CHELKOFF, G. (Eds.). **Ambiances em Débat**. Bernin: À La Croisée, 2004.
- AZEVEDO, M. S.; SILVA, L. J. D. Arquitetura vernácula ribeirinha na Amazônia: um mergulho nas águas que rodeiam as palafitas nas ilhas de Abaetetuba-Pará. *In*: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ARQUITETURA VERNÁCULA POPULAR, 4., 2024, Niterói. **Anais [...]**. Niterói: [s.n.], 2024.
- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. Coordenação: Sueli Carneiro. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).
- CUIMAR, R. M. **Saberes e Práticas Culturais de Agricultores Familiares da Amazônia Paraense e suas relações com a monocultura do Dendê**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Pará (UEPA), 2013.
- DUARTE, C. R. *et al.* **Experiência do Lugar Arquitetônico**: dimensões subjetivas e sensoriais das ambiências. [S. l.]: Rio-books, 2023.
- FURTADO, L. G. **Pescadores do rio Amazonas**: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.
- GARCEZ, P. de M.; BULLA, G. da S.; LODER, L. L. Práticas de pesquisa microetnográfica: geração, segmentação e transcrição de dados audiovisuais como procedimentos analíticos plenos. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, v. 30, p. 257-288, 2014.
- MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. [S. l.]: Abril Cultural, 1978.
- MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, 2002.

- MAGNANI, J. G. C. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, RS, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.
- QUINTEIRO, M. M. C.; BALDINI, K. B. Lopes. Agroecologia e as práticas tradicionais: reconhecendo os saberes ancestrais. In: SANTOS, M. G.; QUINTERO, M. M. C. (Orgs.). **Saberes tradicionais e locais: reflexões etnobiológicas**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575114858>. Acesso em: 30 jul. 2024.
- SILVA, L. H. P. **Ambiente e justiça**: sobre a utilidade do conceito de racismo Ambiental no contexto brasileiro. **E-cadernos CES**, v. 17, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/eces.1123>. Acesso em: 30 jul. 2024.
- SANTOS, J. S. *et al.* Racismo ambiental e desigualdades estruturais no contexto da crise do capital. **Revista Temporalis**, v. 22, n. 43, p. 158-173, 2022.
- TUAN, Y.-F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina, PR: Eduel, 2012.
- WAGLEY, C. **Uma comunidade amazônica**: estudo do homem nos trópicos. São Paulo: Edusp, 1953.

INTERSECCIONALIDADES ENTRE A POPULAÇÃO LGBTQIA+ E OS POVOS DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS

Sustentabilidade, resistência e
ameaça de desaparecimento

Pedro Henrique Santos Dias⁶⁷

Palavras-chave: Interseccionalidade; LGBTQIA+; Florestas e sustentabilidade.

1. INTRODUÇÃO

O conceito de interseccionalidade, desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (1989), destaca a importância de entender como diferentes marcadores sociais, como raça, gênero, sexualidade e classe, se sobrepõem e interagem, gerando complexas formas de opressão e privilégio. Analisar essa abordagem no contexto das populações LGBTQIA+ em comunidades de povos das águas e das florestas no Brasil revela múltiplas vulnerabilidades e resistências vividas por esses grupos. Compostos por ribeirinhos, indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, esses povos mantêm uma relação

⁶⁷ Graduado em Direito pela Faculdade do Vale do Juruena (AJES). Especialista em Filosofia e Direitos Humanos, além de Direito Ambiental, pelo Instituto Mineiro de Aprendizagem Superior (IMAS). E-mail: pedrodias1499@gmail.com.

ancestral com a terra e a água, elementos profundamente enraizados em suas identidades culturais e modos de vida. Para as pessoas LGBTQIA+ dessas comunidades, os desafios de marginalização e discriminação se intensificam, permeando não só sua identidade de gênero e orientação sexual, mas também seu território e cultura.

O objetivo deste estudo é explorar as interseccionalidades entre as experiências de indivíduos LGBTQIA+ e os povos das águas e das florestas, investigando como essas pessoas resistem à exclusão social e ambiental, além das ameaças de desaparecimento cultural e físico. A pesquisa busca iluminar de que forma as questões de sustentabilidade, direitos e políticas públicas podem ser compreendidas a partir dessas interseções.

Metodologicamente, utilizou-se a revisão bibliográfica com base em estudos acadêmicos e relatórios de organizações nacionais e internacionais sobre direitos humanos, sustentabilidade ambiental e inclusão social. Esse método justifica-se pela necessidade de uma abordagem ampla e interdisciplinar que conecte estudos de gênero e sexualidade à pesquisa sobre populações tradicionais e questões ambientais. Trabalhos como os de Crenshaw (1989), sobre interseccionalidade, Miskolci (2017), sobre sexualidade e exclusão, e Almeida (2019), sobre racismo ambiental, foram fundamentais para embasar teoricamente a análise. Documentos como o Relatório de Direitos Humanos da ONU (2021) e o Relatório sobre Desmatamento e Direitos Humanos da *Human Rights Watch* (2020) também forneceram uma base sólida para o entendimento das ameaças e resistências vividas por essas comunidades.

Essa metodologia permite uma compreensão mais profunda da relação entre exclusão social e degradação ambiental, articulando a luta por direitos humanos e sustentabilidade com a resistência de identidades múltiplas que caracterizam as comunidades LGBTQIA+ em áreas de preservação cultural e ambiental.

2. INTERSECCIONALIDADE ENTRE IDENTIDADE DE GÊNERO E SUSTENTABILIDADE

A relação entre a população LGBTQIA+ e as comunidades tradicionais no Brasil é complexa, marcada por opressões interseccionais. Esses indivíduos vivem em contextos de exclusão que envolvem tanto a opressão de gênero quanto as violações ambientais e territoriais, resultando em um ciclo contínuo de marginalização. Conforme aponta Santos (2021), os povos das águas e das florestas dependem de uma relação sustentável com a natureza, sendo que a degradação ambiental, causada principalmente pelo desmatamento e pela exploração econômica predatória, ameaça diretamente sua existência. Para indivíduos LGBTQIA+ nessas comunidades, essa ameaça se soma à discriminação por gênero e sexualidade, criando um contexto de dupla exclusão.

As lutas desses indivíduos devem, portanto, ser compreendidas no âmbito de uma resistência coletiva contra a destruição ambiental e a exclusão social. Ao protegerem a natureza, estão não apenas preservando seus modos de vida, mas também resistindo a um sistema que constantemente os marginaliza. Segundo Butler (1990), a identidade de gênero é sempre performada dentro de um contexto cultural específico; no caso dos povos das águas e das florestas, essa performatividade está diretamente conectada às suas práticas cotidianas de sustentabilidade. Assim, a proteção do ambiente é também uma proteção à diversidade de identidades que emergem dessas comunidades.

3. RESISTÊNCIA E LUTA POR DIREITOS

A resistência dos povos LGBTQIA+ nas comunidades das águas e das florestas se dá, muitas vezes, por meio da defesa territorial e cultural, que são indissociáveis da luta por direitos humanos. Segundo Almeida (2019), o racismo ambiental — um conceito que descreve

como grupos racializados são desproporcionalmente afetados por problemas ambientais — é evidente no contexto das comunidades tradicionais. A devastação da Amazônia, por exemplo, impacta diretamente povos indígenas e ribeirinhos, intensificando as dificuldades enfrentadas pelas pessoas LGBTQIA+ dentro desses grupos.

As formas de resistência incluem tanto a mobilização comunitária quanto a formação de alianças com movimentos sociais mais amplos, como os movimentos LGBTQIA+ urbanos e os movimentos ambientalistas. Para Junqueira (2009), é necessário compreender as lutas dos indivíduos LGBTQIA+ como parte de uma luta maior por reconhecimento e inclusão, que atravessa fronteiras geográficas e culturais. No contexto das populações tradicionais, essas lutas envolvem a preservação da biodiversidade e a manutenção de modos de vida ancestrais, que estão em risco devido à intensificação da exploração de recursos naturais e à pressão de grandes corporações.

4. AMEAÇA DE DESAPARECIMENTO

Uma das maiores ameaças enfrentadas por essas comunidades é o risco de desaparecimento — tanto físico, por meio da violência e do deslocamento forçado, quanto cultural, pela destruição de suas práticas e tradições. O avanço do agronegócio, da mineração e de grandes projetos de infraestrutura em áreas protegidas e terras indígenas representa uma ameaça iminente. Para a população LGBTQIA+ dessas regiões, essa ameaça é agravada por formas de violência específicas, como a LGBTfobia, que se manifesta tanto de maneira explícita, por meio da violência física, quanto de forma implícita, por meio da exclusão social e da invisibilização.

Os relatos de violências enfrentadas por pessoas LGBTQIA+ em comunidades ribeirinhas e florestais são marcados por uma intersecção de opressões. O isolamento geográfico, muitas vezes, impede o acesso a serviços básicos, como saúde e educação, o que reforça a exclusão. Além disso, a violência contra indivíduos LGBTQIA+ nessas comunidades

é raramente reportada ou investigada, devido à ausência de políticas públicas eficazes e à falta de proteção jurídica adequada. Como apontado por Miskolci (2017), a invisibilidade social da população LGBTQIA+ em contextos rurais e tradicionais faz parte de um sistema maior de exclusão, que os empurra para as margens da sociedade.

5. POLÍTICAS PÚBLICAS E A URGÊNCIA DA INCLUSÃO

Dada a complexidade das interseccionalidades entre a população LGBTQIA+ e os povos das águas e das florestas, é fundamental que as políticas públicas contemplem essas especificidades. A proteção ambiental e a defesa dos direitos humanos devem caminhar juntas, visto que a sustentabilidade ambiental está intrinsecamente ligada à proteção das identidades culturais e de gênero dessas comunidades. Segundo o Relatório de Direitos Humanos da ONU (2021), a inclusão social de minorias sexuais e de gênero é um dos pilares para o desenvolvimento sustentável. No Brasil, porém, ainda há uma lacuna significativa entre a formulação de políticas públicas e sua implementação, especialmente em regiões remotas.

Para que as políticas públicas sejam eficazes, elas devem incluir a proteção específica para indivíduos LGBTQIA+ em áreas rurais e tradicionais. Isso envolve a criação de programas de apoio psicológico e social, o fortalecimento das redes comunitárias de apoio e a inclusão dessas populações nas discussões sobre a proteção ambiental. Além disso, é necessário garantir que os direitos territoriais das comunidades tradicionais sejam respeitados, impedindo o avanço de projetos que destroem o meio ambiente e os modos de vida dessas populações.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa destaca que as interseccionalidades entre a população LGBTQIA+ e os povos das águas e das florestas revelam uma rede de

resistência e uma exposição contínua a ameaças de desaparecimento cultural e social. A luta dessas comunidades vai além da preservação de seus territórios e culturas; inclui o enfrentamento de desafios únicos impostos pela intersecção entre identidade de gênero, sexualidade e localização geográfica. O estudo sugere que a proteção desses grupos depende de uma articulação eficaz entre políticas ambientais e de direitos humanos, que incorporem as múltiplas camadas de exclusão e vulnerabilidade enfrentadas por esses sujeitos.

Para alcançar mudanças concretas, torna-se imprescindível que o Estado brasileiro adote políticas públicas que abordem essas interseccionalidades, assegurando não apenas a preservação dos direitos territoriais e culturais dos povos das águas e das florestas, mas também a inclusão e proteção dos indivíduos LGBTQIA+ nessas regiões. Tais políticas devem incluir a criação de redes de apoio local, programas de incentivo à representatividade LGBTQIA+ em espaços de decisão ambiental e iniciativas de combate à discriminação, promovendo, ao mesmo tempo, o desenvolvimento sustentável e a equidade social.

Essa abordagem integrada não só contribuirá para a proteção dessas comunidades, mas também para a promoção de uma sustentabilidade verdadeiramente inclusiva, onde o respeito à diversidade e à natureza coexistem e se fortalecem mutuamente. Dessa forma, o estudo visa orientar políticas que rompam com o ciclo de marginalização estrutural, promovendo uma convivência em que a justiça social e a sustentabilidade ambiental sejam indissociáveis.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. Coordenação: Sueli Carneiro. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).
- BUTLER, J. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge, 1990.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Relatório sobre desmatamento e direitos humanos**. [S. l.], 2020.

MISKOLCI, R. **Desejos digitais**: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

SANTOS, B. de S. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2021.

IMPACTOS HIDROELÉTRICOS NA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TAPAJÓS

Deric Matheus Abdon Ribeiro⁶⁸

Palavras-chave: Sub-bacia; Rio Tapajós; Bacia hidrográfica.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma comparação das características da sub-bacia do Rio Tapajós, como, por exemplo, biodiversidade, recursos hídricos, formato, utilização, uso e cobertura da terra, inserida na região hidrográfica amazônica. Toma-se como ponto de partida a Medida Provisória (MP 558), que tinha como proposta a redução de quatro áreas de preservação ambiental para a construção do complexo hidrelétrico ao longo da sub-bacia do Rio Tapajós.

A pesquisa tem como objetivo compreender os impactos físicos e sociais ao longo do rio. A altimetria da região é um dos principais fatores na espacialização desses impactos, os quais são analisados e explicados por meio de informações topográficas do TOPODATA. Impactos esses que se mostraram significativos em um período de 20 anos de análise dos dados obtidos.

Caso aprovada, a MP implicaria em mais impactos socioambientais, exigindo o desmatamento de uma área equivalente a 200,00 km² de floresta, atingindo diretamente comunidades tradicionais e povos indígenas que residem na região, e que já sofrem com a perda

⁶⁸ Discente da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: Dericabdon@gmail.com.

de terras e têm seus modos de vida drasticamente prejudicados em decorrência das barragens, que, por sua vez, alteram o curso do rio e a qualidade da água, afetando, conseqüentemente, a pesca — prática que constitui o principal meio de sobrevivência dessas populações.

Apesar de apresentada no ano de 2012, a MP 558, que tinha como objetivo a implementação do complexo hidrelétrico na sub-bacia do Rio Tapajós, encontra-se atualmente arquivada e foi considerada inconstitucional pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

2. METODOLOGIA

Este trabalho concentra-se na hipótese de possíveis construções de usinas hidrelétricas, partindo da premissa do conceito de bacia. Originado na disciplina de Hidrografia, o estudo desenvolveu a análise da Bacia Hidrográfica do Rio Tapajós, abordando hipsometria, uso e cobertura da terra, além dos possíveis impactos decorrentes da construção de hidrelétricas, bem como as causas e conseqüências advindas da implementação de megaprojetos.

Esta pesquisa tem como objetivo compreender os motivos que justificam essas possibilidades, analisando a topografia da sub-bacia em conjunto com o uso da terra para entender a motivação das construções.

A produção cartográfica utilizou bases de dados vetoriais e raster para a confecção dos mapas de localização, hipsometria e uso e cobertura da terra. Foram utilizados dados do IBGE em Geociências, TOPODATA do Banco de Dados Geomorfométricos do Brasil, pertencente ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), e MapBiomias, com resolução de 30 metros. O processamento foi realizado no software QGIS 3.22.

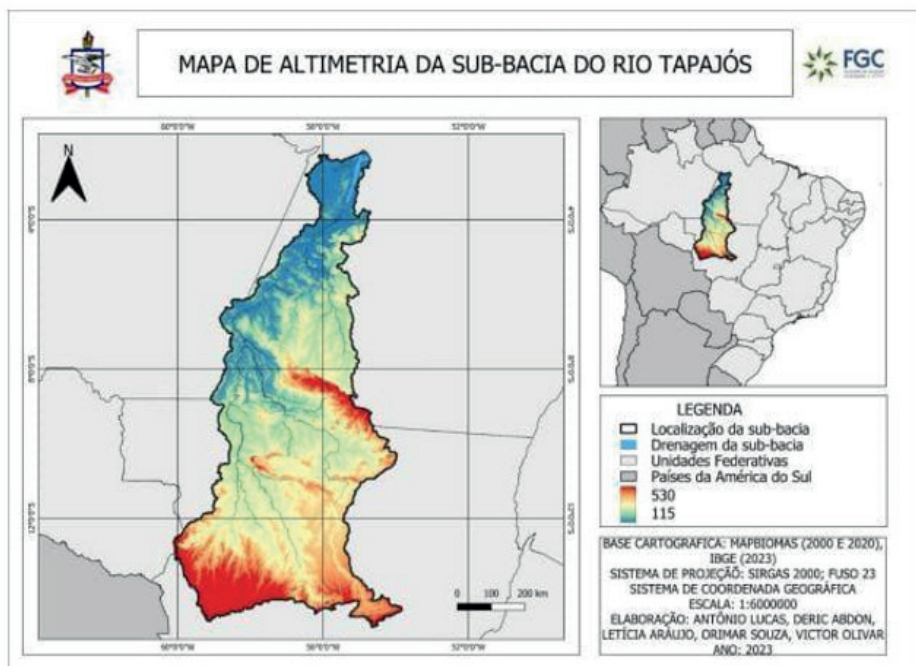
3. RESULTADOS

A sub-bacia do Rio Tapajós está inserida na Região Hidrográfica Amazônica e foi selecionada pela possibilidade de construção

de usinas hidrelétricas ao longo do rio. A sub-bacia do Rio Tapajós se estende por quatro estados brasileiros: Mato Grosso, Pará, Rondônia e Amazonas. O Rio Tapajós é o principal tributário, com suas cabeceiras próximas a Cuiabá, localizado majoritariamente no Escudo Brasileiro, desaguardo no Rio Amazonas, dentro dos limites da Floresta Tropical Amazônica. A extensão da área de estudo é de cerca de 489.000 km², aproximadamente 7% da bacia Amazônica.

O potencial hidrelétrico de uma região é determinado pela capacidade dos corpos d'água em gerar energia por meio da força da água em movimento, como em rios. Esse potencial está diretamente relacionado à altimetria, no que se refere às variações na elevação do terreno. Áreas com grandes diferenças de altitude, como serras e o planalto residual, geralmente oferecem condições favoráveis para a construção de usinas hidrelétricas, uma vez que a energia potencial da água em alturas elevadas pode ser convertida em eletricidade de maneira eficiente. A sub-bacia apresenta grande potencial hidrelétrico; os terrenos elevados, por conta do Escudo Brasileiro, contribuem para esse potencial. O mapa hipsométrico (Figura 1) apresenta variações entre 115 metros, na parte mais baixa, e 530 metros, na parte mais alta. Essa altimetria favorece a construção de hidrelétricas, facilitando o barramento dos rios. Entretanto, a construção das hidrelétricas acarreta impactos socioambientais, como perda de territórios indígenas e locais, desmatamento, alagamento de áreas e o afastamento da fauna.

Figura 1 – Altimetria da sub-bacia do Rio Tapajós



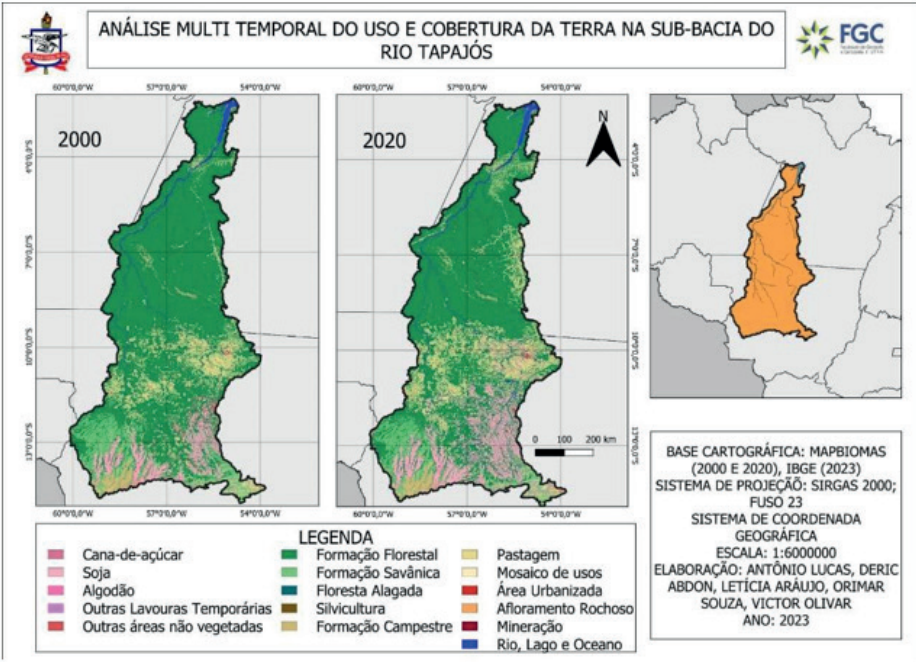
Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Para além dos possíveis impactos decorrentes das hidrelétricas, a análise do uso e cobertura da terra na sub-bacia já evidencia o avanço de atividades ao longo de 20 anos. O uso e a cobertura da terra em uma bacia hidrográfica referem-se às formas como a superfície terrestre é utilizada e coberta por diferentes tipos de vegetação, construções e atividades humanas nas áreas drenadas por um rio e seus afluentes. Esses fatores influenciam diretamente a qualidade da água, a biodiversidade e o ciclo hidrológico da bacia. As mudanças na cobertura do solo, causadas pelo desmatamento, urbanização e agricultura, podem alterar o escoamento, a erosão e a poluição, afetando a saúde da população e dos recursos hídricos.

A cobertura da terra relaciona-se com a vegetação e o uso do solo se refere às atividades humanas variadas. No mapa que compara

a região (Figura 2), observa-se o aumento da soja e das pastagens. Na parte sul da sub-bacia, desenvolvem-se principalmente atividades de produção de soja, agricultura, irrigação e pastagens. Ao norte, a cobertura da região apresenta maior concentração de formação florestal, embora alguns pontos estejam destinados ao uso para pastagens. Portanto, compreender o uso e a cobertura da terra é importante para a gestão eficiente e a conservação das bacias hidrográficas.

Figura 2 – Comparação dos usos da terra entre 2000 e 2020



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

A população local encontra-se próxima às regiões onde se pretende construir hidrelétricas. Os indígenas, ribeirinhos e comunidades tradicionais dependem da pesca e da caça, além da população que depende do desenvolvimento econômico local para suas atividades. Portanto, a população fica suscetível à contaminação das nascentes

por produtos químicos e agrotóxicos, à alteração do ciclo hidrológico, que reduz a capacidade de recarga das nascentes, e a alterações nos ecossistemas e na biodiversidade que sustentam formas de vida, além de impactos socioambientais. Os povos originários que habitam essas localidades estão em risco pela perda de terras, do modo de vida, aumento dos riscos ambientais e problemas de saúde.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos observados, pode-se concluir que há mais impactos negativos do que benefícios na construção do complexo de hidrelétricas. É válido destacar a real necessidade da construção desse mega projeto na região Amazônica e quem realmente será beneficiado por ele. Os impactos socioambientais são profundos, com comunidades tradicionais e povos indígenas sofrendo a perda de suas terras e modos de vida devido à construção de barragens e à contaminação dos recursos hídricos por agrotóxicos e mercúrio provenientes da mineração de ouro.

A falta de políticas públicas efetivas para a gestão sustentável dos recursos hídricos e a proteção das comunidades locais agrava ainda mais a situação, tornando urgente a implementação de ações integradas para a conservação da bacia do Rio Tapajós e a garantia dos direitos das populações que dela dependem.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, A. P. D. Modelagem de mudanças de uso e cobertura do solo na Amazônia: Questões Gerais. *In: Introdução à Modelagem Dinâmica Espacial*. São Paulo: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2003.
- MELO, S. de F. dos S. de. Análise dos impactos socioambientais causados pela construção de 04 empreendimentos para a geração de energia. *In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL*, 2022, Teresina. **Anais [...]**. Teresina: Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais, 2022. p. 1-7.

DINÂMICA SOCIOESPACIAL E A FRAGMENTAÇÃO AMBIENTAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GUAMÁ, ESTADO DO PARÁ⁶⁹

Franciney Carvalho da Ponte⁷⁰

Letícia dos Reis Araújo⁷¹

1. INTRODUÇÃO

A análise de eventos socioespaciais é crucial para qualificar o processo de ocupação e seus respectivos impactos sobre a dinâmica territorial e a diversificação dos atores e ambientes envolvidos (Ponte, 2021). A investigação dos processos de ocupação espacial constitui um esforço significativo para identificar e correlacionar os fatores e eventos responsáveis por mudanças nas estruturas espaciais e paradigmas vigentes.

A Bacia Hidrográfica do Rio Guamá (BHRG) é composta por dezoito municípios, total ou parcialmente, abrigando uma população de aproximadamente 2.600.000 habitantes, o equivalente a 32% da

⁶⁹ Este resumo expandido apresenta resultados preliminares produzidos no âmbito do Projeto de Pesquisa PIBIC/UFPA 2023–2025, intitulado “Antropoceno na Amazônia: eventos socioespaciais e a antropogenização de sistemas naturais na bacia hidrográfica do rio Guamá”.

⁷⁰ Geógrafo. Professor Doutor da Faculdade de Geografia e Cartografia, Universidade Federal do Pará. E-mail: fcponete@yahoo.com.

⁷¹ Graduanda da Faculdade de Geografia e Cartografia, Universidade Federal do Pará. E-mail: leticia.reis@ifch.ufpa.br.

população do Estado do Pará (IBGE, 2024), e possui uma extensão territorial em torno de 12.400 km², correspondendo, aproximadamente, a 1% do território estadual. A BHRG constitui uma área marcada pela ocorrência de eventos socioespaciais remotos, o que desencadeou reiterados processos de ocupação e uma configuração territorial complexa, uma vez que concentra parte dos maiores indicadores socioeconômicos não apenas do Estado do Pará, mas de toda a Amazônia brasileira.

A pesquisa busca investigar o processo de ocupação e a (re)configuração territorial da BHRG, a partir da dinâmica de eventos socioespaciais e de evidências antropogênicas materializadas no tecido das paisagens, com vistas a subsidiar a análise da fragmentação ambiental.

2. METODOLOGIA

A retrospectiva da ocupação e expansão humana na BHRG considerou evidências inerentes a informações e dados históricos, como relatos, mapas pretéritos, dados de sensoriamento remoto, dentre outros, abrangendo um período que vai desde a colonização europeia, passando pelo Império e pelas repúblicas, até a atualidade.

O ponto de partida se deu por meio da espacialização de informações históricas passíveis de mapeamento, extraídas de autores como Tavares (2008), Nascimento (2013), Cintra (2013), bem como de instituições como o Mapbiomas (1985, 2022), com o objetivo de auxiliar na definição de períodos representativos da relação Humano x Natureza, bem como na dinâmica e na fragmentação ambiental.

Para tanto, a investigação de eventos socioespaciais se alicerçou na análise da dinâmica e dos processos de mudança na cobertura, uso e ocupação da terra, produzidos historicamente (Rodriguez *et al.*, 2013). A definição e o conjunto de evidências antropogênicas foram sistematizados de acordo com as seguintes etapas (Figura 1):

Figura 1 – Fluxograma metodológico

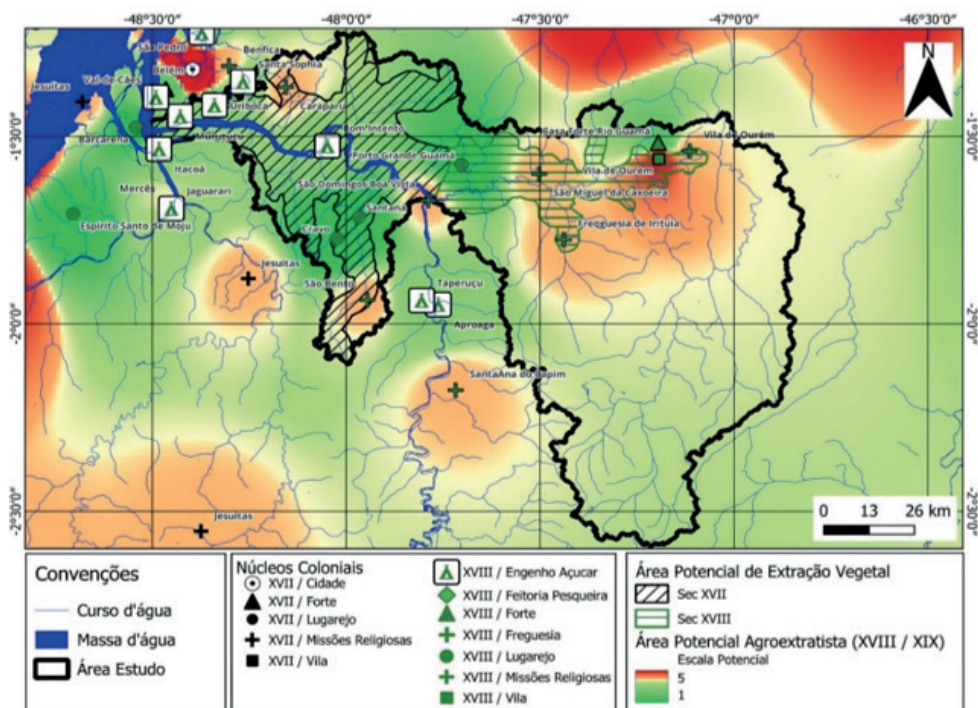


Fonte: Elaborada pelos autores.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o período colonial, foram definidas duas fases socioprodutivas: descomplexidade e domínio (Figura 2). A primeira ocorre predominantemente nos arredores do Forte de Santa Maria de Belém (foz do rio Guamá) e está associada a eventos marcados pela colonização (século XVII), os quais dizem respeito à simplificação socioprodutiva na interação com os ecossistemas naturais e com os povos nativos, desencadeada por uma atividade econômica extrativista e uma organização social exploratória.

Figura 2 – Indicadores e potenciais manchas antropogênicas na BHRG, período colonial



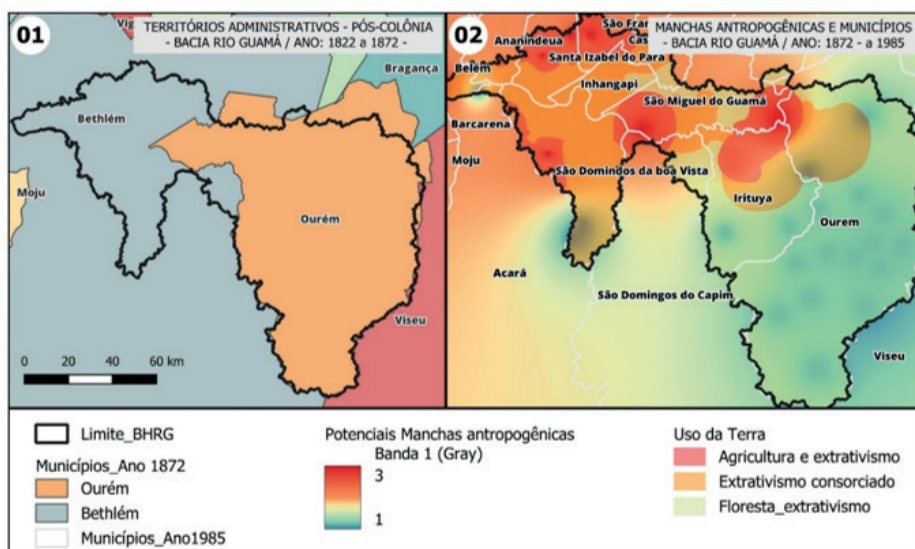
Fonte: Elaborada pelos autores com base em Tavares (2008), Nascimento (2013) e Cintra (2013).

Nesse contexto, foram definidas duas tipologias de uso da terra: agroextrativismo e extrativismo consorciado. Tais áreas tipológicas foram estimadas, aproximadamente, em 2.021 km² (16%) e 4.023 km² (32%), respectivamente, perfazendo uma mancha antropogênica total equivalente a 46% da BHRG (Figura 3).

A partir da segunda metade do século XX, a Amazônia começa a vivenciar um conjunto de eventos e políticas públicas que redirecionariam significativamente a base e as práticas produtivas na região, como a abertura de rodovias e o estabelecimento de uma “nova” dinâmica socioespacial entre a várzea e a terra firme (Castro; Campos, 2015).

O conjunto de indicadores e eventos imprimiu à BHRG um cenário efetivamente divergente das fases anteriores, em razão de uma organização socioprodutiva voltada à expansão e intensificação da apropriação de recursos e da dinâmica socioeconômica. Nesse contexto, foram definidas duas fases socioprodutivas: refronteirização territorial e fragmentação ambiental, caracterizadas pela expansão da agropecuária, pela expropriação de comunidades tradicionais do acesso à terra, bem como pela supressão e degradação do meio.

Figura 3 – Evolução territorial, manchas antropogênicas e uso da terra (1822 a 1885)

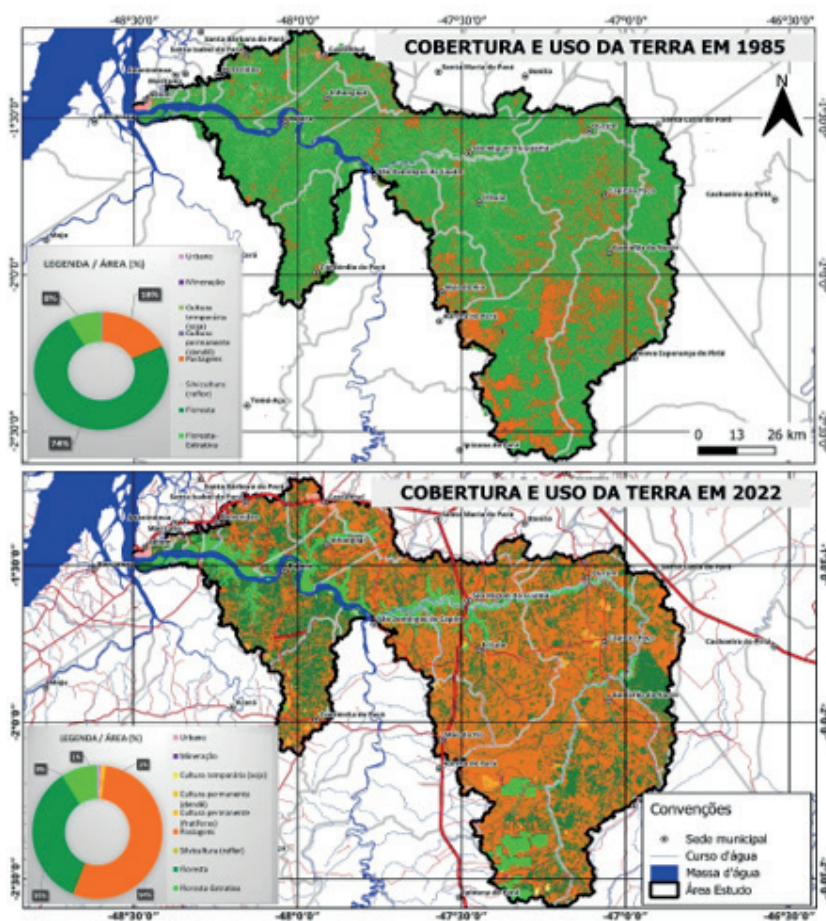


Fonte: Elaborada pelos autores com base em Luz *et al.* (2013) e Ponte (2021).

A Figura 4 apresenta a dinâmica da cobertura e do uso da terra segundo uma escala temporal de aproximadamente 40 anos (1985 a 2022), na qual é possível notar que a atividade pecuária é a principal responsável pela configuração antropogênica atual da bacia. Entretanto, essa atividade se intercala com demais tipologias de uso historicamente constituídas, como o extrativismo vegetal, por exemplo.

A expansão da malha rodoviária e a intensificação da extração de minérios, da agropecuária, do desmatamento e da urbanização elevaram a pressão antropogênica e potencializaram a capacidade de degradação dos recursos naturais na BHRG, evidenciando uma dinâmica contínua e gradativa de fragmentação das paisagens e de suas estruturas socioprodutivas.

Figura 4 – Dinâmica da cobertura e do uso da terra, período pós-colonial (1985 a 2022)

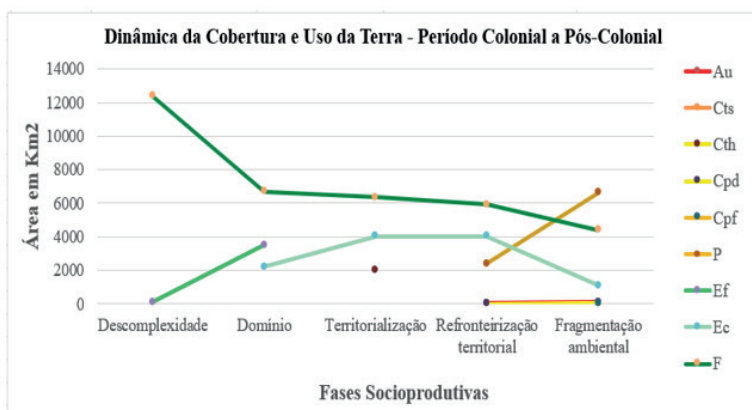


Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do MapBiomias (1985–2022).

Os vestígios humanos na BHRG demonstram uma estreita relação com a vocação regional e histórica; entretanto, nas últimas décadas, têm sido fortemente condicionados pelo avanço da capacidade de apropriação dos recursos e, conseqüentemente, pela reformulação das relações socioeconômicas. Nota-se uma dinâmica socioespacial cada vez mais ampla, acelerada e diversificada, muitas vezes sobrepujando e/ou suprimindo paisagens naturais, bem como a expropriação progressiva do acesso à terra e aos seus recursos.

A Figura 5 apresenta a ocorrência de algumas evidências antropológicas na BHRG, desde o período colonial até a atualidade. Ao analisar os vetores de indicadores antrópicos, é possível sugerir que a BHRG vem sendo palco, há bastante tempo, das ações humanas, remontando à fase socioprodutiva da colonização e estendendo-se, sem alteração significativa, até a fase do domínio do período colonial (expansão colonial). Na fase de Colonização Agrícola (início do período pós-colonial), é possível perceber a retomada da atividade extrativo-vegetal, no entanto acompanhada de outras tipologias de uso, com destaque para o extrativismo consorciado, a agricultura, a agropecuária e, mais recentemente, o reflorestamento e a agricultura permanente (ex.: cítricos e soja).

Figura 5 – Dinâmica da cobertura e do uso da terra, período pós-colonial (1985 a 2022)



Fonte: Elaborada pelos autores.

A configuração atual das paisagens e/ou territórios na BHRG, constituída historicamente, apresenta um conjunto de evidências antropogênicas acumuladas desde o período colonial, as quais sugerem proposições de que a presença do homem na região vai muito além dos territórios e aglomerados populacionais da atualidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica territorial e socioeconômica na BHRG é resultado de um processo longo e pendular, marcado por reiterados eventos socioespaciais e por variados atores, os quais vêm transformando o espaço e as relações estabelecidas historicamente. A BHRG acomoda, em seu tecido antropogênico, uma variedade de atividades econômicas, desde a agricultura, a pecuária, o extrativismo e o reflorestamento até a extração de recursos minerais. Esse cenário antrópico vem imprimindo à região uma dinâmica mais acelerada do processo de supressão e uma complexificação antropogênica progressiva, com destaque para a substituição de paisagens naturais e/ou atividades tradicionais por tipologias de uso pautadas na monocultura e na degradação ecológica, condicionando a fragmentação ambiental.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, E. M. R.; CAMPOS, I. Formação socioeconômica da Amazônia. *In*: CASTRO, E. M. R.; CAMPOS, I. (Orgs.). **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. p. 15-36.
- CINTRA, J. P. Reconstruindo o Mapa das Capitânias Hereditárias. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 11-45, jul.-dez. 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE **Cidades**. 2024. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 jul. 2024.
- LUZ, L. M.; RODRIGUES, J. E. C.; PONTE, F. C.; SILVA, C. N. **Atlas Geográfico Escolar do Estado do Pará**. 1. ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

- MAPBIOMAS BRASIL. **Coleções:** Cobertura e uso da Terra. município. 1985 e 2022. Disponível: <https://brasil.mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas/>. Acesso em: 30 jul. 2024.
- NASCIMENTO, C. **Igreja de Santana do Bujaru:** caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.
- PONTE, F. C. **Antropoceno na Amazônia:** Holoceno em curso ou prelúdio de uma nova época geológica do homem? 2021. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.
- RODRIGUEZ, J.; SILVA, E.; CAVALCANTI, A. **Geoecologia das Paisagens:** uma visão geossistêmica da análise ambiental. 4. ed. Fortaleza: UFCeará, 2013.
- TAVARES, M. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista ACTA Geográfica**, ano II, n. 3, p. 59-83, jan./jun. 2008.

RISCOS SOCIOAMBIENTAIS NA BACIA DO MURUCUTU/BELÉM-PA

Maria Tereza Rodrigues Paes ⁷²

Luziane Mesquita da Luz ⁷³

Palavras-chave: Riscos; Bacia Hidrográfica; Socioambiental.

1. INTRODUÇÃO

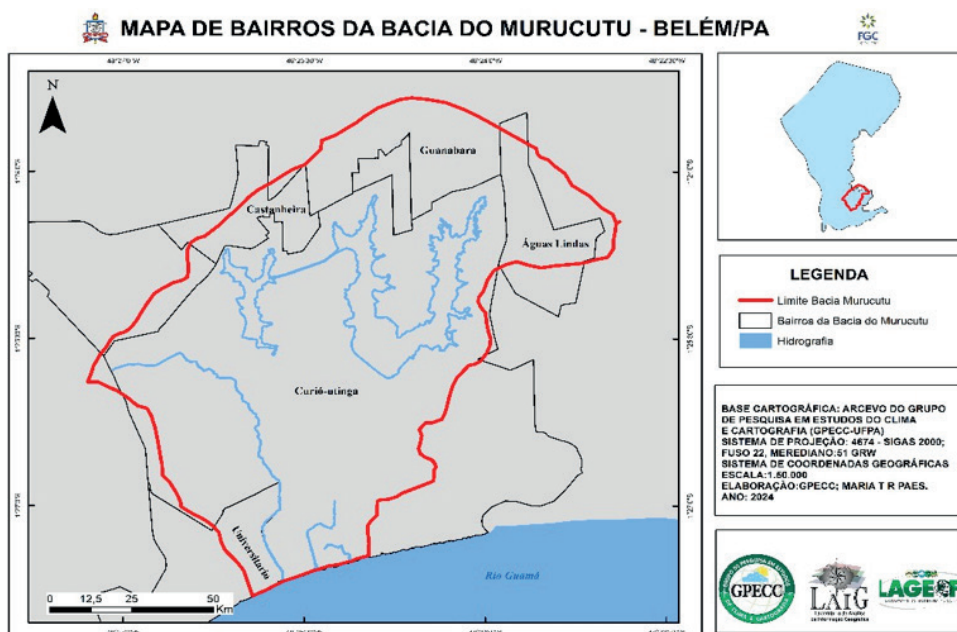
O funcionamento de uma bacia hidrográfica é complexo e se dá devido aos caminhos das águas. A água possui diversos ciclos, entre eles o químico, o físico e o natural. Assim que a água, em forma de precipitação, entra em contato com o meio terrestre, gera uma série de possíveis caminhos, podendo ser absorvida pela copa das árvores, pela superfície da terra, ser evaporada e recomeçar um novo ciclo. Nas áreas urbanas, esses caminhos são reduzidos, já que a presença do homem modifica o meio natural com a adição de novos elementos, como redução da cobertura vegetal, prédios, pavimentação, canalização e retificação de rios, o que reduz a quantidade de água absorvida e acaba criando uma grande massa de água no meio urbano, gerando grandes enchentes, pois a água tem dificuldade para encontrar uma forma de escoar. Diante disso, as bacias hidrográficas urbanas são caracterizadas pela diminuição do tempo de acúmulo das águas e pelo aumento dos picos de cheia.

⁷² Graduanda do curso de Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: rodriguesmariaterezapaes@gmail.com.

⁷³ Profa. Dra. da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: luzianeluz56@gmail.com.

A bacia do Murucutu está localizada na cidade de Belém-PA, na parte sul da cidade, com 27,40 km² de extensão, abrangendo os bairros Atalaia, Castanheira, Marambaia, Guanabara, Souza e Curió-Utinga, e é responsável por abastecer a região metropolitana de Belém com os lagos Bolonha e Água Preta. Sua área possui, até então, 70% de cobertura vegetal. Com o avanço da população e da área urbana, a cidade tende a passar por transformações urbanas, como invasões, reestruturações urbanas e obras de mobilidade.

Figura 1 – Mapa de bairros da Bacia Murucutu



Fonte: Elaborada pelas autoras.

De acordo com Costa (2001), a partir dessa preocupação, o desenvolvimento de vários estudos no mundo sobre impactos ambientais vem sendo realizado com o propósito de avaliar e proteger regiões com maior sensibilidade às modificações naturais e antrópicas (Costa, 2001). A Bacia Hidrográfica do Murucutu tem a maior parte de sua

área como reserva ambiental, porém 34,14% está em área urbana, onde há inúmeros postos de gasolina, borracharias e lixões. A bacia do Murucutu está passando por duas grandes obras: a primeira, de canalização dos principais canais com drenagem, pavimentação e calçadas com ciclovia; e a nova Rodovia da Liberdade. Todas essas obras trazem benefícios e mobilidade urbana, porém também acarretam grandes impactos para os moradores da área.

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, na Suécia, foi a primeira Conferência global voltada para o meio ambiente, e como tal é considerada um marco histórico político internacional, decisivo para o surgimento de políticas de gerenciamento ambiental, direcionando a atenção das nações para as questões ambientais (Passos, 2009, p. 25).

Diante desse contexto, o objetivo do trabalho é entender os riscos socioambientais da Bacia Hidrográfica do Murucutu em um âmbito geral, os impactos que essas obras podem causar e o seguimento de políticas ambientais que protejam a reserva e seus moradores.

2. METODOLOGIA

A metodologia do presente trabalho está organizada em três etapas principais: a formulação de mapas temáticos em escala 1:50.000, feitos pelo software ArcGIS; para o manuseio e a argumentação, foram utilizadas teses, artigos e livros acadêmicos para auxiliar na escrita, no aprofundamento e no entendimento do assunto; e o uso do software Google Earth Pro para comprovação de pontos científicos.

3. RESULTADOS

O governo do estado está realizando a canalização do canal do Murucutu, no Curió-Utinga, onde a cota métrica chega a atingir 1 m.

A drenagem e manutenção desse canal serão importantíssimas para a população que, em época de maré cheia e chuva, certamente fica em áreas alagadas, já que o objetivo da obra é conduzir os grandes volumes de água, reduzir os impactos das chuvas intensas e proteger as áreas urbanas.

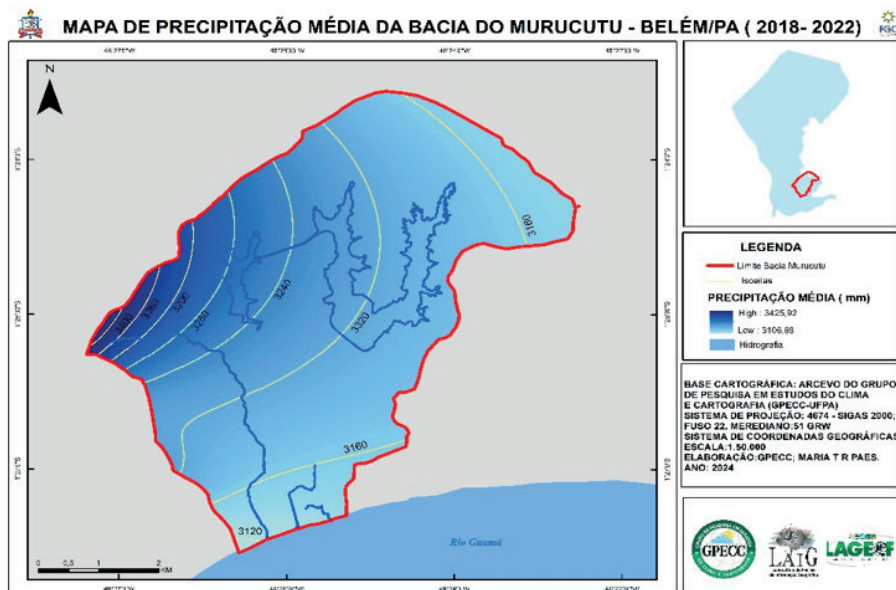
Figura 2 – Cota Métrica da Bacia do Murucutu



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Analisou-se o alto risco pluvial, já que é uma área com grande concentração de chuvas, superando os 60 mm mensais, tendo a maior precipitação no mês de março, com 422,5 mm. Com todo esse acúmulo de água e a bacia apresentando grande concentração de nascentes, é certo dizer que a população das áreas mais baixas corre sérios riscos à saúde, além de poder perder seus bens materiais, como eletrodomésticos e casas.

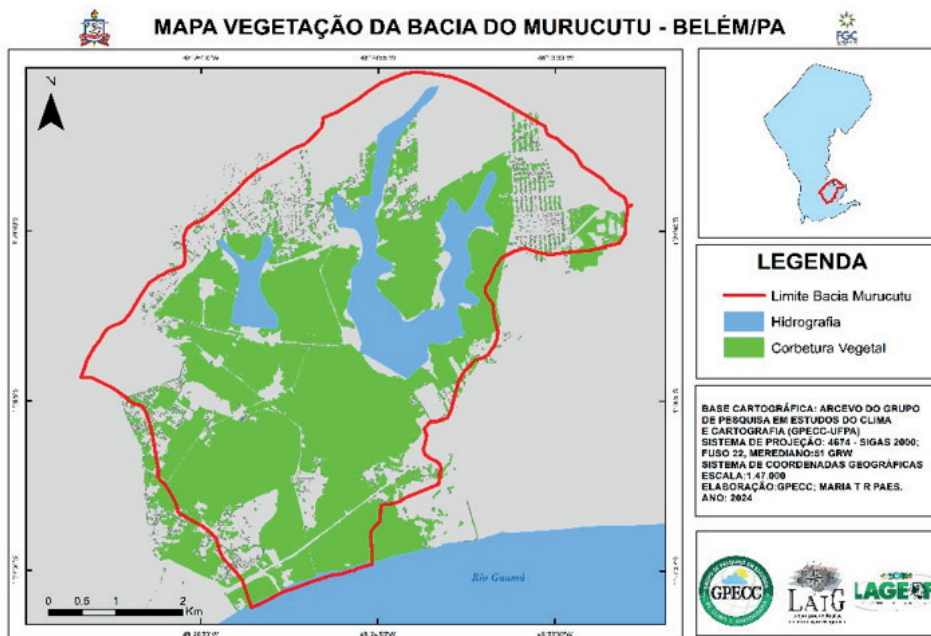
Figura 3 – Mapa de Precipitação Média da Bacia do Murutucu



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Constatou-se pela Embrapa que apenas 24,33% da área da bacia hidrográfica ainda tem vegetação, e 7,31% são de vegetação secundária. Há grande discussão sobre a construção da Rodovia da Liberdade, que vai cortar a região da bacia hidrográfica de ponta a ponta, pois, quando há o avanço do Antropoceno sobre determinada área, ela tende a ser ocupada cada vez mais. A obra tem a promessa de cumprir a meta de “tentar” fazer com que não seja uma área ocupada pela população, mas sim apenas uma nova rota de saída da cidade.

Figura 4 – Mapa de Vegetação Média da Bacia do Murutucu



Fonte: Elaborada pelas autoras.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Bacia Hidrográfica do Murutucu apresenta desafios significativos tanto do ponto de vista socioambiental quanto hidrológico. Os problemas de poluição, desmatamento e conflitos sociais refletem a necessidade urgente de uma gestão integrada e sustentável dos recursos naturais e do planejamento urbano. Os riscos hidrológicos, como alagamentos e contaminação dos mananciais, ressaltam a importância de investimentos em infraestrutura adequada e em políticas de conservação ambiental.

REFERÊNCIAS

- COSTA, T. C. D. da. **Análise crítica das metodologias gerais de mapeamento geotécnico visando formulação de diretrizes para a cartografia geotécnica no trópico úmido e aplicação na região metropolitana de Belém escala 1:50.000**. 2001. Tese (Doutorado em Geociências) – Centro de Geociências, Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.
- CUNHA, Y. K. O. do N.; FERREIRA, H. de S.; MORAES, B. C. de. Mapeamento do uso e ocupação do solo da bacia hidrográfica do Murutucum em Belém-PA, utilizando geotecnologias. *In*: CONGRESSO DE MEIO AMBIENTE, 20., 2023, Poços de Caldas. **Anais [...]**. Poços de Caldas: Instituto Federal campus Muzmbinho, MG, 2023. p. 1-09.
- MARTINS, J. A. C.; MATTA, M. A. da S.; CAVALCANTE, I. N.; ASSIS, J. F. P.; DINIZ, C. G.; VASCONCELOS, Y. B. de; CRISTO, L. C. F. de; ROSÁRIO, D. do C. Qualidade das águas subterrâneas da bacia do Murucutú, Belém-PA. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS, 16.; ENCONTRO NACIONAL DE PERFURADORES DE POÇOS, 17., 2010, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ABAS, 2010.
- PASSOS, P. N. C. A. Conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, Curitiba, PR, v. 6. 2009.
- SANTOS, L. S. dos; GUTIERREZ, C. B. B.; PONTES, A. N.; SOUZA, A. A. de A.; MARTORAN, L. G.; SILVA JUNIOR, O. M. Geotecnologia aplicada na análise de bacias hidrográficas e rede de drenagem: estudo das bacias hidrográficas do Murucutú e Aurá, Belém, Pará. **Revista SODEBRAS**, v. 11, n. 124, p. 01-06, abr. 2016.

MAIS UM EPISÓDIO DE VIOLÊNCIA CONTRA POVOS INDÍGENAS, RIBEIRINHOS E QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA PARAENSE E A RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO SOCIAL IRQ

Andrea do Socorro Aguiar do Nascimento⁷⁴

Crystiane Amaral Coutinho⁷⁵

Palavras-chave: Indígenas; Ribeirinhos; Quilombolas; Amazônia; Movimento Social.

1. INTRODUÇÃO

O papel geopolítico da região amazônica está relacionado, ainda, ao seu papel na divisão internacional do trabalho, como região colonizada e, portanto, historicamente fornecedora de *commodities* — lógica econômica cuja configuração global é mantida por grandes empresas industriais e financeiras que ocupam os territórios, a fim de aumentarem o lucro do capital, influenciando os países juridicamente e politicamente (Castro, 2012). Para Castro (2012, p. 59), “grandes

⁷⁴ Mestra em Gestão Pública pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. E-mail: asan.direito@gmail.com.

⁷⁵ Mestranda em Administração, PPGAD-ICSA-UFPA. E-mail: kryss.coutinho@gmail.com.

projetos, construídos para oferecer ao mercado os recursos naturais, são entregues a grandes empresas, nacionais e estrangeiras, que se localizam, via de regra, em territórios ocupados, mas se impõem à população local como prioridade nacional”. Isso quer dizer que os projetos pensados para a Amazônia brasileira ainda mantêm o modelo colonizador; ainda são voltados para fora da região.

Isso se reflete no estado do Pará, no Vale do Acará — território objeto desta pesquisa —, cujo cenário de ocupação das terras indígenas, ribeirinhas e quilombolas está inserido na colonialidade, cujas práticas violentas contra as populações tradicionais são avassaladoras e silenciadas. Essa é a razão pela qual a região do Acará, assim como a região do Marajó e outras regiões mais afastadas da capital, apresenta conflitos territoriais e lutas pela terra dos povos originários e tradicionais. A resistência dos povos da floresta amazônica é fruto do aprendizado de anos de apagamento, silenciamento e violência.

Entre os dias 04 e 09 de agosto de 2023, houve ações do Governo Lula na Amazônia: os Diálogos Amazônicos e a Cúpula da Amazônia, eventos que envolveram princípios democráticos importantes, como a participação social e a cooperação regional. Naturalmente, um evento desse porte chama a atenção da população, provoca reflexões e ações de movimentos sociais.

Longe dos holofotes, no município de Tomé-Açu, Pará, a vida sem maquiagem se mostra em territórios de ancestralidade, onde indígenas, ribeirinhos e quilombolas buscam pelos direitos aos pertencimentos e à permanência em seus territórios, em confronto com grandes empreendimentos de origem estrangeira. Naquele dia 04/08, indígenas da etnia Tembé, na região do Vale do Acará-Pará, protestavam contra as formas truculentas de atuação dos empreendimentos de óleo de palma, atualmente sob a administração do grupo Brasil BioFuels (BBF) — anteriormente pertencente à BioPalma, e antes desta, à Vale. Seguranças armados da BBF atiraram contra o grupo, e um indígena foi atingido na virilha. No dia 07/08, mais três indígenas foram alvejados, sendo um deles preso. Com o acirramento

do conflito, o movimento social composto por Indígenas, Ribeirinhos e Quilombolas (IRQ) tomou a iniciativa de manifestação e se dirigiu até Belém-Pará.

Enquanto o movimento social do IRQ buscava os direitos humanos para seus grupos — em coincidência com as programações descritas acima —, surgiram diversas inquietações sobre esse grupo, até então ignorado e anônimo. A principal delas é compreender como as lideranças do IRQ estão vivenciando o racismo estrutural, evidenciado no período de 04 a 09 de agosto de 2023, durante os Diálogos Amazônicos e a Cúpula Amazônica. O objetivo da pesquisa foi analisar como o racismo estrutural na Amazônia é percebido pelas lideranças do Movimento Social do IRQ.

A análise se amparou nas teorias pós-colonial, marxiana e marxista para a compreensão do movimento social, adotando uma pesquisa exploratória e explicativa, com abordagem qualitativa, utilizando como instrumentos de pesquisa a análise documental e o questionário semiestruturado. Concluiu-se que as violências em territórios indígenas, ribeirinhos e quilombolas ocorrem desde a colonização, e que a brutalidade e as técnicas de marginalização das pessoas não são ações recentes, como vivenciado pelo IRQ. A novidade da pesquisa está na percepção das pessoas quanto ao racismo estrutural, nas falas das lideranças sobre suas vivências e na necessidade de mais investigações junto aos povos originários e tradicionais.

2. METODOLOGIA

Sobre Pesquisa Social, Gil (2008) menciona que ela é pautada na realidade social, entendida em sentido amplo, envolvendo todos os aspectos relativos ao ser humano, suas relações interpessoais e com as instituições sociais. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa e explicativa, percebem-se os fatos — como o baleamento de indígenas da etnia Tembé — como expressão da realidade social da colonialidade no Brasil e na Amazônia. Em suma, empresas instaladas nas florestas

ignoram os povos amazônicos e seus representantes. O Movimento IRQ, analisado neste estudo, demonstra a importância da força coletiva dos povos das florestas e dos rios. O racismo estrutural torna esses povos subalternizados ao poder do capital.

Para a análise dos fatos, utilizaram-se as teorias pós-colonial, marxista e marxiana. As primeiras, porque Césaire (1978) já afirmava que o modo de invadir do capitalismo europeu precisava ser desnaturalizado, trazendo à luz da análise científica as percepções dos viventes das violências herdadas do processo colonizador. Quijano (2005) apresenta uma análise a respeito da colonialidade do poder e suas influências nas realidades dos povos colonizados, e Mignolo (2008) ressalta a necessidade de desobediência epistêmica, que representa ouvir as pessoas que vivem sob a realidade opressora do capital. Marx e Engels (2014) fundamentam a compreensão dos conflitos na região do Vale do Acará, no Pará. Sobre o papel dos movimentos sociais em rede, utiliza-se a análise de Gohn (2013, 2014, 2022).

Dos participantes: foram alcançadas 08 lideranças, todos moradores, moradoras e residentes nas comunidades e aldeias representadas, localizadas na zona rural dos municípios de Acará e Tomé-Açu, no Vale do Acará, estado do Pará. Entre essas lideranças, 05 (cinco) são quilombolas, 02 (duas) são indígenas e 01 (uma) é ribeirinha; 05 (cinco) se reconhecem como remanescentes de quilombolas, 02 (dois), como indígenas, e 01 (uma), como ribeirinha. Quanto ao gênero, 05 (cinco) se identificam como mulheres e 03 (três), como homens, com idades entre 26 e 62 anos. Todos possuem o ensino fundamental completo; 03 (três) possuem graduação completa e 01 (um) está cursando pós-graduação. Quanto à raça, os participantes se identificam como pardos, negros e indígenas. Todos se reconhecem como atuantes da classe trabalhadora.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Europa se colocou no lugar de civilização do mundo e, em tempos capitalistas, ela tem imposto este modo de produzir a vida

(Quijano, 2005). A história do capitalismo na América Latina se estende à Amazônia e ao Estado do Pará, o que inclui os povos amazônicos no rol de populações não-europeias, de racionalidade inferior, que, portanto, precisariam da “civilização” e da “modernidade”, segundo o pensamento colonizador. Para Césarie (1978), é necessário descivilizar a Europa; isso quer dizer mostrar a percepção dos povos vítimas do movimento histórico capitalista de colonização, cujo método foi pautado na invasão de territórios, violências múltiplas, invisibilidade e genocídio contínuo dos povos colonizados. Os conflitos na Amazônia são inúmeros devido à entrada de empresas na região, sejam exploradoras de minérios, da água, da produção energética ou das terras. As populações locais são as mais prejudicadas, desde a perda de seus territórios até a perda de suas vidas.

Os movimentos sociais surgem fortemente no Brasil como múltiplas forças populares potenciais e limitadas. A potencialidade está no desenvolvimento de valores, ideias e fortalecedores de saberes, geradores de solidariedade social e coesão nas comunidades; as limitações estão na execução de ações civis, que ainda são autocentradas, pautadas em estratégias de sobrevivência, sendo as tomadas de decisão dessas ações ainda de cima para baixo, o que não restringe o desenvolvimento da autonomia das populações (Gohn, 2013).

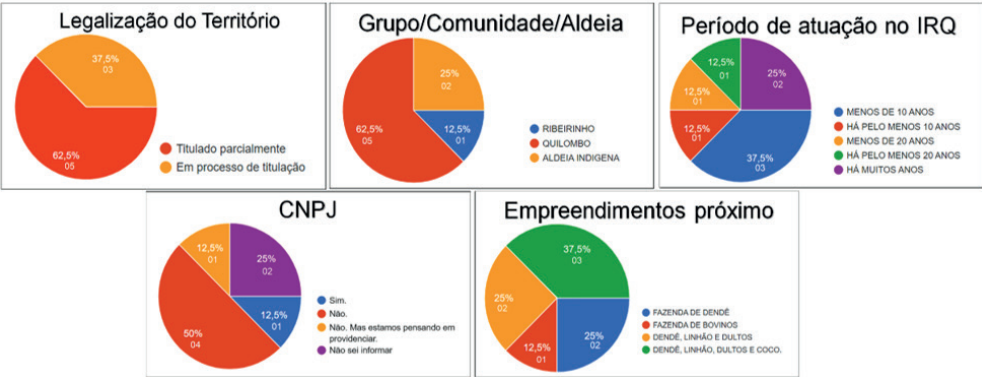
O movimento IRQ é um movimento social amazônico de iniciativa dos povos da floresta e dos rios. A força coletiva desse movimento social pode ser percebida no diálogo entre as comunidades plurais: indígenas, ribeirinhas e quilombolas são símbolo de resistência. Conjunto de pessoas com diferenças culturais, que se percebem juntas em suas realidades conectadas aos rios, à floresta, à fauna e flora da Amazônia e às suas ancestralidades. Essa é uma tomada de consciência fundamental para a proteção da vida e dos territórios indígenas, ribeirinhos e quilombolas na Amazônia.

Para Gohn (2013, p. 40), “movimentos sociais constituem-se como um dos sujeitos sociopolíticos presentes no associativismo no Brasil porque eles foram, e ainda são, as bases de muitas ações

coletivas no Brasil a partir de 1970”. Segundo o autor, busca-se “em Marx os cimentos da teoria crítica dos movimentos sociais” (Gohn, 2014, p. 58), o que representa compreender a sociedade de classes na qual estão inseridos os movimentos sociais. Reconhecer-se como classe trabalhadora (proletária) é compreender que a diversidade de pensamentos entre as pessoas e comunidades deve ser respeitada, assim como alternativas para enfrentamento e, quiçá, superação coesas entre as pessoas que vivem sob a pressão e opressão cotidiana do capital.

Na Figura 01, os participantes descrevem a caracterização do território do Movimento IRQ:

Gráfico 1 – Caracterização do Território do Movimento IRQ. Vale do Acará, 2023



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Portanto, a Tabela 01 apresenta as respostas gerais dos participantes sobre o número de habitantes em idade adulta.

Tabela 1 – Quantitativo de Habitantes por Comunidade/Grupo/Aldeia do Movimento IRQ, 2023

Quantitativo de Habitantes – IRQ – 2023.	
DESCRIÇÃO	QUANT.
INDIGENA	48
RIBEIRINHO	70
QUILOMBOLA	2.500
Total	2.618

Fonte: Elaborada pelas autoras (2023).

Sobre os relatos dos acontecimentos no período de 04 a 09 de agosto, a atuação do IRQ e os resultados das demandas, segue abaixo o organograma, conforme o relato das oito lideranças que participaram da pesquisa.

4. DISCUSSÕES

Os conflitos fundiários e pela posse do território não são novidade, principalmente quando se trata de invasões de territórios amazônicos, que, desde o programa do governo militar “integrar para não entregar”, têm intensificado as invasões dos territórios dos povos sob a desculpa de “avanço civilizatório”. Poder evidenciar, à luz da comunidade científica, relatos sobre a região do Vale do Acará, no estado do Pará, na região Amazônica, que faz parte da luta e resistência histórica dos povos colonizados pelo capitalismo europeu é dar o direito ao uso da voz aos protagonistas em tempo real.

O tempo do silenciamento está quebrando os paradigmas junto às comunidades; o processo de fortalecimento dos povos, que chegou através de políticas públicas, como, por exemplo, as cotas nas universidades, demonstra essa mudança. Ainda que importantes, as políticas públicas são insuficientes, e a efetividade que alcance a eliminação da desigualdade social ainda é um horizonte a ser seguido.

Entretanto, analisa-se a força do movimento social IRQ, que, com consciência de classe social, apropria-se dos instrumentos jurídicos para demonstrar as violências sofridas em seus territórios, nos quais as balas e mortes não são frutos da imaginação das populações. Há uma organização de povos da floresta amazônica chamada Movimento Indígena, Ribeirinho e Quilombola, que traz, em seu nome, o companheirismo dos que compreendem que a diversidade não é diferença, que lutar por causas isoladas só desconstrói a luta na Amazônia, que é a luta de classes. O Movimento IRQ atua com a força da soberania popular, que tem sido teórica, mas que, nesses episódios, expande-se para a esperança da cidadania para todos.

Por fim, não há cidadania para as populações da Amazônia sem a demarcação dos territórios, sem Consulta Prévia Livre e Informada diante de qualquer empreendimento que cogite se instalar nas localidades. E não se trata de documento juridicamente válido, mas sim de envolver as pessoas que vivem nos territórios no processo de tomada de decisões.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão das classes sociais, dos movimentos sociais e do racismo estrutural sob a perspectiva das vivências dos povos amazônicos ainda é um campo de pesquisa social que necessita de mais investigação, em especial à luz das teorias pós-coloniais e marxianas, que são complementares e explicativas das realidades vividas pelos povos marginalizados pelo capital, como os indígenas, ribeirinhos e quilombolas.

Nos casos dos indígenas, ribeirinhos e quilombolas, o IRQ proporcionou a percepção das pessoas acerca da eliminação dos seus corpos, onde se percebe o racismo estrutural desde o momento em que pessoas são racializadas para serem exploradas, ou quando se justifica o uso de arma de fogo para a proteção da propriedade privada.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Discurso do Presidente da República Federativa do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva**. [S. l.]: YouTube, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Tfs2rPoFedE>. Acesso em: 5 out. 2023.
- CASTRO, E. (Org.). **Territórios em transformação na Amazônia: saberes, rupturas e resistências**. Belém: NAEA, 2017.
- CASTRO, E. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Cad. CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, jan./abr. 2012.
- CARMO, E. D. do; HAZEU, M. T; NASCIMENTO, N. do S. F; COSTA, S. M. G. Barcarena Livre: Resistências e lutas de comunidades tradicionais frente aos desafios socioambientais da mineração. *In: Territórios em transformação na Amazônia: saberes, rupturas e resistências*. Belém: NAEA, 2017. p. 365-387.
- CESÁRIE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOHN, M. da G. **Ativismos no Brasil: movimentos sociais, coletivos e organizações das sociais civis como impactam e por que importam?** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2022.
- GOHN, M. da G. **Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.
- GOHN, M. da G.; Bringel, B. M. (Orgs.). **Movimentos sociais na era global**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Marin Claret, 2014.
- MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, p. 287-324, 2008.
- QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

ANÁLISE DO RISCO TECNOLÓGICO INDUSTRIAL NA BACIA HIDROGRÁFICA URBANA DO MARACACUERA, NO DISTRITO DE ICOARACI

Emilly Priscilla Costa Menezes⁷⁶

Ana Patrícia Moreira Noletto⁷⁷

José Edilson Cardoso Rodrigues⁷⁸

Palavras-chave: Bacia Hidrográfica; Riscos Tecnológicos; Análise; Indústrias; Maracacuera.

1. INTRODUÇÃO

A Bacia Hidrográfica Urbana do Maracacuera está situada ao norte da Região Metropolitana de Belém, mais especificamente no distrito de Icoaraci. Essa bacia abrange os bairros do Maracacuera, Águas Negras, parte da Campina de Icoaraci e Tenoné (Figura 1).

O presente trabalho, intitulado “Avaliação do Risco Tecnológico Industrial na Bacia Hidrográfica Urbana do Maracacuera, no distrito

⁷⁶ Discente do curso de Geografia da Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: costmenezes21@gmail.com.

⁷⁷ Discente do curso de Geografia da Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: patricianoletto6@gmail.com.

⁷⁸ Docente Supervisor Acadêmico: Doutor, Faculdade de Geografia e Cartografia – UFPA. E-mail: jecrodrigues@ufpa.br.

de Icoaraci”, representa um estudo inicial e uma análise dentro dos limites da Bacia do Maracacuera. O foco principal está nos conceitos de bacia hidrográfica e risco tecnológico, a fim de promover uma maior fundamentação literária no desenvolvimento da pesquisa.

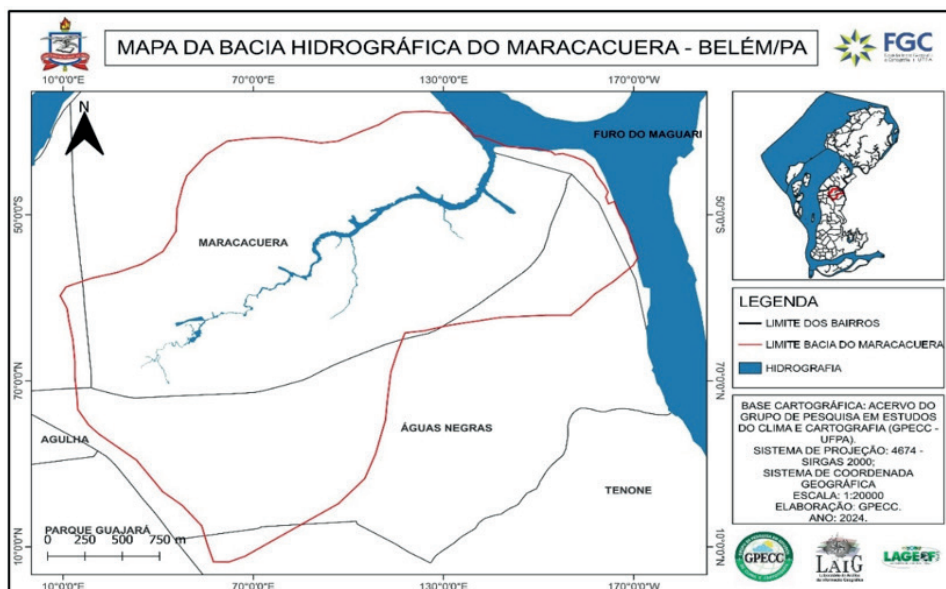
Nessa perspectiva, a bacia hidrográfica é considerada a unidade ideal para o planejamento e a gestão ambiental, pois integra áreas com características ambientais semelhantes (como paisagens e ecossistemas) ou diferentes tipos de unidades territoriais (Rodriguez; Silva; Leal, 2011). Perante o conceito de risco tecnológico, é observado

como o potencial de ocorrência de eventos danosos à vida, a curto, médio e longo prazo, em consequência das decisões de investimento na estrutura produtiva. Envolve uma avaliação tanto da probabilidade de eventos críticos de curta duração com amplas consequências - explosões, vazamentos ou derramamentos de produtos tóxicos -, como também a contaminação a longo prazo dos sistemas naturais por lançamento e deposição de resíduos do processo produtivo (Egler, 1996, p. 34).

Ademais, os riscos tecnológicos industriais que assolam os limites da bacia incluem a construção de portos destinados ao embarque e desembarque de mercadorias, fábricas de ração, condomínios verticais, estaleiros e indústrias madeireiras. Todos esses empreendimentos possuem alta suscetibilidade de ocasionar algum tipo de contaminação ou remoção da cobertura vegetal, representando um risco significativo para o equilíbrio ambiental da região.

O presente estudo tem como objetivo analisar, compreender e promover o debate acerca das transformações que ocorrem em bacias hidrográficas urbanas, com foco especial na Bacia Hidrográfica do Maracacuera, situada na Região Metropolitana de Belém.

Figura 1 – Mapa de localização da Bacia Hidrográfica do Maracacuera



Fonte: Elaborada pelos autores.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada para a elaboração deste trabalho foi estruturada em três etapas principais: o arcabouço científico-bibliográfico, a elaboração de mapas temáticos em escala detalhada (1:30.000) e a produção de cartas-imagem a partir de imagens de satélite obtidas por meio do software *Google Earth Pro*.

O arcabouço bibliográfico foi utilizado para auxiliar na escrita, aprofundar o embasamento teórico e compreender os riscos tecnológicos aos quais as bacias hidrográficas urbanas estão sujeitas na Região Metropolitana de Belém.

A segunda etapa consistiu na produção de mapas temáticos, como os mapas de localização, elaborados com o auxílio do software QGIS.

Por fim, a terceira etapa envolveu a criação de cartas-imagem com base em imagens de satélite disponibilizadas pelo *Google Earth Pro*, permitindo a comparação das mudanças observadas entre os anos de 2011 e 2024.

3. RESULTADOS

Os resultados deste trabalho partem de uma análise dentro da Bacia Hidrográfica do Maracacuera, optando-se por realizar uma comparação de cartas-imagem entre os anos de 2011 e 2024, com o objetivo de evidenciar que a bacia vem passando por modificações associadas ao risco tecnológico industrial. Um dos motivos para essas modificações é a localização estratégica em que a bacia está inserida, por se tratar de uma área distante do centro da cidade de Belém.

É comum que as indústrias optem por instalar seus empreendimentos nessa região, por ser uma área pouco habitada e com grande extensão territorial. Ademais, o acesso ao local pode ser realizado tanto por via terrestre, com o uso de caminhões, quanto por via fluvial, por meio do Furo do Maguari, utilizando portos de caráter privado e embarcações para o embarque e desembarque de mercadorias.

A localização da bacia urbana contribui para a presença constante de fontes de poluição pontual, uma vez que diversas indústrias lançam seus resíduos nos corpos d'água. **Além disso, os esgotos domésticos despejam volumes de poluentes superiores ao previsto, em razão da presença de aglomerados subnormais na região. Essa contaminação da água pode gerar sérios problemas de saúde. É preciso entender que**

as fontes de poluição hídrica podem ser pontuais ou difusas. As fontes pontuais referem-se aos lançamentos diretos nos corpos d'água de esgotos domésticos ou rejeitos industriais, que podem ser facilmente identificados e, por isso, mais fáceis de serem fiscalizados e combatidos. As fontes difusas dizem respeito aos

materiais que podem atingir os corpos a sua margem, conduzidas pelo escoamento d'água ao longo de toda superficial, como no caso de chuvas torrenciais, que, em função da baixa infiltração nas áreas urbanas, ocasionam fortes enxurradas que arrastam consigo sedimentos, lixo, esgoto não canalizado etc. para interior dos corpos d'água (Botelho, 2011, p. 87).

As imagens da bacia urbana dos anos de 2011 e 2024 (Figuras 3 e 4, respectivamente) mostram com clareza que, na área da bacia delimitada pela linha vermelha, ocorreu um aumento significativo da área urbana, acompanhado de uma grande diminuição da vegetação. Essa redução ocorreu devido à implementação de conjuntos habitacionais e áreas industriais.

A diminuição dessa vegetação ocasiona diversos problemas; um deles são os deslizamentos nas margens, que se tornam frequentes na ausência da vegetação de cobertura (Guerra *et al.*, 2011).

Figura 2 – Carta-imagem da Bacia Hidrográfica do Maracacuera, ano de 2011



Fonte: Elaborada pelos autores.

Figura 3 – Carta-imagem da Bacia Hidrográfica do Maracacuera, ano de 2024



Fonte: Elaborada pelos autores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto das bacias hidrográficas urbanas brasileiras, caracterizadas por intensas intervenções em suas redes de drenagem e elevado adensamento populacional, torna-se indispensável a realização de estudos voltados à qualidade ambiental dessas áreas, dada a sua relevância para a sociedade.

Este estudo destaca o processo de desenvolvimento da Bacia Hidrográfica Urbana do Maracacuera e os riscos tecnológicos associados a esse avanço, que incluem desde a contaminação das áreas de drenagem até a supressão da cobertura vegetal para a implementação de empreendimentos. Além disso, o trabalho busca fomentar o debate sobre a carência de políticas públicas e avaliar possíveis ações que possam ser implementadas para mitigar os riscos à população.

REFERÊNCIAS

- BOTELHO, R. G. M. Bacias hidrográficas urbanas. *In*: GUERRA, A. J. T. (Org.). **Geomorfologia urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- CARVALHO, R. G. de. As Bacias Hidrográficas Enquanto Unidades de Planejamento e zoneamento ambiental no Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 36, volume especial, p. 26-43, 2014.
- EGLER, C. A. G. Risco ambiental como critério de gestão do território: uma aplicação à zona costeira brasileira. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1996.
- FILHO, R. D. dos S. Antropogeomorfologia urbana. *In*: GUERRA, A. J. T. (Org.). **Geomorfologia urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- LUZ, L. M. da; RODRIGUES, J. E. C.; CRISTO, L. de A.; SILVA, M. D. da. Estudo geoambiental em bacias urbanas em Belém-Pa. **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém, v. 01, n. 02, p. 145-160, jul./dez. 2014.
- RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V. da; LEAL, A. C. Planejamento Ambiental em Bacias Hidrográficas. *In*: SILVA, E. V. da; RODRÍGUEZ, J. M. M.; MEIRELES, A. J. A. **Planejamento Ambiental em Bacias Hidrográficas (org. - tomo 1)**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

DINÂMICAS TERRITORIAIS E NATURAIS NO SETOR FLÚVIO-MARÍTIMO PARAENSE

Impactos e desafios para as
comunidades tradicionais

Liliam Clisrana Alves das Neves⁷⁹

Alan Nunes Araújo⁸⁰

Cristina do Socorro Fernandes de Senna⁸¹

Palavras-chave: Populações Tradicionais; Análise Multitemporal; Geotecnologias; Setor Flúvio-marítimo

1. INTRODUÇÃO

A dinâmica socioambiental do estado do Pará é decorrente de um processo histórico, socioeconômico e político inserido na região amazônica. Com um vasto acervo de biodiversidade e uma dinâmica socioecológica única, apresenta paisagens naturais que podem ou não ser influenciadas pela ação antrópica. O setor flúvio-marítimo

⁷⁹ Graduanda da Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará. E-mail: liliannevesk2@gmail.com.

⁸⁰ Doutor em Geografia. Professor da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. E-mail: alanaraujo@ufpa.br.

⁸¹ Doutora em Biologia. Pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi. E-mail: polensenna@yahoo.com.br.

da zona costeira paraense é um território de grande importância ecológica e econômica na região norte do estado. A relevância dessa região é formalmente reconhecida pela Lei n.º 9.064, de 25 de maio de 2020 (Brasil, 2024), abrigando uma extensa área de estuários e manguezais, muitos situados em reservas e unidades de conservação por serem ecossistemas necessários para a manutenção da vida marinha e costeira.

Nesse sentido, a relação entre homem e natureza é um aspecto central nos estudos ambientais, especialmente quando se trata de questões como o gerenciamento de recursos, o ordenamento territorial e a gestão sustentável. Ignorar essa interação compromete a compreensão das dinâmicas socioambientais e a eficácia das ações planejadas para o espaço (Senna, 2002).

Assim, com a finalidade de proteger e preservar essas áreas e seus recursos, foram criadas diversas leis e planos para garantir o desenvolvimento sustentável da região e das comunidades existentes. De tal modo, estudos que identifiquem e avaliem as variáveis existentes no local — sejam estas hidrológicas, antrópicas ou vegetativas — são essenciais para a manutenção e preservação correta dessas áreas, com o intuito de evitar ou diminuir os impactos causados pelas modificações realizadas no ambiente, de forma natural, como afirmam Silva *et al.* (2020).

Com o avanço da Região Metropolitana de Belém, os municípios adjacentes à franja urbana enfrentam impactos significativos da expansão, incluindo especulação imobiliária e exploração de petróleo. Isso resulta na desarticulação espacial e perda da singularidade do mosaico regional, afetando a biodiversidade local e trazendo consequências diretas para as comunidades que dependem desses recursos para a subsistência futura.

2. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos adotados compreenderam levantamentos bibliográficos realizados por meio da consulta a livros, teses, dissertações, artigos científicos e bases oficiais de dados, como as fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), para a confecção dos mapas de forma eficiente.

A dinâmica ambiental do Setor Flúvio-Marítimo paraense foi analisada com o Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI), utilizando a plataforma *Google Earth Engine* (GEE) e imagens do satélite *Landsat 8* (2022). A fórmula aplicada foi $NDVI = (NIR - RED) / (NIR + RED)$.

Para avaliar a dinâmica de uso e cobertura da terra, foram utilizadas imagens do satélite *Landsat 2* (1990), processadas com as bandas B6, B5 e B4, e classificadas no QGIS 3.28. A análise incluiu categorias como Vegetação Primária, Áreas Alagadas e Pastagem. Em 2023, o processamento foi feito na plataforma *GEE*, com a criação de um editor de classes em Javascript para a classificação supervisionada, e os ajustes finais e elaboração dos mapas foram realizados no QGIS 3.34.

3. RESULTADOS

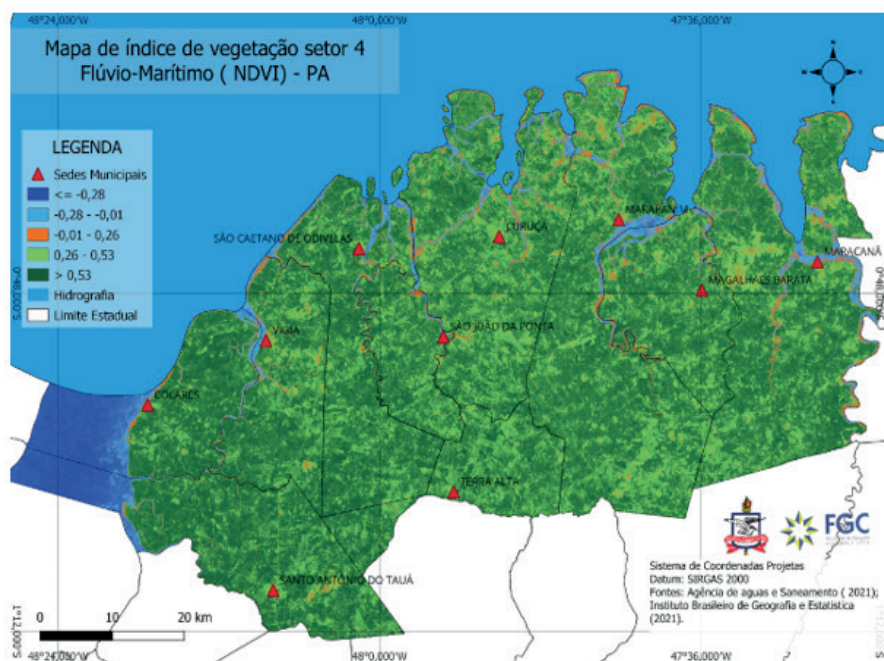
As modificações ambientais constituem um processo contínuo e inevitável no contexto da raça humana. Todavia, esses processos contínuos, quando ocorrem de forma expressiva, causam mudanças significativas na paisagem, potencialmente gerando desequilíbrios ambientais. Dessa maneira, torna-se essencial compreender as dinâmicas da área de estudo por meio do Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI) e da análise de uso e cobertura da terra, visando promover o manejo sustentável dos recursos naturais.

Tal índice envolve a razão entre a diferença e a soma das bandas infravermelho próximo e vermelho, onde esses valores variam entre -1 a +1, onde os valores mais elevados estão relacionados às áreas

com maiores densidades de vegetação fotossinteticamente ativa, enquanto que os valores mais baixos representam as áreas com menor quantidade de vegetação (Ponzoni; Shimabukuro, 2010).

Em 2022, a região apresentou mais de 60% de sua área com qualidade vegetal próxima a 1 (Figura 02), indicando condições satisfatórias. No entanto, a expansão imobiliária, o avanço das pastagens e projetos econômicos, como a exploração de petróleo, ameaçam reduzir a qualidade, a cobertura vegetal e a biodiversidade dessa área.

Figura 1 – NDVI 2022



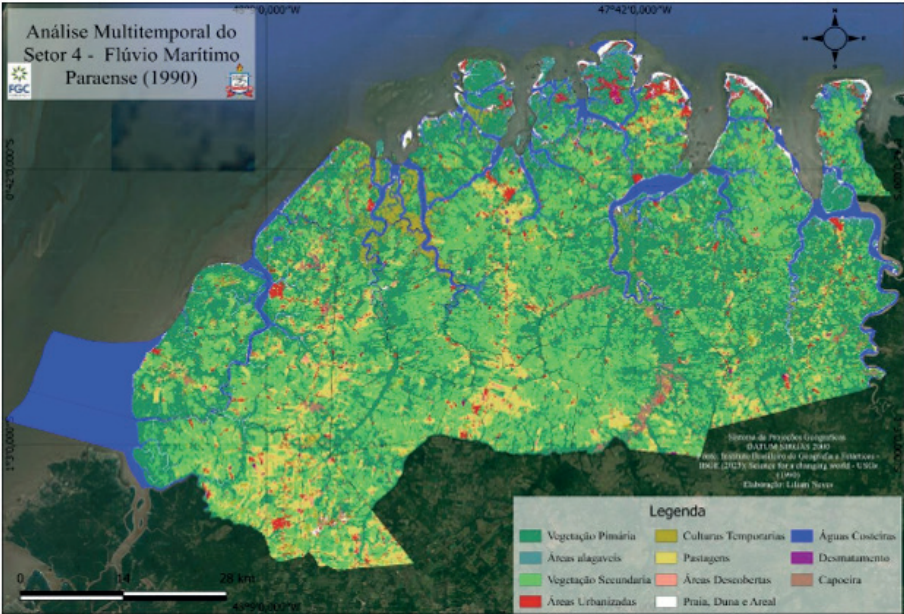
Fonte: Elaborada pelos autores.

A análise por sensoriamento remoto revelou mudanças significativas no uso e cobertura do solo no Setor 4 da zona Flúvio-Marítima paraense, destacando o avanço da urbanização e das atividades

antrópicas, especialmente nas franjas urbanas da Região Metropolitana de Castanhal. As classes de uso do solo analisadas incluem: Vegetação Primária, Áreas Alagadas, Vegetação Secundária, Áreas Urbanizadas, Culturas Temporárias, Pastagem, Áreas Descobertas, Praia, Duna e Areal, Águas Costeiras, Desmatamento, Mineração e Capoeira.

Com o avanço da urbanização no estado do Pará, o espaço sofreu modificações significativas ao longo do tempo. Conforme ilustrado no mapa (Figura 03), em 1990, predominava uma vasta massa florestal, com poucas alterações humanas. Entre 1990 e 2023, as áreas de pastagem cresceram substancialmente, impulsionadas pela proximidade de Castanhal, que concentra terras destinadas ao agronegócio.

Figura 2 – Análise Multitemporal, 1990

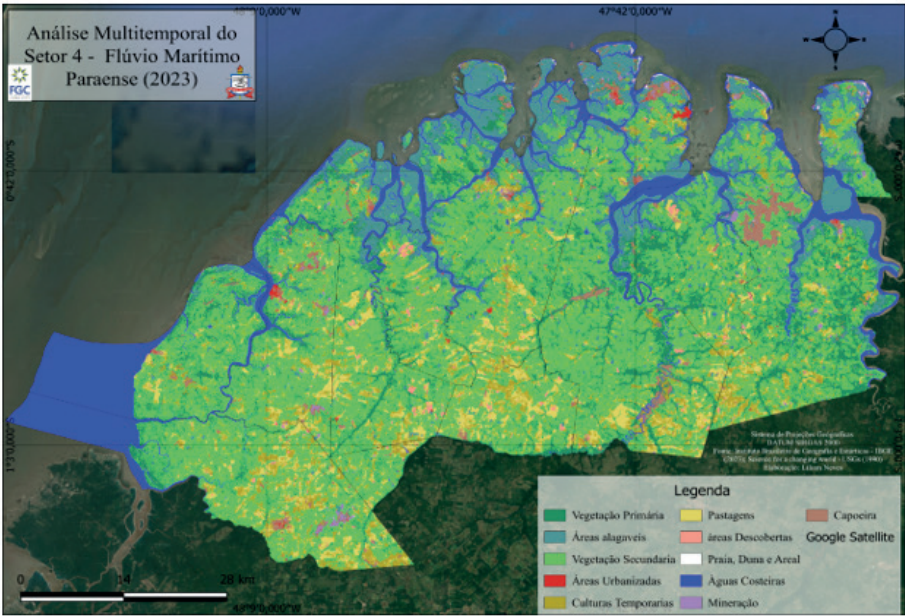


Fonte: Elaborada pelos autores.

De acordo com o mapa (Figura 03), houve um crescimento significativo das classes de urbanização e mineração. Além disso,

observou-se uma transição gradual da vegetação primária para secundária, resultando na perda e conversão da vegetação primária.

Figura 3 – Análise Multitemporal, 2023



Fonte: Elaborada pelos autores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise multitemporal do uso e cobertura do solo na região evidenciou a predominância de áreas florestais no mosaico regional, ressaltando a resiliência dos ecossistemas naturais, mesmo diante da crescente pressão antrópica. No entanto, como explicam Bertrand *et al.* (1987), a desconexão entre centros urbanos e a natureza distorce a relação humana com o ecossistema, resultando em um uso imprudente de recursos essenciais, como água e árvores, dos quais dependemos.

Nesse sentido, a urbanização impulsionada pela expansão da Região Metropolitana de Belém destaca-se como fator-chave na transformação da paisagem local. Em 33 anos, observou-se uma expansão significativa das áreas de pastagem, resultado das atividades humanas.

A expansão dos cultivos de dendezeiros, impulsionada pela concentração de empresas no estado, tem ampliado significativamente as áreas ocupadas, podendo impactar o equilíbrio ecológico da região. O setor Flúvio-Marítimo Paraense enfrenta rápida transformação, com aumento da urbanização, pressão imobiliária e agrícola, mantendo, porém, significativa cobertura vegetal. Esse contexto exige uma gestão territorial que equilibre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, garantindo sustentabilidade para as comunidades locais.

REFERÊNCIAS

- GONÇALVES FURTADO, L.; BARBOSA QUARESMA, H. D. A. **Gente e ambiente no mundo da pesca artesanal**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.
- JUVENEL, B. de. Desconexão entre centros urbanos e meio natural. *In*: RIBEIRO, W. C. (Org.). **Os recursos naturais: uma reflexão sobre sua gestão nas cidades**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- MOURA-FÉ, M. M.; ALBUQUERQUE, A. G. B. M.; FREITAS, E. M. N.; BARBOSA, W. R. A Proteção do Ecossistema Manguezal pela Legislação Ambiental Brasileira. **GEOgraphia**, v. 17, n. 33, p. 126-153, 16 maio 2015.
- PARÁ. Lei n.º 9.064, de 25 de maio de 2020. Dispõe sobre o Gerenciamento Costeiro do Estado do Pará. **Diário Oficial do Estado do Pará**, Belém, 26 maio de 2020. Disponível em: <https://www.alepa.pa.gov.br>. Acesso em: 11 jun. 2024.
- PONZONI, F. J.; SHIMABUKURO, Y. E. **Sensoriamento remoto no estudo da vegetação**. São José dos Campos: Parêntese, 2010.
- SILVA, R. C. da; RIBAS, L. C.; MARTINS, S. V.; FERNANDES, L. S. Diversidade florística em Áreas de Preservação Permanente de um plantio comercial de eucalipto no bioma Pampa, sul do Brasil. **Rodriguésia**, v. 71, n. 4, p. 1-14, 2020.

IMPACTOS E TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MADEIRA, AMAZÔNIA

Wendel Soares Ferreira⁸²

Lucas Macedo de Jesus⁸³

Alan Nunes Araújo⁸⁴

Palavras-chave: Bacia; Madeira; Transformações.

1. INTRODUÇÃO

A Bacia Hidrográfica do Rio Madeira, a maior sub-bacia do Rio Amazonas, possui uma importância ecológica, social e econômica inestimável para a região Norte do Brasil. Com uma extensão de aproximadamente 3.240 km, o Rio Madeira nasce na Cordilheira dos Andes, na Bolívia, e atravessa os estados de Rondônia e Amazonas até desaguar no Rio Amazonas. A bacia abrange uma vasta área de cerca de 1,5 milhão de km², incluindo os estados de Rondônia, Mato Grosso, Acre e Amazonas, caracterizando-se por uma .complexa

⁸² Graduando do curso de Bacharelado em Geografia da Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará. E-mail: wendelsoares0511@gmail.com.

⁸³ Graduando do curso de Bacharelado em Geografia da Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará. E-mail: lucasmacedouni@gmail.com.

⁸⁴ Professor da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. E-mail: alanaraujo@ufpa.br.

rede de ecossistemas ricos em biodiversidade e fundamentais para as comunidades indígenas e ribeirinhas que habitam suas margens.

Historicamente, a bacia do Rio Madeira tem desempenhado um papel crucial na manutenção dos ciclos hidrológicos e no sustento das populações locais. No entanto, ao longo das últimas décadas, essa região tem experimentado profundas transformações em virtude de intensos processos de ocupação e uso da terra. O avanço da fronteira agrícola, a construção de grandes obras de infraestrutura, como as Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, e o desmatamento desenfreado têm provocado sérios impactos ambientais, incluindo o aumento do assoreamento dos rios, a degradação das florestas ripárias e a intensificação dos eventos climáticos extremos, como secas prolongadas e enchentes severas.

Essas transformações têm alterado não apenas a dinâmica natural da bacia, mas também a vida das populações que dependem dos recursos naturais para sua sobrevivência. Ademais, o Rio Madeira, em particular, tem sofrido com o desequilíbrio hídrico, agravado pela poluição das águas, o descarte inadequado de resíduos e a perda da vegetação nativa. Além disso, a urbanização crescente nas áreas adjacentes tem exacerbado problemas como deslizamentos de terra e erosão, modificando de forma significativa a paisagem e o relevo da região (Bessani *et al.*, 2018).

Neste contexto, este artigo tem como objetivo principal identificar e analisar as transformações espaciais e ambientais ocorridas na sub-bacia hidrográfica do Rio Madeira ao longo das últimas décadas. O estudo visa compreender a evolução do uso da terra, as mudanças climáticas associadas e seus efeitos sobre o balanço hídrico, a incidência de focos de calor e incêndios, além dos impactos socioambientais resultantes. A análise proposta é essencial para delinear estratégias de gestão sustentável dos recursos hídricos e territoriais da região, buscando mitigar os impactos negativos e promover a conservação ambiental na bacia do Rio Madeira.

2. METODOLOGIA

Este estudo utilizou a catalogação e análise de dados geoespaciais para criar mapas que ilustram os principais aspectos da Bacia Hidrográfica do Rio Madeira. Utilizando o software QGIS, configurado com o Sistema de Coordenadas Projetadas no SIGAS 2000, foram integrados dados da ANA (2021), do IBGE (2022) e do *Natural Earth* (2022) para gerar um mapa de localização que facilita a compreensão da área de estudo.

Para analisar o uso e ocupação do solo na sub-bacia ao longo de três décadas (2002, 2012 e 2022), foram utilizados dados da plataforma MapBiomass, permitindo identificar padrões de mudança e tendências na região.

Adicionalmente, foi elaborado um mapa dos focos de calor nos estados do Acre, Mato Grosso, Amazonas e Rondônia, utilizando dados da ANA (2021), do IBGE (2022), do *Natural Earth* (2022) e do INPE (2023). Esses mapas e dados proporcionam uma análise integrada dos aspectos técnicos, ambientais e sociais da bacia, oferecendo uma visão abrangente das dinâmicas que afetam o Rio Madeira e orientando a gestão e conservação da área.

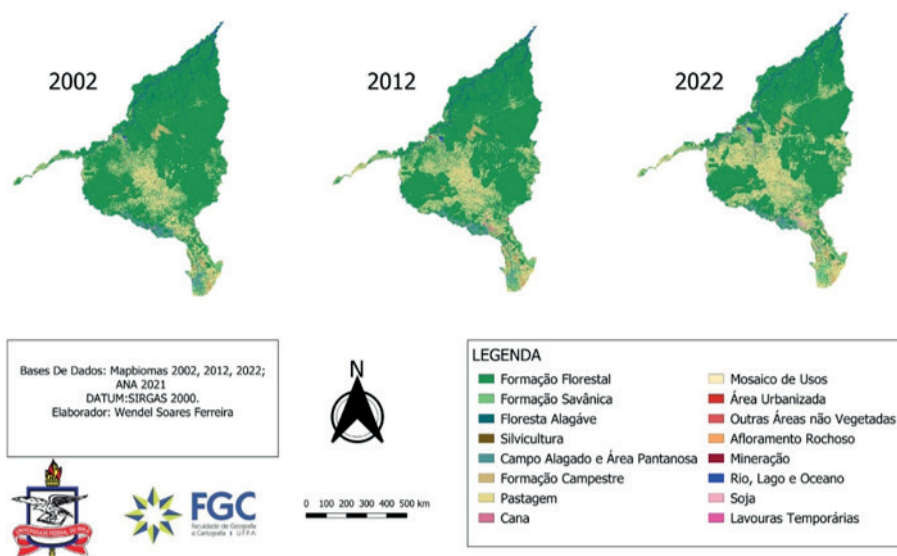
3. RESULTADOS

Na análise deste estudo, foi possível obter uma visão abrangente sobre as variações ambientais e climáticas na Bacia do Rio Madeira, destacando tanto sua perspectiva hidrográfica quanto os processos históricos de transformação no uso da terra. A pesquisa evidenciou que, durante os períodos de cheia, o Rio Madeira inunda vastas áreas da planície florestal, transportando troncos e sedimentos.

A ocupação do solo na sub-bacia foi investigada ao longo de três décadas (2002, 2012 e 2022), revelando um avanço acelerado do agronegócio, com o aumento das áreas de pastagem e cultivo de soja. Esse crescimento, como mostrado nos mapas analisados, tem

resultado em uma perda significativa de cobertura florestal, substituída por atividades agrícolas que desconsideram a preservação do bioma amazônico, contribuindo para consequências ambientais irreversíveis, incluindo impactos diretos nos processos de inundação da bacia.

Figura 1 – Mapa de uso e ocupação da sub-bacia do Rio Madeira



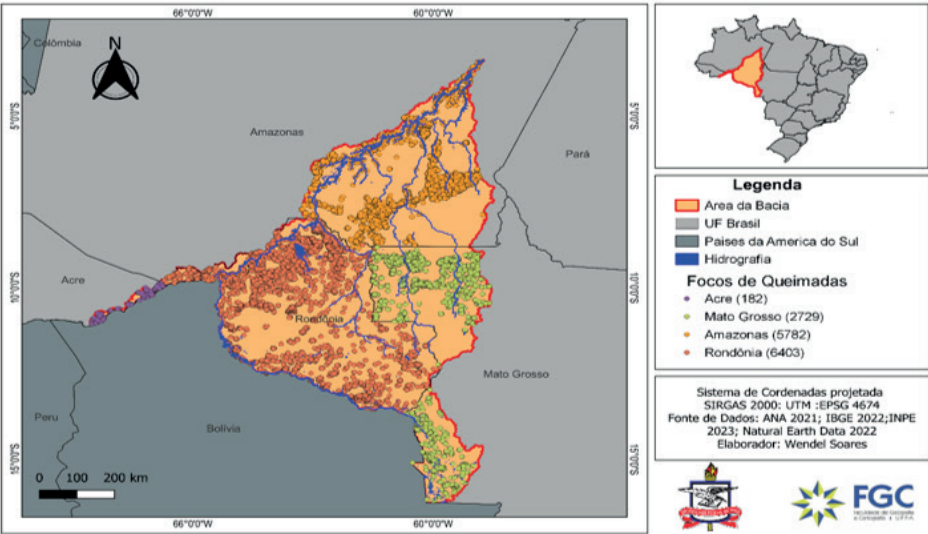
Fonte: Elaborada pelos autores.

Outro aspecto crítico examinado foi o aumento alarmante das queimadas na bacia, especialmente nos estados de Roraima e Amazonas. Essas queimadas, muitas vezes provocadas por práticas agrícolas e exacerbadas por períodos de seca, resultam na destruição de florestas tropicais, perda de biodiversidade e liberação de grandes quantidades de dióxido de carbono, intensificando o aquecimento global.

As consequências para as comunidades locais são severas, comprometendo sua subsistência ao destruir os recursos naturais dos quais dependem, como a pesca e a agricultura. A análise dos dados revela uma tendência preocupante de degradação ambiental

que afeta não só a biodiversidade, mas também a qualidade de vida das populações que habitam a região.

Figura 2 – Mapa de focos de queimadas na sub-bacia do Rio Madeira, 2023



Fonte: Elaborada pelos autores.

Adicionalmente, o estudo identificou variações significativas no regime hídrico da bacia ao longo das últimas décadas. Em 2014, o Rio Madeira registrou níveis de cheia sem precedentes, atingindo dois metros acima do recorde anterior de 1997. Contudo, menos de uma década depois, em 2023, a bacia enfrentou a maior seca dos últimos 56 anos, situação atribuída a fatores como o fenômeno El Niño, o aquecimento do Atlântico Norte e as emissões de gases de efeito estufa.

Esses eventos climáticos extremos, aliados à degradação da Amazônia, têm consequências devastadoras para a flora, fauna e as comunidades dependentes do Rio Madeira, demonstrando a urgência em se abordar as questões ambientais e climáticas de forma integrada e sustentável.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas na Bacia do Rio Madeira evidenciam os impactos significativos das atividades humanas e das mudanças climáticas sobre esse ecossistema vital da Amazônia. A perda acelerada de cobertura florestal, impulsionada pelo avanço do agronegócio, especialmente nas últimas décadas, tem resultado em mudanças profundas no uso do solo, comprometendo a integridade ecológica da região. Além disso, a intensificação das queimadas e as variações extremas no regime hídrico, com episódios de cheias históricas seguidos por secas severas, indicam uma tendência alarmante de degradação ambiental, cujas consequências são potencialmente irreversíveis.

Esses processos, que afetam tanto a biodiversidade quanto as comunidades locais, ressaltam a necessidade urgente de políticas públicas eficazes e de uma gestão ambiental integrada que contemple a conservação do bioma amazônico e a mitigação dos impactos antrópicos.

Diante dos resultados obtidos, fica claro que a Bacia do Rio Madeira está em um ponto crítico, onde as pressões socioeconômicas e as alterações climáticas demandam ações coordenadas e sustentáveis. As comunidades que dependem dos recursos naturais da região estão especialmente vulneráveis, e a continuidade dos processos atuais de degradação poderia levar a um colapso ecológico e social.

Portanto, é imperativo que futuros estudos e políticas considerem não apenas a preservação dos ecossistemas naturais, mas também o desenvolvimento de estratégias que promovam a resiliência das populações locais frente às mudanças climáticas e às transformações no uso da terra. Somente através de uma abordagem holística será possível reverter ou mitigar os danos e assegurar a sustentabilidade da Bacia do Rio Madeira para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

ADAMY, A. **Dinâmica fluvial do rio Madeira**. Porto Velho, RO: Eudfro, 2016.

- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – Cemaden/MCTI**. Disponível em: <https://www.gov.br/cemaden/pt-br>. Acesso em: 30 jul. 2024.
- BESSANI, A. S. *et al.* Fisiografia do Rio Madeira: Uma Análise Sobre a Formação, Estrutura e Processos Fluviais. **Arigó - Revista do Grupo PET e Acadêmicos de Geografia da UFAC**, v. 1, n. 01, p. 118-127, 2018.
- CALDARELLI, S. B.; KIPNIS, R. A ocupação pré-colonial da Bacia do Rio Madeira: novos dados e problemáticas associadas. **Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas**, v. 17, n. 30, 2017.
- HAYAKAWA, E. H.; ROSSETTI, D. D. E. F. Caracterização da Rede de Drenagem da Bacia do Médio e Baixo Rio Madeira. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v. 13, n. 4, 2013.
- SIQUEIRA JÚNIOR, J. L.; RODRIGUEZ, D. A.; TOMASELLA, J. Estudos dos efeitos das mudanças globais na bacia do rio Madeira. *In*: SIMPÓSIO DE RECURSOS HÍDRICOS DO NORDESTE, 12., 2014, Natal. **Anais [...]**. Natal: [s. n.], 2014. v. 109.
- SOUZA, R. S.; ARAÚJO, L. M. N. de. **Análise geoambiental preliminar da hidrovia do Rio Madeira, Amazônia, Brasil**. Serviço Geológico do Brasil, CPRM, 2001.

OS LAGOS DO PARQUE ESTADUAL DO UTINGA, BELÉM, PARÁ

Uma análise de um ano de el niño

Erick da Cruz Olivier⁸⁵

Emmanuel Luiz Craveiro de Souza⁸⁶

Rita Denize de Oliveira⁸⁷

Palavras-chave: Lagos; Parques urbanos; Abastecimento; Ecossistema; Amazônia.

1. INTRODUÇÃO

Os parques urbanos se formam a partir da contraposição da expansão urbana no território, com o intuito de fornecer um espaço para a preservação e contemplação da natureza (Boland, 2004). Nesse contexto, emerge o Parque Estadual do Utinga, em Belém do Pará, que se caracteriza como um espaço público que atende às diversas demandas da região metropolitana na qual está inserido, entre elas destacando-se a água.

⁸⁵ Graduando em Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal do Pará – Campus Belém. E-mail: erick.olivier@ifch.ufpa.br.

⁸⁶ Graduando em Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal do Pará – Campus Belém. E-mail: emmanuelluiz117@gmail.com.

⁸⁷ Professora Adjunta da Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará – Campus Belém. E-mail: ritadenize@ufpa.br.

Os lagos Água Preta e Bolonha do parque são mananciais essenciais para a logística da distribuição e tratamento de água, responsáveis pelo abastecimento da maioria dos distritos administrativos da capital, com exceção dos distritos de Icoaraci, Outeiro e parte de Mosqueiro (Nobert *et al.*, 2010). Entretanto, os lagos vêm sofrendo inúmeras interferências antrópicas em decorrência do crescimento urbano e da deficiência no tratamento, impactando a função social e ecológica dos lagos.

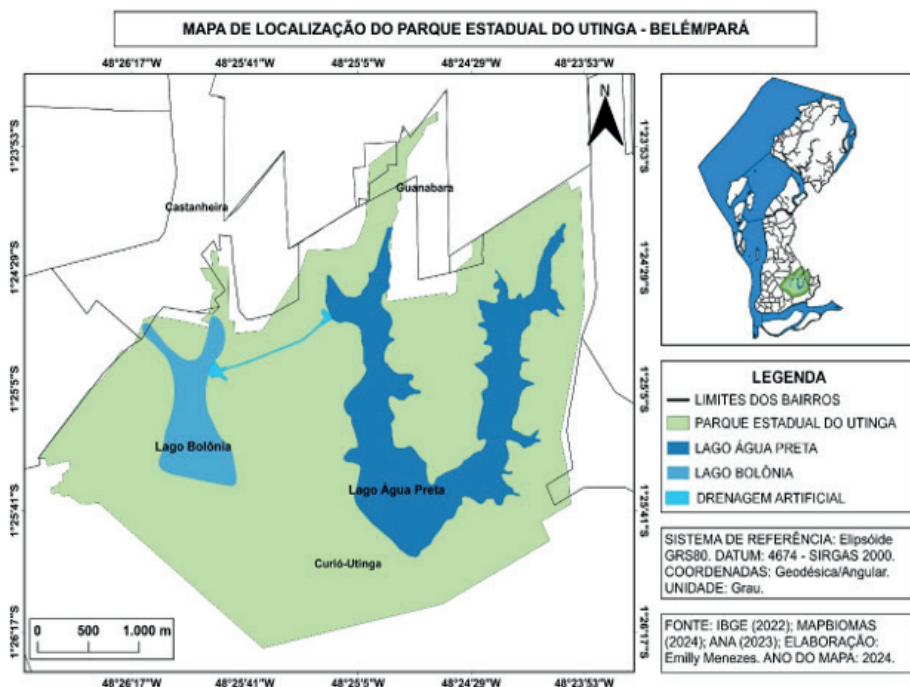
O trabalho tem como objetivo pontuar e discorrer sobre as mudanças nas paisagens dos lagos em período de estiagem, relacionado à anormalidade climática do El Niño e suas consequências para a população em seu entorno, utilizando o ano de 2023.

2. ÁREA DE ESTUDO

Localizados na região metropolitana de Belém, os lagos Bolonha e Água Preta estão inseridos em uma área de Unidade de Conservação (UC), o Parque Estadual do Utinga, que ocupa bairros dos municípios de Belém e Ananindeua: Curió-Utinga, Guanabara, Castanheira e Águas Lindas.

Os lagos são abastecidos pela hidrografia do rio Aurá e por parte dos igarapés Tucunduba e Uriboquinha, sub-bacia do igarapé Mucutu, além de serem supridos por um sistema de drenagem artificial implantado pela COSANPA, a fim de compensar a deficiência hídrica dos mananciais (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de localização do Parque Estadual do Utinga – Belém/Pará



Fonte: Menezes (2024).

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O presente trabalho pautou-se na pesquisa bibliográfica, produção cartográfica e trabalho de campo (realizado no ano de 2023). A pesquisa bibliográfica baseia-se em livros, teses e artigos relacionados ao tema em questão, tais como o conceito de lago (Suguio, 2003), El Niño (Molion, 2023), o abastecimento de água em Belém, entre outros trabalhos pesquisados em sites acadêmicos como *Google Scholar* e *SciELO*. A produção cartográfica utilizou imagens de satélite obtidas por meio do software livre *Google Earth Pro*.

4. RESULTADOS

O lago se caracteriza por um habitat lântico, cuja formação consiste em uma depressão na superfície terrestre preenchida por água (Suguio, 2003). A tipologia dos lagos Bolonha e Água Preta é artificial, criada pelo homem para sua própria finalidade. Foram influenciados pela necessidade de distribuição e tratamento de água realizada desde o final do século XIX, a fim de captar fontes de água para o abastecimento da cidade de Belém (Almeida, 2010).

Atualmente, o entorno do Parque Estadual do Utinga vem sofrendo uma urbanização crescente e desordenada, com assentamentos espontâneos em diversos terrenos privados e públicos, dificultando, na maioria das vezes, o acesso à água por parte desses residentes, devido à ausência de logística.

A discussão sobre a democratização da água na capital paraense está ligada, indiretamente, ao fenômeno climático de escala global e regional El Niño – Oscilação Sul (ENOS), que consiste em um processo atmosférico-oceânico influenciado pela intensidade dos ventos alísios na corrente marítima de Humboldt, que ocorre no Oceano Pacífico Equatorial (Molion, 2017). O El Niño se origina a partir do enfraquecimento ou inversão dos ventos alísios, o que, consequentemente, ocasiona um aquecimento anormal no oceano, afetando diversas regiões do mundo. Na região amazônica, esse fenômeno se caracteriza por intensas estiagens ao longo das épocas de chuva e seca, com baixa precipitação durante todo o período em que atua (Foley *et al.*, 2002).

Segundo Odum (1953), o ecossistema consiste no sistema de interações que ocorrem entre fatores bióticos e abióticos em uma unidade funcional, enfatizando sua interdependência e a causalidade entre os agentes. Tricart (1977) discorre sobre a dinamicidade dos ecossistemas e sua fragilidade diante das ações exógenas. Com isso, sob os efeitos do fenômeno climático do El Niño, os lagos Bolonha e Água Preta expressam alterações significativas na paisagem, somadas ao intenso uso dos mananciais para o abastecimento, ocasionando um desequilíbrio ecológico.

Figura 2 – Lagos Bolonha e Água Preta no mês de junho de 2023



Fonte: Elaborada pelos autores.

De acordo com o mapa da figura 2, é possível notar a baixa quantidade hídrica presente no lago devido ao período de intensa estiagem. Conforme o INMET (2023), o volume pluviométrico de toda a região amazônica esteve abaixo da média, principalmente no centro-norte, com a anomalia climática do El Niño ainda mais acentuada, tendo no ano de 2023 o segundo mês de setembro mais seco em Belém/PA desde 1961.

Devido à seca, é notório que há predominância de vegetação de macrófitas nos lagos, decorrente do processo de eutrofização, o qual está relacionado ao aumento de nutrientes disponíveis para os fitoplânctons. A eutrofização artificial seria o aceleração do processo a partir dos efluentes domésticos e industriais. O efeito direto seria o desequilíbrio no ecossistema, por haver uma quantidade maior de matéria orgânica do que de organismos vivos, podendo causar a asfixia desses e a perda de inúmeras espécies da ecologia

dos lagos (Carvalho, 2004). Segundo Souza *et al.* (2024), observa-se uma expansão da cobertura vegetal em períodos de El Niño, como é visto na imagem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, fica evidente que os lagos Bolonha e Água Preta, elementos essenciais para o abastecimento de água de Belém, são diretamente impactados tanto pelas ações antrópicas quanto pelos fenômenos climáticos globais, como o El Niño. A urbanização no entorno do Parque Estadual do Utinga agrava a fragilidade desses ecossistemas, intensificando os desequilíbrios ecológicos e comprometendo a qualidade de vida da população local. Dessa forma, é imprescindível que haja uma gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos, aliada a políticas públicas que promovam a democratização do acesso à água e a mitigação dos efeitos climáticos, assegurando a preservação dos lagos e o bem-estar da população.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. M. R. **As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- CARVALHO, S. L. de. **Eutrofização artificial: um problema em rios, lagos e represas**. Três Lagoas/MS: UNESP, 2004. Disponível em: <https://www2.feis.unesp.br/irrigacao/ctl28082004.php>. Acesso em: 29 nov. 2024.
- CRANZ, G.; BOLAND, M. Defining the sustainable park: a fifth model for urban parks. **Landscape Journal**, v. 23, n. 2, p. 103-120, set. 2004.
- FOLEY, J. A.; BOTTA, M. T.; COE, M. H. C. The El Niño/southern oscillation and the climate, ecosystems and rivers of amazon. **Global Biogeochemical Cycles**, v. 2, p. 1-5, 2002.
- INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA – INMET. **Seca atinge centro-norte da Amazônia**. 2023. Disponível em: <https://portal.inmet.gov.br/noticias/seca-atinge-centro-norte-da-amaz%C3%B4nia>. Acesso em: 20 nov. 2024.

- MENEZES, E. **Mapa de localização do Parque Estadual do Utinga – Belém/Pará**. [Mapa]. Escala 1:25.000. Belém, 2024. Elaborado com dados de IBGE (2022), MapBiomias (2024) e ANA (2023).
- MOLION, L. C. B. Gênese do El Niño. **Revista Brasileira de Climatologia**, [S. l.], v. 21, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/rbclima/article/view/14026>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- NORBERT, F.; MENDES, R. L. R.; FERNADES, L. L. **A sustentabilidade do sistema de abastecimento de água: da captação ao consumo de água em Belém**. Belém: NUMA/ ITEC/UFPA, 2010.
- ODUM, E. P. **Fundamentals of Ecology**. 3. ed. Philadelphia: W.B. Saunders Company, 1971.
- SOUZA REIS, B. V.; MENEZES, E. P. C.; OLIVIER, E. da C.; OLIVEIRA, R. D. de. Os lagos do Parque Utinga: uma abordagem multitemporal das dinâmicas das águas e uso dos recursos hídricos, Belém, Pará. *In: ENCONTRO DE CARTOGRAFIA*, 3., 2024, Belém. **E-book do 3º Encontro de Cartografia – ENCart 2024: A Cartografia no Contexto das Mudanças Climáticas e Contribuições para a COP30**. Belém: [s. n.], 2024. p. 10-14.
- SUGUIO, K. **Geologia sedimentar**. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.
- TRICART, J. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

RISCO HIDROLÓGICO E SOCIOAMBIENTAL NA SUB-BACIA DO RIO JURUÁ

Viviane Miranda⁸⁸

Aline Cavalcante⁸⁹

José Emanuel Mineiro⁹⁰

Palavras-chave: Bacia; Juruá; Indígenas; Vulnerabilidade; Rio.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como desígnio apontar a importância da vegetação e as influências do homem no meio em que vive. Segundo Thomáz (2010), grande parte da biodiversidade do mundo é encontrada no Brasil, que possui aproximadamente 10% dos recursos naturais, resultado da região amazônica, caracterizada como um macrodomínio pela combinação de diversos elementos referentes às paisagens naturais, conhecida mundialmente pelo seu grande conjunto de recursos hídricos e bióticos, que asseguram um desenvolvimento socioecológico distinto e único dos demais.

⁸⁸ Graduanda da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: vivianemiranda-santo100@gmail.com.

⁸⁹ Graduanda da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: alinecaval210@gmail.com.

⁹⁰ Graduando da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: jemanuel.msoares@gmail.com.

No entanto, há desafios que tangem à conservação, tornando-se frequentes em virtude das queimadas, desmatamento, expansão urbana e agrícola, entre outros. Ademais, o bioma amazônico ainda sofre variações na região devido às mudanças climáticas globais, decorrentes de causas naturais e antrópicas. Essas mudanças resultam em secas, altas temperaturas, extinção de espécies e outras alterações climáticas — grandes ou pequenas modificações nos modelos de temperatura do planeta. Em suma, a Amazônia exerce uma função relevante no ciclo de carbono planetário, sendo considerada uma região de grande risco. Conforme Salário (2001), o equilíbrio hodierno e dinâmico da atmosfera amazônica está sujeito a forças de transformação que elevam as variações climáticas e podem ser estudadas sob três diferentes aspectos.

O trabalho tem como objetivo principal apresentar a evolução do uso do solo na Bacia Hidrográfica do Juruá — nos últimos 10 anos — e os avanços da seca extrema nessa bacia, que geram impactos nas comunidades ribeirinhas e indígenas que residem nessas áreas.

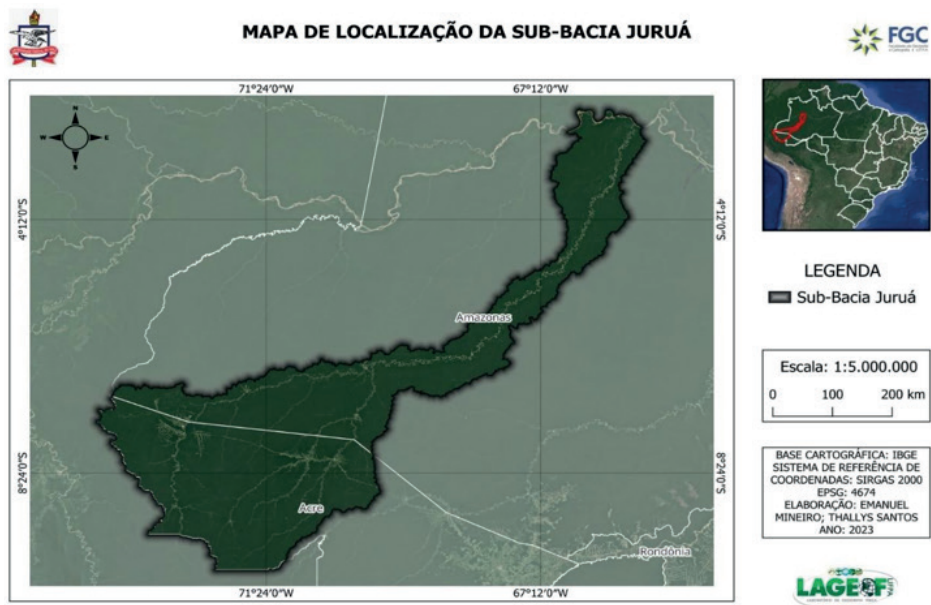
2. METODOLOGIA

A metodologia empregada na execução do trabalho consistiu em pesquisas bibliográficas, artigos e sites que forneceram informações indispensáveis e relevantes para o desenvolvimento da pesquisa, como: dados de queimadas, focos de calor, aspectos físicos e sociais, além das mazelas encontradas na região. Foram utilizadas informações fornecidas pelo MapBiomas, TerraClass, INPE e pelo site da ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico). Em suma, utilizou-se o software QGIS para a análise e elaboração dos mapas de localização e de cobertura e uso do solo.

A área de estudo analisada é a Bacia Hidrográfica do Rio Juruá, localizada nos estados do Amazonas e Acre. Apresenta um grande número de meandros e uma planície de alagamento, onde se encontram diversos rios e lagos, sendo considerado o rio mais sinuoso da Bacia

Amazônica. Sua nascente localiza-se no Peru, com afluentes no Rio Solimões. Ademais, em suas margens situam-se municípios importantes, como Eirunepé (no Amazonas) e Cruzeiro do Sul (no Acre).

Figura 1 – Mapa de localização da sub-bacia Juruá



Fonte: Elaborada pelos autores.

3. RESULTADOS

Hodiernamente, as ações antrópicas geram graves problemas ambientais, principalmente por meio da urbanização e da expansão agropecuária. O processo de ocupação e a intensa urbanização vêm ocasionando diversas mudanças no meio ambiente, acarretando sérias preocupações, sobretudo nos últimos anos (Silva *et al.*, 2014). O crescimento populacional, atrelado à falta de políticas habitacionais, gerou e ainda gera uma ocupação desordenada em várias regiões do Brasil. Na região amazônica, não é diferente: o processo de ocupação

e a formação urbana na região se deram de forma desordenada e precária (Costa *et al.*, 2016).

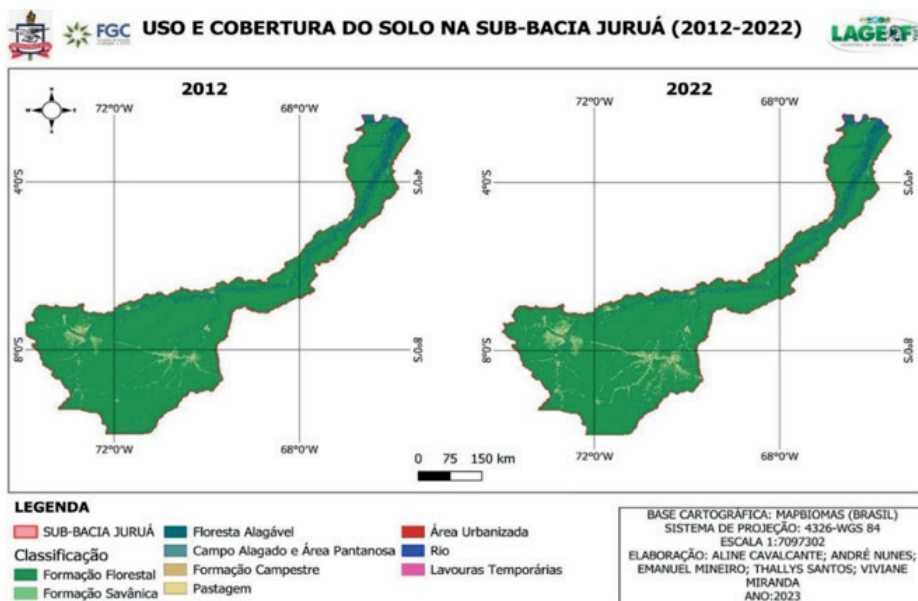
O desenvolvimento da região amazônica foi marcado por três grandes fases: a exploração de drogas do sertão; o extrativismo vegetal da borracha e da castanha-do-Brasil; e as frentes agropecuária-mineiras combinadas com a exploração de madeira. Esse desenvolvimento econômico ocorreu de forma desordenada, sem a preocupação com os dados econômicos, sociais e ambientais (Fadell, 1997).

Diante disso, essas ações antrópicas são um dos principais responsáveis pelos problemas ambientais dessa região, sendo o principal deles o desmatamento. Os principais usos do solo amazônico são: agropecuária; exploração seletiva de madeira; mineração; produção de energia (hidrelétrica, petróleo e gás natural); e extrativismo, que intensificam ainda mais o desmatamento. De acordo com o Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas (2012), 95% das terras da bacia do Juruá estão cobertas por florestas, 2,4% encontram-se ocupadas por atividades antrópicas e 2,1% ocupadas por água.

Além do desmatamento, também existem outros tipos de impactos diretos nessa sub-bacia e nos povos que se estabelecem ao redor dela. Um deles está relacionado ao aumento do nível da água durante os períodos de chuva intensa. Isso ocorre devido ao desmatamento e à ocupação desordenada das áreas próximas ao rio, que resultam em maior escoamento superficial e maior volume de água nos afluentes que deságuam no rio Juruá. Ademais, o aumento da atividade agrícola e pecuária nas áreas adjacentes ao rio tem levado ao despejo de agrotóxicos, fertilizantes e resíduos orgânicos na água, comprometendo sua qualidade e afetando a vida aquática e a potabilidade.

Com isso, a análise do mapa de uso e cobertura do solo gerado (Figura 2) permite perceber um aumento das áreas de pastagens e também da área urbana.

Figura 2 – Mapa de uso e cobertura do solo (período de 10 anos)



Fonte: Elaborada pelos autores.

Como podemos observar no mapa elaborado, houve um grande aumento das áreas de pastagens em um período de dez anos. Junto a isso, também ocorreu o aumento da área urbana e a redução das florestas, não em razão da urbanização, mas sim pela expansão da pecuária na área. O mapa também demonstrou que a supressão florestal está relacionada ao aumento da área de pastagem. As alterações no uso do solo são patentes em todas as regiões; no entanto, na região amazônica, esse processo é intensificado e desperta atenção, tendo em vista o alto índice de desmatamento (Mello; Feitosa, 2020), resultante da ocupação desestruturada e precária, ocorrida em meados do século XX, por meio da implantação de grandes projetos desenvolvimentistas que visavam à integração da Amazônia ao restante do país e ao desenvolvimento econômico da região.

Com isso, nota-se que a bacia do rio Juruá passou — e ainda passa — por intensas transformações. A área ocupada pelo rio

apresenta variações ao longo dos anos, com o aumento da área de ocupação do leito, sendo possível que esse aumento seja resultado do assoreamento acumulado ao longo do tempo, tendo em vista que suas margens apresentam ausência de matas ciliares. A inexistência dessa vegetação resulta na intensificação dos processos de erosão e assoreamento e, conseqüentemente, gera a diminuição da calha do rio, o que pode ocasionar o aparente aumento do seu leito.

Além disso, considerando as mudanças climáticas atuais, percebe-se cada vez mais frequente a ocorrência de eventos naturais extremos, sejam inundações ou escassez hídrica. A falta de chuvas e a estiagem no rio Juruá têm sido consideradas como as principais promotoras de focos de incêndio, sendo que a destruição causada pelos focos de calor se mostrou fortemente relacionada às atividades antrópicas.

A população indígena e ribeirinha que reside próxima ao rio Juruá é a mais afetada pela crise climática, tanto pelas longas estiagens (secas) quanto pelos transbordamentos dos rios devido aos grandes volumes de chuva. Povos da Terra Indígena Kulina do Igarapé do Pau (Acre), da Terra Indígena Kaxinawá da Praia do Carapã (Acre – Alto Juruá e Purus) e do Vale do Javari, entre outros, ficam isolados e enfrentam dificuldades de acesso à água potável. A seca afeta inúmeras terras indígenas da Amazônia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises climáticas e hídricas da sub-bacia hidrográfica do Juruá, conclui-se que o entendimento desses componentes é fundamental para o desenvolvimento de estratégias adequadas de gestão e conservação desse importante ecossistema. As análises climáticas revelam que a região da sub-bacia apresenta características tropicais, com alta precipitação pluviométrica na maior parte do ano, o que influencia diretamente o regime hidrológico local. Além disso, a identificação e o monitoramento dos padrões climáticos permitiram

compreender melhor as variações sazonais e os eventos extremos, como os períodos de seca e enchentes, auxiliando no estabelecimento de medidas de prevenção e manejo hídrico.

REFERÊNCIAS

- BANT, A. **Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo:** Bacia do Juruá. 1. ed. Brasília: [s. n.], 2008. Disponível em: http://cggamgati.funai.gov.br/files/2514/8829/1721/jurua_pt.pdf. Acesso em: 8 nov. 2024.
- COSTA, S. M. F.; VALOTA, E. C. S.; OLIVEIRA, I. G.; MONTÓIA, G. R. M.; SANTOS, E. A. Crescimento urbano e ocupação da várzea em pequenas cidades da Amazônicas: uma discussão premente. **Revista Geografia, Ensino & Pesquisa**, v. 20, n. 1, p. 114-129, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2236499419094>. Acesso em: 8 nov. 2024.
- PEREIRA, J. M. da S. *et al.* Análise geoambiental da bacia hidrográfica do rio Juruá, na Amazônia Ocidental. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 9, n. 1, 2016.
- THOMÁZ, A. M. **Desmatamento:** causas, consequências e soluções sustentáveis. 2010. Monografia (Especialização) – Curso de Gestão Ambiental, Instituto Vez do Mestre, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2010.

ETNOGÊNESE QUILOMBOLA, LUTA POR RECONHECIMENTO E DIREITOS SOCIOTERRITORIAIS NO MARAJÓ – PA

Edson Rogério Nascimento Cruz⁹¹

A história do Marajó envolve latifúndios, pecuária e, recentemente, a monocultura. O reflexo dessa realidade foi a invisibilização das populações tradicionais rurais daquela região. No entanto, a presente conjuntura trouxe para o debate público questões como o aquecimento global e as mudanças climáticas, atribuindo mais importância aos modelos de exploração dos recursos naturais realizados em harmonia com a natureza. Assim sendo, a forma como comunidades tradicionais de biomas ainda preservados se relacionam com o meio ambiente foi posta em debate como exemplo positivo para superar os desafios climáticos percebidos em diversos pontos do planeta.

A Ilha de Marajó comporta um bom exemplo desse cenário quando consideramos as comunidades quilombolas localizadas, principalmente, na parte oriental do arquipélago. Com a emergência de uma nova agenda reivindicatória em favor dos territórios dessas comunidades, percebeu-se que os obstáculos a serem superados não se resumiam às questões envolvendo a terra, mas também à fragilidade econômica local, que precariza a realidade das populações tradicionais e potencializa o impacto ambiental.

⁹¹ Membro do Grupo de Estudos Afro-Amazônicos (GEAM) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

A valorização do extrativismo sustentável e da bioeconomia surgiu como uma janela de oportunidade para superar essa situação. Contudo, a despeito das ações promovidas em função da COP 30, as políticas públicas voltadas para impulsionar tais práticas, nos últimos anos, foram insuficientes para melhorar a qualidade de vida nas comunidades quilombolas. Um caso emblemático a esse respeito foi constatado ao longo de uma pesquisa que realizamos na comunidade de Caldeirão, em Salvaterra, Marajó – Pará.

METODOLOGIA

A metodologia adotada se iniciou com o levantamento bibliográfico acerca do tema. Após essa etapa, partiu-se para a coleta de dados na comunidade. Nesse momento, os passos percorridos foram os seguintes:

- Realização de entrevistas estruturadas e não estruturadas com lideranças e moradores locais;
- Análise documental;
- Apontamento dos dados colhidos sobre a vida e as práticas dos habitantes da comunidade.

No que tange aos contatos com a comunidade e seus agentes, foram efetuadas três viagens ao povoado onde a pesquisa foi realizada ativamente. A primeira viagem teve como finalidade a ambientação com a realidade local, além de confirmar a autorização para a aplicação da pesquisa e, oportunamente, colher os primeiros dados. A segunda viagem teve como objetivo principal realizar visitas aos moradores mais antigos e aplicar as entrevistas programadas, além de observar a rotina da comunidade. O terceiro deslocamento ao campo de pesquisa ocorreu por ocasião de outra investigação relacionada, cujo tema foi a juventude do lugar.

RESULTADOS: CALDEIRÃO, OS DE DENTRO E OS DE FORA

A comunidade de Caldeirão faz parte de Salvaterra, estando relativamente próxima à sede do município. Ela também se localiza próxima ao município de Soure, do qual é separada pelo rio Paracauari, que margeia parte considerável do território da comunidade.

Caldeirão é a mais populosa entre as comunidades de Salvaterra. A via de acesso principal à comunidade está situada nas proximidades do quilômetro 32 da PA-154, a alguns metros do porto da balsa que interliga os municípios de Salvaterra e Soure. Essa via se inicia entre áreas arborizadas ao longo dos primeiros metros, para, em seguida, surgirem as primeiras casas.

Antes de se tornar um território quilombola, Caldeirão apresentava outra realidade. Segundo relatos de alguns dos moradores mais antigos do lugar, a comunidade possuía uma dinâmica socioespacial própria, com interferência mínima de fatores externos. A comunidade vivia em relativo isolamento; em outras palavras, era reduzida a presença de sujeitos de fora.

A vida era difícil e os benefícios oriundos de políticas governamentais eram escassos. Toda a produção era destinada à subsistência, favorecendo transações não monetárias entre os habitantes locais, como a cultura da dádiva⁹² e/ou do escambo. Se um núcleo familiar detinha um produto, não lhe era custoso doar parte dele a

⁹² Entendemos a dádiva aqui segundo o ideal de Marcel Mauss, ou seja, algo que envolve vários elementos e produz alianças de diversas ordens, tais como matrimoniais, políticas, religiosas, econômicas, jurídicas e diplomáticas. “Ela inclui não só presentes como também visitas, festas, comunhões, esmolas, heranças, um sem número de ‘prestações’ [...]” (Mauss, 1983, p. 147 *apud* Lanna, 2000, p. 175). A dádiva é aquilo que aproxima e torna os indivíduos semelhantes, embora não seja desinteressada, pois gera a expectativa de retribuição. Para Mauss (1983, p. 147 *apud* Lanna, 2000, p. 178), “[...] as trocas são simultaneamente voluntárias e obrigatórias, interessadas e desinteressadas, [...] mas também simultaneamente úteis e simbólicas”.

outro núcleo ou a outro membro próximo; podia haver, da mesma forma, a simples troca. Ou seja, se um membro possuía um artefato e lhe faltava outro, era comum o intercâmbio de interesses entre ele e qualquer um de seus pares, formando uma relação na qual ambos buscavam suprir suas respectivas necessidades.

Segundo os entrevistados, não havia na comunidade uma organização política no sentido institucional formal. Em vez disso, a organização social era regulada pelo que podemos chamar de sistema jurídico local, nos moldes daquele abordado por Cardoso (2008).

Um conjunto de autores, entre eles Moore (2001), Geertz (1987), Nader (1997), Malinowski (2004), compreendem a ordem jurídica em várias sociedades como aspectos culturalmente construídos. [...] Tais práticas jurídicas refletem os aspectos culturais que têm como perspectiva maior a manutenção do território, a constituição da própria sociedade (Cardoso, 2008, p. 132).

Toda a organização territorial em Caldeirão era sustentada pela disposição dos núcleos parentais, que se coordenavam em torno da pessoa responsável pelo domicílio⁹³. O espaço de cada núcleo familiar era respeitado pelos demais, o que não impedia os eventuais intercursos matrimoniais entre os membros de cada um deles.

Em relação às práticas econômicas, essas famílias executavam atividades como o extrativismo, a pesca artesanal e o cultivo de mandioca. Não havia uma grande concentração demográfica no local; as casas preservavam uma relativa distância entre si. No entanto, com o transcorrer dos anos e com a própria expansão das cidades contíguas à

⁹³ A princípio, pensamos em usar os termos “patriarca” e/ou “matriarca”. No entanto, decidimos utilizar um conceito atualizado disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a saber, responsável pelo domicílio — “Pessoa de 10 anos ou mais de idade, reconhecida pelos demais moradores como responsável pela unidade domiciliar” (IBGE, 2023). Assim, evitamos que a pessoa de referência da unidade familiar fosse reduzida à figura masculina, como comumente era feito anteriormente.

comunidade, o assédio imobiliário foi se tornando maior. Pouco antes da década de 1990, a composição espacial da comunidade começou a mudar, conforme os “de fora” — novos moradores — chegavam. Isso alterou a composição étnica de Caldeirão.

Os “de fora” representam uma categoria de indivíduos não originários da comunidade, que se estabeleceram no local a partir das décadas finais do século XX, após comprarem lotes de terra de moradores mais antigos. Chegados recentemente, eles trazem consigo crenças, modos de vida e costumes distintos dos compartilhados pelos nativos. Com a presença deles, a comunidade passa por um adensamento demográfico, impactando, em certa medida, a maneira como os habitantes antigos interagem entre si e com o lugar.

Algumas das explicações para o estabelecimento desses novos moradores em Caldeirão dizem respeito à proximidade da comunidade com a sede dos municípios de Soure e Salvaterra, ao preço acessível da terra e à viabilidade para estabelecer novos empreendimentos — entre eles, os comerciais e os religiosos, por exemplo.

Em se tratando da relação com os “de dentro”, nada indica que eles não sejam aceitos. Talvez tenham suas presenças contestadas em alguns momentos, justamente pelo fato de alterarem a dinâmica socioespacial existente na comunidade — algo perceptível, sobretudo, pela mudança da paisagem local, cujo efeito imediato se reflete no enfraquecimento das atividades agroextrativistas praticadas pelos moradores estabelecidos há mais tempo. Isso, pode-se inferir, carrega o potencial de alterar a relação harmoniosa com a natureza, adotada pelo modo de vida dos “de dentro”. Assim, ao colidirem com a etnogênese⁹⁴ de Caldeirão, os forasteiros — podemos assim considerá-los — impactam o equilíbrio ecológico do território.

Nota-se, diante disso, o potencial político da etnogênese na luta por garantia de direitos das comunidades, visto o papel dela

94 Emergência da identidade étnica.

para a posterior afirmação da identidade quilombola⁹⁵. Todavia, essa empreitada não foi e não vem sendo uma tarefa simples, porque a presença dos indivíduos vindos de fora fragiliza a luta da comunidade por garantia de direitos.

Tal fenômeno se estabelece e parte do interior do território, o qual é delimitado pela fronteira étnica. Para Barth (1998, p. 195), “as fronteiras às quais devemos consagrar nossa atenção são, é claro, as fronteiras sociais, se bem que elas possam ter contrapartidas territoriais”. Qual a repercussão disso? Caldeirão, ao vivenciar o processo de emergência da etnicidade e da identidade étnica como instrumento político, passa a consolidar sua fronteira étnica em um movimento que envolve interações sociais entre indivíduos de culturas distintas, entre outros fatores. Ora, “situações de contato social entre pessoas de culturas diferentes também estão implicadas na manutenção da fronteira étnica” (Barth, 1998, p. 196). Almeida (2002, p. 75-76) contribuiu para esse debate ao afirmar:

A fronteira étnica não é vista como coincidindo necessariamente com critérios raciais, culturais ou linguísticos [...]. O componente político-organizativo, que demanda condições para a reprodução econômica e cultural do grupo, funciona como aglutinador e explica a capacidade mobilizatória.

Sendo assim, a fronteira étnica se mostra como o território onde a unidade política, sustentada pela identidade étnica, irá se

⁹⁵ Com base nas informações obtidas por meio dos depoimentos dos moradores entrevistados ao longo de nossa pesquisa de campo, podemos dizer que a identidade quilombola deles está vinculada à cor, à raça, à origem comum (embora essa compreensão não seja tão rígida) e ao vínculo territorial. Foi frequente a alusão a esses aspectos nas falas dos indivíduos consultados. Tal consideração vai ao encontro do entendimento de Arruti (2006, p. 284): “A ‘remanescência’, assimilada à cor, à raça, à origem e ao vínculo territorial [...] remete a algo ‘interno’, que parece fazer parte da própria natureza do grupo e que deve ser, integralmente, aceita para que se transforme em instrumento [político] de libertação”. Registre-se o fato de o termo “remanescente” ter, paulatinamente, cedido espaço para o termo “comunidade quilombola”.

instaurar. Além dessa busca pela unidade política, o universo da identidade étnica é formado por particularidades fenotípicas, sociais, culturais, bem como pela diferenciação entre Nós/Eles. Quando esses princípios são violados por um fluxo migratório que ultrapassa uma dada fronteira étnica — como no caso da relação simbiótica entre nativos e forasteiros em Caldeirão —, “[...] qualquer variação no tamanho de um deles deve acarretar efeitos importantes sobre outro” (Barth, 1998, p. 16).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um modo de notar esse fato vem da maneira como aqueles estabelecidos historicamente na comunidade se relacionam com o território e com o meio ambiente. Portanto, a falta de políticas públicas e a morosidade em garantir os direitos dessa parcela da população atentam contra o processo de etnogênese vivenciado por ela. Isso tem impactos sociais profundos, pois favorece o fluxo migratório do campo para a cidade, e impactos ambientais significativos, pois o estabelecimento de um modelo econômico sustentável que preserve a floresta perde um importante vetor: o modo de vida tradicional das comunidades quilombolas.

A luta pelo reconhecimento de direitos travada pelos quilombolas traz a oportunidade para uma reflexão mais ampla, ao evidenciar como a proteção de um direito local tem alcance global — repercutindo, inclusive, nos esforços para contenção das mudanças climáticas como um direito da humanidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. Os Quilombos e as Novas Etnias. *In*: O'DWYER, E. C. (Org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

- ARRUTI, J. M. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana**, v. 3, n. 2, p. 7-38, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131997000200001&script=sci_arttext. Acesso em: 17 nov. 2010.
- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. (Orgs.). **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.
- CARDOSO, L. F. C. e. **A constituição local**: direito e território na comunidade de Bairro Alto, na Ilha de Marajó – Pará. 2008. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2008.
- DEUS, Z. A. de. **Ananse tecendo teias na diáspora**: uma narrativa de resistência e luta das herdeiras e dos herdeiros de Ananse. Belém: Secult/PA, 2019.
- HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: [s. n.], 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Atlas geográfico escolar**. 9. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- LANNA, M. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. **Rev. Sociol. Polit.**, n. 14, p. 173-194, 2000. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782000000100010>. Acesso em: 10 jun. 2011.
- MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.
- PESQUISADORES comprovam efeito protetivo de saberes ancestrais. **Jornal da Unicamp**, Campinas, Edição 705, 2024. Disponível em: <https://jornal.unicamp.br/edicao/705/pesquisadores-comprovam-efeito-protetivo-de-saberes-ancestrais/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

A PIRACEMA E A IMPLEMENTAÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS NO RIO MADEIRA

Impactos na ancestralidade das
comunidades tradicionais pela
lógica de capital

João Victor Soares Braga⁹⁶

Marina Cândia Cunha⁹⁷

Monique Thayane Rodrigues Arnoud⁹⁸

Palavras-chave: Ancestralidade; Hidrelétricas; Rio Madeira; Piracema; Impactos.

1. INTRODUÇÃO

É fato que a alimentação, vestimenta, comportamento e modo de vida são talhados a partir dos saberes ancestrais de cada comunidade. Partindo dessa premissa, é importante ressaltar que o alimento está intrinsecamente ligado ao sustento familiar e ao consumo próprio. Dito isso, é notório que as grandes construções de usinas alteram o curso

⁹⁶ Graduando em Direito. FAD/ICJ/UFPA. E-mail: joao.braga@icj.ufpa.br.

⁹⁷ Graduando em Direito. FAD/ICJ/UFPA. E-mail: marinacancio20@gmail.com.

⁹⁸ Graduando em Direito. FAD/ICJ/UFPA. E-mail: moniqueethayane@gmail.com.

da água, bem como geram desmatamento e degradação das encostas dos rios, trazendo, como consequência, impactos significativos para as famílias que vivem dos recursos retirados das águas. Ademais, é válido pontuar que esses impactos geram perdas na ancestralidade dessas comunidades.

O presente estudo tem como objetivo a análise do fenômeno dos impactos causados pela construção de usinas hidrelétricas no rio Madeira e seus desdobramentos acerca da ancestralidade de comunidades tradicionais, considerando a observância da economia capitalista.

O debate a respeito do tema “os impactos às comunidades tradicionais” tem por finalidade a busca de elementos capazes de entender, alertar e mitigar, bem como estabelecer medidas que conservem a cultura local e práticas que não prejudiquem o meio ambiente. Esta pesquisa busca analisar a maneira pela qual a construção de hidrelétricas gera impactos ambientais e sociais, no sentido de verificar a responsabilidade competente e a aplicação das normas que visam assegurar a proteção dos direitos ambientais e das comunidades tradicionais.

Em virtude dos apontamentos iniciais, constatou-se, pela análise de estudos de casos, a comprovação de práticas que agredem o meio ambiente, o que evidencia a necessidade de esclarecer essas ações e sua relevância social, ambiental e econômica.

2. METODOLOGIA

Certamente, tal viés prático-jurídico concretiza o cenário de descaso humano, social, econômico e ambiental condicionado aos amazônidas situados na Bacia do Madeira, pauta primordial deste estudo: de acordo com uma pesquisa realizada com o apoio da Mongabay e da Ambiental Media, os desequilíbrios gerados pelas centrais hidrelétricas reduziram em 39% a captura anual de peixes no município de Humaitá, que é banhado pelo rio Madeira e alvo do estudo. Esse cenário traz, novamente, à tona o discurso que sustenta a falsa alienação entre a abundância dos recursos naturais e a

riqueza regional de âmbito desenvolvimentista, visto que esta está ligada intrinsecamente ao cumprimento de direitos.

Verifica-se, com efeito, que a realidade prática destoa do imaginário que permeia a Amazônia, ao saber que esta carece dos preceitos constitucionais sendo efetivamente e uniformemente materializados. Esse cenário pode ser averiguado na realidade vivida pelas populações que estão completamente isoladas dos núcleos urbanos, e que veem os rios para além da função essencial de subsistência, mas como manutenção dos valores da sociedade pesqueira e da construção da identidade social do homem em sentido amplo (Furtado *et al.*, 1993). Por isso, então, é que o arcabouço cultural que diz respeito à prática da pesca é muito denso para que se compreendam de maneira pragmática todas as desregulações geradas pela implementação das hidrelétricas.

Delineia-se, à vista disso, o processo de determinação socioambiental da região (Viana *et al.*, 2016), marcado pela associação entre a exploração dos recursos naturais e a vulnerabilidade da população, enquanto macropolíticas moldam as estruturas de desenvolvimento às custas do cerceamento dos direitos básicos. Desse jeito, tal transcrição constitui um grande risco aos povos pesqueiros, ribeirinhos, indígenas, quilombolas etc., justamente devido às condições precárias de segurança alimentar a que estão submetidos. Daí, nesse sentido, a necessidade de serem delimitados um conjunto de procedimentos técnicos capazes de observar esse problema do ponto de vista das comunidades tradicionais, habitantes da Amazônia que são afetadas pela implantação de hidrelétricas no rio Madeira.

Por oportuno, vale destacar que esta pesquisa, de método bibliográfico, é enviesada a partir de noticiários e artigos outrora publicados sobre a temática da piracema, fenômeno escolhido por sua importância primária na reprodução piscícola. Para tanto, a abordagem quantitativa foi escolhida com o intuito de estudar dados que dizem respeito ao impacto prático da alteração do ciclo hidrológico no cotidiano das populações que vivem no rio Madeira. Desse jeito, a piracema é apontada como embasamento do decréscimo da

atividade pesqueira por sua interrupção devido à alteração do curso dos rios pelas hidrelétricas, impacto ambiental central a ser analisado.

3. RESULTADOS

Conceitualmente, a piracema é conhecida como a subida dos peixes, momento crucial para a sua reprodução, que ocorre após a migração para as partes superiores das bacias hidrográficas. Acerca disso, importa extrair do assunto uma análise jurídica que vá para além de números e análises pragmáticas sobre o decréscimo da ictiofauna em certas regiões. Assim, em uma discussão inserida nos impactos horizontais da ausência de peixes, observa-se que, de um lado, existem os mais favorecidos economicamente com esse paradigma econômico e, de outro, os menos favorecidos.

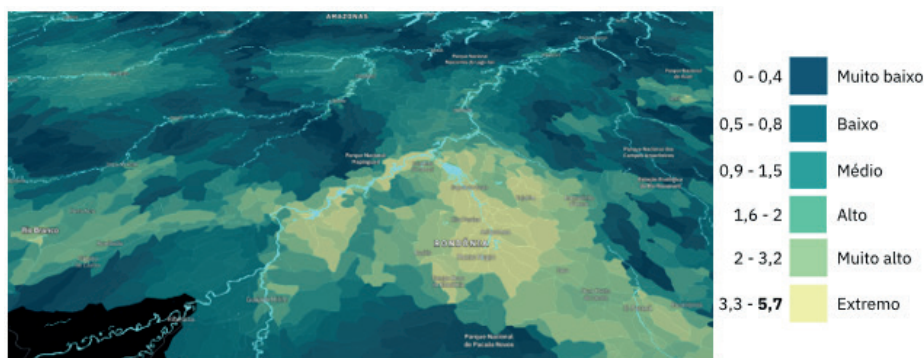
Diz-se que a implementação dos grandes projetos hidrelétricos gera impactos horizontais, portanto, por restringir direitos de um grupo seletivo e marginalizado de indivíduos, mas historicamente muito vasto para que os reais desdobramentos sejam compreendidos. É inegável que os menos favorecidos, outrora citados, já estavam inteiramente inseridos na região alvo muito antes de quaisquer projetos, com sua existência ancestral alienada à terra e aos rios, que são as principais fontes de trabalho dos povos tradicionais.

Diante dessa afirmativa, torna-se impossível afirmar que as tentativas de reparação puramente econômicas e geográficas sejam capazes de atenuar os algozes que atravessam as tentativas de manutenção das tradições, da cultura alimentar e do trabalho das populações atingidas. Ao contrário da forma como a situação é vista pela sociedade exterior, o “mero decréscimo da atividade pesqueira” constitui mais um muro de invisibilização dos marginalizados, da impossibilidade de exercício de direitos e do apagamento da história produzida — argumentos que, ao serem pesados na balança dos interesses da metrópole em prol dos empreendimentos energéticos, passam a ser vistos como ilógicos.

Com base nos levantamentos realizados a partir dos estudos e pesquisas, foi possível perceber que a alteração no curso da água ocasionada pelas principais hidrelétricas — Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira — afeta o fenômeno da piracema; as construções no início do rio acarretam variabilidade na pluviosidade, o que reduz a quantidade de peixes. Sob essa ótica, as águas amazônicas são as mais afetadas pelas atividades das hidrelétricas, com um impacto de 12%.

Dessa forma, os povos nativos, que predominam na área, usufruem dos recursos naturais e do rio para gerar subsídio financeiro e também são afetados pelos alagamentos e pela degradação da área, pois esses imbróglis impedem a piracema, as atividades nativas e a restauração natural da floresta. Com isso, analisa-se que o agente que promove as ações estatais que sustentam a economia não volta suas atenções para políticas públicas de proteção ambiental e cobertura de sustento para a agricultura familiar.

Figura 1 – Legenda



Fonte: Elaborada pelos autores.

De acordo com a imagem, observa-se que a porção sudoeste de Rondônia é fortemente impactada, sendo a microbacia mais atingida localizada na área da PCH Canaã. Nesse contexto, a quinta microbacia mais prejudicada também pertence à mesma região, situada no rio Jamari, onde está instalada a hidrelétrica de mesmo nome.

Diante desse cenário, marcado pela presença de grandes barragens, atividades de garimpo e expansão urbana, a bacia do rio Madeira configura-se como uma das mais afetadas. O rio é uma importante fonte de sedimentos provenientes dos Andes. Logo, o bloqueio desses sedimentos representa uma ameaça ao equilíbrio ecológico de toda a Bacia Amazônica (Ambiental Media, 2022.)

Cabe ressaltar que a análise do desmatamento nas bacias varia conforme suas causas específicas, o que exige uma avaliação individualizada. De fato, é comprovado que bacias com barragens apresentam maior índice de desmatamento; contudo, elementos como estradas construídas em áreas florestais e hidrovias modificadas costumam ser menos perceptíveis. Trata-se de um fenômeno natural influenciado pela alteração do regime das marés, que se intensifica e se agrava devido aos impactos causados pelas hidrelétricas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, é imprescindível não ignorar que as ações estatais, embora se apresentem como sustentáveis, renováveis e não poluentes, ocasionam impactos ambientais e climáticos. Assim, toda e qualquer construção que faça uso de recursos naturais afeta, direta ou indiretamente, o ciclo natural do meio ambiente e dos ecossistemas do planeta.

Conforme analisado, de acordo com a metodologia adotada, é fato que as construções destinadas a represar grandes volumes de água geram desequilíbrios nas hidrovias. Como consequência, provocam alagamentos em áreas florestais, afetando diretamente as comunidades tradicionais e sua ancestralidade, que dependem majoritariamente da agricultura, da pesca e da caça. Sendo o rio mais impactado pelas atividades hidrelétricas, é fato que a atuação dessas estruturas impede a ocorrência do fenômeno da piracema, o que, por sua vez, reduz a quantidade de espécies.

Diante disso, é possível afirmar que a variabilidade da pluviosidade dos rios é alterada a partir da construção e operação das hidrelétricas.

Esse cenário é particularmente evidente nas usinas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, cujos dados revelam impactos alarmantes nas bacias hidrográficas, sobretudo na região sul de Rondônia.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Como as hidrelétricas estão acabando com os peixes no rio Madeira. **Mongabay.com**, 2024. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2024/10/como-as-hidreletricas-estao-acabando-com-os-peixes-no-rio-madeira/?amp=1>. Acesso em: 30 jul. 2024.
- CAVALCANTE, M. M. A.; CORDEIRO, L. J. S. Hidrelétricas no Rio Madeira-RO: tensões sobre o uso do território e dos recursos naturais na Amazônia. **Confin**, n. 15, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confin>. Acesso em: 30 jul. 2024.
- FURTADO, L. G.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. de. **Povos das águas**: realidade e perspectivas na Amazônia. [S. l.: s. n.], 1993.
- LIMA, M. A. L. **História do ecossistema e dos recursos pesqueiros frente a implementação de hidrelétricas na bacia do Rio Madeira**. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PGDRA), na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, 2017.
- VIANA, R. L.; FREITAS, C. M. de; GIATTI, L. L. Saúde ambiental e desenvolvimento na Amazônia Legal: indicadores socioeconômicos, ambientais e sanitários, desafios e perspectivas. **Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 1, p. 233-246, jan. 2016.

POVOS TRADICIONAIS E SUAS LUTAS HISTÓRICAS POR RECONHECIMENTO E DIREITOS EDUCACIONAIS

Edilene Santos Portilho⁹⁹

Nayane Soares de Menezes¹⁰⁰

Calebe Pedro de Oliveira¹⁰¹

Palavras-chave: Marajó; Educação do campo, das águas e da floresta; Direitos sociais.

1. INTRODUÇÃO

A luta pelo reconhecimento dos direitos das comunidades tradicionais — como indígenas, quilombolas, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu e ribeirinhos — reflete o protagonismo desses grupos na defesa de suas identidades e territórios. Essa trajetória histórica de resistência e conquista evidencia a importância de compreender a relação entre educação e territorialidade no contexto amazônico.

Povos indígenas, povos quilombolas, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, faxinalenses e comunidades

⁹⁹ Docente, Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: edilenesantos@ufrj.br.

¹⁰⁰ Discente, Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: nayanemenezes@gmail.com.

¹⁰¹ Discente, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: caleb.oliveira@gmail.com.

de fundo de pasto, entre outros, têm sido protagonistas na luta pelo reconhecimento de seus direitos como povos e comunidades tradicionais.

É a partir desse contexto territorial, que envolve toda uma comunidade ribeirinha, que se propõe analisar o sistema educacional dessa região. O artigo tem como objetivo identificar o perfil das escolas das águas na mesorregião do Marajó, localizada no Pará, região norte da Amazônia, por meio de indicadores educacionais. São especificados os seguintes objetivos:

a) Identificar a escolaridade dos estudantes marajoaras nas escolas rurais;

b) Analisar as estruturas físicas das unidades educacionais, bem como suas dependências administrativas e as etapas de ensino ofertadas.

2. METODOLOGIA

A pesquisa utilizou a investigação documental como método, com abordagem quali-quantitativa, para explorar o universo subjetivo que caracteriza o território em questão. Nesse sentido, analisaram-se relatórios técnicos, os Planos Municipais de Educação referentes ao período de 2014 a 2025, além dos microdados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), responsável pelo Censo Escolar. Buscou-se, por meio dessa análise, oferecer uma visão ampliada da conjuntura educacional dos marajoaras, tendo como marco temporal o ano de 2022.

3. RESULTADOS

Nas 12 escolas estudadas, inseridas dentro desta unidade de conservação (UC), adota-se um sistema de escola polo, como é o caso da Escola Estefânia Monteiro, localizada na parte que compreende o município de Portel, e da Escola Nossa Senhora da Conceição,

localizada no município de Melgaço, com seus respectivos anexos, tais como: as Escolas Chico Mendes 1 e 2 e a Escola São Benedito, anexos da primeira; e as escolas Fazenda Laranjal da comunidade Pedreiras e Fazenda Laranjal da comunidade de Laranjal, anexos da segunda.

Existem outras escolas cujas escolas polo não estão entre as estudadas, como a Escola Andréa Raolino, que tem como anexos a Escola São Sebastião do Maneco e a Escola Santo Antônio, as quais fazem parte deste estudo. As demais escolas não são anexas.

As escolas funcionam em regime de multianualidade, ofertando Educação Infantil (EI), para crianças de 4 a 6 anos, Ensino Fundamental – primeiro ciclo (1º ao 5º ano) e segundo ciclo (6º ao 9º ano) – e Educação de Jovens e Adultos – séries iniciais (EJA). Entre elas, apenas a Escola Nossa Senhora da Conceição oferece também o Ensino Médio.

Das 12 escolas levantadas, apenas 4 ofertam Educação Infantil; cinco oferecem EJA; todas ofertam do 1º ao 5º ano; duas não oferecem do 6º ao 9º ano; e somente uma oferece Ensino Médio. O número total de estudantes nessas escolas ultrapassaria 900, caso a Escola Anjo da Guarda declarasse o número de estudantes matriculados, somado aos dados não informados da Educação Infantil pela Escola Santo Antônio.

As turmas multisseriadas se organizam nas mais diversas combinações, reunindo, em uma mesma sala, estudantes de diferentes séries, ou mesmo de todo um ciclo. É o caso da Escola Chico Mendes Anexo 1, em que turmas do 1º ao 5º ano e do 6º ao 9º ano alternam-se entre os turnos da manhã e tarde, utilizando a única sala existente na escola. Situação semelhante ocorre nas seguintes escolas: Chico Mendes Anexo 2; Anjo da Guarda; São Benedito; São Jorge (1º ao 5º ano); Fazenda Laranjal da comunidade Pedreira (EI + 1º ao 5º ano e 6º ao 9º ano); Santo Antônio (1º a 3º ano, 4º + 5º ano, 6º + 7º ano, 8º + 9º ano); Nossa Senhora da Conceição (8º + 9º ano, 2º + 3º ano do Ensino Médio); Estefânia Monteiro (1º + 2º ano, 3º + 4º ano, 4º + 5º ano, 6º + 7º ano, 8º + 9º ano); São Sebastião Caxiuanã (1º a 3º ano,

4º + 5º ano, 8º + 9º ano); e São Sebastião do Maneco (1º ao 5º ano, 6º + 7º ano, 8º + 9º ano).

Como relatou em entrevista dona Benedita Glória Gonçalves, que leciona há 32 anos — mesmo tempo da fundação da Escola Fazenda Laranjal da comunidade Laranjal (E12) —, ela atua com turmas do 1º ao 5º ano há cinco anos, utilizando a igreja da comunidade de Laranjal, cedida para funcionamento da escola. Segundo a professora, a escola já funcionou, durante um ano, na casa do sogro e, por três anos, em sua própria residência.

Em todas as escolas, o EJA é desenvolvido reunindo, no mínimo, dois ciclos em uma mesma turma. Segundo Caetano e Silva (2016), ao analisarem o desenvolvimento e a educação no município de Breves/PA — que faz divisa com Melgaço —, as dificuldades para a melhoria das escolas em regime multiano envolvem diversos entraves, como a extensão territorial do município, as limitações de acesso às comunidades, questões políticas e o reduzido número de estudantes por série, o que inviabiliza a formação de turmas compostas por alunos de um único ano escolar.

A frequência dos estudantes está em torno de 79,5% do total de matriculados em todas as escolas e modalidades de ensino. Nas escolas que oferecem Educação Infantil, as crianças apresentaram 100% de frequência, e o Ensino Médio também registrou o mesmo resultado. Já nas demais modalidades de ensino, os resultados foram distintos: observa-se que a frequência dos estudantes diminui a partir do 6º ano e na EJA, sendo as Escolas Santo Antônio (E6), com 41%, e Chico Mendes Anexo 1 (E1), com 42%, as que apresentam os menores índices.

As desistências, considerando o quadro geral das escolas, correspondem a aproximadamente 10,2%, o que equivale a 88 estudantes. No entanto, ao observarmos os dados específicos de cada escola, notam-se situações bastante diferenciadas. Os maiores índices de desistência ocorrem entre os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), com destaque para as Escolas Chico Mendes Anexo 1

e Santo Antônio, que registraram, respectivamente, 58% e 59%. Na modalidade EJA, as desistências atingiram 45% na Escola Chico Mendes Anexo 2 (E2) e 25% na Escola São Benedito (E11). Já no 1º ao 5º ano, a Escola Chico Mendes Anexo 1 (E1) apresentou o maior índice de desistência dentro dessa etapa de ensino, com 19%.

Segundo os entrevistados, nas escolas em geral, os principais motivos para as desistências são: migração, gravidez, matrimônio e trabalho na roça, pesca e/ou extração de madeira.

Entre os motivos de evasão mencionados, a gravidez precoce, segundo consta nos relatórios de Melgaço/PA e Portel/PA, é considerada uma das “violações do direito das crianças e adolescentes nesses municípios a serem resolvidas”. Narrativas de profissionais da saúde relatam que essa situação é corriqueira em Melgaço, onde, segundo eles, é “comum” atender gestantes de 11 a 14 anos nas unidades de saúde do município. De acordo com os dados, cerca de 2,14% das meninas entre 10 e 14 anos engravidam, e o índice sobe para 27,5% entre aquelas com idades entre 15 e 17 anos. Em Portel, os dados são semelhantes: 2,01% para meninas de 10 a 14 anos e 31,23% entre 15 e 17 anos.

Foram registrados dois casamentos de menores de idade no cartório de registro civil de Melgaço, no ano de 2018; em Portel, dois casos foram registrados em 2019. Esses números indicam que, em ambos os municípios, esse tipo de união ocorre majoritariamente de forma informal. Tais casamentos são apontados como um dos fatores que contribuem para o aumento da taxa de gravidez precoce.

As taxas de repetência nas escolas apresentaram valores inferiores a 27% para o 1º ao 5º ano, inferiores a 20% para o 6º ao 9º ano e menores que 25% para a EJA. Das quatro escolas estudadas localizadas no município de Melgaço, no site do INEP foram encontradas, para o ano de 2021, apenas as taxas de aprovação referentes ao 1º ao 5º ano da Escola Nossa Senhora da Conceição (E7), que foi de 100%, o mesmo percentual obtido neste estudo. No entanto, a nota no IDEB foi de 3,1.

O mais curioso é que todas as taxas de aprovação das escolas pertencentes a esse município, disponíveis no site do INEP, são de 100%, sendo que a maior nota no IDEB foi 3,8 e a menor, 3,0. Isso sugere a adoção da aprovação automática, o que se confirma com o relato dos entrevistados da Escola São Sebastião Caxiuanã, localizada nesse município, os quais afirmaram que há uma “obrigação da aprovação automática”.

A exceção é a Escola Fazenda Laranjal (comunidade Laranjal), anexo da Escola Nossa Senhora da Conceição, que apresentou 27% de reprovação (73% de aprovação), resultado que, segundo a entrevistada, foi consequência da pandemia. Outro caso foi o da Escola Fazenda Laranjal (E3), localizada na comunidade de Pedreiras, que teve 11% de reprovação (89% de aprovação).

No município de Portel, onde estão localizadas as outras oito escolas, nenhuma delas teve as taxas de aprovação divulgadas no site do INEP. Tomando como referência a Escola Dr. Abel Nunes de Figueiredo, situada na sede de Portel, cuja taxa de aprovação para o 1º ao 5º ano foi de 97,3% (reprovação de 2,7%) e nota no IDEB de 5,44 em 2021, observou-se que cinco das escolas estudadas apresentaram taxas de aprovação inferiores. Entre elas, uma registrou um índice de reprovação dez vezes maior, como é o caso da Escola Estefânia Monteiro, cujas reprovações chegaram a 27% (73% de aprovação).

O quadro se agrava quando somamos o número de desistentes ao de repetentes em cada modalidade de ensino, por escola. É o caso da Escola Chico Mendes Anexo 1 (E1), que apresenta 19% de desistência e 13% de repetência no 1º ao 5º ano, totalizando 32%. Na Escola Estefânia Monteiro (E8), o somatório para o 6º ao 9º ano chega a 47%. Já a Escola Santo Antônio (E6) apresenta o pior cenário: 73% de evasão e repetência combinadas para o 6º ao 9º ano.

Os dados referentes à educação inclusiva nas 12 escolas revelam um total de 15 estudantes com deficiência (PCDs). Os tipos de deficiência identificados foram os seguintes: paralisia infantil (4), deficiência auditiva (3), síndrome de Down (2), déficit de atenção

(1), deficiência cognitiva (3), deficiência visual (1) e autismo (1). Esses estudantes estão distribuídos em 9 das escolas, com exceção das Escolas São Jorge, São Sebastião Caxiuanã e Fazenda Laranjal (comunidade Laranjal), que não registraram PCDs. As Escolas Chico Mendes Anexo 1 (2), Anjo da Guarda (3) e São Sebastião do Maneco (4) concentram o maior número de estudantes com deficiência; as demais apresentaram um estudante por escola.

Segundo os entrevistados, essas escolas não possuem professores com formação ou capacitação específica em educação inclusiva, tampouco contam com profissionais de apoio para atender estudantes com deficiência. Em uma das escolas, relataram que tiveram apenas disciplinas relacionadas ao tema dentro da grade curricular de seus cursos de graduação. Em outra, afirmaram que a atuação com PCDs ocorre por interesse próprio dos docentes. Na Escola Nossa Senhora da Conceição, a coordenadora possui formação na área e orienta o professor responsável pela turma em que se encontra o aluno com deficiência.

O total de professores atuando nas escolas da unidade de conservação é de 47. Praticamente todos possuem graduação concluída ou estão em curso; apenas um possui apenas o ensino médio profissionalizante. Em 2022, das 12 escolas analisadas, apenas 2,1% dos professores não possuíam graduação, 19,15% estavam cursando, e 78,75% já haviam concluído a graduação (Tabela 03).

A distribuição dos professores nas escolas indica que o maior número de docentes está nas escolas com mais estudantes. No entanto, são essas mesmas escolas que apresentam a maior relação estudante/professor. Já a escola com menor número de estudantes é também a que apresenta a menor razão estudante/professor (Tabela 02).

Tabela 2 – Número de estudantes, professores e relação estudantes/professor por escola

	Escola	Estudantes (A)	Professores(as) (B)	Relação A/B
E1	Chico Mendes 1	35	2	18
E2	Chico Mendes 2	48	3	16
E3	Fazenda Laranjal (pedreira)	28	2	14
E4	Anjo da Guarda		2	
E5	São Jorge	34	2	17
E6	Santo Antônio	120	6	20
E7	Nossa Senhora da Conceição	228	11	21
E8	Estefânia Monteiro	180	7	26
E9	São Sebastião Caxiuanã	45	3	15
E10	São Sebastião do Maneco	82	5	16
E11	São Benedito	53	3	18
E12	Fazenda Laranjal (Laranjal)	11	1	11
Total		864	47	18

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os professores que atuam nas 12 escolas possuem diferentes origens: alguns residem na própria comunidade onde ficam as escolas, enquanto outros vêm de localidades externas. Neste último caso, esses professores ficam alojados nas próprias escolas, hospedados em residências comunitárias, onde permanecem durante o período letivo ou durante a aplicação dos módulos. Segundo os entrevistados da Escola Nossa Senhora da Conceição, os professores recebem acréscimo salarial como compensação pelo difícil acesso à escola. As comunidades contribuem para a permanência dos professores(as) oferecendo auxílio à locomoção, alimentação e água (Escola São Sebastião do Maneco), além de participarem das atividades escolares.

O tempo de atuação desses professores(as) nas escolas varia entre 1 e 32 anos: 23 docentes estão entre 1 e 2 anos de serviço, 6

entre 3 e 5 anos, 3 com mais de 5 anos e 15 não responderam. Considerando a possibilidade de que entre os que não responderam haja mais professores com tempo inferior a 2 anos nas escolas, percebe-se uma queda abrupta no número de professores que permanecem por mais de 3 anos na mesma unidade escolar.

A merenda escolar nessas escolas é fornecida pela SEMED dos respectivos municípios, e todas as escolas declararam recebê-la. A entrega é realizada pelo diretor da escola na primeira semana de cada mês. Duas dessas escolas também recebem alimentos de produtores locais: São Jorge e Santo Antônio. Na primeira, a entrega é diária e alternada entre os produtores; na segunda, a SEMED entrega na primeira semana e os produtores, na segunda. O tempo de duração da merenda varia entre 5 e 30 dias.

Das quatro escolas que afirmaram que a merenda é suficiente para 30 dias, elas abriram uma observação: “supõe-se que a merenda seja suficiente porque há muitos casos de evasão; se todos os estudantes fossem assíduos, a merenda seria insuficiente”. Onze escolas informaram que a merenda é servida para todas as turmas, com exceção da Escola Anjo da Guarda, que a oferece apenas para estudantes do 1º ao 5º ano, e, mesmo assim, a merenda dura apenas duas semanas.

Cinco escolas declararam necessitar de freezer para armazenar alimentos de origem animal (E1 a E5); uma escola afirmou ter recebido um freezer (E7); das demais, não houve resposta.

Os alimentos oferecidos com mais frequência pelas SEMEDs de Melgaço e Portel são: arroz, feijão, carne, frango, almôndega, sardinha, margarina, suco artificial, biscoito, sopa, charque, leite em pó, óleo, sal, açúcar, legumes e verduras. Nas duas escolas que recebem alimentos da produção de agricultores locais, além dos fornecidos pela SEMED de Portel, percebe-se uma maior diversidade que compõe a culinária local, tais como: beju chica, bolo de macaxeira, bolo de crueira, bolo de abóbora, tapioquinha, mingau de crueira, banana com castanha e suco de frutas da produção local (cupuaçu, goiaba, carambola e graviola).

A água utilizada por nove dessas escolas provém de poços artesianos e não passa por nenhum tipo de tratamento antes do consumo. Duas escolas (E7 e E9) captam água do rio. Segundo os entrevistados, na escola E7, a água recebe tratamento com a aplicação de três gotas de hipoclorito por litro e é filtrada; já a escola E9 não possui água encanada, e a merendeira utiliza um corote para buscar água no rio, que é tratada com hipoclorito. Na escola E12, a água vem de poço comum, também sem encanamento, sendo coletada nas casas de moradores da comunidade.

O transporte escolar dos estudantes de onze escolas, com exceção da escola E12, é realizado por barcos durante todo o ano, em percursos que podem durar até três horas entre o ponto mais distante e a escola. Esses barcos apresentam condições precárias: sem nenhum conforto, com barulho intenso do motor, assentos sem estofamento e apenas o barqueiro utilizando equipamento de segurança (escola E7); um mesmo barco é usado há mais de 14 anos (E2); estudantes faltam às aulas porque o barco não passa para buscá-los, como ocorre na escola E3, em que o transporte não vai até a comunidade de Laranjal; ou ficam sem transporte quando o barco quebra (E4). Embora as outras escolas que utilizam esse tipo de transporte não relatem essas condições, podemos considerar que essa situação talvez seja comum nas demais escolas que fazem parte deste estudo, assim como em outras escolas “rurais-ribeirinhas” da região do Marajó.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema de infraestrutura é um dos reflexos da precarização dessas escolas. Há escolas sem banheiros, onde os estudantes precisam usar a mata (E9), ou, como relatou dona Benedita, “fazem a céu aberto” (E12). Outras possuem apenas um banheiro e um número reduzido de salas, nas quais os turnos se alternam em turmas multianuais. As escolas são construídas em madeira, algumas com partes em alvenaria, como os banheiros, ou sem um prédio próprio,

como a escola E12, que, conforme mencionado, funciona há cinco anos na igreja. Situação semelhante à da escola E12 foi encontrada por Caetano e Silva (2016) nas escolas rurais do município de Breves/PA.

Além disso, áreas de lazer próprias e adequadas para os estudantes são inexistentes em 11 dessas escolas, que utilizam áreas comunitárias, campos de terra ou qualquer espaço disponível para momentos de integração. O EJA noturno não dispõe de espaço adequado e sofre com falta de energia. Apenas a escola E6 possui um espaço próprio, com um parquinho para as crianças; as demais também utilizam espaços comunitários próximos às escolas. A escola E2 conseguiu, em agosto de 2021, a instalação de energia solar.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Decreto n.º 239, de 28 de novembro de 1961**. Cria a Floresta Nacional de Caxiuna e dá outras providências. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/flona-de-caxiuna/arquivos/flona_caxiuna.pdf. Acesso em: 01 abr. 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Portal das cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/melgaco/panorama>. Acesso em: 16 abr. 2023.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Média de alunos por turma**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadoreseducacionais/media-de-alunos-por-turma>. Acesso em: 01 abr. 2023.
- MONTAG, L. F. de A. *et al.* Os peixes da Floresta Nacional de Caxiuanã (municípios de Melgaço e Portel, Pará-Brasil). **Boletim Do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Naturais**, v. 3, n. 1, p. 11-34, janeiro de 2008. Disponível em: <https://boletimcn.museu-goeldi.br/bcnaturais/article/view/686>. Acesso em: 01 abr. 2023.

CADERNO DE FOTOS

Diálogos sobre Direitos Humanos e Meio Ambiente: conexões para a autodeterminação dos povos das águas e florestas.



Apresentação de GTs (2.1; 2.2; 2.3)





Mesa redonda Estudos sobre o colapso da Amazônia até 2050.



Secretário Jarbas Vasconcelos e equipe da SEIRDH com convidados Paulo Vannuchi e Roberto Caldas, ex-membros da Corte Interamericana de Direitos Humanos.



5. Mesa Do DHESC ao DHESCA a progressividade do ambiente da Corte ao Comitê Interamericano de Direitos Humanos e apresentação do Observatório de Direitos Humanos do Pará.



**Lançamento de obra da Dra. Herena Melo,
promotora de Justiça Agrária do MPPA.**



Feira de Artesanato de Mulheres Empreendedoras Negras. (7.1; 7.2)





**Prof. Roulien Boechat com oficina de grafismo indígena
e exposição fotográfica Raízes. (8.1)**



**Apresentação do coral Madrigal,
da Universidade do Estado do Pará.**



**Conferência Mulheres Negras, estratégias contra o racismo e sexismo,
com Dra. Karoline Maia, primeira promotora quilombola do Brasil,
e presidência da Profa. Dra. Sandra Lurine Guimarães (UFPA).**



11-20 – Fotos avulsas do Congresso.







